Gláucio Campos Gomes de Matos
organizador

NORBERT ELIAS
para pensar a Amazônia



Suas sociedades indígenas e não indígenas
e seus processos sociais de longo prazo:
civilizadores, educacionais e ambientais

EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

FAPEAM

ALEXA CULTURAL

Comitê Científico - Alexa Cultural

Presidente
Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Vice-presidente
Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Membros
Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid/Espanha)
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP - São Paulo/SP)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)
Gilse Elisa Rodrigues (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)
Graziele Acçolini (UFGD – Dourados/MS)
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Letícia/Amazonas – Colômbia)
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)
Karel Henricus Langermans (Anhanguera – Campo Limpo - São Paulo/SP)
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Renata Senna Garrafoni (UFPR – Curitiba/PR)
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)
Tharcisio Santiago Cruz (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

Gláucio Campos Gomes de Matos
(organizador)

NORBERT ELIAS PARA PENSAR A AMAZÔNIA

Suas sociedades indígenas e não indígenas e seus processos sociais de longo prazo: civilizadores, educacionais e ambientais

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente
Henrique dos Santos Pereira

Membros
Antônio Carlos Witkoski
Domingos Sávio Nunes de Lima
Edleno Silva de Moura
Elizabeth Ferreira Cartaxo
Spartaco Astolfi Filho
Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA
Louis Marmoz Université de Versailles
Antônio Cattani UFRGS
Alfredo Bosi USP
Arminda Mourão Botelho Ufam
Spartacus Astolfi Ufam
Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra
Bernard Emery Université Stendhal-Grenoble 3
Cesar Barreira UFC
Conceição Almeira UFRN
Edgard de Assis Carvalho PUC/SP
Gabriel Conh USP
Gerusa Ferreira PUC/SP
José Vicente Tavares UFRGS
José Paulo Netto UFRJ
Paulo Emílio FGV/RJ
Élide Rugai Bastos Unicamp
Renan Freitas Pinto Ufam
Renato Ortiz Unicamp
Rosa Ester Rossini USP
Renato Tribuzy Ufam

Reitor
Sylvio Mário Puga Ferreira

Vice-Reitora
Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

Editor
Sérgio Augusto Freire de Souza

Gláucio Campos Gomes de Matos
(organizador)

NORBERT ELIAS PARA PENSAR A AMAZÔNIA

Suas sociedades indígenas e não indígenas e seus processos sociais de longo prazo: civilizadores, educacionais e ambientais

UFAM

ALEXA
Embu das Artes - SP
2024

EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

© Alexa Cultural

Direção
Gladys Corcione Amaro Langermans
Nathasha Amaro Langermans Oliveira
Editor
Karel Langermans
Capa
Klanger
Editoração Eletrônica
Alexa Cultural
Revisão Técnica
Gláucio Campos Gomes de Matos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M433g - MATOS, G. C. G.

Norbert Elias para pensar a Amazônia. Suas sociedades indígenas e não indígenas e seus processos sociais de longo prazo: civilizadores, educacionais e ambientais, Gláucio Campos Gomes de Matos - organizador. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2024.

14x21cm - 318 páginas

ISBN - 978-85-5467-502-8

1. Antropologia - 2. Amazonas - 3. Sociedade - 4. Artigos- 5. Processos Sociais. I- Sumário - II Bibliografia

CDD - 300/301

Índices para catálogo sistemático:
1. Amazonas
2. Sociedade
3.Processos Sociais

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

ALEXA

Alexa Cultural Ltda
Rua Henrique Franchini, 256
Embu das Artes/SP - CEP: 06844-140
alexa@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com

EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Editora da Universidade Federal do Amazonas
Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgilio Filho, Centro de Convivência – Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com

Em tempos de instabilidade natural,
O que, de natural é, no curso da natureza,
É sua arbitrariedade (como se, propósito tivesse),
Sua apatia (como se, apática fosse),
Frente a expansão humana,
E ações antrópicas,
Em tempos de crise climática,
Envolto pelo poder,
Corre na veia, exclusivamente, de nós humanos,
O sentimento de felicidade,
De que, entre todas as espécies,
Sermos a única, a não desaparecer.
(Gláucio Campos/Nov./2024)

APRESENTAÇÃO

A obra intitulada "Norbert Elias para pensar a Amazônia (suas sociedades: indígenas e não indígenas; seus processos sociais de longo prazo: civilizadores, educacionais e ambientais), reuni as conferências e trabalhos apresentados no III Simpósio Processos Civilizadores na Pan-Amazônia/ III SPCPAM, com o fomento do Programa de Apoio à Realização de Eventos Científicos e Tecnológicos no Estado do Amazonas/ FAPEAM, foi realizado pelo Grupo de Pesquisa processos Civilizadores na PanAmazônia/UFAM/CNPq, em maio de 2024, em Manaus, na Universidade Federal do Amazonas.

Temos com proposta disseminar, na Amazônia, a teoria do grande pensador alemão Norbert Elias e sua aplicação para estudos de seus processos sociais de longo prazo, suas sociedades complexas e seus próprios processos civilizadores, as questões ambientais e não menos, a tecnização que avança para a hinterlândia amazônica, sob o viés figuracional/processual.

A obra encontra-se dividida nos capítulos:

CAPÍTULO I

A TEORIA DO PROCESSO CIVILIZADOR DE NORBERT ELIAS E SUA EXPANSÃO

Adrian Jitschin, em seu texto, "*A teoria do processo civilizatório de Norbert Elias e sua expansão"*, traz importante contribuição aos estudiosos da teoria de Elias, bem como os que estão por vir, quanto à sua vida de superação, o legado de sua obra e sua posição, no mapa da sociologia internacional. Para isso, **Jitschin**, conduz seus escritos abordando o homem – Norbert Elias – entre duas guerras mundiais e em seguida, a recepção de seu trabalho após a Segunda Guerra Mundial, que não circunscreve apenas a Alemanha. A partir da expressão processo civilizatório, Elias elaborou uma teoria social mais complexa que se espalhou, sendo traduzido em mais de 26 idiomas. Seus trabalhos, ocupa o sétimo lugar na lista da Associação Internacional de Sociologia, como um dos mais importantes escritos sociológicos do século XX. Nas palavras de **Jitschin**, "se os pensadores de hoje podem ver mais além de Elias, é também porque eles estão no constructo da teoria sociológica, cujos pilares sua teoria da civilização é um elemento sólido profundamente incorporado na construção".

CAPÍTULO II
AMAZÔNIA NATUREZA E NATUREZA HUMANA NA PERSPECTIVA FIGURACIONAL

"O Maior e Mais Apto Animal – Observações sobre o crescente domínio da humanidade sobre o restante da natureza viva", é o texto de **Nico Wilterdink,** no qual, sustentado nos pressupostos teóricos de Norbert Elias e Johan Goudsblom, traz reflexões sobre tendências de longo prazo na história da humanidade, pontuando algumas questões: O que torna a espécie humana um animal tão bem sucedido em termos de sobrevivência e reprodução? Como explicar que os seres humanos, no curso da história, passaram a dominar e controlar cada vez mais outros organismos vivos? Como descrever e explicar o processo que Goudsblom (2002) formulou como "a expansão da antroposfera dentro da biosfera"? Diante as questões, **Wilterdink,** busca discutir e explicar o que esse desenvolvimento implicou, discutir tendências principais na história da humanidade e chama atenção para os retrocessos e desvantagens dessa história de sucesso humano. Por fim, considerando como o paradoxo da civilização, **Wilterdink**, considera que os riscos de destruição maciça e desastres causados pelo homem em escala global são hoje maiores do que nunca, assim também, pode-se considerar as chances de sobrevivência, segurança, bem-estar e liberdade hoje são maiores e mais amplas do que nunca. Pois, os seres humanos são animais que aprendem, que são capazes de aprender especialmente com seus erros. A história da humanidade mostrou isso, e há motivos para esperar que o futuro também mostre isso.

Ademir Gebara, no texto *Amazônia natureza e natureza humana na perspectiva figuracional,* traz como objetivo, mostrar os processos de constituição da natureza humana na perspectiva da Sociologia Configuracional e analisar a Amazônia e a natureza e suas interdependências no processo histórico. Para sustentar suas reflexões, faz uma síntese do texto "Os seres humanos e suas emoções..." de Norbert Elias, para conectar com o tema. Mostra a necessidade de entender o processo de contato entre civilizações letradas e civilizações de tradição oral, quando da ocupação europeia do continente americano, a partir do século XIV. Na Amazônia, o impacto maior deu-se no Século XX com ativa e permanente participação da expansão da fronteira agropastoril e com múltiplas intervenções

do estado nacional. Para Gebara, a capacidade tecnológica e política dos europeus em "globalizarem" sua expansão colonial a partir do século XVI, é em si mesma geradora do descontrole dos comportamentos tidos como civilizados, dadas as injunções de sua própria superioridade política e tecnológica em contato com outros processos civilizadores. Registra que o Processo Civilizador avança na medida em que a violência é monopolizada pelo Estado, a começar pelos anos 1930. A ação incisiva do Estado Novo, para integrar o Norte à outras partes do Brasil. A capital federal, sai do litoral brasileiro em 1960, para Brasília, que marca esse movimento de interiorização e os impactos na Amazônia, somado à criação de portos na região, que contribuiu para exportação das commodities, criação de gado, retirada da madeira, em grande parte sem levar em conta os impactos socioambientais cumulativos. Por fim, Gebara, sinaliza que cresce uma mudança visível nas emoções em relação aos símbolos deste processo, tratores derrubando matas, chaminés fumegantes e coisas do tipo, não são hoje as melhores imagens. Causam repulsão.

CAPÍTULO III

ARQUEOLOGIA, SOCIEDADES COMPLEXAS E PROCESSO CIVILIZADOR NA AMAZÔNIA

Anna C. Roosevelt, em seu texto "*As civilizações antigas na Amazônia continuam hoje"*, sustenta que a Amazônia foi considerada por muito tempo um local inóspito para a ocupação humana na pré-história, por conta do calor, chuva, solos pobres, vegetação, e fauna dispersa. Esta teoria de limitação ambiental não é sustentável pela evidência arqueológica. Os humanos chegaram na Amazônia (13000 anos atrás) tão antigamente quanto em outros lugares nas Américas e fizeram várias mudanças propositais neste habitat, sem destruí-lo; desenvolveram sua cultura, organização social e na sua ciência. Destaca suas contribuições na arqueoastronomia, nas ciências dos materiais, inovações na fabricação de ferramentas e objetos de pedra, criaram uma cultural integrada combinando ecologia, sistemática, ciência comportamental e religião; desenvolveram sua ciência biomédica, ciência do solo, manejo de animais, manejo agroflorestal, e horticultura, engenharia de terra para drenagem, arte monumental e residência. Roosevelt, em suas pesquisas demonstra, como as sociedades autóctones da Amazônia possuiam uma orga-

niação social complexa, rede de comércio, desenvolvimento de técnicas de cultivo do solo, de confecção de utencílios em cerâmicas e líticos. O texto de Anna Roosevelt, traz grandes contribuições para o estudioso do processo civilizador, no qual, pode-se constatar, que as sociedades autóctanes da Amazônia, possuiam seu meios/culturais civilizadores.

No texto *FIGURAÇÕES NA AMAZÔNIA AUTOCTONIA (Civilização, Interdependência funcional, diferenciação social, sociedades amazônicas)*, **Gláucio Campos Gomes de Matos**, amparado numa abordagem processual/figuracional, pesquisa bibliográfica, documental e de campo, destaca que houve uma mudança de direção do regime ecológico vivido pelos povos autóctones da Amazônia, para o modelo, gradativo, ocidental. Considerando que não houve mudança na estrutura biológica desses habitantes da Amazônia, pré-invasão, assim como não houve mudança na estrutura geofísica dos Rios Amazonas e Rio Negro, as sociedades autóctones da Amazônia, bem antes dos invasores, tanto no período da vazante do rio quanto da enchente, já mantinham uma ampla rede de interdependência funcional e uma crescente diferenciação social, desencadeando, *uma organização social complexa* e não, apenas, como pensam alguns, por desenvolverem um sistema de hierarquização. Para **Matos**, não só os europeus desenvolveram seus processos civilizadores. Os grupos autóctones da Amazônia possuem seus próprios processos civilizadores, que se mostram em suas regras morais, rituais e no desenvolvimento de suas práticas socioculturais, confecção de artefatos em cerâmica, entre outros. Ao longo do processo de contato com o ocidental, houve mudança no modus vivendi de grupos autóctones, porém, o *habitus* social, é a resiliência, que permite a continuidade de tradições seculares e a manutenção do ser autóctone da Amazônia. Por outro lado, o amazônida – não indígena – incorporou mais energia, avançou sobre a natureza e ainda, está alicerçado no regime ecológico, para manutenção da qualidade de vida. À medida que a natureza se mostra instável, ver-se nas comunidades, o desconforto vivido e uma maior discussão frente as questões ambientais/ civilizacionais.

CAPÍTULO IV
AQUECIMENTO GLOBAL

No texto *"Um clima de (de-)civilização? O aquecimento global e a tríade dos controles básicos"*, **Bernd Sommer**, faz reflexões sobre a relação entre os processos civilizatórios e a atual crise climática, tendo como critério basilar a "tríade dos controles básicos", de Norbert Elias. Destaca o desenvolvimento e crescimento da sociedade humana desde a Revolução Neolítica à Industrial e a queima de combustíveis fósseis, que sustenta esses processos, levando a um aquecimento planetário sem precedentes. Sommer, demonstra – Raising the Alarm" (Soando o Alarme) – que diante a crise climática, muitas sociedades têm realizado atividades para mitigar as mudanças climáticas antropogênicas, aprovando legislação climática quanto a produção de energia, consumo, habitação, mobilidade, produção de alimentos. Nesse sentido, ...a espécie humana está desenvolvendo novos tratados, instituições e práticas que se caracterizam pelas características de um processo civilizatório: previsão e autocontrole. O movimento global de justiça climática, criticam as políticas climáticas atuais por serem insuficientes para evitar catástrofes climáticas. Para Sommer, o ativismo pela justiça climática é caracterizado por uma crescente empatia com outras pessoas em escala global, e com as gerações futuras. Isso pode ser interpretado como um sinal da formação de uma "consciência ecológica", a crescente incorporação de valores ambientais no superego. Todos esses desenvolvimentos são indicadores de uma civilização das emoções e do comportamento no contexto da crise climática.

CAPÍTULO V
CONTRIBUIÇÃO E IMPACTOS DOS MISSIONÁRIOS NO MODUS VIVENDI DOS GRUPOS AUTÓCTONES DA AMAZÔNIA, COM ATENÇÃO AO RIO NEGRO E OUTRAS REGIÕES

Justino Sarmento Rezende, no seu manuscrito *"Indígenas, sempre indígenas"*, traz a discussão sobre as contribuições e impactos da intervenção missionária no Modus Vivendi dos grupos autóctones de São Gabriel da Cachoeira. Para isso, suas reflexões, partem

da chegada dos salesianos, na região, em 1915 e tomando como referência, sua experiência de vida, pertencente ao povo Ʉtãpinopona (Tuyuka), nascido na aldeia Yai-ñiriya (Onça-Igarapé) no ano 1961 e estudou, junto com alunos de outras etnias, no internato salesiano, em Pari-Cachoeira, distrito de Pari-Cachoeira, município de São Gabriel da Cachoeira – AM, Brasil. **Rezende**, mostra que esse contato de culturas diferentes, mexeu com o psicológico, emocional e existencial dos povos, pois os missionários, os viram como seres menores, necessitados, pobres, coitados, que precisavam ser cuidados, modificados a partir da sua visão europeia e suas formas próprias de organizar, disciplinar, ensinar, controlar, catequisar e "civilizar". A busca da transformação, do ser autóctone, foi por meio da educação escolar, evangelização, catequese. Nas palavras de **Rezende**, "Embora tenham adquirido diversos conhecimentos da sociedade ocidental os povos indígenas em nenhum momento deixaram de ser indígenas. Sendo indígenas concluíram diversos graus de estudos, tornaram-se professores, professoras, enfermeiros, enfermeiras, gestores e gestoras das escolas, vereadores e vereadoras, comerciantes, secretários educacionais e gestores públicos, prestaram serviços militares, tornaram-se missionários e missionárias. Todos eles e elas são corresponsáveis e atores do atual palco de transformações sociais. Por fim, é contundente em suas reflexões, ao dizer que muitos missionários imaginaram que nós tornaríamos "brancos" através do processo escolar. Mas tal perspectiva não se concretizou, portanto, "indígenas, sempre indígenas".

No texto *"Jesuítas, coroa portuguesa, colonos e indígenas: figurações sociais nos séculos XVI-XVIII na Amazônia*"**, Maria Beatriz Rocha Ferreira,** em uma pesquisa bibliográfica**,** traz uma reflexão inicial sobre as relações de poder imbricadas entre jesuítas, coroa portuguesa, colonos e povos originários na Amazônia do século XVI, XVII e XVIII, sob a ótica da teoria de Norbert Elias. Destaca historicamente a criação da Companhia de Jesus na Europa, fundada por Inácio de Loyola e dez confrades, dentre eles Francisco Xavier, em 1534 e aprovada em 1540 pelo Papa Paulo III. Contextualiza os Jesuítas no Brasil, e as cidade por onde se instalaram e, como foco do estudo, na Amazônia, especialmente no Maranhão e Pará. Rocha Ferreira, ressalta que "*os jesuítas foram preparados para uma espi-*

ritualidade que visava fortalecer a fé e o compromisso com a missão religiosa; psicologicamente, formados com habilidades de sobrevivência, conhecimento sobre os povos de contato, relações políticas; fisicamente, para viverem em ambientes agrestes em várias regiões do mundo". A autora mostra o dilema dos jesuítas na Amazônia, assim como protegiam os indígenas na escravização, se apropriavam de sua mão de obra. O texto buscou mostrar as mudanças na relação de poder entre jesuítas, coroa portuguesa, colonos e indígenas nos séculos XVI-XVIII. E retrata os determinantes básicos para estas relações. Para Rocha Ferreira, as relações de poder de indígenas e não indígenas continuaram se transformando nos séculos subsequentes, e até os dias atuais, merecendo a intensificação de novas pesquisas.

CAPÍTULO VI
EDUCAÇÃO E PROCESSO CIVILIZADOR OCIDENTAL

Magda Sarat, em seu texto *"Educação e processos civilizadores: territórios em disputa*", sustentada pelo viés eliasiano, caminha suas reflexões por dois momentos: "os territórios que disputamos como pesquisadoras da infância e educação infantil, na educação sul-mato-grossense" e "os desafios enfrentados na educação infantil, a partir das temáticas que nos aproximam dos contextos amazônicos". Em uma breve análise na legislação vigente, identifica a aproximação das regiões norte e centro oeste, pois todas as crianças tem como prerrogativa a ordenança que as protege, bem como, a formação docente prevista na legislação. Para Sarat, deve-se considerar as necessidades da criança; perceber seu lugar no processo pedagógico; atribuir a ela seu lugar de protagonista da sua própria ação; respeitá-la como um indivíduo em formação que carece dos demais. No contexto educativo, precisa conviver com adultos, docentes que atuam junto a elas e estes precisam ter qualificação, pois a criança tem o direito a uma escola favorável a seu processo de desenvolvimento, o qual envolve a formação dos padrões de civilidade, momento de aprender o controle das emoções como: vergonha, repugnância, nojo, autocontrole, pulsões sexuais entre outras. Para Sarat, "a infância deve ser vista como esse tempo de pessoas especificas, que não podem ser tratadas como adultos em miniatura, não

pode ser adultizadas, nem infantilizadas, mas que as crianças sejam protagonistas de suas próprias ações, reconhecidas pelas formas de agir e por suas escolhas, como um direito humano", independentemente de estar no Mato Grosso do Sul ou na Amazônia.

Nilton Paulo Ponciano, no texto "*A viagem da leitura de si como formação: uma contribuição de Elias e Larrosa*", traz no diálogo com esses dois autores, uma contribuição para o debate acerca da formação – do indivíduo em suas relações de interdependências – como um processo de longa duração, dinâmico, político, relacional, plural e que se dá na sua condição sócio-histórica. Para Ponciano, é romper com a construção do conhecimento cartesiano, para uma viagem de autoconhecimento, uma visão interior que envolve o indivíduo nas teias das relações sociais que o produz, resultando em uma nova percepção estética de si mesmo e do ambiente circundante, desempenhando, assim, um papel essencial na construção da identidade individual e nas relações interpessoais, na constituição da identidade coletiva.

Ana flávia braun vieira, em seu artigo *a representação simbólica dos indígenas nos livros didáticos: uma interpretação a partir de norbert elias*, em pesquisa bibliográfica, investigou os elementos que compõem o fundo social de conhecimento sobre os indígenas no brasil, considerando sua representação simbólica nos livros didáticos. Para a autora, desde o nascimento à vida adulta, esse conhecimento, o "patrimônio de saber" (elias, 1998), é compartilhado por humanos entre si, suas experiências, constituindo um conjunto de saberes a orientar condutas, a partir do qual os seres agem, pensam e sentem, sobre si, os outros e o mundo. A autora destaca os achados da pesquisa ao elucidar os conteúdos do fundo social de conhecimento sobre a temática antes e após a promulgação da lei 11.645/08, Observando seu avanços e/ou permanências, na representação simbólica dos indígenas nos livros didáticos. Porém é imprescindível as revisões regulares nesses livros para alinhar seus conteúdos aos avanços da historiografia e às demandas indígenas atuais. Alertando de que deve-se romper com a narrativa eurocêntrica predominante, que continua a influenciar significativamente a representação dos indígenas no contexto nacional. Aponta, ana flávia, para a necessidade de uma pedagogia decolonial, que proporcione: uma representação

mais justa, completa e respeitosa da história e contribuições do indígena para a sociedade brasileira; que proporcione um ensino mais inclusivo e consciente, reconhecendo a diversidade e complexidade dos povos.

CAPÍTULO VII

FIGURAÇÃO NO RIO IÇANA (TERRA INDÍGENA ALTO RIO NEGRO)

Esly Camico Mandu e Gláucio Campos Gomes de Matos, no artigo "*Figuração entre os koripako do alto rio Içana***",** analisam a dinâmica da relação de poder entre as lideranças locais, agentes de modernização e membros comunitários da aldeia indígena de São Joaquim Alto Rio Içana, do município de São Gabriel da Cachoeira/AM. O texto é resultado de pesquisa de campo e suporte teórico de Norbert Elias. **Mandu e Matos**, mostram que o contato desse povo com os não indígenas, trouxe transformações em seu modo de vida, mas o *habitus* social é a força da resiliência e sustenta determinadas práticas socioculturais seculares. Na dinâmica das figurações, a interdependência funcional e relação de poder, na estrutura organizacional dos Koripako, analisando as lideranças locais, os agentes de modernização e os membros da aldeia, se faz notar, tanto no interior da aldeia e dessa com a sociedade ocidental.

Convido-os à leitura e aplicação da teoria eliasiana, em estudos na Amazônia

Gláucio Campos Gomes de Matos
Professor da UFAM
Líder do Grupo de Pesquisa Processos Civilizadores na PanAmazônia.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO
Gláucio Campos Gomes de Matos
- 9 -

A TEORIA DO PROCESSO CIVILIZATÓRIO DE NORBERT ELIAS E SUA EXPANSÃO
Adrian Jitschin
- 23 -

THE THEORY OF THE CIVILISING PROCESS OF NORBERT ELIAS AND ITS EXPANSION
Adrian Jitschin
- 43 -

O MAIOR E MAIS APTO ANIMAL: OBSERVAÇÕES DO CRESCENTE DOMÍNIO DA HUMANIDADE SOBRE O RESTANTE DA NATUREZA VIVA
Nico Wilterdink
- 61 -

THE FITTEST BIG ANIMAL: REMARKS ON HUMANITY'S GROWING DOMINANCE OVER THE REST OF LIVING NATURE
Nico Wilterdink
- 87 -

AMAZONIA NATUREZA E NATUREZA HUMANA NA PERSPECTIVA FIGURACIONAL
Ademir Gebara
- 111 -

AS CIVILIZAÇÕES ANTIGAS NA AMAZÔNIA CONTINUAM HOJE
Anna C. Roosevelt
- 123 -

FIGURAÇÕES NA AMAZÔNIA AUTOCTONIA CIVILIZAÇÃO, INTERDEPENDÊNCIA FUNCIONAL, DIFERENCIAÇÃO SOCIAL, SOCIEDADES COMPLEXAS
Gláucio Campos Gomes de Matos
- 159 -

UM CLIMA DE (DES)CIVILIZAÇÃO? O AQUECIMENTO GLOBAL E A TRÍADE DOS CONTROLES BÁSICOS
Bernd Sommer
- 199 -

A CLIMATE OF (DE-)CIVILISATION? GLOBAL WARMING AND THE TRIAD OF BASIC CONTROLS
Bernd Sommer
- 215 -

“INDÍGENAS, SEMPRE INDÍGENAS”
Justino Sarmento Rezende
- 231 -

JESUÍTAS, COROA PORTUGUESA, COLONOS E INDÍGENAS:
FIGURAÇÕES SOCIAIS NOS SÉCULOS XVI-XVIII NA AMAZÔNIA
Maria Beatriz Rocha Ferreira
- 245 -

EDUCAÇÃO E PROCESSOS CIVILIZADORES: TERRITÓRIOS EM DISPUTA
Magda Sarat
- 261 -

A VIAGEM DA LEITURA DE SI COMO FORMAÇÃO:
UMA CONTRIBUIÇÃO DE ELIAS E LARROSA
Nilton Paulo Ponciano
- 277 -

A REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA DOS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS:
UMA INTERPRETAÇÃO A PARTIR DE NORBERT ELIAS
Ana Flávia Braun Vieira
- 289 -

FIGURAÇÃO ENTRE OS KORIPAKO
DO ALTO RIO IÇANA
Esly Camico Mandu e Gláucio Campos Gomes de Matos
- 303 -

A TEORIA DO PROCESSO CIVILIZATÓRIO DE NORBERT ELIAS E SUA EXPANSÃO

Palestrante: Adrian Jitschin
Frankfurt Alemanha.

Dividi minha palestra em duas seções. A primeira parte da palestra, que durará cerca de uma hora, trata de um homem - Norbert Elias, é claro - entre duas guerras mundiais. A segunda seção não trata mais desse homem, mas da recepção de seu trabalho após a Segunda Guerra Mundial. Tudo leva uma hora e meia.

1) UM HOMEM ENTRE AS GUERRAS MUNDIAIS

Quero começar minha palestra com algo fundamental que vai muito além desta conferência e do tema desta palestra: guerra.

As guerras são tão fundamentais, destrutivas e perturbadoras que não podem ser muito apreciadas nas ciências sociais. Vivemos numa época de guerras - novamente - pode-se acrescentar. A invasão da Ucrânia pela Rússia terminou uma fase em que grandes e devastadores conflitos territoriais poderiam ter sido algo para regiões menos desenvolvidas da África, mas não para as nações modernas. E com o ataque do Hamas a Israel em outubro, recebemos um segundo conflito agudo. Estou observando com grande preocupação as ameaças veladas que, não muito longe daqui o Presidente da Venezuela está fazendo contra a pequena Guiana.

Algumas pessoas, incluindo muitos políticos no meu país, pensavam que a era dos grandes conflitos militares tinha acabado. E, no entanto, na Europa, depois de uma lacuna de quase três décadas, temos esse conflito novamente, bem no coração do que é chamado de “mundo civilizado”.

Vou saltar cento e dez anos para o passado. Naquela época, o povo da Europa Central também pensava que a era das guerras tinha sido superada. Mesmo naquela época, o último conflito armado entre suas nações havia sido há décadas. Parecia que esta fase de conflito físico dentro do desenvolvimento humano das nações tinha sido finalmente superada.

Todos sabemos que as coisas aconteceram de forma diferente. A Primeira Guerra Mundial "estourou". A imagem de uma erupção, como um vulcão, é estranha. Isso mostra nossa incapacidade de expressar com palavras os processos sociais que levaram milhões de pessoas a começar a atirar umas nas outras. Mais de 60 milhões de homens lutaram entre si, 17 milhões de pessoas morreram e muitas outras pessoas ficaram feridas. Somam-se a isso todas as vítimas de abuso sexual, maus tratos, humilhação e destruição do trabalho e das tradições da vida.

Vamos falar sobre o quadro geral e uma única vítima desta guerra: um jovem de 17 anos experimentou tudo isso. Ele comemorou seu aniversário em 22 de junho de 1914, e seis dias depois o arquiduque Franz Ferdinand foi baleado, o que é considerado o ponto de partida da guerra. É uma das coincidências biográficas que temos relatos bastante precisos do que este jovem de 17 anos, Norbert Elias, experimentou.

No início das hostilidades, Elias estava na Bélgica, desfrutando de férias à beira-mar. Foram férias despreocupadas. Todas as nações imagináveis unidas pacificamente; muito alemão foi ouvido e falado. Mas os jornaleiros que, para promover as vendas, leram em voz alta as manchetes ameaçadoras das revistas parisienses nas calçadas. "A Áustria ameaça a Rússia", "A Alemanha está se preparando para a mobilização". Nos círculos da sociedade no resort a beira mar, este foi um jogo de lado; além dos teatros, que se pode visitar à noite, os grupos de discussão nos terraços e nas cadeiras de praia, a situação política principal também foi discutida em certa medida. Como a arte ou moda mais recentes, a possibilidade de guerra era um tópico/um tema - mas não foi dado muito peso. Afinal, o último grande conflito armado da Europa foi há mais de quarenta anos; este verão de 1914 seguiu-se uma vasta série de encontros pacíficos na Europa, nas estâncias à beira mar. Finalmente, em julho de 1914, o clima na cidade belga tornou-se gelado e frio apesar das temperaturas quentes. Os alemães foram claramente convidados a sair.

A família Elias estava em um dos últimos trens. Norbert Elias lembrou-se muitas décadas depois: "Estávamos nos corredores, animados e impacientes, todos conversando uns com os outros. Ninguém podia ficar quieto ou ler." O que aconteceu? Elias encontrou

um homem adulto com quem ele poderia conversar e desenvolver uma melhor compreensão do que estava acontecendo no mundo. “Esta pessoa, seja quem for, estava tentando me explicar a política, logo essa viagem passou rápida. Deve ter sido alguém que eu gostava, e então viajamos conversando. Isso deve ser decepcionante, mas eu não tinha ideia de que este era o fim do mundo como eu conhecia.” Foi só na fronteira que eles tiveram certeza. O trem parou na estrada aberta, já no lado alemão, antes da primeira estação de trem. Nesta hora, escurecido lá fora. As pessoas se pressionavam contra as janelas. Eles reconheciam vagarosamente os trens que passavam com seus interruptores prontos para dar a volta: grandes equipamentos, provavelmente canhões, cobertos por lonas nos vagões. Um trem de carga após outro passou por eles enquanto o sinal primário em sua via estava em uma parada. Então, após minutos, o sinal ergueu-se para “Estrada livre!” Norbert Elias retornou do nada ao lado civil alemão.

Elias viu o mundo civilizado que eles haviam experimentado, entrar em colapso em1914. Nos quatro anos seguintes, todas as nações que ele tinha visto juntas na praia concentravam-se em bombardeios, envenenamentos e esmagamentos uns dos outros. Os melhores jovens de sua geração foram brutalmente assassinados nas trincheiras. O próprio Elias foi um dos sortudos que sobreviveram ao assassinato. O que lhe aconteceu está apenas parcialmente documentado, mas uma vez que conhecemos os seus planos operacionais, podemos dizer com certeza que Elias fez parte da guerra na secção da frente entre a Alemanha e a França. Ele, o menino protegido de uma família de classe média, não só foi confrontado com a morte e a vulnerabilidade pela primeira vez, foi tão brutal quanto possível. A chegada ao campo de batalha ficou profundamente gravada na memória de Elias:

“De repente, alguém viu uma série de luzes longe. Isso foi a barragem. Esta experiência de sentar-se e cantar canções, ver o fogo à distância, e ouvir o trovão dos canhões, que você não identifica como canhões, foi um trovão constante, e você ficou mais perto e mais perto da frente da linha do trovão e da luz. Eu ainda posso ver a imagem de como chegamos em algum lugar.” Os corpos dos cavalos foram rasgados, sangue espalhado no caminho à frente. E atrás deles estavam os superiores, gritando ordens selvagens. Dessa forma, Elias foi apresentado às trincheiras.

Os soldados trabalhavam na paisagem lunar, destroçada por projéteis de artilharia, atravessados pela 'tempestade de aço' dos projéteis de artilharia intermitentes e pelo trovão subsequente da explosão. Os artilheiros tinham de transportar constantemente algo de um lugar para outro: munições dos transportes de abastecimento, alimentos e suprimentos, armas que tinham de ser instaladas em outros lugares e fortificações. Finalmente, eles colocaram em posição as barricadas e os sacos de areia, consertaram as linhas rasgadas e endireitaram o que havia sido destruído. O inimigo tinha disparado de forma desordenada, e eles melhoraram seus próprios abrigos e cavaram tocas mais profundas para se esconderem no subsolo. O significado mais profundo de cada ação nem sempre era claro para eles, mas se não haviam ordens superiores, sempre havia algo para buscar, cavar ou reparar. Como todos os outros soldados, ele também criou barreiras nas quais ele poderia se fortalecer da melhor forma possível. "Eu ainda me lembro do abrigo; claro, você vivia no subsolo. "Não eram apenas trincheiras de proteção, mas também moradias subterrâneas reais - como toupeiras", relata. Em poucos dias, as pessoas tinham cavado fundo para criar o que supostamente seria para proteção. Elias continua: "Ainda vejo os degraus de madeira que me conduzem para baixo. E então havia duas salas, bem no subsolo." Na vida cotidiana, nenhum artilheiro teve tempo para refletir sobre o impacto que sua ação poderia ter na vida de outro soldado. Você tentava sobreviver e cumprir as ordens que vinham fazer parte de uma gigante máquina de guerra.

Qual é o caminho desde o inocente jovem de 17 anos que foi jogado no meio do assassinato até o posterior grande pensador sociológico sobre o processo de civilização?

Aqui, temos diferentes níveis em que um pensador e sua teoria são socializados. Em primeiro lugar, há um jovem ainda pouco familiarizado com as grandes questões da sociedade. Este jovem ainda não encontrou um tema para o seu trabalho científico. E nesta fase de sua vida, entre 17 e 21 anos, quando deixa o exército, ele é confrontado com a questão existencial da guerra. Foi pura coincidência que ele, de todas as pessoas, sobreviveu a esse assassinato. O motivo de refletir sobre o que ele experimentou e o memorial a

todas as outras pessoas que não tiveram a sorte de sobreviver provavelmente deixaram uma impressão duradoura em Elias. Não estou sozinho nesta visão. A linguista Dörfel-Mathey examinou a escolha de palavras de Elias. Ela conclui: “Com Elias, a questão dos padrões antropológicos de medo, violência e busca de sentido parece estar sempre em segundo plano; o alerta sempre paira sobre os poemas para confrontar a falta de sentido da existência, criando uma vida que une você encontrar significado em significado para os outros.” E o historiador vital Kocka escreve:”A Primeira Guerra Mundial mudou a vida de Norbert Elias e abriu o caminho para sua volta à sociologia.” Devemos assumir que a teoria da civilização não teria existido sem a Primeira Guerra Mundial, que ela desencadeou algo neste jovem que se tornou para ele uma obsessão para toda a vida.

O primeiro ponto de partida da busca de Elias por respostas foi o debate alemão sobre as razões para a guerra. É uma batalha selvagem que contou com muitos nomes proeminentes. Entre 1914 e 1918, numerosas discussões giravam em torno do porquê exatamente as pessoas estavam em guerra contra a Grã-Bretanha, a França e a Rússia. Dois pontos centrais nestas discussões serão abordados aqui porque eles foram essenciais para a teoria de Elias. O primeiro argumento girava em torno da localização geográfica da Alemanha no continente. Se você olhar um mapa, pode ver que a França está a oeste e a Rússia a leste. A Grã-Bretanha controla a rota marítima com sua marinha superior. O argumento de que esta aliança comum deveria incluir a Alemanha não pode ser descartado. A Alemanha, dependente de matérias-primas do exterior em todos os momentos da sua industrialização, não tinha oportunidade real para negociar além destas três nações. A ideia deste debate na Europa Central era romper e acabar com a aliança “Tríplice Entente” formada em 1907. O objetivo geográfico da Alemanha era superar a restrição e obter acesso garantido a todos os oceanos do mundo. O segundo argumento central foi o debate sobre os estudos culturais. Qual era a diferença entre a cultura alemã e seus oponentes? E isso foi sobre a diferença entre as preferências características que definiram a cultura alemã e o que caracterizava os outros três países. A Rússia era percebida como uma nação de inimigos culturais, uma força bárbara que - citação de Elias - os descendentes de Genghis Khan. A Rússia não era

apenas economicamente atrasada, mas também era percebida como culturalmente atrasada aos olhos dos alemães. Tal foi o argumento formativo para Elias e sua família, que viviam nas partes orientais da Alemanha. Um medo abstrato de hordas de cavaleiros ou bárbaros, que remonta à Idade Média, vivia entre a população. A região experimentou em primeira mão, no final da Segunda Guerra Mundial, em 1944, que este perigo não era apenas abstrato. E - se me permite esta recente observação - tem acontecido novamente na Ucrânia há dois anos. Esta distinção na autoconfiança alemã era mais complexa do que na Inglaterra e França. Ela se destaca em contraste com a civilidade e a cultura. A classe alta de um centro havia moldado a França e a Inglaterra durante séculos, o que lhes tinha dado uma estrutura comportamental específica no processo e na coordenação dos seus interesses. Aqui, o ambiente social dos reis tinha tomado conta do estado de comportamento. Na Alemanha, a unificação do império tinha ocorrido apenas algumas décadas antes. Alemanha era civilizada, mas não caracterizada por uma classe alta, mas sim por um cânone do comportamento que se tinha estabelecido entre áreas de outra forma independentes. As classes altas aristocráticas não moldaram o cânon do comportamento, mas sim centralmente pelas classes médias comerciais e viajantes do país. Foi aprendido que os servos de classe média dos príncipes moldaram a nação de certa maneira. Mozart como músico, Kant como filósofo e Goethe como poeta contribuíram de seu jeito para moldar as formas de comportamento. O cânon alemão de comportamento tinha um grau diferente de compromisso com o das duas nações centralistas. Enquanto na França e na Inglaterra, o orgulho pela importância da nação é associado à palavra civilização, a Alemanha usa a palavra cultura. No entanto, outras qualidades estão associadas a isso, que, no caso da cultura, são caracterizadas por atributos espirituais, artísticos e religiosos, enquanto o orgulho é baseado principalmente em fatos políticos, econômicos ou técnicos nos outros dois países. Tão próximas como as duas palavras são, a forma mais alta de civilização para o alemão é a cultura; para ele, forma a coroa. Enquanto isso, para os franceses, ele ocupa apenas uma qualidade dentro da civilização. Desta forma, o conceito alemão de cultura cria uma distinção; sempre pergunta sobre as características específicas da nação, enquanto

que na França e na Inglaterra a questão sobre as características é de importância subordinada, e a questão do tamanho da civilização tem um significado abrangente. Enquanto na França e na Grã-Bretanha, as capitais Paris e Londres beneficiavam de um extenso significado civilizacional, a Alemanha não tinha tal lugar de dominação. As muitas pequenas capitais dos estados alemães e as cidades de livre comércio de Hamburgo, Colônia ou Frankfurt tinham seus próprios círculos intelectuais e intelectuais; a troca através da linguagem escrita padrão, que diferia da língua falada local, foi crucial para o intercâmbio cultural. Enquanto a classe alta alemã se orientou para a França e adotou a língua da vizinha França em muitos tribunais, na vida cotidiana, a língua alemã tornou possível o intercâmbio prático, especialmente na comunicação escrita. A nação alemã surgiu pela primeira vez por escrito, depois como uma construção política.

Até hoje, as pessoas da minha cidade natal, Frankfurt, estão muito orgulhosas de terem sido uma cidade livre por mais de 800 anos e, às vezes, até mesmo tiveram sua soberania cidade-estado. Foi, e continua a ser, um ponto central de transporte e comércio na Alemanha. Assim, o Frankfurter não é apenas regionalmente orgulhoso, mas o orgulho em Frankfurt retém parte da autonomia perdida. Esta avaliação é distinta do orgulho regional que se sente nas cidades provincianas de um grande império, que pode valorizar uma peculiaridade local mas não tem toda a amplitude da independência. Até hoje, é um princípio de direito na República Federal da Alemanha que os estados locais tenham mantido uma maior autonomia em certas áreas do que os departamentos na França ou as regiões na Inglaterra.

Quem quiser ler sobre estas tênues diferenças entre as nações da Europa pode fazê-lo no primeiro volume do livro de Elias sobre o processo de civilização. É um dos textos mais substanciais de Elias; é uma tremenda lição sociológica em como Elias resumiu grande parte do debate alemão na época sobre as diferenças entre a Alemanha e seus oponentes da guerra. Elias tinha evidentemente lido todos estes escritos, refletido sobre eles, e resumido a essência da diferença em pouco mais de 50 páginas. O Processo de Civilização é a sua resposta à pergunta autobiográfica sobre por que ele teve que lutar na guerra quando tinha 17 anos.

Mas foi um longo caminho antes que ele pudesse publicar este livro aos 41 anos. Elias retornou - tardiamente - do exército para a

vida civil em 1919. Embora esta questão o tenha preocupado, ele foi sujeito a uma série de exigências cívicas que consumiram anos da sua vida. A primeira foi o desejo aparente de sua família para estudar medicina, que ele fez apático por alguns anos até que decidiu se voltar para a filosofia. Aqui, ele esperava encontrar respostas para as questões sociais práticas que o preocupavam. Uma dissertação que tratou criticamente de Kant marcou a conclusão desta vertente da obra de Elias. Para sua grande decepção, o trabalho não foi percebido como inovador como ele esperava. Meu colega Joseph Garncarz dedicou um livro inteiro à tese de doutorado de Elias. Como resultado, Joseph e eu concordamos que esta composição filosófica era de fato a mediocridade acadêmica, o que não é para ser criticado, mas bloqueou o caminho de Elias mais adiante para a universidade. Por último, devido à falta de dinheiro, Elias trabalhou na indústria até passar muitos anos trabalhando no ambiente universitário sem ter nenhuma posição permanente lá. Este permaneceu o caso até depois de ter publicado sua obra principal.

No entanto, esses anos sem emprego permanente para Elias foram alguns dos mais frutíferos para sua gênese intelectual. Por um lado, devemos ter em mente que ele ainda estava interessado na questão que começou a interessá-lo como um jovem de 17 anos e que precisava continuamente estabelecer-se em qualquer posição acadêmica ou profissional. É tanto a tragédia de Elias quanto sua sorte que ele foi negado o reconhecimento por um longo tempo. Assim, ele permaneceu materialmente destituído, mas ao mesmo tempo desapegado e livre. Elias seguiu um curso que o levou a novos cientistas culturais que o fascinaram. O seu envolvimento com os escritores da civilização é muito importante. O mais tarde, ganhador do Prêmio Nobel de literatura, Thomas Mann, escreveu um trabalho sobre as "Considerações de um Homem Apolítico" no qual ele falou contra todos aqueles alemães "traidores culturais" que agiriam como bajuladores na literatura civilizatória. Mann tinha no banco dos réus aquele cuja "principal força motriz era o desejo de prosperidade"; ele queria independência de pensamento em relação aos interesses financeiros. Elias leu este texto em um de seus primeiros seminários de sociologia, assim como ele estava lendo agora os escritos de Max Weber, a quem era veementemente a favor.

Durante os anos de guerra até sua morte prematura em 1920, ele falou sobre as razões para a guerra, sua conduta e, finalmente, o desenho do novo parlamentar na Alemanha. Estes escritos prepararam o caminho para Elias na nova ciência da sociologia. Não é coincidência que nos cinco anos entre 1925 a 1930, ele trabalhou para o irmão de Weber, Alfred, e queria contribuir para seu trabalho sobre história cultural.

Alfred Weber

Nos anos seguintes, Elias foi profundamente atraído para o círculo da sociologia cultural. Heidelberg, uma das universidades mais antigas do mundo, tinha uma ampla base cultural europeia para oferecer. Lá, Elias aprendeu com Alfred Weber sobre a conexão entre história e sociologia, sobre a sucessão de povos que formaram um processo de civilização da Idade da Pedra ao século XX. Elias foi influenciado tanto pelos romanistas quanto pela faculdade de sociologia. Leonardo Olschki, um especialista em poesia medieval francesa, e Ernst Robert Curtius, que escreveu uma obra monumental sobre a cultura francesa, podem ter sido fundamentais para atrair seu interesse para a França. O que Weber tentou apresentar em geral na sua abordagem geral, fortemente imbuída de considerações primárias económicas e materialistas, já não foi mais amplamente perseguido por Elias, mas sim baseado no estudo de caso central da sociedade francesa. Elias compreendeu que os avanços fundamentais que tornaram possível a transição para o estado-nação moderno vieio desta nação da Europa Central. A partir daí os impulsos emanaram de outros países como a Inglaterra, Espanha ou Portugal.

Elias trouxe esta ideia básica para Frankfurt, onde ele finalmente recebeu seu primeiro cargo universitário em 1930. Nos três anos seguintes, ele ganhou a vida como assistente de Karl Mannheim, outro dos alunos de Alfred Weber que tinha se tornado um professor lá. Mannheim foi outra influência significativa para Elias, a quem ele deveu várias ideias que o direcionaram para a psicologia. Mannheim, que era casado com uma psicanalista, perseguiu uma sociologia que, em termos de hoje, seria classificada como psicologia social. Ele apontou a importância dos grupos competitivos e o efeito produtivo da competição dentro de grupos. Para Mannheim, a socie-

dade era sobretudo uma disputa sobre recursos limitados, disputada entre pessoas de acordo com regras específicas aceitas. No entanto, é exatamente essa disputa que tem consequências benéficas para o desenvolvimento social.

Aqui, vemos outro pilar constitutivo do processo de civilização descrito posteriormente por Elias. A partir da abordagem de Mannheim sobre a competição, Elias desenvolveu uma abordagem sobre rivalidade na corte e aos processos psicológicos que, em última análise levaram à civilização dos povos modernos. Ainda em Frankfurt, ele estava trabalhando em um novo livro que unia a dialética entre as várias ciências existentes até então. Elias combinou múltiplas abordagens no trabalho que eventualmente se tornaria a base de seu livro A Sociedade da Corte. Elias superficialmente se preocupou com o rei francês Luís XIV, o homem mais poderoso da Europa no século XVII. Na realidade, ele usou este exemplo excelentemente documentado do exercício do poder para descrever a constelação em que os estados-nação modernos são baseados. O capítulo inicial, que tratava da estrutura habitacional como uma indicação da constelação social, é um clássico. Elias descreveu como a arquitetura do castelo foi projetada para que o edifício pudesse ser usado para exercer poder. Para cada cômodo foi atribuída uma função social, de modo que as pessoas ao redor do homem mais poderoso foram atribuídas seus respectivos lugares. Até mesmo o lavabo e os cômodos pequenos cumpriram o seu propósito, que por vezes era mais importante do que o dos salões mais magníficos. Atribuir um cortesão para um cômodo particularmente indelicado poderia mostrar-lhe o lugar muito mais claramente do que qualquer repreensão escrita ou verbal seria capaz. Elias também descreveu a importância da pompa e rituais da corte. O design de roupas, penteados e joias serviu como outra indicação do valor social de uma pessoa. Se o rei preferia uma cor de roupa ou um estilo de cabelo específico, este se tornava um modelo para outras pessoas. Através do ritual diário de vestir-se, o rei podia decidir quem dos seus favoritos ele queria abordar naquele dia, enquanto qualquer pessoa de quem ele não gostasse era ignorado na moda e personalidade. Não há dúvida de que, nesse trabalho inicial sobre o processo civilizatório, Elias refletiu as experiências sociais da sociedade mundial. Os franceses, que haviam governado mais de

duzentos anos antes, mal se disfarçavam do imperador alemão, que tinha levado a Alemanha à guerra. Como cidadão do país, Elias tinha estudado de perto o homem a quem devia seu tempo como um soldado. Ele fazia parte da burguesia que tinha ascendido socialmente sob o comando do Kaiser Wilhelm II; ele notara a adoração cultual em seu ambiente familiar. A roupa e a barba do pai tinham sido modeladas de acordo com o líder do país, e o próprio Elias, como os filhos do imperador, tinha que usar um traje de marinheiro, embora sua família não tivesse conexão marítima.

Por último, mas não menos importante, ele e grande parte dos críticos do Kaiser haviam se voltado para a marinha e o exército. Wilhelm II apareceu quase exclusivamente em uniforme militar; ele carregava um sabre e, na ocasião, enfatizava seu afeto pelos diferentes ramos do exército. Como governante, Wilhelm II tinha um carinho especial por essa classe de sociedade. Ao mesmo tempo, ele mal notava seus funcionários civis e os comerciantes bem-sucedidos aos quais o país devia a sua riqueza. Elias se esquivou de criticar diretamente o governante que havia liderado a Alemanha por 30 anos. Era mais fácil explicar a crítica ao governo com um exemplo abstrato.

Estamos em um ponto que diz muito sobre o modo de trabalhar de Elias, que também pode ser visto criticamente: ao contrário de muitos outros sociólogos, como Bourdieu, Elias não criticou sua sociedade; ele evitou qualquer partidarismo político como sociólogo. No entanto, uma crítica sutil dos problemas contemporâneos pode ser derivada de exemplos abstratos em seus escritos. Elias enfatizou repetidamente que seu objetivo era apontar constantes antropológicas e evitar ser atraído para disputas sociais. Essa restrição pode ser vista como muito positiva: Elias evitou que os resultados de sua pesquisa sociológica ficassem sob suspeita de seu desejo por vantagem. Elias manteve-se seriamente interessado em tirar conclusões generalizáveis de exemplos específicos ao longo da sua vida. Sem dúvida, essa é uma das razões pelas quais os cientistas aqui no Brasil, um país com o qual, pelo que sei, ele nunca teve envolvimento em pesquisas, estão acolhendo-o. Elias escreveu sobre exemplos que ocorrem em épocas e países completamente diferentes, mas que nos permitem nos identificar com esses exemplos. Suas observações sobre os antigos romanos são tão relevantes quanto as suas observações sobre as

sociedades tribais africanas, porque elas sempre foram escritas para que pudessem ser aplicadas à realidade de sua vida. Elias teve a grandeza de não relacionar os traumas que vivenciou durante a Primeira Guerra Mundial a si mesmo, mas de abstraí-los e identificá-los como uma experiência humana que ocorreu repetidamente.

Elias não pôde completar esse primeiro trabalho sobre o rei francês nos três anos que ele esteve em Frankfurt. A mudança política para o partido nazista levou à perda de sua posição acadêmica e qualquer futuro em seu país natal. Devido à sua origem religiosa como judeu, mas também por causa de sua estreita colaboração com Karl Mannheim, que não era tão politicamente reservado quanto Elias, ele foi demitido da Universidade de Frankfurt.

O grande livro sobre o processo civilizatório ainda não havia sido concebido. Elias tinha feito uma contribuição significativa para a compreensão do exercício do poder nos estados-nação. Entretanto, ele ainda precisava da dimensão temporal que tornaria possível descrever as origens desse desenvolvimento, e ainda precisava de um conceito de propagação da relevância das ações do governo para a auto-imagem de todo o país. Inicialmente, Elias só conseguia descrever o acúmulo imediato de poder no ambiente do regente. Ao longo dos anos seguintes, ele desenvolveu estes novos blocos de construção de sua teoria da civilização. Experiências amargas de rejeição marcam estas partes da sua vida. Elias tentou, sem sucesso, conquistar um lugar tanto na Suíça e França. Em ambos os países, não recebeu a autorização de residência desejada. Ainda assim, na França, Elias foi dado acesso limitado à universidade, onde ele começou uma troca com Celestine Bouglé, um sucessor de Durkheim. Por um curto período, ele teve uma pequena bolsa de estudos que lhe permitiu estudar os reis franceses em mais detalhes na biblioteca. É uma coincidência biográfica que imediatamente após a conclusão do primeiro livro sobre um rei francês, Elias agora foi para o exterior sem uma posição acadêmica.

Se Elias tivesse mantido o seu emprego na universidade, dificilmente teria sido capaz de realizar uma pesquisa tão detalhada como a que estava fazendo agora. E como Elias não via nenhuma perspectiva específica de continuar sua carreira, ele podia se concentrar totalmente no aprofundamento da linha de pesquisa que mais

o interessava em seu livro. Nos anos que se seguiram, até 1939, foi escrito o livro sobre o processo civilizatório. Elias começou na França, e quando felizmente recebeu o visto para a Grã-Bretanha, continuou a escrevê-lo na sala de leitura da Biblioteca Nacional Britânica. Uma série de encontros, discussões e experiências o ajudaram. Quero abordar alguns aspectos individuais para mostrar quão profundamente Elias estava integrado no mundo do pensamento continental.

Elias alcançou um avanço significativo com a síntese do livro "Civilizando". Do ponto de vista da história da ciência, é preciso citar muitos fundamentos nos quais ela se baseia e cujos autores são geralmente suprimidos. Já mencionei dois sociólogos essenciais, Alfred Weber e Karl Mannheim, a quem Elias deve muito. Walter Benjamin e Franz Borkenau, dois cientistas culturais de influência marxista, também devem ser incluídos na série. Borkenau, que Elias conhecia de seu tempo em Heidelberg e com quem ele foi para Frankfurt, Paris e finalmente Londres, é um pensador muito esquecido. Borkenau escreveu significativamente mais do que Elias; ele escreveu relatórios, resenhas e polêmicas rapidamente. Sua obra, "A transição do mundo feudal para o mundo civil", pode ter influenciado Elias de forma significativa. Paralelamente a Elias, ele trabalhou em uma - citação da introdução - "representação das categorias que moldaram as pessoas do século XVII até os dias atuais". O que foi examinado por Elias como um processo de civilização foi visto por Borkenau, a partir de uma perspectiva marxista, como um afastamento da "doutrina divina da salvação" para uma "forma final dos eventos naturais." Em um processo mais longo, o "capitalismo" teria eliminado a harmonia do mundo feudal. Ao contrário de Elias, que procurou explicar esse processo social na psicologia, Borkenau permaneceu fiel ao materialismo histórico. Para ele, as principais forças motrizes da mudança foram - novamente, uma citação do livro - "riqueza da produção manufatureira". A superioridade econômica do novo homem, que aderiu às leis naturais, foi reconhecida pela classe alta do país e então levou ao surgimento de indivíduos progressistas. Ao mesmo tempo, os outros caíram da constelação de poder na corte e foram finalmente empurrados para as margens da sociedade.

O principal ganho de Elias foi a eliminação deste modo material de explicação - a economia desempenha, na melhor das hi-

póteses, um papel muito marginal no livro sobre civilização - e sua substituição pela psicogênese. Em seu trabalho, Elias concentrou-se principalmente nos maneirismos que encorajavam os jovens nobres a mudarem de comportamento, ou seja, a desenvolver um superego. O nome de Sigmund Freud não pode ser mencionado o suficiente como a inspiração para o livro de Elias. Elias já presta seus respeitos na forma de uma longa nota de rodapé no livro sobre a civilização, e o conhecimento da teoria do psicanalista ressoa em todos os capítulos. Embora nenhum encontro pessoal entre Elias e Freud esteja documentado, pode-se dizer com certeza que Elias foi significativamente influenciado por Freud em seus anos em Frankfurt e mais tarde em seus exílios em Paris e Londres. Alguns de seus alunos e seguidores pertenciam ao círculo íntimo de Elias. Não é coincidência que eles trabalhavam como psicanalistas, e Elias também aspirava a ser um analista, mas não o completou. O que é crucial é que Elias conseguiu desenvolver uma sociogênese e psicanálise da sociedade. Embora Freud tivesse uma teoria da socialização do indivíduo, ele não entendia como a socialização muda dentro das sociedades. Em seus últimos escritos, "O Homem Moisés e a Religião Monoteísta" e "Civilização e seus Descontentes", Freud usou um corpo psicológico como se houvesse um todo inconsciente da sociedade. Ele não entendia que uma interação entre nós molda a psique de nós seres humanos. Como disse Elias, cérebros individuais moldam outros cérebros e estão sendo moldados por eles simultaneamente. Ele vê as consciências como moldando e influenciando constantemente uns aos outros. Em contraste, Freud buscou o patricídio como um pecado original ancorado no subconsciente. Por mais grandiosos que sejam estes dois trabalhos escritos, eles mostram claramente as possibilidades e observações limitadas sobre a psique de um indivíduo para transferir pessoas para uma espécie de consciência da sociedade em geral. Tudo o que Freud escreve sobre isso permanece especulativo e não pode ser verificado empiricamente.

Por outro lado, Elias explica a cronologia exata do desenvolvimento de padrões sociais de comportamento com base em sua visão geral dos livros de boas maneira. Eles fazem isso compreensível de vez em quando, de comportamento para comportamento. Elias mostra como o comportamento ocidental mudou e as pessoas exerce-

ram pressões umas sobre as outras, que se tornaram parte de seu desenvolvimento pessoal como autocompulsão. Elias desenvolve uma teoria sociológica a partir da teoria psicológica.

2) EXPANSÃO DO PROCESSO DE CIVILIZAÇÃO

Quero deixar para a seção da minha palestra que se destina a descrever o desenvolvimento da teoria do processo de civilização. Na segunda parte, perguntaram-me se eu poderia explicar como esta teoria se expandiu. Não quero entrar em detalhes sobre isso, pois é menos atraente. No final, quase ninguém leu o livro no início. A Guerra Mundial de 1939 a 1945 não foi o clima para a recepção favorável de um livro que se pretendia tratar do processo de desenvolvimento a longo prazo do Ocidente. Somado a isso, havia as condições problemáticas: Elias sentiu-se muito desamparado, pois ele e o trabalho foram ignorados. Elias tinha escrito o livro em alemão, mas estava na linha de frente dos adversários alemães. Uma tradução falhou devido à falta de conhecimentos linguísticos, um tradutor adequado e interesses editoriais. Apesar de Elias ter tentado chamar a atenção, inicialmente houve pouca resposta. Os vencedores do Prêmio Nobel, como Sigmund Freud e outros estudiosos que falavam alemão, receberam cópias dedicadas, mas apenas algumas revisões resultaram delas, e inicialmente não houve compras. Não há dúvida de que se Elias tivesse morrido durante este tempo, o livro teria sido publicado, mas sua fama não teria chegado muito longe. Quando Elias se aposentou em 1962 e finalmente em Gana dois anos depois, ele era um intelectual esquecido. Apenas alguns exemplares do importante livro foram vendidos em mais de vinte anos.

Elias devia sua fama posterior a alguns estudiosos muito mais jovens que leram o trabalho e entraram em contato com ele. A primeira pessoa a considerar Norbert Elias como o estudioso essencial que conhecemos hoje é Johan Goudsblom. Ele ficou ciente do trabalho através de duas breves discussões. Quando conheceu o autor da obra no Dia Mundial da Sociologia em Amsterdã, em 1955, ele falou com ele. Como Elias pode ter sentido sobre isso é desconhecido, mas ele parece ter sido extremamente feliz. O jovem estudante, com apenas 23 anos de idade, foi convidado para um restaurante e de-

senvolveu-se uma animada troca. Este jovem estudante acabou por se tornar professor na Universidade de Amsterdã em 1968 - baseado numa tese sobre Friedrich Nietzsche, um pensador cuja visão do mundo diferia fundamentalmente da de Elias. Embora a base da carreira de Goudsblom tenha sido baseada em outros trabalhos, ele escolheu enfatizar a comunicação dos ensinamentos de Norbert Elias. Já em 1969, ele o convidou para uma cadeira universitária, e a Escola de Sociologia de Amsterdã foi criada, moldando a recepção de Elias.

Outra vertente de redescoberta surgiu na Alemanha através da pesquisa de Dieter Claessens. Ele tinha lido o trabalho como um jovem estudante de doutorado, e ele trocou brevemente uma carta com Elias, mas depois perdeu contato com seu colega. No final das contas, ele ficou muito surpreso quando seu colega Karl-Heinz Pfeffer descobriu Elias em Gana, na África. Em seguida, um convite para o Dia dos Sociólogos Alemães, onde Claessens e Elias se encontraram pessoalmente pela primeira vez. Finalmente, Claessens e Pfeffer permitiram que Elias ficasse como hóspede em Münster em 1965. A partir deste ponto, a recepção alemã cresceu através de vários estudantes de doutorado mais jovens, todos os quais eram três ou quatro décadas mais jovens do que Elias. Elias percebeu que era um momento muito melhor para uma recepção positiva de seu trabalho e começou a desenvolver ideias para a recepção de suas ideias com Claessens e seus alunos. O foco inicial foi publicação de rascunhos inéditos e revisão de seu material didático em inglês para alemão. Claessens permitiu que Elias publicasse seu texto didático em uma série de livros. Após vários atrasos, principalmente devido a Elias, o livro "O que é Sociologia?" foi finalmente publicado em 1970. Elias trouxe uma concepção de processo muito anglo-americano, que ele complementou com uma versão revisada de seu trabalho sobre a sociedade cortesã. Somente após completar esses primeiros escritos, que apareceram trinta anos depois de seu primeiro livro, ele ousou revisar sua principal obra, "Sobre o processo civilizatório". E foi essa nova edição do antigo trabalho que se tornou um avanço significativo no final da década de 1970. Elias, que já havia publicado alguns trabalhos menores e menos importantes, tornou-se uma estrela da mídia, em grande parte graças à publicidade de sua editora, Unseld. Na coletiva de imprensa para a nova edição do volume, a sala estava

lotada. No movimento estudantil, o trabalho de Elias fazia parte do cânon dos jovens, socialmente críticos e vendeu centenas de milhares de cópias.

Acima de tudo, essa recepção, fruto do zeitgeist político, tornou possíveis outras traduções. De repente, Elias não tinha mais que tentar fazer com que seu trabalho fosse traduzido e notado; as editoras contataram seu agente literário por iniciativa própria, produziram traduções e as anunciaram. Os anos que se seguiram a 1977 foram marcados por um número crescente de traduções de Elias, que Elias também impulsionou. Agora, com mais de 80 anos, ele experimentou uma primavera que o motivou a criar ainda mais escritos. O fato de ter conseguido fazê-lo deveu-se à sua meticulosa paixão por colecionar: Elias tinha feito durante décadas registros com um metro de espessura, dos quais agora podia tirar várias ideias. Assistentes o ajudaram a selecionar da riqueza de material e direcionar seus pensamentos em uma direção estruturada. Isto tinha sido difícil para Elias e tinha limitado suas atividades de publicação. No entanto, com esse apoio, ele poderia criar rapidamente novos trabalhos, especialmente em inglês e alemão, que cobriam uma ampla gama de sociologia. Se queremos falar de uma expansão do seu trabalho, temos que falar de uma explosão quantitativa e temática que agora o ultrapassou. Ele cobriu muitos aspectos essenciais até sua morte em 1990.

A fama póstuma de Elias

O que aconteceu depois com o trabalho de Elias é difícil de rastrear. A sociologia incorporou alguns termos no vocabulário da humanidade. A "Profecia de Autorrealização" de Merton é uma delas, assim como a "globalização", introduzida como um termo pelo aluno de Elias, Giddens. Embora linguisticamente um pouco difícil, o termo "processo civilizatório" é um dos termos mais difundidos além da sociologia. As pessoas falam de "civilização", mesmo que não se refiram explicitamente a Elias. Essa é a parte complicada. A palavra "processo de civilização" foi espalhada na sociologia alemã antes mesmo de Elias.

Um exemplo é o trabalho de Alfred von Martin sobre a sociologia do Renascimento. Von Martin tinha apresentado no colóquio de Karl Mannheim quando Elias era um assistente lá. Assim, deve-

mos dizer explicitamente que Elias NÃO foi o inventor da palavra "processo civilizatório", mas ele a encheu de vida e um conceito sociológico estendido. O que tinha sido uma ideia abstrata na mente das pessoas foi transformada por Elias em um quadro muito mais complexo. Ele elaborou uma teoria social mais complexa que se espalhou. Há várias indicações de quão longe essa propagação se estende. Uma abordagem central é o alcance das traduções. Como a Fundação Norbert Elias, conhecemos 26 idiomas para os quais as obras de Elias foram traduzidas. Estes incluem todas as principais línguas do mundo, pelo que o número de países em que Elias foi lido e recebido é provável que seja significativamente maior.

Os principais escritos, em particular, provavelmente foram notados em qualquer país sociológico importante. Outro indicador é a lista da Associação Internacional de Sociologia dos mais importantes escritos sociológicos do século XX. Elias está aqui representado com nove obras, com a escrita sobre o processo civilizatório ocupando o sétimo lugar geral. Ele pode, portanto, ser considerado sem reservas como um dos sociólogos mais influentes do século XX.

Identificar a influência indireta de Elias no mundo é a parte mais desafiadora. Elias foi e continua sendo lido e referenciado por muitos sociólogos, filósofos e historiadores. Suas ideias vivem nas obras de pensadores amplamente respeitados, mesmo que nem sempre mencionem explicitamente o seu nome. Embora o seu nome tenha significativamente menor peso nos debates dos EUA, ele é repetidamente mencionado nas discussões da Europa continental. As perguntas sobre o tratamento da migração ou a guerra na Ucrânia que começou em 2022 levaram ao nome Elias. Ele e o processo civilizatório associado tornaram-se palavras-chave que dão legitimidade a uma série de estudiosos das humanidades para suas posições e pesquisas.

Por um lado, é excelente que os pesquisadores não parem com Elias. Toda a ciência se esforça para sobreviver. Na astronomia, os pensadores modernos eram o pré-requisito para o conhecimento sempre em expansão do cosmos. Na sociologia, estamos ligados a conexões cada vez mais complexas entre as pessoas. A influência da mídia em todo o mundo através de longas-metragens conjuntas, a interligação do comércio global através da criação de mercados

internos como o Mercosul e a União Europeia, e comunicação direta através da Internet são desenvolvimentos que são, em última análise, sinais de uma civilização de como nós interagimos uns com os outros como pessoas. Estes são processos de civilização em um nível de abstração que não eram de forma alguma previsíveis em 1939, quando Elias publicou seu livro. Do ponto de vista de Elias, o fato de que os pensadores atuais aceitam o desenvolvimento subjacente da cooperação como uma condição prévia para fazer seus diagnósticos dos eventos atuais e suas previsões para o futuro só pode ser gratificante. Do ponto de vista do pesquisador, nada é mais satisfatório se suas declarações se provarem corretas em um exame posterior. Ao mesmo tempo, porém, o nome de Elias - e possivelmente o do processo civilizatório - desaparecerá gradualmente da discussão. A humanidade se dedicará a métodos mais e mais abstratos. A "globalização" que Tony Giddens previu há quarenta anos pode ser vista como outra etapa deste desenvolvimento: ela manteve grande fascínio entre intelectuais e economistas nos anos seguintes ao fim da Guerra Fria. Sim, estamos nos tornando globais como pessoas. Giddens encontrou uma palavra que descrevia a integração de um número cada vez maior de pessoas em um contexto civilizado. Agora, a palavra globalização está em declínio novamente, e outras palavras-chave que se relacionam mais com aspectos técnicos são usadas. A catástrofe global da COVID-19 obscureceu o otimismo ininterrupto associado à globalização, e a euforia dos primeiros anos do milénio diminuiu até certo ponto. Pode-se ler sobre os mecanismos psicológicos subjacentes em Elias há mais de oitenta anos e que cada desenvolvimento da civilização sempre contém um lado psicológico negativo. Toda descarga de instinto e entusiasmo pelo progresso é acompanhada pela supressão do instinto e a destruição do que existia anteriormente. Essa é a beleza do processo civilizatório: se os pensadores de hoje podem ver mais além de Elias, é também porque eles estão no constructo da teoria sociológica, cujos pilares sua teoria da civilização é um elemento sólido profundamente incorporado na construção.

THE THEORY OF THE CIVILISING PROCESS OF NORBERT ELIAS AND ITS EXPANSION

Lecturer: Adrian Jitschin
Frankfurt Germany.

I have divided my talk into two sections. The first part of the lecture, which will last about an hour, deals with a man - Norbert Elias, of course - between two world wars. The second section no longer deals with this man but with the reception of his work after the Second World War. The whole thing takes an hour and a half.

1) A MAN BETWEEN THE WORLD WARS

I want to start my lecture with something fundamental that goes far beyond this conference and the topic of this lecture: war.

Wars are so fundamental, destructive and upsetting that they cannot be highly esteemed in social science. We live in a time of wars – again – one might add. Russia's invasion of Ukraine ended a phase in which major, devastating land conflicts might have been something for less developed regions of Africa but not for modern nations. And with Hamas' attack on Israel in October, we received a second acute conflict. I am watching with great concern the barely concealed threats that, not far from here, the President of Venezuela is making against the smaller Guyana.

Quite a few people, including many politicians in my country, thought the era of major military conflicts was over. And yet, in Europe, after a gap of almost three decades, we have such a conflict again, right at the heart of what is called the "civilised world".

I'm going to jump a hundred and ten-years into the past. Back then, the people of Central Europe also thought that the age of wars had been overcome. Even then, the last armed conflict between their nations was decades ago. It seemed as if this phase of physical conflict within the human development of nations had finally been overcome.

We all know things turned out differently. The First World War "broke out". The image of an eruption, like a volcano, is strange. It shows our inability to express with words the social processes that caused millions of people to start shooting at each other. More than 60 million men fought against each other, 17 million people died, and many more people were injured. Added to this are all the victims of sexual abuse, mistreatment, humiliation, and the destruction of life's work and traditions.

Let's talk about the bigger picture and a single victim of this war: a 17-year-old experienced all of this. He celebrated his birthday on June 22, 1914, and six days later Archduke Franz Ferdinand was shot, which is considered the starting point of the war. It is one of the biographical coincidences that we have pretty precise accounts of what this 17-year-old, Norbert Elias, experienced.

At the beginning of hostilities, Elias was in Belgium, enjoying a seaside holiday. It was a carefree vacation. Every conceivable nation united peacefully; much German was heard and spoken. But the newsboys who, to promote sales, read out loud the threatening headlines of the Parisian magazines on the promenade. "Austria threatens Russia", "Germany is preparing for mobilisation". In the circles of the seaside resort society, this was a side game; in addition to the theatres that one could visit in the evening, the discussion groups on the terraces and in the beach chairs, the major political situation was also discussed to some extent. Like the latest art or fashion, the possibility of war was a topic - but it was not given too much weight. After all, Europe's last major armed conflict was over forty years ago; this summer of 1914 followed a vast series of peaceful meetings in Europe in the seaside resorts. Finally, in July 1914, the mood in the Belgian town became frosty and cold despite the warm temperatures. The Germans were clearly asked to leave.

The Elias family was on one of the last trains. Norbert Elias remembered many decades later: "We stood in the aisles, excited and impatient, everyone talking to each other. Nobody could sit still or read." What happened? Elias found a grown man with whom he could talk and develop a better understanding of what was occurring in the world. "This person, whoever it was, was trying to explain the politics to me, so this trip went by quickly. It must have been some-

one I liked, and so we travelled talking. That must be disappointing, but I had no idea this was the end of the world as I knew it." It was only at the border that they were given certainty. The train stopped on the open road, already on the German side, before the first train station. By now, it had become dark outside. People pressed themselves against the windows. They dimly recognised trains passing by with their switches set to give way: large equipment, probably cannons, covered under tarps on the wagons. One freight train after another passed them while the primary signal on their track was at a stop. Then, after minutes, the signal arm raised to "Road clear!" Norbert Elias returned from the nowhere land to the civil German side.

Elias saw the civilised world they had experienced until 1914 collapse. Over the next four years, all the nations he had seen together on the beach concentrated on shelling, poisoning, and crushing each other. The best young men of his generation were brutally murdered in the trenches. Elias himself was one of the lucky ones who survived the murder. What happened to him is only partially documented, but since we know his operational plans, we can say with certainty that Elias was part of the war on the section of the front between Germany and France. He, the sheltered boy from a middle-class family, was not only confronted with death and vulnerability for the first time, it was as brutal as it can be. The arrival at the battlefield was deeply etched in Elias's memory:

Suddenly, someone saw a string of lights far away. That was the barrage. This experience of sitting there and singing songs, seeing the fire in the distance, and hearing the thunder of the cannons, which you don't identify as cannons, it was a constant thunder, and you got closer and closer to the front of the line of thunder and light." "I can still see the picture of how we arrived somewhere." Horse corpses were torn open, blood splattered on the way forward. And behind them were the superiors, shouting wild orders. In this way, Elias was introduced to the trenches.

The soldiers worked in the lunar landscape shattered by artillery shells, shot through by the 'storm of steel' of the flashing artillery shells and the subsequent thunder of the explosion. The artillerymen constantly had to carry something from one place to another: ammunition from supply transports, food and supplies, guns that had to be

set up elsewhere, and fortifications. Finally, they cleared barricades and sandbags into position, mended torn lines, and straightened what had been destroyed. The enemy had shot crookedly, and they improved their own shelters and dug deeper caves to hide underground. The deeper meaning of every action was not always clear to them, but if there was no order from above, there was always something to fetch, dig or repair. Like all other soldiers, he also created barriers in which he could fortify himself as best as possible. “I still remember the dugout; of course, you lived underground. “It wasn’t just protective trenches, but also real underground dwellings – like moles,” he reports. Within a few days, people had dug deep down to create what was supposed to be protection. Elias continues: “I can still see the wooden steps that led down in front of me. And then there were two rooms, deep underground.” In everyday life, no artilleryman had time to reflect on what impact his action could have on another soldier’s life. You tried to survive and fulfil the orders that came with being part of a more giant war machine.

What is the path from the innocent 17-year-old who was thrown into the middle of the murder to the later great sociological thinker about the civilisation process?

Here, we have different levels at which a thinker and his theory are socialised. First of all, there is a young person still unfamiliar with society’s big questions. This young person has not yet found a topic for his scientific work. And at this stage of his life, between 17 and 21, when he leaves the military, he is confronted with the existential question of war. It was pure coincidence that he, of all people, survived this murder. The motif of reflecting on what he experienced and the memorial to all the other people who were not lucky enough to survive probably left a lasting impression on Elias. I am not alone in this view. The linguist Dörfel-Mathey examined Elias’ choice of words. She concludes: “With Elias, the question of the anthropological patterns of fear, violence and the search for meaning always seems to be in the background; the warning always hovers over the poems to confront the meaninglessness of existence by creating a life that unites you Finds meaning in meaning for others.” And the vital historian Kocka writes,

"The First World War changed Norbert Elias's life and paved the way for his turn to sociology." We must assume that the theory of civilisation would not have existed without the First World War, that it triggered something in this young man that was for him became a lifelong obsession.

The first starting point Elias's search for answers took was the German debate about the reasons for war. It's a wild battle that featured many prominent names. Between 1914 and 1918, numerous discussions revolved around why exactly people were at war against Great Britain, France and Russia. Two central points in these discussions will be taken up here because they were essential to Elias' theory. The first argument revolved around Germany's geographical location on the continent. If you look at a map, you can see that France is to the West and Russia to the East. Great Britain controls the sea route with its superior navy. The argument that this common alliance should embrace Germany cannot be dismissed out of hand. Germany, dependent on raw materials from outside at all times of its industrialisation, had no real opportunity to trade past these three nations. The idea from this Central Europe debate was to break through and end the "Triple Entente" alliance formed in 1907. Germany's geographical goal was to overcome the restriction and gain guaranteed access to the world's oceans. The second central argument was the cultural studies debate. What was the difference between German culture and its opponents? And this was about the difference between the taste characteristics that defined German culture and those that characterised the three other countries. Russia was perceived as a nation of cultural enemies, a barbaric force which - quote from Elias - the descendants of Genghis Khan. Russia was not only economically backward, it was also perceived as culturally backward in the eyes of the Germans. Such was the formative argument for Elias and his family, who lived in eastern parts of Germany. An abstract fear of hordes of riders or barbarians, which dates back to the Middle Ages, lived on among the population. The region experienced firsthand at the end of the Second World War in 1944 that this danger was not just abstract. And – if I may make this recent remark – it has been happening again in Ukraine for two years. This distinction in German self-confidence was more complex than in England and

France. It stands out in contrast to civility and culture. The upper class of a centre had shaped France and England for centuries, which had given them a specific behavioural structure in the process and coordination of their interests. Here, the social environment of the kings had taken over the state of behaviour. In Germany, the empire's unification had only occurred a few decades earlier. Germany was civilised but not characterised by an upper class but rather by a canon of behaviour that had established itself between otherwise independent areas. The aristocratic upper classes did not shape the canon of behaviour but rather centrally by the country's trading and travelling middle classes. It was learned that middle-class servants of the princes shaped the nation in a certain way. Mozart as a musician, Kant as a philosopher, and Goethe as a poet all contributed in their ways to shaping forms of behaviour. The German canon of behaviour had a different degree of commitment to that of the two centralist nations. While in France and England, pride in the importance of the nation is associated with the word civilisation, Germany uses the word culture. However, other qualities are associated with it, which, in the case of culture, are characterised by spiritual, artistic, and religious attributes, while pride is primarily based on political, economic, or technical facts in the other two countries. As close as the two words are, the highest fo,rm of civilisation for the German is culture; for him, it forms the crown. Meanwhile, for the French, it only occupies a quality within civilisation. In this way, the German concept of culture creates a distinction; it always asks about the specific characteristics of the nation, whereas in France and England, the question about the characteristics is of subordinate importance, and the question of the size of one›s civilisation has all-encompassing significance. While in France and Great Britain, the capitals Paris and London benefited from extensive civilisational meaning, Germany had no such place of dominance. The many small capitals of German states and the free trading cities of Hamburg, Cologne or Frankfurt each had their own intelligence and intellectual circles; the exchange via the standard written language, which differed from the local spoken language, was crucial for cultural exchange. While the German upper class oriented itself towards France and adopted the language of neighbouring France in many courts, in everyday life,

the German language made practical exchange possible, especially in written communication. The German nation first emerged in writing, then later as a political construct.

To this day, people in my hometown of Frankfurt are very proud that they were a free city for more than 800 years and, at times, even had their sovereign city-state. It was, and remains to this day, a central transport and trading point in Germany. So, the Frankfurter is not only regionally proud, but the pride in Frankfurt retains some of the lost autonomy. This assessment is distinguishable from the regional pride that one can sense in the provincial towns of a large empire, which may value a local peculiarity but do not have the full breadth of independence. To this day, it is a principle of law in the Federal Republic of Germany that the local states have retained greater autonomy in certain areas than the departments in France or the regions in England.

Anyone who wants to read about these finely differentiated differences between the nations of Europe can do so in the first volume of Elias's book on the process of civilisation. It is one of Elias's most substantial texts; it is a tremendous sociological lesson in how Elias summarised much of the German debate at the time about the differences between Germany and its war opponents. Elias had evidently read all of these writings, reflected on them, and summarised the essence of the difference in little more than 50 pages. The Civilising Process is his answer to the autobiographical question of why he had to fight in the war as a 17-year-old.

But it was a long way before he could publish this book at the age of 41. Elias returned – belatedly – from the military to civilian life in 1919. Although this question preoccupied him, he was subject to a series of civic constraints that consumed years of his life. The first was his family's apparent wish to study medicine, which he did listlessly for a few years until he decided to turn to philosophy. Here, he hoped to find answers to the practical social questions that concerned him. A dissertation that dealt critically with Kant marked the conclusion of this strand of Elias's work. To his great disappointment, the work was not perceived as groundbreaking as he had hoped. My colleague Joseph Garncarz dedicated an entire book to Elias's doctoral thesis. As a result, Joseph and I agree that this philo-

sophical composition was indeed academic mediocrity, which is not to be criticised, but it blocked Elias's further path to university. Finally, due to a lack of money, Elias worked in industry until he spent many years working in the university environment without holding any permanent positions there. This remained the case until after he had published his main work.

Nevertheless, these years without permanent employment for Elias were some of the most fruitful for his intellectual genesis. On the one hand, we should keep in mind that he was still interested in the question that had begun to interest him as a 17-year-old and that he continually needed to establish himself in any academic or professional position. It is both Elias's tragedy and his luck that he was denied recognition for a long time. So he remained materially destitute but at the same time unattached and free. Elias pursued a course that led him to new cultural scientists who fascinated him. His engagement with the civilisation writers is very central. The later Nobel Prize winner for literature, Thomas Mann, wrote a work about the "Considerations of an Apolitical Man" in which he spoke out against all those German "cultural traitors" who would act as people-flatterers in civilisational literature. Mann had the one in the dock whose "main driving force was the desire for prosperity"; he wanted independence of thought from financial interests. Elias read this text in one of his first sociology seminars, just as he was now reading the writings of Max Weber, who was vehemently in

During the war years until his premature death in 1920, he spoke out about the reasons for the war, its conduct, and finally, the design of the new parliamentarian in Germany. These writings paved the way for Elias into the new science of sociology. It is no coincidence that in the five years from 1925 to 1930, he worked for Weber's brother Alfred and wanted to contribute to his work on cultural history.

Alfred Weber

In the following years, Elias was drawn deeply into the circle of cultural sociology. Heidelberg, one of the oldest universities in the world, had a broad European cultural base to offer. There, Elias learned from Alfred Weber about the connection between history

and sociology, about the succession of peoples that formed a civilisation process from the Stone Age to the 20th century. Elias was influenced almost as much by the Romanists as by the sociology faculty. Leonardo Olschki, an expert on French medieval poetry, and Ernst Robert Curtius, who wrote a monumental work on French culture, may have been instrumental in drawing his interest to France. What Weber tried to present in general in his general approach, which was strongly imbued with primary economic and materialistic considerations, was no longer pursued broadly by Elias but rather based on the central case study of French society. Elias understood that the fundamental advances that had made the transition to the modern nation-state possible had come from this Central European nation. From there, the impulses emanated from other countries such as England, Spain or Portugal.

Elias brought this basic idea to Frankfurt, where he finally received his first university position in 1930. Over the next three years, he earned his living as an assistant to Karl Mannheim, another of Alfred Weber's students who had become a professor there. Mannheim was another significant influence on Elias, to whom he owed several ideas that steered toward psychology. Mannheim, who was married to a psychoanalyst, pursued a sociology that, in today's terms, would be classified as social psychology. He pointed out the importance of competitive groups and the productive effect of competition within groups. For Mannheim, society was above all a dispute over limited resources, fought between people according to specific accepted rules. However, it is precisely this dispute that has beneficial consequences for further social development.

Here, we see another constitutive pillar of the civilisation process later described by Elias. From Mannheim's approach to competition, Elias developed an approach to rivalry at court and the psychological processes that ultimately led to the civilisation of modern people. While still in Frankfurt, he was working on a new book that merged the dialectics between the various sciences that existed up to that point. Elias combined multiple approaches in the work that would eventually become the basis of his book The Court Society. Elias was only superficially concerned with the French King Louis XIV, the most powerful man in Europe in the 17th century. In reality,

he used this excellently documented example of the exercise of power to describe the constellation on which modern nation-states are based. The opening chapter, which dealt with the housing structure as an indication of the social constellation, is downright classic. Elias described how the castle's architecture was designed so that the building could be used to exercise power. Each room was assigned a social function, so the people around the most powerful man were assigned their respective places. Even the lavatory and small chambers fulfilled their purpose, which was sometimes more important than that of the most magnificent halls. Assigning a courtier to a particularly indelicate room could show him the place far more clearly than any written or verbal reprimand would have been able to. Elias also described the importance of courtly pomp and rituals. The design of clothing, hairstyles and jewellery served as another indication of a person's social value. If the king preferred a specific clothing colour or hair style, this became a model for other people. Through the daily ritual of dressing, the king could decide which of his favourites he wanted to approach that day, while anyone he didn't like was ignored in fashion and personality. There is no doubt that in this early work on the civilising process, Elias reflected the social experiences of society world. The French, who had ruled more than two hundred years earlier, were barely concealed by the perception of the German Emperor, who had led Germany into war. As a citizen of the country, Elias had closely studied the man to whom he owed his time as a soldier. He was part of the bourgeoisie that had risen socially under Kaiser Wilhelm II; he had noticed the cultic worship in his family environment. His father's clothing and beard had been modelled on the country's leader, and Elias himself, like the Emperor's sons, had to wear a sailor's suit, even though his family had no other maritime connection.

Last but not least, he and large sections of the Kaiser's critics had taken up the turn to the navy and the military. Wilhelm II appeared almost exclusively in military uniform; he carried a sabre and, on occasion, emphasised his affection for the different branches of the army. As a ruler, William II had a special affection for this class of society. At the same time, he hardly noticed his civilian servants and the successful merchants to whom the country owed its

wealth. Elias shied away from directly criticising the ruler who had led Germany for 30 years. It was easier to explain the criticism of the rule with an abstract example.

We are at a point here that says a lot about Elias' way of working, which can also be viewed critically: Unlike many other sociologists, such as Bourdieu, Elias did not criticise his society; he avoided any political partisanship as a sociologist. Nevertheless, subtle criticism of contemporary problems could be derived from abstract examples in his writings. Elias repeatedly emphasised that he aimed to point out anthropological constants and avoid being drawn into social disputes. This restraint can be seen as very positive: Elias prevented the results of his sociological research from ever coming under suspicion of his desire for advantage. Elias remained seriously interested in drawing generalisable conclusions from specific examples throughout his life. This is undoubtedly one reason why scientists here in Brazil, a country that, as far as I know, he has never dealt with in research, are receiving him. Elias wrote about examples that take place in entirely different eras and other countries but which enable us to identify ourselves with these examples. His observations about the ancient Romans are just as relevant as his observations on African tribal societies because they were always written so that they could be applied to the reality of his life. Elias had the greatness not to relate the traumas he experienced during the First World War to himself but rather to abstract them and identify them as a human experience that occurred repeatedly.

Elias could not complete this first work on the French king in the three years he was in Frankfurt. The political switch to the Nazi party led to the loss of his academic position and any further future in his home country. Because of his religious background as a Jew, but ultimately also because of his close collaboration with Karl Mannheim, who was not as politically reserved as Elias, he was dismissed from the University of Frankfurt.

The big book on the civilising process had yet to be conceived. Elias had made a significant contribution to understanding the exercise of power in nation-states. However, he still needed the temporal dimension that would make it possible to describe the origins of this development, and he still needed a concept of the spread

of the relevance of the government's actions to the self-image of the entire country. Initially, Elias could only describe the immediate power build-up in the regent's environment. Over the next few years, he developed these further building blocks of his theory of civilisation. Bitter experiences of rejection mark these parts of his life. Elias tried unsuccessfully to gain a foothold in both Switzerland and France. In both countries, he did not receive the desired residence permit. Still, in France, Elias was given limited access to the university, where he entered into an exchange with Celestine Bouglé, a successor to Durkheim. For a short time, he had a small scholarship that enabled him to study the French kings in more detail in the library. It is a biographical coincidence that immediately after completing the first book about a French king, Elias now went abroad without an academic position just found.

If Elias had kept his job at the university, he would hardly have been able to carry out such detailed research as he was now. And since Elias saw no specific prospect of continuing his career, he could fully concentrate on deepening the strand of research that most interested him in his book. In the years that followed, up to 1939, the book about the civilising process was written. Elias started it in France, and when he happily received his visa to Britain, he continued it in the reading room of the British National Library. A series of encounters, discussions and experiences helped him. I want to go into a few individual aspects to show how deeply Elias was integrated into the continental world of thought.

Elias achieved a significant breakthrough with the synthesis of the Civilising book. From the point of view of the history of science, one has to name many foundations on which it is based and whose authors are usually suppressed. I have already mentioned two essential sociologists, Alfred Weber and Karl Mannheim, to whom Elias owes greatly. Walter Benjamin and Franz Borkenau, two Marxist-influenced cultural scientists, must also be included in the series. Borkenau, whom Elias knew from his time in Heidelberg and with whom he went to Frankfurt, Paris and finally London, is a far too forgotten thinker. Borkenau wrote significantly more than Elias; he wrote reports, reviews and polemics quickly. His work, "The Transition from the Feudal to the Civil World View", may have sig-

nificantly influenced Elias. Parallel to Elias, he worked on a – quote from the introduction – "depiction of the categories that have shaped people from the 17th century to the present day". What was examined by Elias as a process of civilisation was viewed by Borkenau from a Marxist perspective as a turning away from the "divine doctrine of salvation" to a "final form of natural events." Over a longer process, "capitalism" would have eliminated feudal world harmony. Unlike Elias, who sought to explain this social process in psychology, Borkenau remained faithful to historical materialism. For him, the main driving forces for the change were – again, a quote from the book – "wealth of manufacturing production". The economic superiority of the new man, who adhered to natural laws, was recognised by the upper class of the country and then led to the rise of progressive individuals. At the same time, the others fell out of the power constellation at court and were ultimately pushed to the margins of society.

Elias's main gain was the elimination of this material mode of explanation - economics plays, at best, a very marginal role in the book on civilisation - and its replacement by psychogenesis. In his work, Elias focused primarily on the mannerisms that encouraged young nobles to change their behaviour, in other words, to develop a superego. The name of Sigmund Freud cannot be mentioned enough as the inspiration for the Elias book. Elias already pays his respects in the form of a long footnote in the book on civilisation, and the knowledge of the psychoanalyst's theory resonates in all chapters. Although no personal encounter between Elias and Freud is documented, it can be said with certainty that Elias was significantly influenced by Freud in his years in Frankfurt and later in his exiles in Paris and London. Some of his students and followers belonged to Elias's inner circle. It is no coincidence that they worked as psychoanalysts, and Elias also aspired to become an analyst but did not complete it. What is crucial is that Elias managed to develop a socio- and psychogenesis of society. Although Freud had a theory of socialisation of the individual, he did not understand how socialisation changes within societies. In his late writings, "The Man Moses and the Monotheistic Religion" and "Civilisation and Its Discontents", Freud used a psychological body as if there had been an unconscious

whole of society. He didn't understand that an interplay between us shapes the psyches of us humans. As Elias said, individual brains shape other brains and are being shaped by them simultaneously. He sees the consciousnesses as constantly shaping and influencing each other. In contrast, Freud looked for patricide as an original sin anchored in the subconscious. As great as these two works are in writing, they clearly show the limited possibilities and observations on the psyche of an individual to transfer people to a kind of consciousness from the larger society. Everything Freud writes about this remains speculative and cannot be empirically verified.

On the other hand, Elias explains the exact chronology of the development of social standards of behaviour based on his overview of the manner books. They make it understandable from time to time, from behaviour to behaviour. Elias shows how Western behaviour changed and people exerted pressures on each other, which became part of their personal development as self-compulsion. Elias develops a sociological theory from psychological theory.

2) EXPANSION OF THE CIVILIZATION PROCESS

I want to leave it to the section of my lecture that is intended to describe the development of the theory of the civilisation process. In the second part, I was asked whether I could explain how this theory has expanded. I don't want to go into too much detail about this as it's less attractive. In the end, hardly anyone read the book at first. The World War from 1939 to 1945 was not the climate for the favourable reception of a book that was intended to deal with the long-term development process of the West. Added to this were the problematic conditions: Elias had to feel very helpless as he and the work were ignored. Elias had written the book in German but was on the front line of the German opponents. A translation failed due to a lack of language skills, a suitable translator and publishing interests. Although Elias tried to attract attention, there was initially little response. Nobel Prize winners, such as Sigmund Freud and other scholars who spoke German, received dedicated copies, but only a few reviews resulted from them, and initially, there were no purchases. There can be little doubt that if Elias had died during this

time, the book would have been published, but its fame would not have reached very far. When Elias retired in 1962 and finally in Ghana two years later, he was a forgotten intellectual. Only a few copies of the important book had been sold in over twenty years.

Elias owed his later fame to a few much younger scholars who read the work and came into contact with him. The first person to consider Norbert Elias to be the essential scholar we know him as today is Johan Goudsblom. He became aware of the work through two short discussions. When he met the work's author at the World Sociology Day in Amsterdam in 1955, he spoke to him. How Elias may have felt about it is unknown, but he seems to have been extremely happy. The young student, just 23 years old, was invited to a restaurant and a lively exchange developed. This young student eventually became a professor at the University of Amsterdam in 1968 - based on a thesis on Friedrich Nietzsche, a thinker whose worldview differed fundamentally from Elias's. Although the foundation of Goudsblom's career had been based on other works, he chose to emphasise communicating Norbert Elias's teachings. As early as 1969, he invited him to a visiting professorship, and the Amsterdam School of Sociology was created, shaping Elias's further reception.

Another strand of rediscovery arose in Germany through Dieter Claessens' research. He had read the work as a young doctoral student, and he briefly exchanged a letter with Elias but then lost contact with his colleague. He was ultimately very surprised when his colleague Karl-Heinz Pfeffer discovered Elias in Ghana, Africa. An invitation to the German Sociologists' Day followed, where Claessens and Elias met in person for the first time. Finally, Claessens and Pfeffer allowed Elias to stay as a guest in Münster in 1965. From this source, the German reception grew through several younger doctoral students, all of whom were three to four decades younger than Elias. Elias realised that the time was much better for a positive reception of his work and began to develop ideas for the reception of his ideas with Claessens and his students. The initial focus was publishing unpublished drafts and revising his English teaching material into German. Claessens allowed Elias to publish his teaching text in a series of books. After several delays, primarily due to Elias, the book "What is Sociology?" was finally published in 1970. Elias

brought a very Anglo-American process design, which he supplemented with a revised version of his work on the courtly society. Only after completing these first writings, which appeared thirty years after his first book, did he dare to revise his main work, "On the Civilising Process". And it was this new edition of the old work that became a significant breakthrough at the end of the 1970s. Elias, who had previously published a few more minor and less important works, became a media star, largely thanks to the advertising of his publisher, Unseld. At the press conference for the new volume edition, the room was bursting at the seams. In the student movement, Elias's work was part of the canon of young, socially critical people and sold hundreds of thousands of copies.

Above all, this reception, borne out of the political *zeitgeist*, made further translations possible. Suddenly, Elias no longer had to try to get his work translated and noticed; publishers contacted his literary agent on their initiative, produced translations and advertised them. The years since 1977 have been marked by an increasing number of Elias translations, which Elias also fueled. Now over 80 years old, he experienced a spring that motivated him to create even more writings. The fact that he was able to do this was due to his meticulous passion for collecting: Over decades, Elias had made records measuring a meter thick, from which he could now draw on various topics. Assistants helped him select from the wealth of material and direct his thoughts in a structured direction. This had previously been difficult for Elias and had limited his publishing activities. However, with this support, he could quickly create new works, especially in English and German, that covered a wide range of sociology. If we want to talk about an expansion of his work, we have to talk about a quantitative and thematic explosion that now overtook him. He covered many essential aspects until he died in 1990.

The posthumous fame of Elias

What happened next with Elias' work is hard to track. Sociology has incorporated a few terms into humanity's vocabulary. Merton's "Self-fulfilling Prophecy" is one of them, as is "globalisation", introduced as a term by Elias' student Giddens. Although linguistically somewhat unwieldy, the term "civilising process" is one of

the terms widespread beyond sociology. People talk about "civilisation," even if they don't explicitly refer to Elias. That's the tricky thing. The word "civilisation process" was spread in German sociology even before Elias.

An example is Alfred von Martin's work on the sociology of the Renaissance. Von Martin had presented at Karl Mannheim's colloquium when Elias was an assistant there. So we must say explicitly that Elias was NOT the inventor of the word "civilising process," but he filled it with life and an extended sociological concept. What had been an abstract idea in people's minds was transformed by Elias into a much more complex framework. He devised a more complex social theory that spread. There are various indications of how far this spread extends. A central approach is the reach of translations. As the Norbert Elias Foundation, we know of 26 languages into which Elias's works have been translated. These include all major world languages, so the number of countries in which Elias was read and received is likely to be significantly larger. The principal writings, in particular, are likely to have been noticed in any important sociological country. Another indicator is the International Sociological Association's list of the most essential sociological writings of the 20th century. Elias is represented here with nine works, with the writing on the civilising process taking seventh place overall. He can, therefore, be regarded without reservation as one of the most influential sociologists of the 20th century.

Identifying Elias's indirect influence on the world is the most challenging part. Elias has been and continues to be read and referenced by many key sociologists, philosophers and historians. His ideas live on in the works of widely respected thinkers, even if they do not always explicitly mention his name. While his name has significantly less weight in the US debates, he is repeatedly mentioned in continental European discussions. Questions about dealing with migration or the war in Ukraine that began in 2022 led to the name Elias popping up. He and the associated civilising process have become keywords that give a whole range of humanities scholars legitimacy for their positions and research.

On the one hand, it is excellent that researchers do not stop at Elias. All science strives for survival. In astronomy, modern thinkers

were the prerequisite for the ever-expanding knowledge of the cosmos. In sociology, we are connected to increasingly complex connections between people. The media influence of the entire world through joint feature films, the interlinking of global trade through the creation of internal markets such as Mercusor and the European Union, and direct communication via the Internet are developments that are ultimately signs of a civilisation of how we interact with each other as people. These are civilisation processes on a level of abstraction that were in no way foreseeable in 1939 when Elias published his book. From Elias›s point of view, the fact that today›s thinkers accept the underlying development of cooperation as a prerequisite for making their diagnoses of current events and their forecasts for the future can only be gratifying. From the researcher›s point of view, nothing is more satisfactory if his statements prove to be correct in further examination. At the same time, however, the name of Elias – and possibly that of the civilising process – will gradually disappear from the discussion. Humanity will devote itself to further and more abstract methods. The «globalisation» that Tony Giddens predicted forty years ago can be seen as another stage in this development: it held great fascination among intellectuals and economists in the years following the end of the Cold War. Yes, we are becoming global as people. Giddens had found a word that described the integration of ever bigger numbers of people into a civilised context. Now, the word globalisation is on the decline again, and other keywords that relate more to technical aspects are used. The global Covid catastrophe has clouded the unbroken optimism associated with globalisation, and the euphoria from the early years of the millennium has faded to some extent. One could read about the underlying psychological mechanisms in Elias more than eighty years ago and that every development of civilisation always contains a negative psychological side. Every instinct discharge and enthusiasm for progress is accompanied by instinct suppression and the destruction of what previously existed. That is the beauty of the civilising process: If thinkers today can see further than Elias, it is also because they stand on the construct of sociological theory, whose pillars his theory of civilisation is a deeply embedded solid element of construction.

O MAIOR E MAIS APTO ANIMAL. OBSERVAÇÕES DO CRESCENTE DOMÍNIO DA HUMANIDADE SOBRE O RESTANTE DA NATUREZA VIVA

Nico Wilterdink
Universidade de Amsterdã

O assunto de minha contribuição é muito amplo: tratarei de nada menos do que tendências de longo prazo na história da humanidade. Neste esforço, inspiro-me no trabalho de Norbert Elias e Johan Goudsblom. Enquanto Goudsblom continuou e elaborou partes da obra de Elias, eu, por minha vez, tento apresentar o trabalho de Elias e Goudsblom de determinadas maneiras.

A questão central deste artigo é, simplesmente: O que torna a espécie humana um animal tão bem sucedido em termos de sobrevivência e reprodução? Como explicar que os seres humanos, no curso da história, passaram a dominar e controlar cada vez mais outros organismos vivos? Como descrever e explicar o processo que Goudsblom (2002) formulou como "a expansão da antroposfera dentro da biosfera"? Tentarei esboçar em linhas gerais o que esse desenvolvimento implicou, e oferecer uma explicação geral. Posteriormente, discutirei algumas tendências principais na história da humanidade. E finalmente, chamarei a atenção para os retrocessos e desvantagens dessa história de sucesso humano.

A EVOLUÇÃO DO HOMO SAPIENS

Antes de mais nada, vou falar um pouco sobre os processos evolutivos que levaram ao surgimento de nossa espécie, o *Homo sapiens*. Há cerca de 3 milhões de anos, nossos primeiros antepassados humanos que formaram o gênero *Homo* começaram a andar sobre duas pernas e a fazer ferramentas simples com as mãos. A partir de então, podemos falar de um processo de hominização, de se tornar humano, no qual a evolução genética e biológica interage com a mudança sociocultural: uma coevolução gene-cultura (Wilson 1998; Henrich 2016). Por um lado, as mudanças evolutivas biológicas criaram as condições para a cultura humana: cérebros maiores que

aumentaram a capacidade de aprendizagem humana, maior destreza com as mãos que permitiu que os humanos fizessem ferramentas mais complicadas, mudanças anatômicas na boca e na garganta que lhes permitiram desenvolver um repertório de sinais vocais para se comunicarem entre si. Por outro lado, as inovações culturais mudaram as condições da seleção natural, o que trouxe mudanças genéticas que, por sua vez, criaram as condições para um maior desenvolvimento cultural.

Um exemplo dessa interação entre o desenvolvimento sociocultural e a evolução biológica é o controle do fogo, que começou entre os grupos humanos há mais de 500.000 anos. Como Goudsblom apontou em seu livro Fogo e Civilização (1992), o controle do fogo foi uma inovação cultural por meio da qual os seres humanos adquiriram importantes vantagens de poder em relação a outros animais. O fogo serviu como arma, fonte de calor e luz, e um dispositivo para tornar as plantas e os animais comestíveis mais digeríveis por meio do cozimento. O controle do fogo foi a base de um grande número de importantes inovações tecnológicas mais tarde na história, como a cerâmica, a metalurgia e o motor a vapor. Sem o controle do fogo, o crescente domínio dos humanos sobre o restante da natureza viva não poderia ter ocorrido. No entanto, o que Goudsblom não destacou é que o controle humano do fogo também teve um impacto sobre a evolução biológica dos seres humanos muito antes do surgimento do *Homo sapiens*. Como o primatologista Richard Wrangham (2009) argumentou, quando os primeiros humanos ou hominídeos aprenderam a cozinhar, eles precisavam de menos energia para digerir seus alimentos; suas mandíbulas, dentes e seus intestinos se tornaram menores, seus cérebros poderiam tornar-se maiores em consequência, e uma maior proporção de energia corporal poderia ser dedicada ao funcionamento desses cérebros maiores - o que lhes permitiu aprender mais, inventar mais e construir culturas mais complexas. Em outras palavras, o controle do fogo foi um elo crucial no longo processo de coevolução gene-cultura. O surgimento do *Homo sapiens* há cerca de 200.000 anos foi o resultado desse processo.

Inicialmente, o *Homo sapiens* não era a única espécie humana. Durante muito tempo, eles conviveram com outros humanos ou hominídeos, como o *Homo neanderthalensis*, que também desen-

volveram uma série de habilidades culturais, inclusive o controle do fogo. Os neandertais desapareceram da Terra há cerca de 40.000 anos. Não sabemos exatamente por que e como, mas uma razão plausível é que eles foram superados pelo *Homo sapiens* porque as capacidades culturais e a organização social deste último eram mais adequadas para a sobrevivência.

A DISSEMINAÇÃO DE UM NÚMERO CADA VEZ MAIOR DE PESSOAS SOBRE O PLANETA TERRA: CRESCIMENTO POPULACIONAL E MIGRAÇÃO

O sucesso biológico do *Homo sapiens* em termos de sobrevivência e reprodução é mais claramente indicado por seus números; sem outras palavras, pelo crescimento da população mundial. Isso é mostrado na Tabela 1.

Tabela 1: Evolução da população mundial (estimativas)

Ano	N x 1 milhão	Média de crescimento anual(%)
200.000 BP	0.03	
75.000 BP	0.01	
8000 BCE	4	
1	250	0.05
500	205	- 0.04
1100	257	0.04
1300	429	0.25
1400	374	- 0.14
1500	458	0.20
1700	682	0.20
1800	968	0.35
1900	1613	0.51
2000	6172	1.35
2020	7887	1.23

Fontes: Enciclopédia de População (2003);
www.worldometers.info/world-population.

Embora os números da maioria dos anos e, principalmente, dos primeiros anos dessa tabela sejam estimativas muito aproximadas, eles indicam claramente um enorme crescimento da população mundial no longo prazo. Esse crescimento não foi contínuo. Houve

períodos de declínio temporário da população, como mostra a tabela. Também parece que o crescimento populacional acelerou fortemente nos últimos séculos. Embora a taxa de crescimento anual tenha sido sempre muito inferior a 0,5% antes de 1800, ela aumentou para uma média superior a 1,3% no século XX, diminuindo apenas um pouco nos últimos anos. Uma curva que corresponde aos números da tabela mostraria uma transição de um crescimento lento e às vezes negativo durante a maior parte da história humana para um aumento muito acentuado após 1800.

Outro aspecto da crescente dominação humana na Terra é a migração de grupos humanos da África para quase todas as outras partes do mundo. Enquanto o *Homo sapiens* não foi a primeira espécie humana ou proto-humana que migrou da África, a disseminação de nossa espécie foi mais extensa e mais duradoura. De acordo com evidências paleontológicas e arqueológicas, grupos de Homo sapiens migraram da África para o sul da Europa e do Oriente Médio entre 100.000 e 75.000 anos atrás. De lá, foram para outras partes da Ásia, incluindo o subcontinente indiano (cerca de 65.000 anos atrás) e o Japão (40.000 anos atrás). Chegaram à Austrália há cerca de 50.000 anos atrás. Na Europa, eles se deslocaram gradualmente do sul para o norte, ocupando as regiões escandinavas há cerca de 12.000 anos. Cruzaram o Estreito de Bering da ponta nordeste da Ásia (Sibéria) até a ponta noroeste do continente americano (Alasca) há cerca de 15.000 anos, de onde se moveram gradualmente em direção ao sul, chegando à América do Sul cerca de mil anos depois. Mais recente foi a ocupação humana das ilhas do Pacífico (de cerca de 1.500 anos atrás) e da Nova Zelândia (cerca de 1.000 anos atrás).

Essa dispersão dos seres humanos por quase toda a massa terrestre do globo no decorrer de milhares de anos reflete tanto as necessidades quanto as capacidades. Necessidades: a principal razão para migrar para um território desconhecido foi provavelmente a falta de recursos para sobreviver em uma determinada área, o que poderia ser causada por mudanças ecológicas ou pressão populacional, ou uma combinação de ambos. Capacidades: grupos humanos migratórios conseguiram sobreviver em seu novo ambiente porque foram capazes de desenvolver novos conhecimentos e tecnologia, através da qual se adaptaram às exigências do ambiente. Embora a

adaptação ao novo ambiente, para melhorar a sobrevivência por um longo período de tempo, possa ter um componente genético (pense no desenvolvimento de peles mais claras entre os humanos nas regiões do norte, mais frias e com menos luz solar), a adaptação através de habilidades recém-adquiridas e compartilhadas socialmente foi crucial. Através da adaptação cultural, grupos da mesma espécie humana puderam viver nos mais diversos ambientes naturais, desde as florestas tropicais até as regiões árticas extremamente frias. A adaptação a exigências ambientais amplamente divergentes foi uma fonte de diferenciação cultural entre as sociedades humanas que se espalharam pela Terra.

O QUE EXPLICA A HISTÓRIA DE SUCESSO HUMANO?

O que fez a nossa espécie tão bem-sucedida em termos de sobrevivência, reprodução e dominância? A resposta básica já foi sugerida aqui: ela decorre da evolução que levou ao *Homo sapiens* e da maneira como nossa espécie se espalhou pela Terra. A chave é a capacidade humana de adaptação por meio da inovação e da aprendizagem social - em suma, através da cultura. Os seres humanos não são os únicos animais que têm cultura no sentido amplo do termo. Como argumentam os primatologistas, grupos de chimpanzés, por exemplo, também desenvolveram traços culturais distintos que não são determinados pelos seus genes e são transmitidos ao longo das gerações através da aprendizagem social (De Waal 2001). Mas esta cultura animal é bastante rudimentar comparada à cultura de qualquer grupo humano. É o caráter cumulativo e simbólico da cultura humana que torna os grupos humanos altamente adaptáveis às condições de mudança. Isso também é a base dos desenvolvimentos sociais auto-reforçados muito além do que é adaptativamente necessário para a sobrevivência.

A cultura humana é cumulativa: evolui por meio de inovações passo-a-passo que se desenvolvem progressivamente umas sobre as outras. Isto pode ser visto mais claramente no desenvolvimento da tecnologia (cf. Lenski 2005).

A cultura humana é simbólica: o conhecimento humano sobre o mundo se expressa e transmite através de símbolos, ou seja, sinais

cujos significados se baseiam totalmente em convenções sociais. Enquanto a capacidade humana de comunicação através da linguagem simbólica seja geneticamente dada e o resultado de um longo processo evolutivo, qualquer linguagem humana é criada pelo homem e não é de forma alguma geneticamente determinada. Nada melhor do que a linguagem para ilustrar o fato de que a evolução da espécie humana resultou em um novo nível de realidade, a realidade sociocultural, relativamente autônoma em relação à realidade da natureza viva. Isto foi claramente apontado por Norbert Elias em seu último grande ensaio, A Teoria dos Símbolos (1991) (Elias 2011; cf. Saramago 2023).

Imediatamente ligado ao caráter cumulativo e simbólico da cultura humana está outra característica básica que distingue os seres humanos de outros animais e lhes dá uma vantagem de poder: a capacidade de cooperar em grandes grupos, compostos por centenas ou milhares ou até milhões de indivíduos. Com a ajuda de símbolos, os seres humanos são capazes de conceber entidades tão grandes, distinguir membros de não-membros, formular regras de comportamento e desenvolver sentimentos coletivos de identificação e solidariedade. Os exemplos principais em nossa época são os estados nacionais, com seus nomes, fronteiras territoriais, governos centrais, leis e rituais, mas também podemos pensar em igrejas, cidades, empresas, exércitos, universidades, hospitais ou sindicatos (cf. Harari 2011).

Essa capacidade humana de cooperação também tem profundas raízes evolutivas (Bruggeman 2024). A coordenação das atividades foi importante para o sucesso da caça de grande caça, e foi provavelmente por participar em grupos maiores que os seres humanos, no decorrer do tempo, desenvolveram disposições genéticas para habilidades linguísticas e sociais mais desenvolvidas que, por sua vez, foram funcionais para estabelecer e manter conexões sociais mais extensas (Aiello & Dunbar 1993). Ao cooperar em grupos maiores, os seres humanos aumentaram seu controle sobre a natureza e seu domínio sobre os outros animais. Quanto maior o grupo e quanto maior a cooperação dentro do grupo, maiores são as chances de poder do grupo e de seus membros. Isso significa que existe um impulso competitivo para a formação de grupos cada vez maiores. Grande parte da história humana só pode ser explicada levando-se em conta esse mecanismo.

TENDÊNCIAS DE LONGO PRAZO NA HISTÓRIA HUMANA

O caráter cumulativo e simbólico da cultura humana combinado com a capacidade humana de cooperação em grandes grupos é na base de uma série de tendências interligadas a longo prazo na história humana, além das tendências que já foram apontadas: o crescimento da população humana, e a extensão das áreas do mundo habitadas por humanos. Quatro tendências serão brevemente discutidas aqui: o acúmulo de cultura, crescimento da produção material e uso de energia, diferenciação funcional e especialização, e o crescimento das redes de interdependência humana. Posteriormente, entrarei na questão de saber se a civilização, no sentido eliasiano, pode ser considerada uma das tendências de longo prazo da história humana.

O acúmulo de cultura.

A natureza cumulativa da cultura implica que há, de fato, uma tendência de longo prazo de acumulação de cultura, que compreende o crescimento do conhecimento humano e a substituição de um conhecimento adequado ou eficaz. Como Elias colocou em um ensaio inovador em 1971: "[...] o avanço e a expansão do conhecimento em sua forma científica, que em alguns campos se tornou mais ou menos autoperpetuante, é apenas a fase mais recente de um avanço e expansão muito mais lentos e erráticos, mas, ainda assim - visto em períodos mais longos - cumulativos e constantemente acelerados do conhecimento humano que com muitos altos e baixos vem ocorrendo há muitos milhares de anos." (Elias 2009a: 14) E no mesmo ensaio: "O fato de que em muitas áreas o conhecimento humano progride ao longo dos milênios, apesar de todas as estagnações e regressões, sugere que a longo prazo os avanços no conhecimento têm um valor de sobrevivência considerável" (ibid.: 17).

Como observado, esse processo de longo prazo pode ser observado mais claramente no desenvolvimento do conhecimento tecnológico. Através de inovações passo a passo, os seres humanos aprimoraram as tecnologias com as quais exploraram a natureza de forma mais eficaz e, assim, aumentaram suas chances de sobrevivência. Muitas destas inovações foram adaptações ao ambiente local e ligadas a condições ecológicas específicas. Mas algumas tiveram

um significado mais amplo e, portanto, puderam se difundir de uma sociedade para outra, até o ponto de abrangerem todas as sociedades humanas, de modo que se tornaram parte da cultura mundial. Exemplos disso são as inovações que marcaram a transição da coleta e da caça para a agricultura e pastagem como base da produção de alimentos e, muito mais tarde, as inovações que possibilitaram o uso de combustíveis fósseis como fonte de energia para produção e transporte. Outros exemplos são a invenção da roda, o uso de metais, a tecelagem de tecidos, a introdução de armas de fogo e, nos últimos tempos, a invenção do computador. Algumas inovações em comunicação e organização também atingiram um alcance global; como, mais importante, a invenção da escrita.

Em todos esses casos, como observou Goudsblom (1996: 24; 2023: 51), há uma sequência de três estágios no desenvolvimento em nível mundial: no primeiro estágio, nenhuma sociedade tem uma das características mencionadas (agricultura, metalurgia, indústria mecânica, armas de fogo, escrita etc.); no segundo estágio, algumas sociedades essa característica; e no terceiro estágio, todas as sociedades têm a característica. Eles se espalham porque oferecem vantagens competitivas a indivíduos e grupos nas sociedades em que funcionam. Elas podem ser consideradas como recursos de poder, ou seja, como meios de controle que aumentam as chances de sobrevivência dos membros de uma sociedade e seu poder coletivo em relação a outras sociedades. Os membros dessas outras sociedades são então pressionados ou forçados a assumir o traço de poder; ou eles são expulsos, destruídos ou incorporados à sociedade mais poderosa (Wilterdink 2023). Dessa forma, a agricultura se espalhou de algumas para outras e por fim, para todas as sociedades humanas. De forma mais ou menos semelhante, a indústria mecânica se espalhou desde seus primórdios no século XVIII para cada vez mais áreas do mundo até que toda a população mundial foi incorporada em um sistema industrial global.

A "lei dos três estágios" de Goudsblom, como chamei sua proposição (Wilterdink 2023), implica que o acúmulo cultural em nível mundial ocorre por meio da difusão de traços socioculturais que aumentam o poder predominantemente das sociedades mais poderosas para as menos poderosas. Acredito que esse seja um meca-

nismo fundamental para compreender o curso da história humana no longo prazo.

Aumento do controle da natureza e crescimento da produção de materiais e do uso de energia.

O acúmulo de cultura e, em particular, o desenvolvimento da tecnologia, trouxe um do controle humano cada vez maior da natureza não humana para fins humanos. Assim, a agricultura significava o cultivo seletivo de certas plantas para a produção de alimentos e outros bens de consumo, como roupas. A criação de animais significava a domesticação de certos animais para alimentação (carne, leite) e outros bens (como lã de ovelha), transporte (cavalos, burros, camelos) e produção (pense em bois ou cavalos usados para arar). Com essas inovações, a produção de alimentos por quilômetro quadrado aumentou consideravelmente, o que possibilitou um maior crescimento populacional e densidades populacionais mais altas em uma determinada área. Como consequência da mudança na produção de alimentos, da mudança no consumo de alimentos e do aumento do sedentarismo (que teve o efeito de taxas de fertilidade mais altas), a taxa de crescimento populacional tendeu a aumentar desde o início da agricultura, embora com muita variação no tempo e no espaço.

O crescimento populacional consumiu a maior parte do crescimento da produção, o que significou que o crescimento per capita da produção e do consumo foi limitado ou inexistente; considerando que a produção material total no mundo cresceu com a expansão da agricultura, a maioria das pessoas nas sociedades agrárias permaneceu pobre, com condições de vida próximas ao nível de subsistência. Como disse o historiador econômico Eric Jones (1988: 20 ff.; 1996) colocou, o crescimento econômico durante a maior parte da história costumava ser ‘extensivo’ (ou seja, relacionado ao crescimento populacional) em vez de ‘intensivo’ (ou seja, relacionado ao aumento dos padrões de vida). Os bens de luxo que não eram necessários para a sobrevivência foram predominantemente consumidos por minorias ricas. Isto era particularmente o caso em grandes sociedades militar-agrárias com aristocracias proprietárias de terras e governantes que exploravam a população camponesa (Goudsblom 2023: 53-57). As enormes desigualdades nessas sociedades eram um impedimento

para o crescimento econômico intensivo, per capita, já que a maior parte do excedente de produção adquirido pelos ricos era gasto no consumo de luxo, na exibição de status e na força militar em vez de ser investida na produção material (Jones 1988). No entanto, nestas sociedades também ocorreram inovações tecnológicas que levaram ao crescimento da produção.

A tendência de longo prazo de aumento da produção de materiais foi imediatamente ligada a um crescimento do uso de energia. Desde os primórdios do controle do fogo, o homem aprendeu a usar outras fontes de energia além da comida em seu próprio corpo. Até pouco tempo atrás, a madeira era a principal fonte direta de energia induzida pelo fogo, sendo complementada em partes da Europa desde o final da Idade Média com carvão (Inglaterra) ou turfa (Holanda) como combustíveis alternativos para o aquecimento. Outra fonte de energia, desde os primórdios da transição para a agricultura e pecuária, foi animais domesticados para transporte e produção. Além disso, o vento e a água torrencial tornaram-se fontes de energia para o tráfego e transporte quando os humanos começaram a construir e usar barcos. Com moinhos de água (desde o início da era cristã na Europa, no Oriente Médio e na China) e moinhos de vento (desde a Idade Média), estas mesmas fontes de energia também serviram para a produção de materiais. O uso progressivo de todas essas fontes de energia dependeu das inovações tecnológicas que resultaram em um crescimento global do uso total e per capita de energia pelos seres humanos desde os primórdios da agricultura, há cerca de 11.000 anos.

Esse crescimento do uso de energia se acelerou enormemente com a revolução industrial que decolou na Grã-Bretanha por volta de 1800. A energia muscular humana e animal para produzir e transportar bens materiais foi cada vez mais substituída pela energia que as máquinas derivavam da queima de combustíveis fósseis. Entre 1800 e 2020, quando a população mundial cresceu em um fator de 8, o uso total estimado de energia não humana para fins humanos aumentou cerca de 30 vezes. O consumo de energia per capita, portanto, cresceu, assim, em um fator de 3,7, com forte variação entre diferentes regiões do mundo (Christian 2023: 68-69).

Diferenciação funcional.

A acumulação cultural ou o crescimento do conhecimento após um certo ponto só pode ocorrer quando ele anda de mãos dadas com a diferenciação funcional, a especialização e a crescente divisão do trabalho, um processo no qual pessoas diferentes desempenham funções cada vez mais diferentes. Cada um dos quais requer conhecimentos e capacidades especiais. Engloba a especialização ocupacional, a formação de organizações orientadas para objetivos (como burocracias estatais, exércitos, empresas, escolas e hospitais) e a diferenciação entre campos ou setores institucionais. Ela está causalmente entrelaçada com as outras tendências de longo prazo discutidas aqui: acúmulo de cultura, crescimento da produção e extensão das redes de interdependência. Os sociólogos clássicos do século XIX, como Herbert Spencer e Émile Durkheim (1964), já identificavam esse processo como um aspecto central da evolução social ou do desenvolvimento social de longo prazo. Ele foi reafirmado inúmeras vezes por cientistas sociais posteriores, incluindo Elias (2009b: 28-31) e Goudsblom (2023: 54).

Crescimento de redes de interdependência.

Parte do conjunto de tendências de longo prazo entrelaçadas é também uma tendência de expansão das redes de interdependência humana em termos de número de pessoas e distâncias geográficas. Conforme observado, a capacidade de cooperação em grandes grupos é uma característica distinta da espécie humana. Também observei que há um impulso competitivo para a formação de entidades sociais cada vez maiores, como estados e impérios. No entanto, essas entidades muito grandes são vulneráveis a forças desintegradoras, como a história tem demonstrado de tempos em tempos. No entanto, podemos falar de uma tendência a longo prazo de redes crescentes de interdependência humana; mais pessoas em distâncias maiores tornaram-se mais dependentes umas das outras ao longo da história. É possível distinguir três aspectos desse desenvolvimento de longo: 1) a expansão das unidades de cooperação em termos de número de pessoas e distâncias geográficas; 2) o aumento da densidade das interdependências dentro de grandes unidades de cooperação (manifestadas, por exemplo, pela extensão das funções do Estado dentro

das fronteiras nacionais); e 3) a extensão e a intensificação das interdependências entre membros de diferentes unidades de cooperação em distâncias geográficas cada vez maiores. O exemplo mais claro desse último processo é a extensão e a intensificação das relações comerciais transfronteiriças, o que acabou levando ao que hoje é chamado de mercado mundial de bens e serviços. Todo esse processo está claramente relacionado às outras tendências que acabamos de mencionar. Assim, quando as pessoas que vivem em diferentes áreas se especializaram na produção de bens específicos, tornaram-se dependentes umas das outras para troca de bens; e quando as cadeias de interdependência se tornaram mais longas dessa forma, isso por sua vez aumentou as oportunidades de especialização lucrativa.

A extensão das redes de interdependência também está relacionada ao acúmulo cultural. Ela estimulou inúmeras inovações para facilitar o transporte e a comunicação de longa distância, o que contribuiu para o crescimento das redes de interdependência. A domesticação de cavalos e outros animais de carga, a construção de carros com rodas, canoas e navios à vela, seguidos por trens, caminhões, navios a vapor, petroleiros e aviões - todas essas inovações aumentaram muito a capacidade de viagens de longa distância, transporte e comércio ao longo do tempo. Da mesma forma, um acúmulo de invenções provocou um enorme crescimento da comunicação a longa distância: sistemas de escrita para começar, impressão, telégrafo e telefone, meios modernos de comunicação como rádio e televisão, e, finalmente, redes de computadores e smartphones.

A maioria dessas invenções recentes é recente. Assim como as outras tendências de longo prazo, a tendência de expansão das redes de interdependência sofreu uma enorme aceleração nos últimos cem anos. “Globalização” tornou-se um termo comum para expressar esse fato. Na verdade, podemos dizer que vivemos atualmente em um mundo globalizado, no qual todas as pessoas do mundo participam de uma rede global de interdependência que abrange toda a humanidade. Embora, a humanidade tenha se diferenciado cada vez mais em sociedades territorialmente delimitadas quando os humanos se espalharam pela terra, todas essas sociedades se tornaram agora, em maior ou menor grau, parte de uma sociedade mundial. Como sabemos, essa sociedade está longe de ser harmoniosa. É um

mundo dividido no qual as hostilidades e os conflitos violentos são abundantes.

O processo civilizatório: uma tendência de longo prazo na história humana?

As tendências de longo prazo discutidas aqui dizem respeito às relações entre os seres humanos e o resto da natureza, as relações sociais entre indivíduos e grupos humanos e seus meios de comunicação e orientação. A questão é: podemos também falar de um desenvolvimento geral a longo prazo nas emoções, na mentalidade e na estrutura da personalidade das pessoas, que está relacionado a essas tendências estruturais? Ou, para colocar isso em termos da teoria que Elias apresentou em "Sobre o processo de civilização" (2012 [1939]), podemos falar de um "processo de civilização" que engloba toda a história da humanidade?

Em seu estudo de 1939, que se concentrou nos desenvolvimentos na Europa de aproximadamente 1200 até o século XIX, Elias não entrou nessa questão. Ele tratou disso muito mais tarde em um artigo intitulado "Para uma teoria dos processos sociais", no qual deu uma resposta afirmativa. Nesse ensaio ele apresentou quatro tendências de longo prazo na história humana: diferenciação, integração, o desenvolvimento em direção a um conhecimento mais adequado ao objeto e, em quarto lugar, "a mudança no comportamento social [...] e a correspondente mudança nas estruturas da personalidade social na direção de uma crescente civilização dos sentimentos e comportamentos humanos". Dois aspectos desse processo de civilização são "um aumento na importância do autocontrole em relação ao medo dos outros como meio de controle", e "uma mudança na direção de uma autorregulação mais abrangente, mais equilibrada e, acima de tudo, mais suave e mais moderada [...]" Eelias 2009b: 32-33).

Não é fácil avaliar empiricamente os processos civilizatórios com base nessas formulações. Se isso já era problemático no estudo original de Elias sobre as mudanças na Europa desde a Idade Média (cf. Wilterdink 1984), torna -se ainda mais problemático quando o conceito é estendido à história da humanidade como um todo. Podemos definir o processo de civilização nesse nível como se referindo a mudanças de longo prazo nos padrões sociais, autorregulação, emo-

ções e na estrutura da personalidade que estão adaptativamente conectadas com (outras) tendências de longo prazo na história humana, incluindo o aumento da densidade populacional, o acúmulo cultural, diferenciação funcional e o crescimento de redes de interdependência. A questão, então, é saber qual é a natureza dessas mudanças sócioemocionais de longo prazo e como avaliá-las empiricamente.

Um desenvolvimento socioemocional de longo prazo que Elias considerou como parte do processo global da civilização está claramente ligado às tendências de longo prazo observadas na história humana: a ampliação dos círculos de orientação, identificação e solidariedade. Isso está imediatamente ligado à tendência de ampliação das redes de interdependência humana. Quando as pessoas participam cada vez mais de unidades maiores de cooperação e de redes de interdependência mais extensas, os seus sentimentos de identificação e solidariedade tendem a se ampliar de grupos menores como a família e a comunidade do vilarejo até aos grupos maiores como o estado-nação e, por fim, a humanidade como um todo. Esse processo pode resultar em sentimentos generalizados de identificação e solidariedade com a humanidade em geral, contribuindo para a cooperação e a paz em nível mundial. Mas se e quando a ampliação dos círculos de solidariedade parar em certas fronteiras culturalmente definidas, isso também poderá fortalecer o nacionalismo e sentimentos semelhantes de identificação de grupos particularistas, e assim levar ao endurecimento das oposições intergrupais e contribuir para conflitos de grande escala. Embora ambas as tendências possam ser observadas na história dos últimos séculos, a última tendência tem tomado o controle com bastante frequência. O "processo civilizatório" aumenta nesses casos os riscos de conflitos violentos em larga escala. Podemos chamar isso de paradoxo da civilização.

Retrocessos e desvantagens na história da humanidade

Essas últimas observações nos levam à questão final deste artigo: Quais são as desvantagens e os contratempos desses processos de longo prazo? Não é preciso dizer que minha resposta estará longe de ser exaurida. Tratarei brevemente de exemplos de, sucessivamente, crescimento populacional negativo, deterioração ecológica, aumento da desigualdade e aumento da violência em larga escala.

Retrocessos no crescimento populacional.

Vamos voltar primeiro à Tabela 1. Como você pode ver nessa tabela, houve períodos de crescimento negativo da população mundial. Um retrocesso muito precoce ocorreu provavelmente há cerca de 73.000 anos, quando o número de seres humanos da espécie *Homo sapiens* foi reduzido para cerca de 10.000, de acordo com uma estimativa muito aproximada. Isso foi consequência da mudança climática, que introduziu um período de extrema aridez e frio. A causa principal, segundo os pesquisadores, foi uma enorme erupção vulcânica do Monte Toba, localizado na atual Indonésia, que resultou em uma queda acentuada das temperaturas em muitos lugares ao redor do mundo (Frankopan 2023: 47-48). Após este retrocesso temporário, a humanidade retomou sua tendência de crescimento.

Com o início e subsequente disseminação da agricultura, a população mundial tendeu a crescer de forma mais constante. No entanto, também houve retrocessos no longo período de agrarização, como na primeira metade do primeiro milênio da era cristã. O último retrocesso em nível mundial ocorreu no século XIV. A principal causa dessa redução da população mundial é bem conhecida: as pandemias chamadas de Peste Negra que perambulavam por todo o continente eurasiático, desde a China oriental até a França ocidental, matando milhões de pessoas (Mcneill 1976: 150-159).

Em geral, podemos dizer que houve duas causas principais para a redução temporária da população mundial: as mudanças climáticas, que modificam as condições ecológicas das quais depende a vida das pessoas; e as infecções epidêmicas por micróbios. A primeira causa foi particularmente ameaçadora para a sobrevivência humana no desenvolvimento inicial da humanidade, quando as pessoas eram extremamente dependentes das condições ecológicas locais, a população total ainda era relativamente pequena e os seres humanos habitavam apenas uma parte limitada da massa terrestre. Esse era o caso cerca de 70.000 anos atrás. A disseminação subsequente de grupos humanos pela a terra tornou a humanidade como um todo menos vulnerável, pois os desastres ecológicos se limitavam a certas áreas ou pelo menos tinham efeitos diferentes em diferentes partes do mundo.

As epidemias, por outro lado, tornaram-se mais ameaçadoras quando o tamanho e a densidade populacional aumentaram, e as in-

terdependências de longa distância entre os grupos humanos ficaram mais fortes. Como o historiador mundial William McNeill apontou em seu estudo pioneiro "Plagues and Peoples" (1976), as doenças infecciosas causadas por bactérias ou vírus eclodiram em áreas densamente povoadas, principalmente cidades, e se espalharam por meio do comércio e do tráfego em grandes distâncias. Elas eram, como disse McNeill, "doenças da civilização por excelência" (1976: 54). E ainda são, como vimos nas recentes pandemias globais do coronavírus (2020-2022). Embora os médicos especialistas tenham desenvolvido, desde o século XIX meios eficazes para prevenir ou curar essas doenças, a luta entre os seres humanos e os microrganismos patogênicos continua. Quando dizemos que os seres humanos no decorrer da história tornaram-se cada vez mais dominantes sobre o restante da natureza viva, devemos acrescentar que isso dificilmente se aplica aos organismos menores.

A redução da população tem sido muito mais frequente em níveis regionais. As tabelas 2 e 3 mostram alguns exemplos desse crescimento negativo, com base em uma distinção entre cinco regiões do mundo: Ásia, Europa, África, América do Norte (anglo-saxônica) e América do Sul (latina). A Austrália e Oceania Não foram consideradas. Como na primeira tabela, a maioria dos números da Tabela 2 são estimativas aproximadas com uma grande margem de erro.

Tabela 2 - Desenvolvimento da população nas regiões do mundo entre 1300 e 2020; números em milhões.

Ano	Àsia	Europa	África	América do Norte	América Latina	Mundo
1300	240	86	69	3	29	429
1500	243	84	86	3	39	458
1700	436	125	106	2	10	682
1800	646	195	101	5	19	968
1900	902	422	118	90	75	1613
2000	3748	728	831	312	521	6172
2020	4688	750	1381	378	647	7887

Fonte: Enciclopédia de População (2003); www.worldometers.info/world-population.

Tabela 3 - Desenvolvimento da população nas regiões do mundo; Média de crescimento anual (%)

Ano	Ásia	Europa	África	América do Norte	América Latina	Mundo
1300						
1500	0.00	- 0.00	0.11	0.00	**0.15**	0.03
1700	**0.29**	0.20	0.10	- 0.20	- 0.68	0.20
1800	0.39	0.45	- 0.05	**0.92**	0.64	0.35
1900	0.33	**0.77**	0.16	**2.93**	1.38	0.51
2000	1.43	0.55	**1.97**	1.25	1.95	1.35
2020	1.13	0.15	**2.57**	0.96	1.09	1.23

Calculado com base nos dados da Tabela 2. A taxa de crescimento mais alta em um determinado período é indicada com números em negrito; a taxa de crescimento mais baixa em itálico.

Parece que o desenvolvimento populacional foi muito diferente em diferentes regiões. Considere os dois séculos entre 1500 e 1700: enquanto a população mundial total cresceu consideravelmente, houve uma redução drástica da população nas Américas, mais drasticamente na América Central e do Sul. Como sabemos, essa foi a consequência da "descoberta" europeia da América em 1492 e da subsequente invasão de europeus na América. Os europeus armados destruíram os estados existentes, como os Astecas e os Incas, expulsaram e mataram os povos indígenas, e os infectaram com micróbios letais aos quais eles próprios haviam se tornado imunes. A violência e as infecções letais se combinaram para levar à morte de muitos milhões de nativos americanos.

A conquista europeia do continente americano é um exemplo dramático de um padrão comum na história humana: sociedades em diferentes regiões se desenvolvem de forma desigual em relação a diferentes condições ecológicas; algumas sociedades se tornam muito mais poderosas do que outras; e as sociedades mais poderosas se expandem às custas das menos poderosas. As sociedades menos poderosas são marginalizadas ou destruídas, o que significa que seus membros são mortos ou privados de seus meios de sobrevivência, ou são incorporados à sociedade dominante em papéis subservientes, como membros dos estratos mais baixos. Foi isso que aconteceu com os povos indígenas das Américas desde a invasão europeia. Embora houvesse paralelos notáveis no desenvolvimento de sociedades agrá-

rias em ambos os lados do Atlântico, até mesmo os estados agrários mais poderosos da América não puderam resistir à força militar europeia, pois não dispunham de alguns dos meios de poder que os europeus dispunham: armas de ferro, cavalos, bem como a arma oculta e não intencional dos micróbios letais. Outros fatores foram o fato de que os europeus participaram de redes sociais maiores e terem dispositivos melhores para a cooperação e coordenação em larga escala (Diamond 1997: 67-81).

Vejamos novamente a Tabela 2. Enquanto a população das Américas do Norte, Central e do Sul diminuiu entre 1500 e 1700, ela cresceu em taxas extraordinárias nos dois séculos seguintes, entre 1700 e 1900. Isso deveu-se, em parte, à diminuição das taxas de mortalidade, mas sobretudo à imigração maciça da Europa. Nesses séculos, e particularmente no século XIX, observamos uma aceleração no crescimento da população mundial devido ao aumento do crescimento populacional na Europa e na América; o número de pessoas de pele branca na Europa e da Europa cresceu muito rapidamente nessa época. Isso refletiu a diminuição da mortalidade e o aumento da expectativa de vida graças a melhores provisões alimentares, sanitárias e higiênicas, organização da saúde pública, expansão do conhecimento médico e melhorias nos cuidados médicos, incluindo meios mais eficazes para combater as doenças infecciosas. Todos esses desenvolvimentos começaram nos países relativamente ricos e industrializados do Ocidente, que viram, portanto, as suas populações aumentar não só em números absolutos, mas também em proporção à população mundial.

Isso mudou radicalmente no século XX, quando melhorias básicas no atendimento médico e nas provisões sanitárias foram estendidas aos países pobres. O efeito foi uma queda espetacular das taxas de mortalidade, que combinado com altas taxas de natalidade resultou em taxas de crescimento populacional cada vez maiores. Nesse meio tempo, o crescimento populacional nos países ricos diminuiu devido ao declínio das taxas de natalidade. Isso provocou uma inversão da correlação entre a riqueza de uma região e o crescimento populacional: ao longo da história, essa relação foi positiva, pois a riqueza aumentou as chances de sobrevivência e, portanto, levou a um maior crescimento populacional. Hoje, a correlação se tornou

negativa. O maior crescimento populacional está agora na África, o continente mais pobre. Em conexão com a expansão da educação, especialmente para as mulheres, melhorias nos cuidados de saúde, diminuição do trabalho infantil e, em geral, aumento dos padrões de vida, as taxas de natalidade tendem a diminuir em todos os lugares, mas em graus muito diferentes. Especialmente na África, as taxas de natalidade continuam altas. A proporção da população mundial que vive neste continente aumentou de 7,3% em 1900 para 17,5% em 2020, e espera-se que aumente ainda mais para mais de um quarto por volta da metade deste século. Em contraste, a proporção de pessoas que vivem na Europa, uma das regiões mais ricas do mundo, diminuiu de mais de um quarto da população mundial em 1900 para menos de 10% em 2020.

A queda das taxas de natalidade, que já começou nos estratos superiores e médios da Europa por volta de 1800, manifesta uma extensão do controle humano sobre as vidas humanas. O controle da natalidade, ou planejamento familiar, foi auxiliado por invenções como as pílulas anticoncepcionais, mas o grau em que ele foi e é praticado e realmente leva a taxas de natalidade mais baixas depende de um conjunto de condições sociais que podem, na melhor das hipóteses, ser controladas apenas parcialmente. Os demógrafos esperam que as taxas gerais de natalidade continuem a diminuir, o que resultará em uma transição do crescimento para o decrescimento da população mundial. Isso não é apenas provável, mas também pode ser considerado desejável. Podemos dizer que o mundo atual já está superpovoado por humanos, e esse problema só vai piorar nas próximas décadas.

Problemas ecológicos.

A principal razão para se falar em superpopulação humana no mundo atual é a sobrecarga do ambiente natural, com feedbacks negativos sobre as condições de vida humanas. Ou, para usar uma metáfora bem conhecida, a "pegada ecológica" humana se tornou muito grande. A superpopulação e a degradação ambiental são problemas com uma longa história, mas se agravaram e passaram de locais para globais com a industrialização e o crescimento populacional acelerado desde o século XIX. Nas últimas décadas, obser-

vações e relatórios científicos manifestaram um novo problema: o aquecimento global como consequência da forte e ainda crescente emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, principalmente como consequência de nossa economia industrial baseada na queima de combustíveis fósseis.

Embora mudanças anteriores no clima do planeta tenham desempenhado um papel importante na história da humanidade (Frankopan 2023), a mudança climática atual é única, pois é, de acordo com a maioria dos especialistas, total ou amplamente causada pelo homem. Portanto, os seres humanos não são apenas as vítimas, mas também os instigadores. Esse é um dos argumentos para a afirmação de que vivemos agora em uma nova época geológica: o Antropoceno, no qual uma espécie, a espécie humana, tornou-se esmagadoramente dominante, determinando em grande parte as condições básicas da vida na terra.

Desigualdade e exploração.

Quando grupos humanos em diferentes partes do mundo fizeram a transição da coleta e da caça para a agricultura, criaram condições não apenas para populações maiores e densidades populacionais mais altas, mas também para mais desigualdade de poder e privilégios. Em sociedades agrárias grandes e diferenciadas, foram estabelecidas relações de exploração humana, incluindo a escravidão, e enormes diferenças de poder, status e oportunidades de vida entraram em desenvolvimento (Lenski 1966). As desigualdades de poder aumentaram não apenas dentro das sociedades, mas também entre elas, uma vez que algumas delas se tornaram grandes, altamente diferenciadas e tecnologicamente avançadas, enquanto outras permaneceram pequenas, indiferenciadas e tecnologicamente relativamente estagnadas. Quando os membros dessas sociedades muito diferentes entraram em contato uns com os outros, tais como na região amazônica desde o século XVII, era quase inevitável que se estabelecessem relações de desigualdade entre eles, e que os membros da sociedade mais poderosa tivessem uma influência muito mais forte sobre os membros da sociedade menos poderosa do que o contrário.

Ao longo da história houve contra-tendências de diminuição da desigualdade, mas elas geralmente eram apenas locais e tempo-

rárias. Nos séculos XIX e XX, entretanto, as tendências de democratização e diminuição da desigualdade se tornaram dominantes em alguns países industrializados relativamente ricos. No entanto, nesse mesmo período as desigualdades econômicas entre os países só aumentaram, mesmo quando após a Segunda Guerra Mundial os países asiáticos e africanos conquistaram a independência política das potências coloniais europeias (Bourguignon e Morrison 2002).

As tendências atuais em relação à desigualdade social e econômica também são mistas, mas de uma forma diferente. Durante as últimas décadas, as desigualdades econômicas na maioria dos países tenderam a aumentar, enquanto que a desigualdade econômica geral entre os países diminuiu, embora com forte variação regional (Milanovic 2016). Ambas as tendências podem ser vistas como relacionadas às tendências de globalização acelerada desde a década de 1970 (Wilterdink 2021: 31 ff.).

Violência.

A história do sucesso humano também se torna menos brilhante quando olhamos para a história da violência física. Norbert Elias (2012) em sua grande obra sobre o processo de civilização argumentou convincentemente que com os processos de formação do Estado e a monopolização dos meios de violência pelo Estado, a vida cotidiana dentro das fronteiras do estado tornou-se mais segura e pacífica. Essa tese foi confirmada por estudos posteriores em criminologia histórica, que descobriram que nos países onde a autoridade do estado se tornou mais forte, o número de assassinatos em proporção à população diminuiu fortemente (Eisner 2003). Mas isso se referia à violência não estatal definida como criminosa, não a violência por ou em nome do próprio estado. A formação do Estado na Europa desde o final da Idade Média foi acompanhada pela militarização, a construção de grandes exércitos permanentes, entraram em conflito uns com os outros em guerras. A formação do Estado levou à pacificação dentro das fronteiras dos Estados, mas também ao aumento dos meios de violência que poderiam ser utilizados contra outros Estados. Goudsblom (1998) chamou isso de "paradoxo da pacificação". Com a invenção de armas cada vez mais eficazes, a guerra tendeu a se tornar mais destrutiva, como se viu dramaticamente nas

duas guerras mundiais do século XX. Hoje, temos de conviver com a consciência da possibilidade de uma guerra nuclear que poderia aniquilar grande parte da população mundial, se não toda a humanidade. Além disso, os meios de violência monopolizados pelo Estado também podem ser usados contrapartes da população definidas como forasteiros, como se tornou uma realidade brutal nos genocídios e assassinatos em massa dos últimos cem anos (De Swaan 2014).

OBSERVAÇÕES FINAIS

Em suma, podemos dizer que os riscos de destruição maciça e desastres causados pelo homem em escala global são hoje maiores do que nunca. Por outro lado, também podemos argumentar que as chances de sobrevivência, segurança, bem-estar e liberdade hoje são maiores e mais amplas do que nunca. Aqui somos confrontados novamente com o que pode ser chamado de paradoxo da civilização.

Atualmente, o pessimismo sobre o estado atual do mundo e o futuro parece ser o estado de espírito dominante. Os sentimentos apocalípticos sobre o fim da espécie humana se tornaram generalizados. A história do sucesso humano parece ser, afinal de contas, uma história de fracassos e desastres, é como pensam muitas pessoas. Não é difícil encontrar argumentos para essa visão tão sombria. Mas esse pessimismo apocalíptico é, ao meu ver, demasiado unilateral, muito simples e, no final das contas, empiricamente inadequado. É mais realista, e mais de acordo com o espírito de Norbert Elias, reconhecer os lados positivos e negativos do desenvolvimento humano, e manter uma certa quantidade de otimismo em relação ao futuro. Os seres humanos são animais que aprendem, que são capazes de aprender especialmente com seus erros. A história da humanidade mostrou isso, e há motivos para esperar que o futuro também mostre isso.

REFERÊNCIAS

Aiello, Lesie & R.I.M. Dunbar (1993), Neocortex Size, Group Size, and the Evolution of Language. *Current Anthropology*, 34(2), 184-193.

Bourguignon, François and Christian Morrison (2002), Inequality among World Citizens: 1820-1992. *American Economic Review*, 92 (4), 727-744.

Bruggeman, Jeroen (2024), *A Sociology of Humankind. How We Are Formed by Culture, Cooperation, and Conflict*. London: Routledge.

Christian, David (2023), The Trajectory of Human History. In: Johan Heilbron and Nico Wilterdink (eds.), *Long-Term Processes in Human History*, special issue of *Historical Social Research*, 48 (1), 62-83.

De Swaan, Abram (2015), *The Killing Compartments*. New Haven: Yale University Press.

De Waal, Frans (2001), *The Ape and the Sushi Master*. New York: Basic Books.

Diamond, Jared (1997), *Guns, Germs and Steel*. London: Vintage, 1998 (1997).

Durkheim, Émile (1964), *The Division of Labor in Society*. New York: The Free Press (original French edition 1893).

Eisner, Manuel (2003), Long-Term Trends in Historical Crime. *Crime and Justice*, 30, 83-142.

Elias, Norbert (2009a), Sociology of knowledge: new perspectives. In: *Essays I: On the Sociology of Knowledge and the Sciences.* Collected Works, vol. 14. Dublin: University College Dublin Press, 3-41 (original publication 1971).

Elias, Norbert (2009b), Towards a theory of social processes. In: *Essays III: On Sociology and the Humanities*. Collected Works, vol. 16. Dublin: University College Dublin Press, 9-42.

Elias, Norbert (2011), *The Symbol Theory*. Collected Works, vol 13. Dublin: University College Dublin Press (original publication 1991).

Elias, Norbert (2012), *On the Process of Civilisation*. Collected Works, vol. 3. Dublin: University College Dublin Press (original German publication 1939).

Frankopan, Peter (2023), *The Earth Transformed*. London: Blooms-

bury Publishing.

Goudsblom, Johan (1992), *Fire and Civilization*. London: Allen Lane/Penguin.

Goudsblom, Johan (1996), Human History and Long-Term Social Processes: Toward a Synthesis of *Chronology* and *Phaseology*. In: Johan Goudsblom, Eric Jones and Stephen Mennell, *The Course of Human History*. Armonk/London: M.E. Sharpe, 15-30.

Goudsblom, J. (1998), De paradox van de pacificatie. *Amsterdams Sociologisch Tijdschrift*, 25(3), 395-406.

Goudsblom, Johan (2002), Introductory Overview: the Expanding Anthroposphere. In: Bert de Vries and Johan Goudsblom (eds.), *Mappae Mundi. Humans and their Habitats in a Long-Term Socio-Ecological Perspective*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 21-46.

Goudsblom, Johan (2023), Long-Term Processes in the History of Humanity. In: Johan Heilbron and Nico Wilterdink (eds.), *Long-Term Processes in Human History*, special issue of *Historical Social Research*, 48 (1), 45-61 (translated from the Dutch; original publication 1988).

Harari, Yuval Noah (2011), *Sapiens. A Brief History of Humankind*. London: Vintage.

Henrich, Joseph (2016), *The Secret of Our Success*. Princeton/London: Princeton University Press.

Jones, Eric L. (1988), *Growth Recurring. Economic Growth in World History*. Oxford: Clarendon Press.

Jones, Eric L. (1996), Extensive Growth in the Premodern World. In: Johan Goudsblom, Eric Jones and Stephen Mennell, *The Course of Human History*. Armonk/London: M.E. Sharpe, 63-81.

Lenski, Gerhard (1966), *Power and Privilege. A Theory of Social Stratification*. New York: McGraw-Hill.

Lenski, Gerhard (2005), *Ecological-Evolutionary Theory*. Boulder/London: Paradigm Publishers.

McNeill, William H. (1976), *Plagues and Peoples*. Harmondsworth: Penguin Books, 1979 (1976).

Milanovich, Branko (2016), *Global Inequality*. Cambridge, Mass,: The Belknap Press of Harvard University Press.

Saramago, André (2023), Dualism and Anti-Dualism in the Anthropocene: Process Sociology and Human/Nature Relations in the Great Evolution. In: Johan Heilbron and Nico Wilterdink (eds.), *Long-Term Processes in Human History*, special issue of *Historical Social Research*, 48 (1), 190-212.

Wilson, Edward O. (1998), *Consilience. The Unity of Knowledge*. New York: Alfred A. Knopf.

Wilterdink, Nico (1984), Die Zivilisationstheorie im Kreuzfeuer der Diskussion. In: P. Gleichmann, J. Goudsblom, H. Korte (eds.), *Macht und Zivilisation. Materialien zu Norbert Elias' Zivilisationstheorie 2*. Frankfurt: Suhrkamp, 280-304.

Wilterdink, Nico (2021), The Question of Inequality: Trends of Functional Democratisation and De-Democratisation. In: F. Delmotte and B. Górnicka (eds.), *Norbert Elias in Troubled Times. Figurational Approaches to the Problems of the Twenty-First Century*. Palgrave-Macmillan, 19-42.

Wilterdink, Nico (2023), Goudsblom's Law of Three Stages: The Global Spread of Socio-Cultural Traits in Human History. In: Johan Heilbron and Nico Wilterdink (eds.), *Long-Term Processes in Human History*, special issue of *Historical Social Research*, 48 (1), 84-104.

Wrangham, Richard (2009), *Catching Fire: How Cooking Made Us Human*. New York: Basic Books.

THE FITTEST BIG ANIMAL: REMARKS ON HUMANITY'S GROWING DOMINANCE OVER THE REST OF LIVING NATURE

Nico Wilterdink
University of Amsterdam

The subject-matter of my contribution is very broad: I will deal will nothing less than long-term trends in the history of humanity. In this endeavour I am inspired by the work of Norbert Elias and Johan Goudsblom. Whereas Goudsblom continued and elaborated parts of the work of Elias, I for my part try to set forth the work of Elias and Goudsblom in certain ways.

The central question of this paper is, simply: What makes the human species such a successful animal in terms of survival and reproduction? How to explain that humans in the course of history increasingly came to dominate and control other living organisms? How to describe and explain the process that Goudsblom (2002) phrased as 'the expansion of the anthroposphere within the biosphere'? I will try to sketch in broad outlines what this development entailed, and to offer a general explanation. Subsequently, I will discuss some main trends in the history of humanity. And finally, I will draw attention to setbacks and drawbacks in this human success story.

THE EVOLUTION OF *HOMO SAPIENS*

First of all, I will say something about the evolutionary processes that led to the emergence of our species, *Homo sapiens*. Around 3 million years ago our earliest human ancestors who formed the genus *Homo* started to walk on two legs and to make simple tools with their hands. From then on, we may speak of a process of hominization, of becoming human, in which genetic, biological evolution interacted with sociocultural change: a gene-culture co-evolution (Wilson 1998; Henrich 2016). On the one hand, biological evolutionary changes created the conditions for human culture: larger brains

that enhanced human learning capacity, greater dexterity with the hands that enabled humans to make more complicated tools, anatomical changes in the mouth and the throat that enabled them to develop a repertoire of vocal signs to communicate with one another. On the other hand, cultural innovations changed the conditions of natural selection, which brought about genetic changes that in turn created the conditions for further cultural development.

An example of this interaction between sociocultural development and biological evolution is the control of fire, which started among human groups more than 500.000 years ago. As Goudsblom pointed out in his book *Fire and Civilization* (1992), control of fire was a cultural innovation by which humans acquired important power advantages in relation to other animals. Fire served as a weapon, a source of warmth and light, and a device to make eatable plants and animals more digestible by cooking. Control of fire was at the basis of a large number of important technological innovations later in history, such as pottery, metallurgy, and the steam engine. Without control of fire the increasing dominance of humans over the rest of living nature could not have occurred. What Goudsblom did not point out, however, is that the human control of fire also had an impact on the biological evolution of humans long before the emergence of *Homo sapiens*. As primatologist Richard Wrangham (2009) has argued, when early humans or hominids learned to cook, they needed less energy for digesting their food; their jaws and teeth and their intestines became smaller, their brains could be become larger as a consequence, and a greater proportion of bodily energy could be devoted to the functioning of these larger brains – which enabled them to learn more, to invent more, to build more complex cultures. In other words, the control of fire was a crucial link in the long process of gene-culture co-evolution. The emergence of *Homo sapiens* around 200.000 years ago was an outcome of this process.

Initially *Homo sapiens* was not the only human species. For a long time, they lived with other humans or hominids, such as *Homo neanderthalensis*, who also had developed a whole range of cultural skills, including control of fire. The Neanderthals disappeared from the earth around 40.000 years ago. We do not know exactly why and how, but one plausible reason is that they were outcompeted

by *Homo sapiens* because the latter's cultural capacities and social organization were better suited for survival.

THE SPREAD OF INCREASING NUMBERS OF PEOPLE OVER THE EARTH: POPULATION GROWTH AND MIGRATION

The biological success of *Homo sapiens* in terms of survival and reproduction is most clearly indicated by their numbers; in other words, by the growth of the world population. This is shown in Table 1.

Table 1: Development of world population (estimates)

Year	N x 1 million	Yearly growth average (%)
200,000 BP	0.03	
75,000 BP	0.01	
8000 BCE	4	
1	250	0.05
500	205	- 0.04
1100	257	0.04
1300	429	0.25
1400	374	- 0.14
1500	458	0.20
1700	682	0.20
1800	968	0.35
1900	1613	0.51
2000	6172	1.35
2020	7887	1.23

Sources: *Encyclopedia of Population* (2003);
www.worldometers.info/world-population.

While the numbers for most years and particularly the early years in this table are very rough estimates, they clearly indicate an enormous growth of the world population in the long run. This growth was not continuous. There were periods of temporary population decline, as the table shows. It also appears that population growth strongly accelerated in the past few centuries. Whereas the yearly growth rate was always far below 0.5% before 1800, it rose to an average of more than 1.3% in the twentieth century, only to decline somewhat in recent years. A curve that corresponds with the numbers in the table would show a transition from slow and sometimes negative growth

during most of human history to a very steep rise after 1800.

Another aspect of the increasing human dominance on earth is the migration of human groups from Africa to almost all other parts of the world. While *Homo sapiens* was not the first human or proto--human species that migrated from Africa, the spread of our species was more extended and more durable. According to paleontological and archaeological evidence, groups of *Homo sapiens* migrated from Africa to Southern Europe and the Middle East between 100.000 and 75.000 years ago. From there they went to other parts of Asia, including the Indian subcontinent (around 65.000 years ago) and Japan (40.000 years ago). They reached Australia around 50.000 ago. In Europa they moved gradually from the South to the North, occupying Scandinavian regions about 12.000 years ago. They crossed the Bering Street from the North Eastern tip of Asia (Siberia) to the North Western tip of the American continent (Alaska) around 15.000 years ago, from where they gradually moved in Southern direction, to reach South America about a thousand years later. More recent was the human occupation of the Pacific Islands (from about 1500 years ago) and New Zealand (around 1000 years ago).

This dispersion of humans over almost the whole landmass of the globe in the course of thousands of years reflects both necessities and capacities. Necessities: the main reason to migrate to unknown territory was probably a lack of resources to survive in a given area, which could be caused by either ecological change, or population pressure, or a combination of both. Capacities: migrating human groups managed to survive in their new environment because they were able to develop new knowledge and technology by which they adapted to the environment's requirements. While survival-enhancing adaptation to a new environment over a long period could have a genetic component (think of the development of lighter skins among humans in Northern, colder regions with less sunlight), adaptation through newly acquired and socially shared skills was crucial. Through cultural adaptation, groups of the same human species were able to live in the most diverse natural environments, ranging from tropical rain forests to the extremely cold Arctic regions. Adaptation to widely divergent environmental requirements was a source of cultural differentiation among human societies that had spread over the

earth.

WHAT EXPLAINS THE HUMAN SUCCESS STORY?

What made our species so successful in terms of survival, reproduction and dominance? The basic answer has already been suggested here: it follows from the evolution that led toward *Homo sapiens* and from the way in which our species spread over the earth. The key is the human capacity for adaptation through innovation and social learning, - in short, through culture.

Humans are not the only animals who have culture in the broad sense of the term. As primatologists have argued, groups of chimpanzees, for example, have also developed distinct cultural traits that are not determined by their genes and are transmitted over generations through social learning (De Waal 2001). But this animal culture is quite rudimentary compared to the culture of any human group. It is the cumulative and symbolic character of human culture that makes human groups highly adaptive to changing conditions. This is also at the basis of self-reinforcing social developments far beyond what is adaptively necessary for survival.

Human culture is *cumulative*: it evolves through step-by-step innovations that build progressively upon one another. This can be most clearly seen in the development of technology (cf. Lenski 2005).

Human culture is *symbolic*: human knowledge about the world is expressed and transmitted through symbols, that is, signs whose meanings fully rest on social conventions. While the human capacity for communication through symbolic language is genetically given and the result of a long evolutionary process, any human language is man-made and in no way genetically determined. Nothing better than language illustrates the fact that the evolution of the human species has resulted in a new level of reality, sociocultural reality, which is relatively autonomous with respect to the reality of living nature. This has been clearly pointed out by Norbert Elias in his last large essay, *The Symbol Theory* (1991) (Elias 2011; cf. Saramago 2023).

Immediately connected with the cumulative and symbolic character of human culture is another basic characteristic that distinguishes human beings from other animals and gives them a power

advantage: the *capacity to cooperate in large groups*, comprising hundreds or thousands or even millions of individuals. With the help of symbols, humans are able to conceive of such large entities, to distinguish members from non-members, to formulate behavioural rules, and to develop collective feelings of identification and solidarity. The prime examples in our age are national states, with their names, territorial borders, central governments, laws, and rituals, but we may also think of churches, cities, companies, armies, universities, hospitals, or labour unions (cf. Harari 2011).

This human capacity for cooperation too has deep evolutionary roots (Bruggeman 2024). Coordination of activities was important for successful hunting of big game, and it was probably by participating in larger groups that humans in the course of time developed genetic dispositions for more developed linguistic and social skills that in turn were functional for establishing and maintaining more extensive social connections (Aiello & Dunbar 1993). By cooperating in larger groups, humans increased their control of nature and their dominance over other animals. The larger the group and the more cooperation within the group, the larger the power chances of the group and its members are. This means that that there is a competitive drive toward the formation of increasingly large groups. Much of human history can only be explained by taking this mechanism into account.

LONG-TERM TRENDS IN HUMAN HISTORY

The cumulative and symbolic character of human culture combined with the human capacity for cooperation in large groups is at the basis of a number of interconnected long-term trends in human history, in addition and related to the trends that we already noted: the growth of the human population, and the extension of the areas in the world inhabited by humans. Four trends will be shortly discussed here: accumulation of culture, the growth of material production and energy use, functional differentiation and specialization, and the growth of networks of human interdependence. Subsequently I will enter into the question whether civilization in the Eliasian sense might be counted among the long-term trends in human history.

Accumulation of culture.

The cumulative nature of culture implies that there is indeed a long-term trend of accumulation of culture, which comprises the growth of human knowledge and the substitution of more for less adequate or effective knowledge. As Elias put it in a groundbreaking essay in 1971: "[…] the advance and expansion of knowledge in its scientific form, which in some fields has become more or less self--perpetuating, is merely the latest phase in a much slower and more erratic, but nevertheless – seen over longer periods – cumulative and steadily accelerating advance and expansion of human knowledge which with many ups and downs has been going on for many thousands of years." (Elias 2009a: 14) And in the same essay: "The fact that in many areas human knowledge progresses in the course of millennia, in spite of all stagnations and regressions, suggests that in the long run advances in knowledge have a considerable survival value." (ibid.: 17).

As remarked, this long-term process can be most clearly observed in the development of technological knowledge. Through step-by-step innovations humans improved technologies with which they exploited nature more effectively and thereby enhanced their survival chances. Many of these innovations were adaptations to the local environment and tied to specific ecological conditions. But some had wider significance and could therefore diffuse from one society to another, even to the point that they could come to cover all human societies, so that they became part of world culture. Examples are the innovations that marked the transition from gathering and hunting to agriculture and pasture as the basis of food production and, much later in time, the innovations that made possible the use of fossil fuels as the source of energy for production and transport. Other examples are the invention of the wheel, the use of metals, the weaving of textiles, the introduction of fire-arms, and, in recent times, the invention of the computer. Some innovations in communication and organization also attained a global scope; such as, most importantly, the invention of writing.

In all these cases, as Goudsblom (1996: 24; 2023: 51) has remarked, there is a sequence of three stages in the development on

the world level: in the first stage, *no* society has one of the mentioned traits (agriculture, or metallurgy, or mechanical industry, or fire-arms, or writing *et cetera*); in the second stage, *some* societies have that trait; and in the third stage, *all* societies have the trait. They spread because they give competitive advantages to individuals and groups in the societies in which they function. They can be regarded as power resources, that is, as means of control that enhance the survival chances of the members of a society and their collective power in relation to other societies. Members of these other societies are then pressured or forced to take over the power-enhancing trait; or they are driven away, destroyed, or incorporated into the more powerful society (Wilterdink 2023). In these ways agriculture spread from some to more and eventually all human societies. In more or less similar ways, mechanical industry spread since its beginnings in the 18th century to more and more areas of the world until the whole world population was incorporated into a global industrial system.

Goudsblom's 'law of three stages', as I have called his proposition (Wilterdink 2023), implies that cultural accumulation on the world level takes place through diffusion of power-enhancing sociocultural traits from, predominantly, more powerful to less powerful societies. It is, I think, a fundamental mechanism for understanding the course of human history in the long run.

Increasing control of nature, and growth of material production and energy use.

The accumulation of culture and in particular the development of technology brought about increasing human control of non-human nature for human purposes. Thus, agriculture meant the selective cultivation of certain plants for food and other consumption goods, such as clothing. Animal husbandry meant the domestication of certain animals for food (meat, milk) and other goods (such as sheep's wool), transport (horses, donkeys, camels), and production (think of oxen or horses used for ploughing). Through such innovations, the food production per square kilometre was strongly raised, which made possible more population growth and higher population densities in a given area. As a consequence of changing food production, changing food consumption and increasing sedentarism (which

had the effect of higher fertility rates), the rate of population growth tended to rise since the beginnings of agriculture, though with much variation in time and space.

Population growth ate away most production growth, which meant that per capita growth of production and consumption was limited or non-existent; whereas total material production in the world grew with the extension of agriculture, most people in agrarian societies remained poor, with living conditions near the subsistence level. As economic historian Eric Jones (1988: 20 ff.; 1996) put it, economic growth during most of history used to be 'extensive' (i.e., related to population growth) rather than 'intensive' (i.e., related to rising standards of living). Luxury goods that were not necessary for survival were predominantly consumed by wealthy minorities. This was particularly the case in large military-agrarian societies with land-owning aristocracies and rulers who exploited the peasant population (Goudsblom 2023: 53-57). The huge inequalities in these societies were an impediment to intensive, per capita economic growth, since most of the production surplus acquired by the wealthy was spent on luxury consumption, status display and military force instead of invested in material production (Jones 1988). Yet in these societies too technological innovations leading to production growth took place.

The long-term trend of growing material production was immediately connected with a growth of energy use. Since the beginnings of the control of fire, humans had learned to make use of energy sources other than the food in their own bodies. Until quite recently, wood was the main direct source of energy induced by fire, only to be supplemented in parts of Europe since the late Middle Ages by coal (England) or peat (the Netherlands) as alternative fuels for warming. Another source of energy, since the beginnings of the transition to agriculture and animal husbandry, were domesticated animals for transport and production. Besides, wind and streaming water became energy sources for traffic and transport when humans started to build and use boats. With watermills (from around the beginning of the Christian Era in Europe, the Middle East and China) and windmills (from the Middle Ages) these same energy sources also served material production. The progressive use of all these

energy sources depended on technological innovations that resulted in an overall growth of total and per capita energy use by humans since the beginnings of agriculture around 11,000 years ago.

This growth of energy use accelerated enormously with the industrial revolution that took off in Britain around 1800. Human and animal muscular energy for producing and transporting material goods was increasingly replaced by the energy that machines derived from burning fossil fuels. Between 1800 and 2020, when the world population grew with a factor 8, estimated total nonhuman energy use for human purposes increased about 30-fold. Per capita energy consumption thus grew with a factor 3.7, with strong variation between different regions in the world (Christian 2023: 68-69).

Functional differentiation.

Cultural accumulation or growth of knowledge after a certain point can only take place when it goes hand in hand with functional differentiation, specialization, and increasing division of labour, a process in which different people increasingly fulfil different functions, each of which requires special knowledge and capabilities. It encompasses occupational specialization, the formation of goal-directed organizations (such as state bureaucracies, armies, companies, schools and hospitals), and differentiation between institutional fields or sectors. It is causally intertwined with the other long-term trends discussed here: accumulation of culture, growth of production, and the extension of networks of interdependence. Classical sociologists in the nineteenth century, such as Herbert Spencer and Émile Durkheim (1964), identified this process already as a central aspect of social evolution or long-term social development. It has been reaffirmed time and again by later social scientists, including Elias (2009b: 28-31) and Goudsblom (2023: 54).

Growth of networks of interdependence.

Part of the set of intertwined long-term trends is also a tendency of expanding networks of human interdependence in terms of numbers of people and geographical distances. As remarked, the capacity for cooperation in large groups is a distinct characteristic of the human species. I also noted that there is a competitive drive

toward the formation of increasingly large social entities, such as states and empires. However, such very large entities are vulnerable to disintegrating forces, as history has shown from time to time. Yet we may speak of a long-term trend of growing networks of human interdependence; more people over larger distances became more dependent on one another in the course of history. Three aspects of this long-term development can be distinguished: 1) the expansion of units of cooperation in terms of numbers of people and geographical distances; 2) increasing density of interdependencies within large units of cooperation (manifested, for example, by the extension of state functions within national borders); and 3) the extension and intensification of interdependencies between members of different units of cooperation over increasingly large geographical distances. The clearest example of the latter process is the extension and intensification of cross-border trade relations, eventually leading to what is called now the world market of goods and services. This whole process is clearly related to the other trends just mentioned. Thus, when people living in different areas specialized into producing specific goods they became dependent on each other for exchanging goods; and when chains of interdependence became longer in this way, this in turn enhanced the opportunities for profitable specialization.

The extension of networks of interdependence is also related to cultural accumulation. It has stimulated numerous innovations to facilitate long-distance transport and communication, which have contributed to the further growth of interdependency networks. The domestication of horses and other pack animals, the construction of wheeled cars, canoes and sailing ships, followed by trains, trucks, steamships, tankers and airplanes – all these innovations greatly enhanced the capacities for long-distance travel, transport and trade in the course of time. Similarly, an accumulation of inventions brought about an enormous growth of long-distance communication: writing systems to begin with, printing, telegraph and telephone, modern mass media like radio and television, and, finally, computer networks and smartphones.

Most of these inventions are of recent times. Like the other long-term trends, the trend of expanding networks of interdependence has undergone an enormous acceleration in the past few hundred

years. 'Globalization' has become a common term to express this. Indeed, we can say that we live now in a globalized world, in which all people in the world take part in one global network of interdependence which comprises the whole of humanity. While humanity was increasingly differentiated into territorially bounded societies when humans spread over the earth, all these societies have become now, to a greater or lesser extent, part of one world society. It is, as we know, a far from harmonious society. It is a divided world in which hostilities and violent conflicts abound.

The civilizing process: a long-term trend in human history?

The long-term trends discussed here pertain to the relations between human beings and the rest of nature, the social relations among human individuals and groups, and their means of communication and orientation. The question is, can we also speak of an overall long-term development in people's emotions, mentality, and personality structure, which is related to these structural trends? Or, to put it in terms of the theory that Elias advanced in *On the Process of Civilisation* (2012 [1939]), can we speak of a 'process of civilization' that encompasses the whole history of humanity?

In his study of 1939, which focused on developments in Europe from about 1200 until the nineteenth century, Elias did not enter into that question. He dealt with it much later in an article entitled 'Toward a theory of social processes', where he gave an affirmative answer. In this essay he advanced four long-term trends in human history: differentiation, integration, the development toward more object-adequate knowledge, and, fourthly, 'the change in social behaviour […] and the corresponding change in social personality structures in the direction of an increasing civilisation of human feelings and behaviour'. Two aspects of this process of civilization are 'an increase in the importance of self-control relative to the fear of others as a means of control', and 'a change in the direction of more comprehensive, more even and, above all, milder and more temperate self-regulation […]' (Elias 2009b: 32-33).

It is not easy to assess empirically civilizing processes on the basis of these formulations. If this was already problematic in Elias's original study on changes in Europe since the Middle Ages (cf. Wil-

terdink 1984), it is even much more a problem when the concept is extended to the history of humanity as a whole. We might define the process of civilization on that level as referring to long-term changes in social standards, self-regulation, emotions and personality structure that are adaptively connected with (other) long-term trends in human history, including increasing population densities, cultural accumulation, functional differentiation, and the growth of networks of interdependence. The question then is, what the nature of these long-term socio-emotional changes is, and how to assess them empirically.

One long-term socio-emotional development that Elias regarded as part of the overall process of civilization is clearly linked to the noted long-term trends in human history: the widening of circles of orientation, identification and solidarity. This is immediately connected with the trend of the extension of networks of human interdependence. When people increasingly participate in larger units of cooperation and more extended interdependency networks, their feelings of identification and solidarity tend to widen - from smaller we-groups such as the family and the village community to larger groups such as the nation-state and, ultimately, humanity as a whole. This process may result in widespread feelings of identification and solidarity with humankind in general, contributing to cooperation and peacefulness on the world level. But if and when the widening of circles of solidarity stops at certain culturally defined borders it may also strengthen nationalism and similar feelings of particularistic group identification, and thereby lead to the hardening of intergroup oppositions and contribute to large-scale conflicts.. While both tendencies can be observed in the history of the past few centuries, the latter tendency has taken the upper hand quite often. The 'civilizing process' enhances in these cases the risks of large-scale violent conflicts. We may call this the paradox of civilization.

Setbacks and drawbacks in human history

These last remarks bring us to the final question of this paper: What are the drawbacks and setbacks of these long-term processes? Needless to say that my answer will be far from exhaustive. I will deal briefly with instances of, successively, negative population growth, ecological deterioration, growing inequality, and increasing

large-scale violence.

Setbacks in population growth.

Let's go back first to Table 1. As you can see in this table, there were periods of negative growth of the world population. A very early setback occurred probably around 73,000 years ago when the number of humans of the species *Homo sapiens* was reduced to around 10,000, according a very rough estimate. This was the consequence of climate change, which introduced a period of extreme aridity and coldness. The main cause, according to researchers, was an enormous volcanic eruption of mount Toba, located in present-day Indonesia, which resulted in a sharp drop in temperatures in many places around the world (Frankopan 2023: 47-48). After this temporary setback, humanity resumed its tendency to grow.

With the start and subsequent spread of agriculture, world population tended to grow more steadily. Yet there were also setbacks in the long period of agrarianization, such as in the first half of the first millennium of the Christian era. The last setback on the world level occurred in the fourteenth century CE. The main cause of this reduction of the world population is well-known: the pandemics called the Black Death that roamed throughout the Eurasian continent, from Eastern China to Western France, killing many millions of people (McNeill 1976: 150-159).

In general, we can say that there have been two main causes of a temporary reduction of the world population: climate change, which modifies the ecological conditions on which people's lives depend; and epidemic infections by microbes. The first cause was particularly threatening for human survival in the early development of humanity, when people were extremely dependent on local ecological conditions, the total population was still relatively small and humans still inhabited only a limited part of the earthly landmass. This was the case around 70,000 years ago. The subsequent spread of human groups over the earth made humanity as a whole less vulnerable, since ecological disasters were confined to certain areas or at least had different effects in different parts of the world.

Epidemics, on the other hand, became more threatening when population size and population density increased, and long-distance interdependencies between human groups grew stronger. As world

historian William McNeill pointed out in his pioneering study *Plagues and Peoples* (1976), infectious diseases caused by bacteria or viruses broke out in densely populated areas, particularly cities, and spread through trade and traffic over large distances. They were, as McNeill put it, "diseases of civilization par excellence" (1976: 54). And they still are, as we have seen in the recent global corona pandemics (2020-2022). While medical specialists since the nineteenth century have developed effective means to prevent or cure such diseases, the struggle between humans and pathogenic micro-organisms is still going on. When we say that humans in the course of history have become increasingly dominant over the rest of living nature, we should add that this hardly applies to the smallest organisms.

Population reduction has been much more frequent on regional levels. Tables 2 and 3 show some instances of such negative growth, based on a distinction between five world regions: Asia, Europe, Africa, North (Anglo-Saxon) America, and Meso-/Southern (Latin) America. Australia and Oceania are left outside consideration. As in the first table, most numbers in Table 2 are rough estimates with a large error margin.

Table 2 - Development of population in world regions 1300-2020; numbers in millions

Year	Asia	Europe	Africa	North America	Latin America	World
1300	240	86	69	3	29	429
1500	243	84	86	3	39	458
1700	436	125	106	2	10	682
1800	646	195	101	5	19	968
1900	902	422	118	90	75	1613
2000	3748	728	831	312	521	6172
2020	4688	750	1381	378	647	7887

Sources: *Encyclopedia of Population* (2003); www.worldometers.info/world-population.

Table 3 - Development of population in world regions; yearly growth average (%)

Year	Asia	Europe	Africa	North America	Latin America	World
1300						
1500	0.00	- *0.00*	0.11	0.00	**0.15**	0.03
1700	**0.29**	0.20	0.10	- 0.20	- *0.68*	0.20
1800	0.39	0.45	- *0.05*	**0.92**	0.64	0.35
1900	0.33	0.77	*0.16*	**2.93**	1.38	0.51
2000	1.43	*0.55*	**1.97**	1.25	1.95	1.35
2020	1.13	*0.15*	**2.57**	0.96	1.09	1.23

Calculated from the data in Table 2. The highest growth rate in a given period is indicated with numbers in bold; the lowest growth rate with italics.

It appears that the population development was very different in different regions. Take the two centuries between 1500 and 1700: whereas total world population grew considerably, there was a dramatic reduction of the population in the Americas, most drastically in Middle and South America. This was, as we know, the consequence of the European "discovery" of America in 1492 and the subsequent invasion of Europeans in America. Armed Europeans destroyed existing states, such as the Aztec and the Inca empires, drove away and killed indigenous people, and infected them with lethal microbes to which they themselves had grown immune. Violence and lethal infections combined to bring death to many millions of native Americans.

The European conquest of the American continent is a dramatic example of a common pattern in human history: societies in different regions develop unevenly in connection to different ecological conditions; some societies grow much more powerful than others; and the more powerful societies expand at the cost of the less powerful. The less powerful societies are marginalized or destroyed, which means that their members are killed or robbed of their means of survival, or are incorporated into the dominant society in subservient roles, as members of the lowest strata. This is what happened to the indigenous peoples in the Americas since the European invasion. Though there were remarkable parallels in the development of agrarian societies on both sides of the Atlantic, even the most

powerful agrarian states in America could not withstand European military force since they missed some of the means of power that the Europeans disposed of: iron weapons, firearms, horses as well as the hidden, unintended weapon of lethal microbes. Other factors were that the Europeans participated in larger social networks and had better devices for large-scale cooperation and coordination (Diamond 1997: 67-81).

Let's have another look at Table 2. Whereas the population of North, Middle and South America diminished between 1500 and 1700, it grew at extraordinary rates in the two subsequent centuries, between 1700 and 1900. This was partly due to declining mortality rates, but above all to massive immigration from Europe. In these centuries, and particularly in the nineteenth century, we see an acceleration in the growth of the world population because of increasing population growth in Europe and America; the numbers of white-skinned people *in* Europe and *from* Europe grew very rapidly in that age. This reflected declining mortality and rising life expectancy thanks to better food, sanitary and hygienic provisions, organization of public health, expansion of medical knowledge and improvements in medical care, including more effective means to combat infectious diseases. All these developments started in the relatively rich and industrialized countries of the West, which therefore saw their populations increase not only in absolute numbers but also in proportion to the world population.

This changed dramatically in the twentieth century, when basic improvements in medical care and sanitary provisions were extended to poor countries. The effect was a spectacular decline of mortality rates, which in combination with high birth rates resulted in steeply rising rates of population growth. In the meantime, population growth in rich countries diminished because of declining birth rates. This has brought about a reversal of the correlation between the wealth of a region and population growth: throughout history, this relation was positive, as wealth enhanced survival chances and therefore led to more population growth. Today, the correlation has become negative. The highest population growth is now in Africa, the poorest continent. In connection with the extension of education, particularly for women, improvements in health care, decrease of

child labour and, in general, rising standards of living, birth rates tend to decline now everywhere, but in very different degrees. Particularly in Africa birth rates continue to be high. The proportion of the world population living on this continent rose from 7.3% in 1900 to 17.5% in 2020, and is expected to rise further to more than a quarter around the middle of this century. In contrast, the proportion living in Europe, one of the richest regions of the world, declined from more than a quarter of the world population in 1900 to less than 10 percent in 2020.

The decline of birth rates, which started already in upper and middle strata in Europe around 1800, manifests an extension of human control over human lives. Birth control, or planned parenthood, was helped by inventions such as contraceptive pills, but the degree to which it was and is practiced and actually leads to lower birth rates depend on a set of social conditions that can, at best, be controlled only partially. Demographers expect that overall birth-rates will continue to decline, which will result in a transition from growth to degrowth of the world population. This is not only likely but also can also be regarded as desirable. The present world is already overpopulated by humans, we might say, and this problem will only get worse in the coming decades.

Ecological problems.

The main reason to speak of human overpopulation in the present-day world is the overloading of the natural environment, with negative feedbacks on human living conditions. Or, to use a well-known metaphor, the human 'ecological footprint' has become too large. Overpopulation and environmental degradation are problems with a long history, but they aggravated and shifted from local to global with the industrialization and the accelerated population growth since the nineteenth century. In recent decades, scientific observations and reports made a new problem manifest: global warming as a consequence of the strong and still increasing emission of greenhouse gases in the atmosphere, mostly as a consequence of our industrial economy based on burning fossil fuels.

While previous changes in the climate of the planet have played an important role in human history (Frankopan 2023), the

current climate change is unique in that it is, according to most experts, wholly or largely caused by humans; thus, humans are not only the victims but also the instigators. This one of the arguments for the contention that we now live in a new geological epoch: the Anthropocene, in which one species, the human species, has become overwhelmingly dominant, determining to a large extent the basic conditions of life on earth.

Inequality and exploitation.

When human groups in different parts of the world made the transition from gathering and hunting to agriculture, they created conditions not only for larger populations and higher population densities, but also for more inequality in power and privileges. In large, differentiated agrarian societies, relations of human exploitation, including slavery, were established, and huge differences in power, status and life chances came into development (Lenski 1966). Power inequalities increased not only within but also between societies, as some of them became large, highly differentiated and technologically advanced, whereas others remained small, undifferentiated and technologically relatively stagnant. When members of these very different societies came into contact with one another, such in the Amazon Area since the seventeenth century, it was almost inevitable that relations of inequality between them were established, and that the members of the more powerful society had a much stronger influence on the members of the less powerful society than the other way around.

Throughout history there were counter tendencies of decreasing inequality, but these were usually only local and temporary. In the nineteenth and twentieth centuries, however, tendencies of democratization and decreasing inequality became dominant within some relatively rich, industrialized countries. But in this same period economic inequalities *between* countries only increased, even when after the Second World War Asian and African countries gained political independence from European colonial powers (Bourguignon and Morrison 2002).

Current tendencies with respect to social and economic inequality are also mixed, but in a different way. During the last de-

cades, economic inequalities *within* most countries have tended to increase, whereas overall economic inequality *between* countries diminished, though with strong regional variation (Milanovic 2016). Both tendencies can be seen as related to tendencies of accelerated globalization since the 1970s (Wilterdink 2021: 31 ff.).

Violence

The human success story becomes also less bright when we look at the history of physical violence. Norbert Elias (2012) in his great work on the process of civilization has argued convincingly that with processes of state formation and monopolization of the means of violence by the state, daily life within state borders became safer and more peaceful. This thesis has been confirmed by later studies in historical criminology, which found that in countries where state authority became stronger, the number of assassinations in proportion to the population diminished strongly (Eisner 2003). But this concerned non-state violence defined as criminal, not the violence by or on behalf of the state itself. State formation in Europe from the late Middle Ages went hand in hand with militarization, the building of large standing armies, who clashed with one another in wars. State formation led to pacification within state borders but also to the increase of the means of violence that could be used against other states. Goudsblom (1998) has called this the 'paradox of pacification'. With the invention of increasingly effective weapons, war tended to become more destructive, as appeared dramatically in the two world wars of the twentieth century. Today, we have to live with the awareness of the possibility of a nuclear war that could annihilate large proportions of the world population if not the whole of humanity. Moreover, the means of violence monopolized by the state can also be used against parts of the population defined as outsiders, as became a brutish reality in the genocides and mass killings of the past hundred years (De Swaan 2014).

CONCLUDING REMARKS

All in all we can say that the risks of massive destruction and human-induced disasters on a global scale are today greater than

ever before. On the other hand, we can also argue that the chances for survival, security, well-being and freedom today are larger and more widespread than ever before. Here we are confronted again with what may be called the paradox of civilization.

Today, pessimism about the present state of the world and the future seems to be the dominant mood. Apocalyptic feelings about the end of the human species have become widespread. The human success story appears to be, after all, a story of failures and disasters, many people think. It is not difficult to find arguments for such a dismal view. But this apocalyptic pessimism is, I think, too one-sided, too simple, and, in the end, empirically inadequate. It is more realistic, and more in the spirit of Norbert Elias, to recognize both the positive and negative sides of human development, and to keep a certain amount of optimism about the future. Human beings are learning animals, who are able to learn in particular from their errors. The history of humanity has shown that, and there are grounds for the hope that the future will show that too.

REFERENCES

Aiello, Lesie & R.I.M. Dunbar (1993), Neocortex Size, Group Size, and the Evolution of Language. *Current Anthropology*, 34(2), 184-193.

Bourguignon, François and Christian Morrison (2002), Inequality among World Citizens: 1820-1992. *American Economic Review*, 92 (4), 727-744.

Bruggeman, Jeroen (2024), *A Sociology of Humankind. How We Are Formed by Culture, Cooperation, and Conflict*. London: Routledge.

Christian, David (2023), The Trajectory of Human History. In: Johan Heilbron and Nico Wilterdink (eds.), *Long-Term Processes in Human History*, special issue of *Historical Social Research*, 48 (1), 62-83.

De Swaan, Abram (2015), *The Killing Compartments*. New Haven: Yale University Press.

De Waal, Frans (2001), *The Ape and the Sushi Master*. New York:

Basic Books.

Diamond, Jared (1997), *Guns, Germs and Steel*. London: Vintage, 1998 (1997).

Durkheim, Émile (1964), *The Division of Labor in Society*. New York: The Free Press (original French edition 1893).

Eisner, Manuel (2003), Long-Term Trends in Historical Crime. *Crime and Justice*, 30, 83-142.

Elias, Norbert (2009a), Sociology of knowledge: new perspectives. In: *Essays I: On the Sociology of Knowledge and the Sciences.* Collected Works, vol. 14. Dublin: University College Dublin Press, 3-41 (original publication 1971).

Elias, Norbert (2009b), Towards a theory of social processes. In: *Essays III: On Sociology and the Humanities*. Collected Works, vol. 16. Dublin: University College Dublin Press, 9-42.

Elias, Norbert (2011), *The Symbol Theory*. Collected Works, vol 13. Dublin: University College Dublin Press (original publication 1991).

Elias, Norbert (2012), *On the Process of Civilisation*. Collected Works, vol. 3. Dublin: University College Dublin Press (original German publication 1939).

Frankopan, Peter (2023), *The Earth Transformed*. London: Bloomsbury Publishing.

Goudsblom, Johan (1992), *Fire and Civilization*. London: Allen Lane/Penguin.

Goudsblom, Johan (1996), Human History and Long-Term Social Processes: Toward a Synthesis of *Chronology* and *Phaseology*. In: Johan Goudsblom, Eric Jones and Stephen Mennell, *The Course of Human History*. Armonk/London: M.E. Sharpe, 15-30.

Goudsblom, J. (1998), De paradox van de pacificatie. *Amsterdams Sociologisch Tijdschrift*, 25(3), 395-406.

Goudsblom, Johan (2002), Introductory Overview: the Expanding Anthroposphere. In: Bert de Vries and Johan Goudsblom (eds.), *Mappae Mundi. Humans and their Habitats in a Long-Term Socio-*

-*Ecological Perspective*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 21-46.

Goudsblom, Johan (2023), Long-Term Processes in the History of Humanity. In: Johan Heilbron and Nico Wilterdink (eds.), *Long--Term Processes in Human History*, special issue of *Historical Social Research*, 48 (1), 45-61 (translated from the Dutch; original publication 1988).

Harari, Yuval Noah (2011), *Sapiens. A Brief History of Humankind*. London: Vintage.

Henrich, Joseph (2016), *The Secret of Our Success*. Princeton/London: Princeton University Press.

Jones, Eric L. (1988), *Growth Recurring. Economic Growth in World History*. Oxford: Clarendon Press.

Jones, Eric L. (1996), Extensive Growth in the Premodern World. In: Johan Goudsblom, Eric Jones and Stephen Mennell, *The Course of Human History*. Armonk/London: M.E. Sharpe, 63-81.

Lenski, Gerhard (1966), *Power and Privilege. A Theory of Social Stratification*. New York: McGraw-Hill.

Lenski, Gerhard (2005), *Ecological-Evolutionary Theory*. Boulder/ London: Paradigm Publishers.

McNeill, William H. (1976), *Plagues and Peoples*. Harmondsworth: Penguin Books, 1979 (1976).

Milanovich, Branko (2016), *Global Inequality*. Cambridge, Mass,: The Belknap Press of Harvard University Press.

Saramago, André (2023), Dualism and Anti-Dualism in the Anthropocene: Process Sociology and Human/Nature Relations in the Great Evolution. In: Johan Heilbron and Nico Wilterdink (eds.), *Long--Term Processes in Human History*, special issue of *Historical Social Research*, 48 (1), 190-212.

Wilson, Edward O. (1998), *Consilience. The Unity of Knowledge*. New York: Alfred A. Knopf.

Wilterdink, Nico (1984), Die Zivilisationstheorie im Kreuzfeuer der

Diskussion. In: P. Gleichmann, J. Goudsblom, H. Korte (eds.), *Macht und Zivilisation. Materialien zu Norbert Elias' Zivilisationstheorie 2*. Frankfurt: Suhrkamp, 280-304.

Wilterdink, Nico (2021), The Question of Inequality: Trends of Functional Democratisation and De-Democratisation. In: F. Delmotte and B. Górnicka (eds.), *Norbert Elias in Troubled Times. Figurational Approaches to the Problems of the Twenty-First Century*. Palgrave-Macmillan, 19-42.

Wilterdink, Nico (2023), Goudsblom's Law of Three Stages: The Global Spread of Socio-Cultural Traits in Human History. In: Johan Heilbron and Nico Wilterdink (eds.), *Long-Term Processes in Human History*, special issue of *Historical Social Research*, 48 (1), 84-104.

Wrangham, Richard (2009), *Catching Fire: How Cooking Made Us Human*. New York: Basic Books.

AMAZONIA NATUREZA E NATUREZA HUMANA NA PERSPECTIVA FIGURACIONAL

Ademir Gebara PhD
Unicamp

Inicialmente quero agradecer ao professor Gláucio e a comissão organizadora deste evento bem como a Universidade Federal do Amazonas a oportunidade de participar desta mesa de encerramento do III Simpósio Processos Civilizadores na Pan Amazônia ao lado do professor Nico Wilterdink já de longa data meu conhecido e amigo, o qual me foi apresentado por Johan Goudsblom, nosso querido Joop.

O tema proposto é amplo pois constitui uma figuração bastante complexa: Amazônia, natureza e natureza humana na perspectiva Figuracional. Na impossibilidade de tratá-lo em sua amplitude, tanto pelas inúmeras configurações geopolíticas presentes em cada um dos estados nacionais que compõem a maior floresta tropical do mundo, somada a incontável diversidade humana, presente historicamente nesse espaço, permito-me circunscrever meu texto a alguns aspectos em relação ao tema.

Iniciarei pela natureza humana na perspectiva figuracional e, em um segundo momento ousarei ampliar a análise enfocando Amazônia e a natureza e suas interdependências no processo histórico. Creio que fui convidado para debater esse tema por ter traduzido para o português o ensaio de Norbert Elias "Sobre os seres humanos e suas emoções: ensaio sob a perspectiva da sociologia dos processos'. Por essa mesma razão centrarei minha exposição de maneira mais aprofundada na tentativa de elucidação do que poderia significar, para Elias, o conceito de natureza humana; de saída, adianto que, certamente para ele este ou qualquer outro conceito tem profundas implicações com o conceito de processo.

Este texto que traduzi trata das emoções que os humanos compartilham com as outras espécies não humanas, e vai além pois trata também, e principalmente, das emoções que os humanos dividem

com outros seres humanos, as quais são "peculiarmente nossas e sem paralelo no mundo animal". Aí está a possibilidade de compreender como Elias pensa o processo no qual se constitui a natureza humana.

Na introdução ao livro "O controle das Emoções ", afirmei: o ensaio de Elias representa uma nova orientação na abordagem das emoções humanas, indicando de maneira muito enfática os princípios básicos para abordagens figuracionais em relação às emoções humanas, neste sentido ele formula algumas hipóteses para distinguir os seres humanos de outras espécies.

Sua primeira hipótese: os seres humanos, como uma espécie, representam uma ruptura evolucionária pois o equilíbrio de poder entre condutas aprendidas e não apreendidas (inatas) tomou um novo rumo. Pela primeira vez no processo evolutivo modos predominantemente apreendidos de direcionamento comportamental se tornaram, de forma clara e incontestável, dominantes em relação aos aspectos inatos". Esta primeira hipótese pode ser sintetizada assim nas palavras de Elias: como espécie, os seres humanos representam uma inovação evolutiva inédita. Mais claramente: o equilíbrio entre comportamentos adquiridos e inatos tomou um novo rumo nos seres humanos, crescentemente os comportamentos adquiridos tornam-se predominantes em relação aos comportamentos inatos. Inegavelmente os humanos aprendem mais do que as outras espécies.

Decorrente e reforçando a primeira hipótese, a segunda hipótese amplia o alcance do argumento até aqui formulado, os seres humanos não apenas podem aprender mais que qualquer outra espécie, eles também devem aprender mais, dito de outra forma os seres humanos não apenas aprendem mais, eles gostam de aprender.

Os humanos desenvolveram formas de comunicação para além de gemidos grunhidos e cantos (piados) por exemplo, com isso os humanos desenvolveram formas de comunicação tal como as linguagens, que os tornam indivíduos com grande amplitude funcional, não se pode classificar este processo de desenvolvimento comunicativo como cultura, pois isto é isolar o humano de sua natureza, o que fica explícito sobre essa questão no raciocínio "de Elias:... "porém como seres humanos poderiam aprender alguma coisa se eles não fossem natural e/ou biologicamente equipados para isso ?".... O problema aqui encontrado nem sempre é claramente exposto como

mereceria ainda nas palavras de Elias: “no contexto humano a concepção de natureza tem que ser redefinida”.

Argumentando sobre os sons produzidos por bebês (balbucios) afirma que, no caso dos humanos, eles podem se tornar controlados e modificados de forma consciente com o desenvolvimento da linguagem. Tal inferência se torna possível pelo entrelaçamento da maturação com um processo social de aprendizagem, este imbricamento mostra a crescente supremacia das formas aprendidas de conduta em relação àquelas inatas. Na comunicação humana oral e auditiva, os modos inatos de expressar sentimentos (gemer, grunhir, chorar) perdem supremacia para a linguagem adquirida, o que pode mudar consideravelmente dentro de uma mesma sociedade, esta situação não é exatamente a mesma se considerarmos outras formas de comunicação humana usualmente classificadas como emoções tal como sorrir.

A terceira hipótese: nenhuma emoção de uma pessoa adulta é inteiramente inata, um tipo de reação geneticamente fixado, é sempre uma emoção controlada ou parcialmente controlada.

Existe um componente sentimental nas emoções, não obstante é possível distinguir pelo menos três componentes das emoções, o primeiro é o componente comportamental, o segundo componente é o fisiológico e o terceiro o sentimental. Elias continua seu texto aprofundando o processo de imbricamento, que ele chama de engate, entre emoções, sentimentos e autocontrole nos humanos.

Para os objetivos desta exposição, ou seja, mostrar os processos de constituição da natureza humana na perspectiva da Sociologia Configuracional, vale ressaltar sua constituição como um processo de engates (imbricamento) entre o meio ambiente e as histórias que nele se processam. Por outro lado, outras questões relevantes com relação ao texto até aqui analisado, não foram aprofundados tendo em vista os objetivos desta exposição.

COMO ENTÃO ESTA PROPOSIÇÃO CONCEITUAL DE ELIAS NOS REMETE A AMAZÔNIA?

A chave para responder a essa questão está no contato entre civilizações letradas e civilizações de tradição oral. Em linhas gerais,

trata-se de retomar a discussão do contato entre civilizações letradas e civilizações de tradição oral quando da ocupação europeia, do continente americano, a partir do século XIV. Chamo a atenção, em relação ao nosso tema, para o caso da Amazônia onde essa ocupação que ainda ocorre, em seus primeiros momentos se verificou em escala relativamente pequena, porém com efeitos devastadores para a população nativa; embora tivesse continuado a pressão e exploração das populações o grande impacto na Amazônia, verificou-se no Século XX com ativa e permanente participação da expansão da fronteira agropastoril e com múltiplas intervenções do estado nacional.

Pretendo agora apontar algumas questões decorrentes do argumento que está sendo desenvolvido, e com isso indicar possíveis temas de interesse para jovens pesquisadores participantes. Um primeiro tema seria abordar o contato das populações originárias com populações letradas. Sobre esse assunto, apresentei trabalho publicado no XVI SIPC na UFES "Tempo e Letramento nos Processos Civilizadores" in *Norbert Elias: educação, política, e processos sociais* Org. Edson Pantaleão (et al) Vitória, ES EDUFES, 2022, Rio de Janeiro[1]. O texto que apresentei "Tempo e letramento nos processos civilizadores (p.19-32) será utilizado na sequência, porém parcialmente com alguns parágrafos da Introdução, para melhor esclarecer como vejo esse tema referente ao contado entre civilizações de tradição oral e letrados.

Na colonização/invasão americana há um imbricamento da ação europeia na África e na América, sua natureza civilizadora é também genocida, ou descivilizadora, dependendo da dimensão temporal na qual o processo é considerado, pois, antes de "integrar", há sempre um processo de remodelação dos grupos sociais envolvidos. A capacidade tecnológica e política dos europeus em "globalizarem" sua expansão colonial a partir do século XVI, é em si mesma geradora do descontrole dos comportamentos tidos como civilizados, dadas as injunções de sua própria superioridade política e tecnológica em contato com outros processos civilizadores. A nova elite que se constitui nestes espaços coloniais, desenvolverá, na longa duração, processos pedagógicos integrativos destas populações submetidas na construção de comportamentos e práticas desejáveis.

1 A publicação eletrônica pode ser encontrada em http//creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

A questão da educação das populações se defronta então com um problema muito amplo no que se refere a relação entre diferentes culturas: diferentes grupos étnicos nativos alguns escravizados, outros mais ou menos livres, colonizadores europeus, africanos escravizados e populações fronteiriças. Neste caso, a referência são os grupos em contato no processo de ocupação do território, todos grupos humanos enfrentando tensões na construção de espaços cotidianos, em que estratégias de sobrevivência são, inicialmente, preponderantes. Buscar alimentos, constituir grupos para sua defesa e articular mecanismos de contato entre estes diferentes novos habitantes são desafios permanentes.

Para desenvolver estas questões devemos partir da constatação evidente da existência de um processo de intervenção de colonizadores europeus invadindo um continente onde as civilizações eram preponderantemente não letradas. Este contato foi marcado por disputas múltiplas de território, crenças, valores e poder, disputas estas com características peculiares e sem sincronismo, tendo em vista tanto a posse de riquezas materiais quanto a capacidade de resistência das populações autóctones, sempre tendo a posse de novas terras como impulso maior.

Segundo Elias (1997), "A ocorrência de processos civilizadores e descivilizadores em contextos não europeus, tendo em vista nações constituídas a partir do processo de colonização, implica a existência de comportamentos e atitudes violentas e cruéis em regiões colonizadas, isto devido a uma menor efetividade e desenvolvimento dos controles estatais, pois, para ele, nas regiões colonizadas ocorreram processos de informalização que destruíram os rituais e os hábitos que davam significado a vida das populações nativas, seus códigos, crenças, processos educativos tradicionais foram gradualmente desfuncionalizados tanto por agentes governamentais como por missionários, assumindo crescentemente funções das famílias e grupos de convivência (Elias, 1997, p. 77).

Sem concordar plenamente com a utilização do conceito colonização por Elias, julgo que podemos aceitar seu raciocínio lembrando que seu clássico *O Processo Civilizador"* tem o objetivo de desconstruir o conceito de civilização por ser autoconstruído pelos europeus para se identificarem, me parece obvio que utilizar o conceito de colonização, no contexto do parágrafo, pode ser aceito uma

vez que não era escopo de Elias discutir colonização. De qualquer forma fica a ressalva.

Vale aqui destacar que a relação entre grupos é uma questão de poder, a tal ponto presente nesta relação entre colonizadores e colonizados que o pertencimento, melhor dizendo, as identidades das diferentes culturas existentes no território "descoberto" pelos europeus são niveladas animicamente: são índios. Na prática, contudo, as diferenças se tornam evidentes, o contato inicial pode ser belicoso, como no caso mexicano, ou mais politicamente conduzido, como no caso das regiões onde não existiam organizações "imperais", como aquelas dominadas por incas, astecas e maias. De um lado a supremacia no processo e conquista se coloca com a proeminência de militares, de outro, de ordens religiosas. Se é evidente que o trabalho do militar não é educativo, caberia questionar se a atividade profissional dos jesuítas, e de representantes de outras ordens e denominações religiosas, eram preponderantemente de educadores?

Ao tomar a atividade jesuítica como educadora, e periodizar a História da Educação nas áreas colonizadas, estamos assumindo uma perspectiva de educação em que os conceitos de "culto" e "civilizado" são incorporados através da imagem que os colonizadores construíram de si mesmos. Afinal com que autoridade desconsideramos outras possibilidades educativas como, por exemplo, as levadas a cabo pelas elites dos povos e culturas autóctones, como seria o caso dos xamãs, pajés, caciques, pais de família e grupos sociais de convivência. Afinal educação é um processo preponderantemente comunitário, ou seria uma dádiva de um grupo "mais civilizado", neste caso letrado e com domínio de tecnologia superior, tendo já um sistema político centralizado? Ou estamos falando de um processo que engloba múltiplas facetadas? Exemplos de europeus letrados afirmando a inferioridade das culturas nativas.

AS INTERAÇÕES ENTRE GRUPOS SOCIAIS GANHAM VELOCIDADE E MÚLTIPLAS DIMENSÕES DE TEMPO E SE INTEGRAM E INTERAGEM DE DIFERENTES FORMAS

Desde os primeiros contatos entre povos americanos e euro-

peus estabeleceu-se uma rota de duas mãos com interdependências e diferenciais de poder marcantes. Esta rota inicia-se pelo litoral, onde se faz a descoberta do outro e, no tempo, com diferentes ritmos e estratégias, se reproduz nos interiores do território até o presente. Mesmo no litoral, com o fenômeno permanente e multiforme da escravidão, potencializada em sua plenitude e larga escala pelo tráfico Atlântico liderado pelos portugueses, temos uma clara indicação da inexistência de linearidades nos processos civilizadores no continente americano.

A interação social de um grupo é construída na relação deste grupo com outros grupos, as interdependências nestas configurações se constroem nas tensões e aproximações das relações entre grupos. A dinâmica configuracional é construída por múltiplos grupos com diferentes acessos às fontes de poder.

A existência de estados nacionais, ainda que em processo de formação, incorporando espaços ecológicos onde esses grupos constroem suas interdependências, interpõem um dado extremamente poderoso nas relações de poder, submetendo comunidades autóctones independente de sua vontade e conhecimento. Para os estados nacionais, a posse e o domínio do território é elemento essencial para a manutenção das fronteiras nacionais, obviamente os grupos nativos não tiveram e não tem a menor possibilidade de se contrapor às "razões nacionais".

O contato entre civilizações letradas e pré letradas, não é uma questão específica, de maneira mais abrangente trata-se de uma estratégia construída a partir de ações voltadas para a ocupação dos "espaços vazios" do território americano. Esta formulação iniciada com a ocupação europeia, torna-se no caso do Brasil, uma política nacional desde os tratados de limites das fronteiras brasileiras, assinados logo após a Independência em 1822, passando pela Guerra do Paraguai (1864 -1870). Pode-se afirmar que os limites geográficos são basicamente estabelecidos, porém a posse e ocupação do território ficava ainda em aberto.

Já no Século XX, a Marcha para Oeste, projeto desenvolvido no Estado Novo (1937 – 1945), período da ditadura Vargas, foi uma proposta de integração e povoamento das regiões Norte e Centro Oeste, através da criação de territórios federais, abertura de estradas

e projetos de ocupação, colonização e povoamento. Neste período a população brasileira estava em torno de quarenta milhões de habitantes concentrada na faixa litorânea.

A transferência da capital federal do litoral brasileiro (Rio de Janeiro) em 1960, para Brasília, localizada no divisor de águas das três grandes bacias fluviais (Amazonas, Paraná e São Francisco), no planalto central da região Centro Oeste, marca bem esse movimento de interiorização. A rodovia Belém Brasília, e um conjunto de outras iniciativas que se seguiram, complementam esse processo de ocupação do centro Oeste brasileiro, abrindo uma cunha para a ocupação da Amazônia. De fato, a Amazônia estava praticamente intocada até 1960.

A dinâmica do processo de incorporação da Amazônia articula ainda hoje as estratégias dos primeiros contatos entre a ocupação europeia e as invasões de território promovidas por traficantes, desmatadores, rebanhos bovinos, e mineradoras. Há uma dinâmica entre o legal e o ilegal.

Vale mencionar ainda as ferrovias já em operação e em construção amplificando a ligação do Sudeste ao Centro Oeste, e destes com o Norte como a Ferrovia Norte Sul, ao mesmo tempo temos enormes investimentos e mineração já em operação no Estado do Pará, onde se encontram as jazidas de Oriximiná, que lavra bauxita, com maior parte da produção destinada à exportação; e a de Serra dos Carajás, que aparece como uma das maiores do planeta na produção do minério de ferro.

Cerca de 100 portos fluviais industriais foram construídos nos principais rios da Amazônia brasileira durante as duas últimas décadas. Muitos dos projetos foram financiados internacionalmente e construídos por empresas de commodities com pouca supervisão governamental.

Estes portos têm transformado a região ao abrirem caminho para o agronegócio e a exportação de commodities, especialmente soja, para a China e o resto do mundo. Mas este boom na infraestrutura portuária muitas vezes veio em detrimento do meio ambiente e das comunidades ribeirinhas tradicionais. Hoje, mais de 40 grandes portos fluviais estão planejados para a Amazônia nos rios Tapajós, Tocantins, Madeira e outros — projetos que avançam em grande par-

te sem levar em conta os impactos socioambientais cumulativos.

Para concluir, existe um processo de longa duração que pode ser estendido a pré-história, pois os processos coloniais têm sua sustentação no trabalho escravo, tomada a escravidão em sentido estrito: o escravo não tem direitos civis e, por isso mesmo não é reconhecido como pessoa, ele é coisa, esta postura está clara no Direito Romano. A escravidão moderna articula uma triangulação comercial ligando Europa, África e Américas, triangulação esta que é a dinâmica do sistema colonial moderno, embora existam muitas formas de escravidão, legais e ilegais. No caso das áreas coloniais americanas, e em particular no caso brasileiro, este processo está vinculado a posse da terra, pois é nela que se aplica o trabalho para a produção, quer seja de produtos agrários quer seja de minerais.

Esta dinâmica dos sistemas coloniais, se verifica com diferentes ritmos, como vimos no exemplo recente dos Yanomamis, os processos de aprendizagem de processos e produtos novos, são rapidamente apreendidos pelas gerações mais novas, porém a tensão com referência à posse da terra, fato onde a violência é um componente senão estrutural, seguramente desestruturador. A balança de poder é implacável, como bem apontou Elias, pois, para além da violência física, outras estratégias mais sofisticadas estão presentes:

> Uma questão importante para a compreensão do significado de processos civilizadores é o presentismo na análise de um fenômeno, tal como a exploração ilegal e predatória da floresta, a invasão das terras indígenas, a violência dos garimpeiros e grileiros, sem dúvida estes acontecimentos causam repulsa, indignação e sofrimento. É preciso enxergar o processo.

Há e sempre houve um processo não planejado de ocupação da fronteira, até finais do Século XIX tratava-se de expulsar, a qualquer preço, os habitantes originários, uma continuidade das apreensões e "guerras justas" contra os indígenas não integrados do período colonial, lógico que com as ambiguidades de um Estado escravocrata, veja-se a extinção dos Caiapós entre outros grupos que resistiram, e o caso dos Terenas integrados às forças brasileiras na Guerra do Paraguai. O Processo Civilizador avança na medida em que a violência é monopolizada pelo Estado, isso começa a ocorrer pelos anos 1930, embora muitos pesquisadores considerem que em regiões

controladas por milicianos e pelo crime organizado, não existe este monopólio, nem o controle pleno do território.

O debate político tende a compreender um todo homogêneo que, em última análise radicaliza o debate, obscurece as questões centrais, algo do tipo: todo madeireiro, todo agronegócio é criminoso, ou apoia essas barbaridades que nos acostumamos a ver diariamente na imprensa. A recíproca, em relação à criminalização dos grupos simpáticos às causas preservacionistas, também ocorre.

Há um fenômeno novo, pois o processo de globalização, com o crescimento da aversão às práticas criminosas em relação às florestas e às minorias coloca forte pressão sobre os governantes. Uma das poucas coisas, em relação a qual grande parte do mundo concorda é com a preservação da Amazônia. A questão que não quer calar: é possível reconfigurar esse processo historicamente consolidado de agregação de novos territórios para aumentar a produtividade da terra?

A resposta a essa questão me parece difícil dada a radicalização em torno do assunto, o que desloca a discussão da outra variável apontada por Goudsblom (2002), a agregação de novas tecnologias e o desenvolvimento de modelos de produção sustentável. Hoje existe um mercado crescente de consumidores que não só militam nessa direção, vejam o crescimento dos Partidos Verde, como mesmo sem ser militantes partidários, são cidadãos consumidores destas causas e destes produtos. Cresce uma mudança visível nas emoções em relação aos símbolos deste processo, tratores derrubando matas, chaminés fumegantes e coisas do tipo, não são hoje as melhores imagens. Causam repulsão!

REFERÊNCIAS

CHAGNON, Napoleon A. *Yanomamö:* La última gran tribu. Barcelona, Alba Editorial, 2006.

DE. VRIES, B.; GOUDSBLOM, J. (editores). *Mappae Mundi.* Amsterdam: Amsterdam University Press, 2002.

ELIAS, Norbert. *Os Alemães:* A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX." Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994, Volume 1 e 2.

ELIAS, Norbert. “Sobre os Seres Humanos e suas emoções: um ensaio sob a perspectiva da sociologia dos processos”. In *O Controle das Emoções*, Ademir Gebara & Cas Wouters (orgs.) João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

GEBARA, Ademir. “Tempo e Letramento nos Processos Civilizadores” in *Norbert Elias: educação, política, e processos sociais* Org. Edson Pantaleão (et al) Vitória, ES EDUFES, 2022, Rio de Janeiro.

AS CIVILIZAÇÕES ANTIGAS NA AMAZÔNIA CONTINUAM HOJE

Anna C. Roosevelt[1]

INTRODUÇÃO

A Amazônia foi considerada por muito tempo um local inóspito para a ocupação humana na pré-história. A ocupação humana lá, foi considerada tardia e limitada em desenvolvimento devido ao calor, chuva, solos pobres, vegetação, e fauna dispersa. Esta teoria de limitação ambiental não é sustentável pela evidência arqueológica. Os humanos chegaram na Amazônia tão antigamente quanto em outros lugares nas Americas e fizeram várias mudanças propositais neste habitat, sem destruí-lo (Balee 1989, 2013; Lathrap 1971; Roosevelt 1992; 2013; 2014b; Roosevelt e Guida Navarro, 2021; Roosevelt et al., 2012). Várias espécies domesticadas importantes foram desenvolvidas, mas a maioria daquelas usadas intensivamente eram meramente cultivadas, de modo que a vegetação como um todo era cuidadosamente gerenciado não, mas não era realmente "domesticada" (contrário a Erickson, 2006).

O que é importante para a nosso livro da conferência[2], e que os indígenas amazônicos fizeram criações altamente significativas em sua cultura, organização social e na sua ciência. E eles criaram uma religião que integrava os humanos, o mundo físico, e os espíritos, uma religião que deu uma moralidade ecológica que manteve e diversificou seu habitat. Felizmente, essas culturas antigas não são culturas mortas, mas ainda estão vivas hoje em culturas indígenas em partes da Amazônia.

RESUMO DAS CONTRIBUIÇÕES INDÍGENAS

Sua Arqueoastronomia na arte monumental usava matemática e topografia para Criar Calendários: De 13,000 Anos atrás até hoje.

1 Professora de Antropologia - Universidade de Illinois em Chicago

2 Dra. Anna Roosevelt, se refere ao III Simpósio Processos Civilizadores na PanAmazônia – tecnização e modus vivendi na Amazônia, realizado em Manaus/ maio de 2024.

Os Paleoíndios das serras de Monte Alegre cobriram grandes áreas das terras rochosas com painéis monumentais pintados, alguns dos quais podem ser um observatório do sol e sistemas de contagem temporal, um dos mais antigos do mundo (Davis 2014; Davis et al. 2017). Os indígenas vivos continuam a seguir o movimento do sol ao longo do ano em suas paisagens (Roosevelt, 2024).

NAS CIÊNCIAS DOS MATERIAIS: INVENÇÃO DA PRIMEIRA CERÂMICA AMERICANA E USO DE TERRA CERÂMICA PARA FOGÕES

As mulheres inventaram vasos de cerâmica para comida c. 9.000 AP cal, as primeiras cerâmicas das Américas (Roosevelt et al., 1991), e e mais tarde no início da era comum inventaram o uso da cerâmica para grandes instalações culinárias e urnas monumentais, c. 700 DC cal, Marajoara (Roosevelt 1991). E as mulheres indígenas da Amazônia dão continuidade a essas tradições.

INOVAÇÕES NA FABRICAÇÃO DE FERRAMENTAS E OBJETOS DE PEDRA

Eles se destacaram em ferramentas paleoíndios de novos formatos e tamanho grande, encontradas no alto RioNegro (Elena Franzinelli, comunicação pessoal), baixo Amazonas, e médio Xingu (Roosevelt et al. 2009). Eles tiveram sucesso com lascamento de materiais difíceis, como quartzo cristal e com materiais muito duros e resistentes como jade, e japse para enfeites de mulheres na área de Santarém. Eles também fizeram esculturas em pedra para objetos compostos com argilita, representando homens ou mulheres com seus alter egos de felinos ou répteis, também na área Santarém (Roosevelt e Guida Navarro, 2021).

ELES CRIARAM UMA CULTURAL INTEGRADA COMBINANDO ECOLOGIA, SISTEMÁTICA, CIÊNCIA COMPORTAMENTAL E RELIGIÃO.

Indígenas da Amazônia fizeram de sua criadora a grande mulher Xamã Anaconda, que morem na sua casa de crystal Amazônia

celestial, na Via Láctea e sentou-se em seu banquinho de cristal soprando fumaça de tabaco para criar o mundo (Lana e Lana 1995). No alto Rio Negro acreditam que ela trouxe-os da Ilha do Marajó, onde ela governou (Cabalzar 2010). A fêmea Anaconda é grande, dominante, agressivo, e fértil, e o predador mais longo e pesado da Amazônia.

EM CIÊNCIAS BIOMÉDICAS: TRATAMENTO COM ALIMENTOS E MEDICAMENTOS, COM PSIQUIATRIA, E DROGAS PARA AJUDAR CAÇAR E PESCAR.

Locais antigos formativos tem cachimbos para tabaco e locais da cultura Polychrome de Marajo tem cachimbos e colheres de rapé, e a parafernália etnográfica para drogas continua a ser importante nas culturas indígenas hoje (Roosevelt e Guida Navarro, 2021). Fábrica de medicamentos amazônicos como o cipó *Banisteriopsis caap*i com suco alucinógeno é usado para transe e é pesado restaurador e protetor. Os amazônicos ligam as práticas ao espírito animal anaconda de a diosa criadora (Roosevelt, 2014a).

CIÊNCIA DO SOLO, MANEJO DE ANIMAIS, MANEJO AGROFLORESTAL, E HORTICULTURA

Gerenciado propositalmente, florestas antrópicas preservam chuvas e abrigavam biota útil.

Cultívos desenvolvidos entre os mais produtivo e resiliente no mundo: castanha do Brasil (acima), mandioca, pupunha, e muito outros (Imazio da Silveira 1994; Morcote Rios e Bernal 2002; Oliver, 2008; Roosevelt, 1989, 1997, 1998, 1999c, 2000b, 2013, 2016). Esas "Terras pretas do índio" permitiam o cultivo permanente em grandes áreas da terra firme. Uma ampla variedade de animais domesticados ou domesticados foi utilizada para alimentação, materiais, companhia e inspiração para mitologia.

ENGENHARIA DE TERRA PARA DRENAGEM, ARTE MONUMENTAL E RESIDÊNCIA

Os antigos indígenas eram construtores de monumentos (Bevan e Roosevelt, 2003; Roosevelt, 2007, Roosevelt et al., 2012:

Montes, plataformas, construções, e instalações residenciais Marajoara (Bevan and Roosevelt, 2003; Roosevelt, 1991; Schaan, 2008); complexo de monticulos Formativos, Huapula, Equador (Porras, 1987); geoglifos iconicos, Acre (Schaan et al., 2007), campos elevados para agricultura em Guyana (Rostain, 1991, 2008, 2010, 2012, 2013) e os llanos de Mojos, Bolívia (Denevan, 1966; Walker 2008); e montes para casas individuais, Santarém (Roosevelt, 1999c, 2007).

ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Várias sociedades amazônicas pré-históricas tiveram vida longa, com uma série de instituições e comunidades integradas e complexas em alguns lugares (Gomes, 2006; Guapindaia, 2008; Roosevelt, 1991, 1993, 1999a, 1999b; Versteeg, 2008). Sociedades usaram interações pacíficas bem como a guerra para sobreviver e prosperar, e essas sociedades alcançaram o equilíbrio de gênero na maioria dos casos. Algumas sociedades históricas como os Shipibo e os Kayapó foram especialmente bem-sucedidas, populosas e de longa duração, vigoroso e influente ainda hoje e também nos estados modernos da Amazônia (Meckler ed. 2005; Roosevelt ed. 1994). Gente de Amazônia hoje continuam sua tradição de civilização e sua prática de inovação e criatividade.

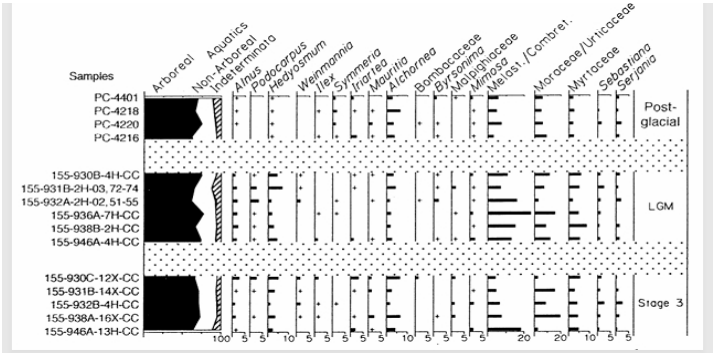
Apesar da carnificina e dos rigores do conquistador europeu, muitos grupos são organizados e continuar vigorosamente a expandir as tradições indígenas recentemente. Descendentes das pessoas aculturadas também contribui na ciência, cultura, e economia global e ter mais inovações facer no o futuro. Grupos étnicos vivos continuam o artesanato tradicional, como pintura em tecido, fachadas de casas pintadas, cerâmica, caça e pesca, confecção de sucos de frutas cerimoniais, confecção de belas joias e ornamentos (Baronne Visigalli e Roosevelt, 2010; Roosevelt, 2014a, 2019; 2024; Roosevelt, 1994).

RESUMO DA SEQUÊNCIA DA PRÉ-HISTÓRIA AMAZÔNICA

Na sequência pré-histórica, civilizações se desenvolveram em regiões diferentes da Amazônia: Noroeste, Nordeste, Sudoeste, e O Centro

O habitat dos primeiros imigrantes paleoíndio foi floresta tropical ribeirinha, não o cerrado.

Em teoria, a Amazônia foi um cerrado no período Pleistoceno terminal, mas pesquisadores recentemente mostram a área bem florestada na época, talvez um pouco mais fresca, mas ainda tropical. O mapa especulativo da vegetação mostra a teoria errônea do refúgio (Van Der Hammen, 1974; Van der Hammen e Absy 1994). Em contraste, as espécies de pólen, phytolitos, e isótopos do final do pleistoceno evidenciam floresta tropical, não cerrado (Roosevelt 2021). Sedimento na foz do Amazonas mostra a história de polém através dos milênios. Polém de árvores sempre dominam. [Figura 1. (Haberle, 1997)].



Contrária a ideia do meados do século 20 de que os humanos chegaram à Amazônia somente no final da Pré-história, os primeiros caçadores-coletores povoaram a bacia em grande escala entre 13,000 e 10,000, desenvolveram amplas redes de comunicação, ferramentas líticas sofisticadas, e arte rupestre monumental (Imazio 1994; Gnecco e mora 1997; Magalhaes 2004; Roosevelt 1999a; Roosevelt et al. 2009). Pontas pedunculadas paleoíndios de crystal ou chalcedonia e pinturas rupestres de estrelas e planetas foram relatados por naturalistas do século 19 e início do século 20 no baixo Amazonas (Hartt 1871; Wallace 1889). As primeiras pontas de crystal e chalcedônia foram encontrados na superfície do chão, próximo à boca do Rio Tapajos (Simoes, 1976). [Figura 2. (MPEG).]



Figura 2



Figura 3

Em 1991 e 1992, arqueólogos encontraram esses pontos nas camadas paleoíndias de uma caverna nas Serras de Monte Alegre/ Pará/ Brasil. [Figura 3. (Nigel Ssmith).] De acordo com pesquisas mais recentes, os Paleoíndios mais antigos de Amazonia vieram e pintaram imagems monumentais nas serras de Monte Alegre/Pará/ Brazil. As pinturas rupestres mostram ícones de círculos concêntricos, círculos com raios, cílios dos olhos, impressões das mãos, animais, e figuras humanas lineares que podem representar o sol, a lua, eclipses, estrelas, cometas e personagens mitológicos.

Na arte rupestre Paleoíndio do sítio Painel do Pilão tem pintada uma grade tabular com células preenchidas de forma diferente para diferenciar as estações dos meses do ano, associadas a biota específica, como uma abelha antrópica do inverno (caixa cruzada) ou uma garça em penas reprodutivas da estação seca (caixas vacias). [Figura 4. (Roosevelt and Guida Navarro 2021).] A Serra de Maxira até a Serra da Lua e Serra do Sol os raios do sol poente passam sobre os picos os círculos concêntricos durante o anoitecer nos solstícios (Davis 2014). [Figura 5. (Roosevelt et al., 1996).]



Figura 4



Figura 5a

Caverna da Pedra Pintada em Monte Alegre [Figura 6] e outros sítios no Amazonas mostram uma subsistência de cacadores-coletores de amplo espectro, não caçam grandes animais (Roosevelt e Guida Navarro 2021; Roosevelt et al. 1996).] A camada paleo a base de uma estratigrafia de 2 metros de espessura foi protegida por baixo de uma camada esteril [Figura 7]. Frutas, nozes e peixes eram seus principais alimentos. A composição da vegetação e os isótopos de carbono estáveis indicam interferência humana na composição das árvores da floresta mas não mostra a presença de savana. Havia fogueiras rasas de de sementes de palmeira cocosoide e de sementes de jutai (*Hymenaea parvifoli*a). Encontramos apenas três pequenos fragmentos de ossos de animais do tamanho de um cachorro e e encontramos apenas dois fragmentos de peixes grandes. Mas havia milhares de restos de plantas e numerosos ossos de peixes muito pequenos. Alguns arqueólogos alegaram que pinturas em um sítio na Amazônia Colombiana mostram megafauna caçada por paleoíndios (Morcote Rios et al., 2021), mas as imagens são discutíveis e nenhum mega fauna foi encontrado entre os ossos no local.



Figura 6

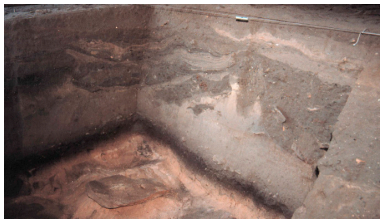


Figura 7

Ferramentas de corte de madeira pesada e fragmentos de ponta bifacial foram encontrados nas camadas Paleoíndias. [Figura 8. (Roosevelt et al., 1996).] As 24 ferramentas líticas formais nas camada Paleoíndias da Caverna acompanharam >30.000 lascas de de detritos de fabricação bifacial. Na tabela das frequencias de artefatos de materia lítica, no fundo do depósito pedra cristal predomina, depois, no final da ocupacão Paleoíndio pedra de calcedônia predomina. Encontramos numa camada inicial A uma ponta de flecha de cristal triangular a pedunculada e numa camada inicial B, uma ponta de flecha triangular quebrada de calcedonia. Lascas e artefatos de

arenito silicificado para ferramentas de corte continuam e então diminuem.

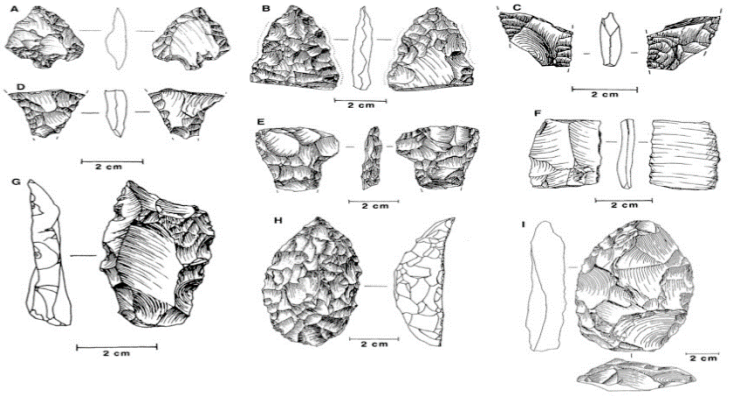


Figura 8

As escavações foram feitas no interior da caverna sob o teto e sob as pinturas de parede do lado direito, para datar as tintas e pigmentos que caíam nas camadas escavadas. Encontramos pigmento de laterita vermelha *in sit*u e gotas de tinta vermelha na terra das camadas e sobre artefatos, come a ponta triangular quebrada. Lâminas de pedra e tinta da Pedra Pintada foram analisados por Marcondes Lima da Costa (UFPA) e amostras de tinta dos muros da caverna e pigmento e tinta nas camadas escavadas compartilham algumas das mesmas fontes, segundo a análisis com por microscópio eletrônico por W. Barnett (AMNH).

A estratigrafia e datas radiocarbonicas mostram a idade da cultura Paleoíndia na caverna. [Figura 9 (Chazan, 2008 segundo Roosevelt et al. 1996).]. [Para datas do calendário, adicione mais dois mil anos às datas de radiocarbono, segundo calibração por anéis de árvores. As datas de radiocarbono calibradas foram confirmadas por 13 datas TL e OSL em líticos e sedimentos associados e datações de radiocarbono do Painel do Pilão (Davis et al. 2017; Michab et al. Roosevelt et al., 2002).]. As datações demonstram a ocupação inicial da Pedra Pintada e as outras culturas comparáveis existia ao mesmo período que os paleositios Clovis em Norte America, c. 13,000 cal BP. Assim, Clovis foi apenas uma das várias tradições distintas, mas

contemporâneas, das primeiras culturas das Américas, não a cultura fundadora.

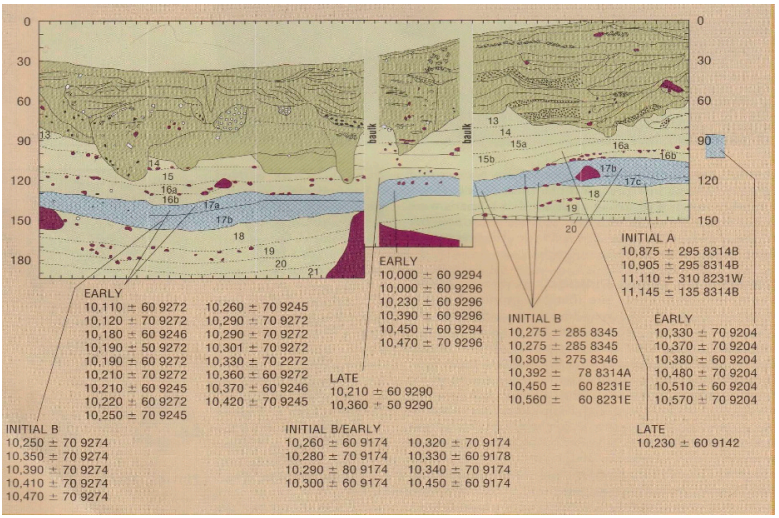


Figura 9

Sabemos que os paleoíndios de Monte Alegre viveram em locais baixos do rio Amazonas, porque encontramos peixes e crustáceos na caverna. Mas, os locais baixos do Pleistocênio são agora debaixo da água porque o nível do mar aumentou >150 m quando o gelo polar derrete após de 11.000 AP cal. Artefatos antigos Paleo foram preservados sob a água. Pontas grandes de 12 a 20 cm e um eixo diantero de arpão de madeira foi encontrados por garimpeiros em Curupite, rio Curuá, no médio Xingu no interior da Amazonia. [Figura 10a. (Roosevelt et al. 2009).]. Nosso mapa do sítio e resultado de nossa pesquisa subaquático no sítio com equipamento scuba. Os lugares de descoberta indicado pelos garimpeiros para o projétil ponta e eixo dianteiro do arpão estão na parte inferior, parte do centro do sítio perto da margem do rio. [Figura 10b. Roosevelt et al., 2009]. Esperamos escavar artefatos nas camadas do sítio no futuro.



Figura 10a

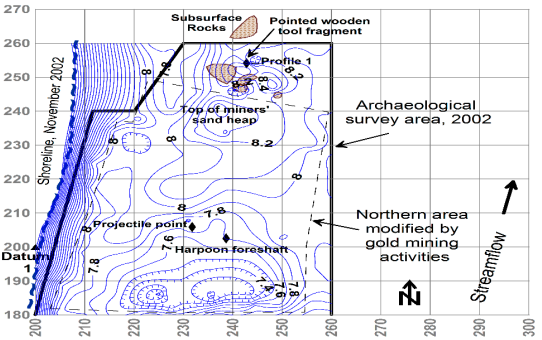


Figura 10b

O rio Negro falta de investigaões sobre Paleoíndios. Os ameríndios de hoge la encontraram pontas de projetos do tipo paleoíndio na parte superior do rio, e pontas e cavernas pintadas alagadas foram descobertas perto de Manaus. O rio, estão sob c. 60 metros de sedimento agora. Mas, o principal canal do Rio Negro nunca foi sedimentado. Esperamos traçar a antiga costa do rio Negro por sensoriamento remoto no futuro, e então explorá-la com equipamento de mergulho. Pode haver objetos de madeira ou fibra bem preservados.

Pontas triangular pedunculada dos Paleoíndios também foram encontradas a c.13,000-10,000 BP cal em Colombia Amazônica (Aceituno et al., 2013; Morcote Rios et al., 2021). No Norte America, pontas de projéteis pedunculada triangular também são encontradas nas primeiras culturas paleoíndias da costa e ilhas da Califórnia sul (Erlandson et al., 2011).

No Período arcaico, a pesca predominou e Construção de Montes de Moluscos, c.9000-5000 AP Cal

Depois dos paleoíndios, as culturas indígenas se estabeleceram em sítios sedentários nas zonas úmidas ao longo das costas marítimas e rios da Amazônia para praticar a pesca e coleta de moluscos. No período arcaico inicial, cerca de 9,000 a 5000 anos cal atrás, estas culturas construíram montículos de moluscos (sambaquis) e fizeram a primeira cerâmica culinária conhecidos nas Américas. Neste início do Holoceno, culturas ao longo do rio Amazonas estabeleceram-se em aldeias e começaram a fazer cerâmica e praticar pesca e coleta de moluscos intensiva, e possivelmente agricultura incipiente (Roo-

sevelt, 1995). Os pertúrbios de vegetação provocados pela sua ocupação sedentária aparecem nas amostras de pólem. Sambaqui Taperinha perto da cidade moderna de Santarém, Pará, e alguns sítios do Arcaíco da boca do Rio Amazonas não são somente lixeiras. [Figura 11a. (Roosevelt)]. A Taperinha, um sitio de >6.5m em altura, as áreas de lixo de cozinha lixo estão ao redor dos montículos de conchas e das áreas de festividades e enterros. Próximo à base deste sítio pode-se encontrar uma fogueira com cerâmica, conchas, ossos de peixe, carapaça de tartaruga e carvão (Figura 11b. (Roosevelt).

Uma minoria dos cacos possui decoração incisa em padrões geométricos que podem representar marcas de animais. [Figura 11c. (Roosevelt)]. As treze datas da fogueira correspondem à 8,100 BP (cal) (Roosevelt et al., 1991). Tartarugas pequenas foram consumidas em cerimônias ao redor dos montículos. Um nível de conchas com cerâmica arcaíca na estratigrafia da Caverna da Pedra Pintada deu datas um pouco anteriores, remontando a c. 8,500 AP, e datações de termoluminescência em líticos e datações de luminescência opticamente estimulada em sedimentos apoiaram a datação do sítio por radiocarbono (Roosevelt et al. 1996; Roosevelt et al. 2002). Alguns sitios sambaqui da cultura Mina no Salgado na boca do rio Amazonas atingiram 20 de altura (Gaspar et al. 2008; Imazio da Silveira e Schaan, 2005; Simões, 1981). Locais de uma cultura comparável, Alaka, foram encontrados ao longo da planície aluvial da Amazônia nas Guianas at ocais de uma cultura comparável, Alaka, foram encontrados ao longo da planície aluvial da Amazônia nas Guianas até a Venezuela (Rostain, 2008).

No Período Formativo Agricultura Predominou e a Construção de Montículos de Terra Ocorreu Amplamente em alguns lugares, C. 5,000-2000 AP Cal.

Seus descendentes da época arqueológica do “Formativo” desenvolveram horticultura plena e artes e ofícios de cerâmica muito elaborada. O horizonte zoomórfico formativo inicial do estilo Saladoide/Barrancoide começa no Orinoco, no norte da Amazônia, e se espalha por partes da Amazônia, Guianas e Ilhas do Caribe (Cruxent and Rouse, 1958-1959; Gomes 2006; Oliver, 2014; Roosevelt 1976; 1980, 1997, 2016; Rostain, 2008; Versteeg, 2008).



Figura 11a

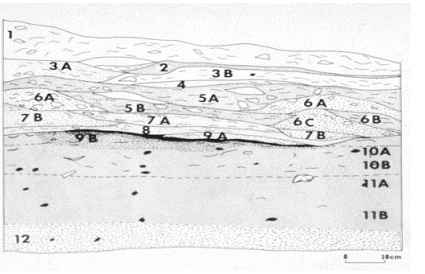


Figura 11b



Figura 11c

A decoração incisa e modelada na forma cerâmica dominante das taças é zoomórfica e geométrica, existindo apenas raros frascos com forma humana e traços de animais, como em um dos primeiros estilos, La Gruta do médio Orinoco. [Figura 12a e b (Roosevelt)].



Figura 12a



Figura 12b

Efígies de animais como roedores, antas, queixadas, preguiças, aves, mamíferos aquáticos, peixe e larva de inseto. Desenhos geométricos muitas vezes mostram olhos e orelhas de animais. Ani-

mais jovens como o queixada no canto superior esquerdo são criados pelas mulheres hoje na Amazônia, que também fazem a cerâmica na bacia, agora. Às vezes, tinta vermelha e branca é adicionada à cerâmica.

A cerâmica formativa amazônica do Horizonte Zonado Hachurado no Brasil tende a ter menos modelagem e mais incisões de hachura zoneadas do que em outros lugares. Cachimbos decorados e selos do sítio a Ponta do Jauari, no município de Alenquer, mostram os "espíritos" dos animais, como as preguiças, e os círculos concêntricos do sol como na pintura rupestre paleoíndia. [Figura 13. (MPEG).] Sítios desse estilo de horizonte como em Castanheira no Marajó têm montes de terra e grandes lareiras de cerâmica para cozinhar (Simões, 1969). [Figura 14 (MPEG)]. No Horizonte Zomado Hachurado do Baixo Amazonas, cachimbos decorados e selos parecem representar os "espíritos" zoomorficos, como as preguiças, e os círculos concêntricos do sol como na pintura rupestre paleoíndia. As culturas formativas do Brasil apenas começaram a ser investigada. Podemos esperar que diversas outras culturas Formativas surjam com pesquisas futuras. Um arqueólogo encontrou recentemente um sítio Formativo novo na Baixada Maranhense (Guida Navarro e Roosevelt, 2021).



Figura 13

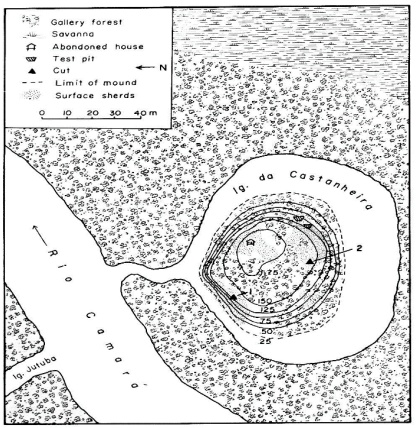


Figura 14

As culturas ceramistas formativas foram horticulturas, cultivando milho e mandioca, e outras plantas, além de coletar peixe, mariscos, e plantas selvagens. Esta economia alimentar variada proporcionou-lhes boa saúde. Os poucos esqueletos estudados apresentam estatura alta e excelente saúde dental (Roosevelt 1980; Roosevelt et al., 1991). Na Amazônia ecuatoriana o pólen do milho cultivado começa a aparecer nos lagos equatorianos c. 4.000 AP, mas é abundante somente cerca de 2.400 AP. No sítio Huapula nas Faldas de Sangay ocorre tambem grãos carbonizados de milho, sementes de arvores cultivadas, como *Ing*a, e restos de outras plantas. Então, as pessoas antigas realizavam o cultivo intensivo de milho em campos na floresta e na margem do lago em terraços, campos drenados, junto com árvores cultivadas. Embora tenha sido alegado que uma espécie nativa de arroz foi domesticada (Hilbert et al. 2017), não há evidências de ráquis endurecidas que indiquem domesticação em uma gramínea (Chazan, 2021, p. 206).

Embora a maioria dos sítios Formativos sejam aldeias, na Amazônia ocidental, uma cultura urbana Formativa existia também. O sítio urbano Formativa mais conhecido está na zona arqueológica de Faldas de Sangay ou Huapula, na Amazônia equatoriana, onde as pessoas construíram numerosos montículos residenciais e cerimoniais, estradas, e construções de terraços para cultivos sobre muitos quilômetros quadrados (Porras, 1987). [Figura 15. Salazar, 1998 segundo Porras, 1987]. O sítio formativo de Sangay está nucleado em >12 quilômetros quadrados de montes. Os centrais possuem grupos formais de terraplenagem, padrões decorativos de terra e vários estágios. Pequenos montes estão densamente distribuídos nas periferias. A maioria dos locais da cultura não foi mapeada ou escavada ate agora. A Tamaha a forma do sítio e as datas de radiocarbono Formativo médio-tardio entre c.3000 A 2000 AP (cal) foram confirmadas por pesquisadores subsequentes (Rostain et al., 2024; Salazar 1998, 2008).

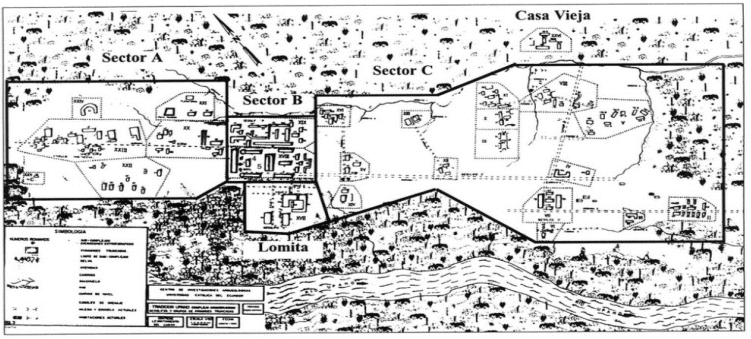


Figura 15

A cerâmica do período temprano do urbanismo formativo em Sangay tinha principalmente decoração incisa simples. A cultural Formativa de Sangay mais tarde tinha decoraço pintada ou incisa e modelada representando humanos, animais, e motivos geométrica, como mostra um vaso trilobado com um rosto humano com olhos fechados, flanqueado por lagartos enrolados. [Figura 16. Porras, 1987)]

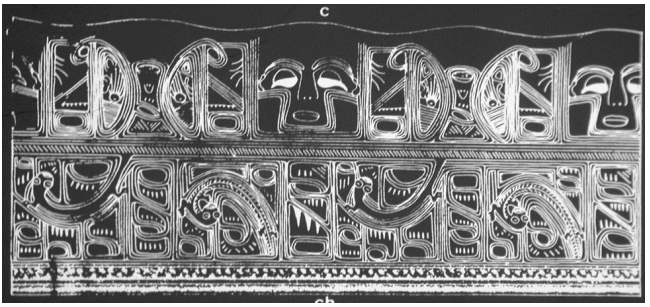


Figura 16

Por volta de 2000 Anos AP Cal, Uma Extensa Construção de Montículos foi Iniciada pelos povos que inventaram o horizonte polícrome das várzeas da boca do baixo Amazonas.

O Horizonte Polícroma Marajoara, na foz do Amazonas, na Ilha de Marajó, é a cultura policroma mais famosa. Embora alguns dos montículos sejam do Horizonte Formativo, a maioria deles é de 1000 a 1300 AP. Os montículos foram construídos numa área de

mais de 20.000 km2 para abrigar aldeias, cemitérios e plantações de florestas antrópicas que ainda hoje afetam a topografia, a drenagem, a vegetação e a vida selvagem.

Os povos Marajoara desenvolveram a mais elaborada cerâmica polícroma das Américas, para usos cerimoniais e monumentais com urnas funerárias antropomórficas (Hartt, 1885; Palmatary, 1950; Schaan, 2001; Roosevelt, 1988, 1991a). [Figura 17. (MPEG).]



Figura 17

Arqueólogos de meados do século 20 supunham que esta cerâmica era de origem andina, pois os trópicos não suportariam sociedades complexas. Mas esta cerâmica é quase 1000 anos mais antiga do que as do sopé dos Andes. Suas origens podem estar na costa leste do Brasil, onde cerâmica semelhante foi encontrada recentemente na Baixada Maranhense (Guida Navarro 2019). Então, não foi uma breve invasão andina que não deu certo, e sim foi uma sociedade indígena amazônica de longa duração que influenciou o Alto Amazonas, sobrevivendo à conquista europeia até os dias de hoje, como nos Shipibo e outros.

Durante a época Marajoara, a porção leste de Marajó foi transformada séculos atrás com montículos artificiais de 1 metro até 20 metros de altura, da acordo com a mapa de alguns dos maiores montículos artificiais de Marajoara (Figura 18a (Schaan 2001 modificado de Palmatary 1950), e o mapa do Sítio Guajará [Figura 18b (J. Douglas)]. Os montículos Marajoara possuem plataformas de casas

amplamente ocupadas, áreas de festas, e cemitérios com urnas. A maioria das pessoas Marajoara manteve boa saúde, altura, e peso, embora as pessoas provavelmente tivessem parasitas e problemas das gengivas de acordo com lesões dentais e *Cribra orbitalia* moderada, uma das patologias relacionadas à anemia leve (Roosevelt 1991a). Às vezes moldaram o crânio das crianças com uma tala, tambem.

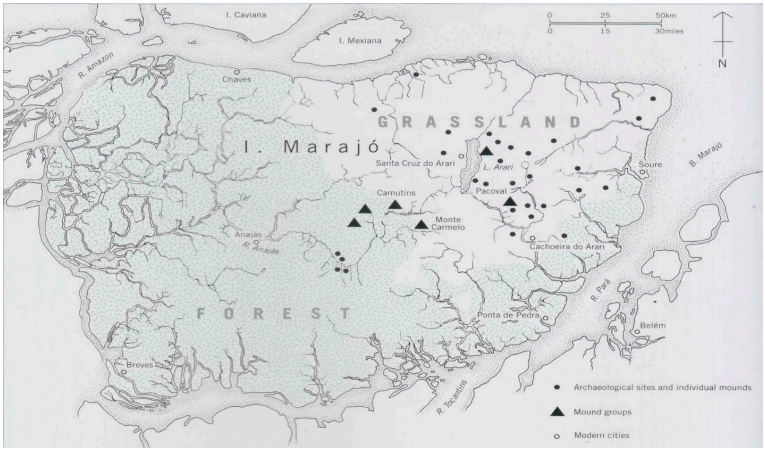


Figura 18a

As formas de vasilhas abertas com alças em forma humana, no estilo Marajoara para festa, são comparáveis as vasilhas-adorno do Formativo, dois mil anos antes. Peças similares foram encontradas recentamento nas estearias do Maranhão (Guida Navarro, 2019). Estes e outros arcaísmos podem indicar que as pessoas olharam para as mais antigas sociedades como suas ancestrais, como ainda é hoje na Amazônia. A maioria dos objetos encontrados nos enterramentos são associados a uso por mulheres, até mesmo nos terramentos masculinos: brincos e padrões de vestimenta em urna feminina de Guajara, chocalhos de estatueta feminina, copos em forma de seios femininos, bancos circulares como os que são utilizados em rituais de iniciação feminina no Alto Amazonas até hoje.

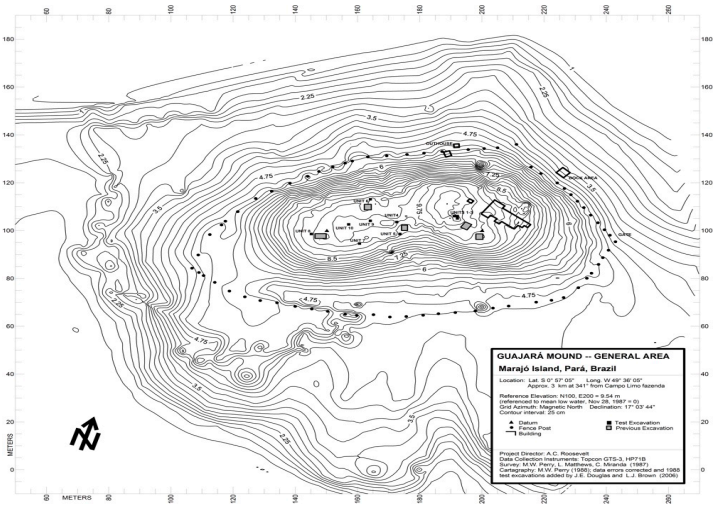


Figura 18b

A maioria das imagens humanas Marajoara são femininas. Algumas têm olhos de escorpião, braços de cobra ou usam acessórios, como o cinto que esta mulher porta à direita, e frequentemente são mostradas assobiando ou soprando. Eles usam camisas decoradas, e algumas são chocalhos. Essas ações estão ligadas aos poderes da xamã na Amazônia de hoje e como uma divindade criadora chamada Mulher Xamã. Urnas funerárias Marajoara representam esa mulher com camisa decorada com padrões de pele de sucuri. Sua efígie parece em urnas funerária Marajoara com bandoleira em forma de cobra e olhos de escorpião, símbolos xamânicas. Algumas efigies são mostradas comendo. Os desenhos podem representar um possível consumo de cinzas de corpos humanos em ritos funerários, uma prática ainda ativa hoje entre indígenas da Amazônia.

Nossos levantamentos geofísicos a Teso dos Bichos, um montículo de três hectares e em outros sítios revelaram grandes casas com cemitérios e fogueiras, e não centros cerimoniais vazios. Mas não encontramos palácios até agora. As casas eram muito parecidas: grandes, com longas estruturas de barro e palha e com pisos subterrâneos. Os mapas mostram cerca de 20 casas neste aterro, através da detecção de fogueiras, mostrando que havia conjuntos de montículos com malocas de palha. [Figura 19. (Sal Catalano).]

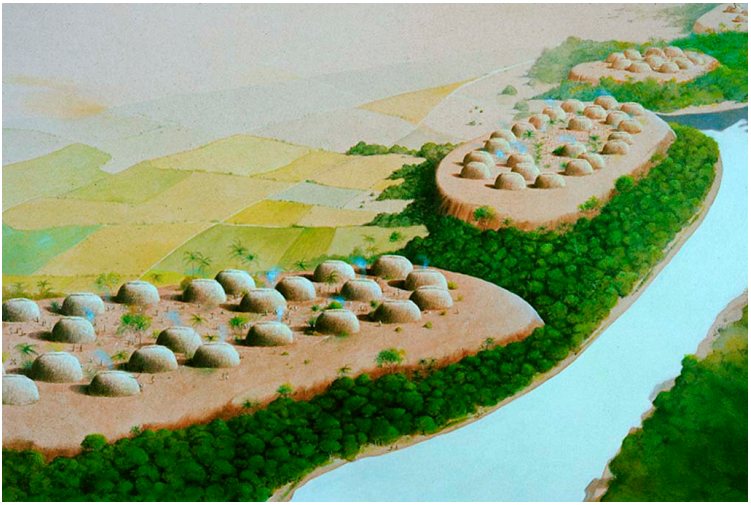


Figura 19

A civilização Marajoara manteve-se em assentamentos de longa duração, mas a floresta fechada continuou por perto, de acordo com isótopos de carbono estáveis de alimentos e espécies de árvores encontradas nas escavações. A subsistência foi altamente intensiva, composto com diversos alimentos. Pequenos peixes e frutos da palmeira *Astrocaryum* (tucum) eram alguns dos alimentos consumidos pelos Marajoara diariamente, milho, e *Manihot esculenta*, também [ao contrário da ideia de que Marajoara era uma cultura não agrícola (Schaan, 2008)]. Apesar da pesca intensiva, espécies agora raras, como o peixe Pirarucu, cresceram bastante como este aqui e eram consumidos nas festas. Frutas valiosas como o açaí (*Euterpe oleracea*, documentado por sementes carbonizadas, foram cultivadas para bebidas rituais no sitio Teso Dos Bichos (Roosevelt 1991a).

A civilização Marajoara da foz do Amazonas foi uma das culturas mais ricas, antigas, e influentes do horizonte policromo ainda estudado. Estilos relacionados pré-históricos são encontrados desde a foz do Amazonas até ao sopé dos Andes e gente indígena da Amazônia continua facer artefatos no estilo até hoje. Por exemplo, monticulos residenciais construídos de terra são encontrados nos ilhas de Mojos na Bolivia Amazônica com artefatos do estilo polícroma. Como no Marajo, os montículos residenciais dos Mojos - alguns

deles com 9 m de altura - começam no Formativo c. 3.000 BP e continue até 1,500 DC. A cerâmica barrancoide é encontrada na base, mas o Horizonte Policroma e o Inciso e Pontilhado ocorrem mais acima.

O horizonte inciso-ponteado e suas Terras Pretas Amazônicas existiram de C. 500 AD Cal aos dias de hoje.

A tradição da cerâmica incisa e pontilhada parece ter origem e poderia ter surgido em uma das áreas onde as primeiras versões existiram, ou na planície aluvial do médio ou baixo Orinoco, nas planícies aluviais das Guianas, e na costa ao sul da boca do Amazonas ou na Amazônia Ecuatoriana. Esta tradição associado à organização da chefia parece ser o tempo em que duas importantes inovações na agricultura intensiva acontecem na grande Amazônia: "as terras pretas do índio" na terra firme e os campos elevados em planicies aluvias.

Uma das construções mais notáveis da Amazônia são as "terras pretas de índios" encontrados em muitos sítios arqueológicos ocupados nos últimos 1500 anos tanto nas várzeas quanto nos interflúvios (Woods e Glaser, 2004). Na verdade, as primeiras "terras pretas" estão em sítios Paleo, e alguns sítios Formativos e sítios do Horizonte Policromo têm pequenos áreas deles. Como os pesquisadores naturalistas e geográfos (e.g., Hartt, 1885, Smith, 1879, Smith, 1980) mostraram, esses depósitos são sítios de lixos arqueológicos intactos cheios de construções *in situ*, acomodações, enterros e depósitos de lixo. Eles não são depósitos naturais. Esses solos são o recurso agronômico mais importante na Amazônia. A maior parte da subsistência agora, mercados locais, e trocas comerciais é feita nesses depósitos, e a maioria das florestas antrópicas importantes ocorrem neles também.

A existência, na pré-história tardia, de grandes sítios arqueológicos de solo negro na Amazônia foi notada pela primeira vez c. 1874 por C. F. Hartt, um naturalista cujo trabalho me levou a reinterpretar muitas das ideias dos arqueólogos do século 20 sobre a Amazônia. As regiões central e baixo da Amazônia possui vários desses locais, um dos quais é Hatahara da fase Paredão na região central (Heckenberger et al. 1999; Rebellato et al., 2009). A análise dos solos pretos do local mostrou que o milho e diversas palmeiras,

incluindo a pupunha domesticada, foram ativamente cultivadas durante a pré-história posterior. Os níveis anteriores de solos de cor mais clara apresentavam mais evidências de cultivo de tubérculos (Bozarth et al. 2009).

No baixo Amazonas o sitio de Santarém, datado entre 1200 e 1500 AD, (Nimuendaju, 2004; Quinn 2004; Roosevelt 1999c, 2000b), possivelmente é o maior sítio de terras pretas indigena. A cultura de Santarem ocorre em muitos sítios de terra preta de sociedades complexas do estilo inciso-ponteado. Muitos foram lugares defensivos ao longo do Amazonas e são muito extensos (Nimuendaju, 2004). [Figura 20 (Palmatary, 1960 after Nimuendaju)].

Pesquisadores de Santarém concordam que a organização política era heterárquica, liderada por chefes, homens e mulheres, aos quais eram atribuídos poderes xamânicos e que as aldeias eram autogovernadas (Gomes 2017; Gomes et al. 2023; Noosevelt 1999; nimuendaju 2004).

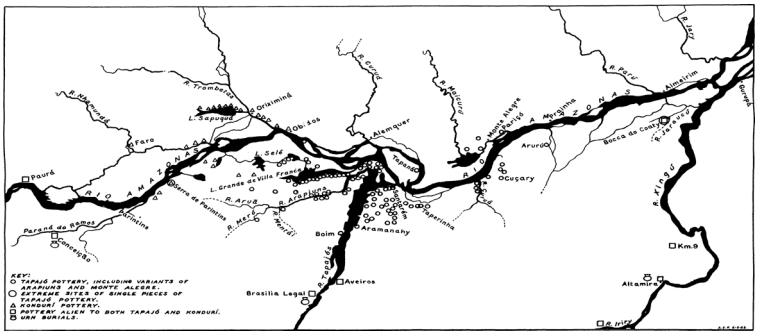


Figura 20

Nossos mapas de levantamentos geofísicos e nossas escavações mostram que mesmo o sítio de Santarém, tem terra preta de mais que 4 km^2 em extensão, com plataformas ceremoniais, montículos de habitação, com covas de cremação ao lado). [Figura 21a e b. (Roosevelt e Guida Navarro, 2021].

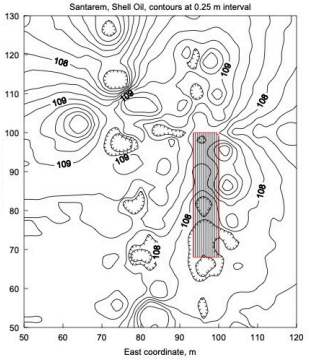


Figura 21a



Figura 21b

Os alimentos diários incluem tucum, milho, e, provavelmente, mandioca, mas o açaí e a pupunha estavam em depósitos acima das covas cerimoniais. Os isotopes de especias de árvores mostram florestas grandes na época formativa tardia mas na época tarde mostram florestas diluídas ao redor do sítio de Santarém. A fauna, de lixo de casa é formada por peixes menores, mas encontramos peixes grandes e tartarugas maiores nos depósitos de comida associada às covas cerimoniais para sepultamentos de cremação.

No Horizonte Inciso-Ponteado, además de sua abundante decoração modelada e incisa, que incluém adornos, vasilhas efigies, figurinhas, e tigelas com decoração incisa, o acanalada dentro o fora das bordas, seguem estes estilos formativos (Gomes, 2001, 2002; Nimuendaju, 2004; Palmatary, 1960; Roosevelt, 1999c). [Figura 22.]



Figura 22

O estilo Santarém tem também decoração de pintura policroma mais com motivos lineares diferentes em origem deles do Marajo e outras regiões que têm cerâmica do Horizonte Policroma.

Estátuas do sítio de Santarém são na maioria mulheres, mas os homens foram representados em maiores tamanhos como instrumentos de Xamãs. Estatuetas de mulheres e homens tem perfurações nas orelhas representando nobreza na cultura do baixo Amazonas, mas só as mulheres usam pingentes e enfeites de jade e jaspe, esculturas em pedras semipreciosas conhecidas em relatos históricos como objetos de valor para troca (Boomert, 1987; Guida Navarro et al., 2017). As mulheres também são representadas sentadas segurando no colo uma grande tigela do tamanho e formato em que são depositados os sepultamentos de cremação. Esculturas em pedra fina como cetros mostram figuras ou masculino ou feminino com un animal alter ego na cabeça e em seus ombros. [Figura 23. (Gothenburg Ethnographic Museum).

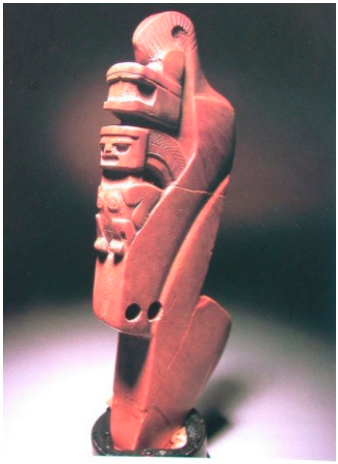


Figura 23

Na época da tradição horizonte inciso e pontilhado no final da pré-história, sistemas de campos elevados para agricultura intensiva haviam sido desenvolvidos por culturas que vivem em montes em algumas grandes áreas da planície aluvial na Amazônia boliviana, colombiana, venezoelana e guianense. Nos países do oeste, este, e norte da Amazônia, algumas áreas aluviais são preenchidas com ter-

raplenagens para cultivo, próximas aos montículos habitacionais e cemitérios, às vezes ligados à calçadas e canais. Embora originalmente atribuído à intrusão andina central, o MTDNA de grupos em áreas de campos elevados, como os Llanos de Mojos, não mostra evidências de tais intrusões (Bert et al., 2003). Campos elevados de terra para agricultura e montículos de terra para residência são encontrados nos llanos de Mojos na Bolivia Amazônica [Figura 24. (Denevan, 1966)], com artefatos do estilo polícroma e também inciso-pontillhado.

Os monticulos residencial dos Mojos - alguns deles com 9 m de altura - começam no Formativo c. 3.000 BP e continuam até 1,500 DC. A cerâmica barrancoide é encontrada na base, mas o Horizonte Policroma e o Inciso e Pontilhado ocorrem mais acima (Dougherty e Calandra 1981-1982). As evidências arqueobotânicas mostram o milho como principal cultivo nas áreas de campos agrícolas elevados das terras baixas da América do Sul do horizonte inciso e pontilhado, com mandioca, outros grãos, e várias árvores (Prumers e Betancourt ,2014; Roosevelt, 1980; Rostain, 2012). O Brasil também pode tê-los, mas é necessário mais pesquisas para averiguar.



Figura 24

CULTURAS INDÍGENAS DE HOJE

A conquista europeia explusou as sociedades indígenas das planícies inundáveis (as várzeas) exceto em partes da alta Amazônia, terminando a evolução independente de civilizações indígenas. Mas as culturas indígenas persistem e têm fortes ligações às suas antigas tradições de arte elaborada e monumental, técnica de artesanato, cultivos, gestão de terras e tratamentos psicológico e botânico. Mulheres mazônicas continuam a ter um papel predominante na agricultura, na cerâmica [Figura 25a, 25b, 25c. Shipibo, Peru (Carolyn Heath)], e ceremonias, e continuaram a decorar túnicas e cerâmica rituais com os mesmos padrões da a sucuri, cuja caça "povo", os animais de caça, os caçadores protegem com tabus.



Figura 25a



Figura 25b



Figura 25c

E observações e representações detalhadas dos céus continuam, como na mural na frente de malocas etnográfica no Rio Negro mostrando a anaconda ancestral e o sol, seu esposo, passando pelas serras durante sua viagem do ano, uma forma de calendário com origem da cultura dos Paleoíndios [Figura 26. (Cabalzar, 2010).]



Figura 26

Há muito valor no conhecimento indígena e sitios arqueológicos existentes para o desenvolvimento da Amazônia de forma sustentável para a prosperidade e o bem-estar de todos os seus cidadãos. Vamos respeitar, ajudar, e promover seus caminhos da maneira que eles desejam e a preservar os seus sítios antigos (Bastos e Funari, 2008) e as coleções sistemáticas deles (Roosevelt, 2000a).

REFERÊNCIAS

Aceituno, F. J., N. Loaiza, M. E. Delgado-Burbano, G. Barientos 2013 The initial human settlement of Northwest South America during the Pleistocene/Holocene transition: Synthesis and perspectives. *Quaternary International* 301: 23-33.

Balee, W. 1989 The culture of Amazonian forests. In *Resource Management in Amazonia: Indigenous and Folk Strategies*, edited by Darrell A. Posey and William Balee. Advances in Economic Botany

7: 1-21. 2013. *Cultural Forests of the Amazon: A Historical Ecology of People and their Landscapes*. Tuscaloosa: University of Alabama Press.

Baronne Visigalli, E. e A. C. Roosevelt, eds. 2010 *Amazo'hommes: Sciences de l'Homme et Sciences de la Nature en Amazonie*. Ibis Rouge Editions, Cayenne, FG.

Bastos, R. L. e P. P. A. Funari 2008 Public archaeology and management of the Brazilian archaeological-cultural heritage. *Handbook of South American Archaeology*, H. Silverman e W. H. Isbell, eds. New York: Springer. Pp. 1127- 1133.

Bert, F. A. Corella, M. Gene, A. Perez-Perez, and D. Turbon 2003 Mitochondrial DNA diversity in the Llanos de Moxos: Moxo, Movima and Yuracare Amerindian populations from Bolivia lowlands. A*nnals of Human Biology* January/February 31(1): 9-28.

Bevan, B. W. e A. C. Roosevelt 2003 Geoarchaeological exploration of Guajara, A prehistoric earth mound in Brazil. *Geoarchaeology* 18(3): 287-331.

Boomert, A. 1987 Gifts of the Amazon: green stones pendants and beads as item of ceremonial exchange in Amazonia and the Caribbean. *Antropologi*ca 67: 33-54.

Cabalzar, A. 2010 Petroglifos e Concepcoes Sociospaciais dos Povos Indigenas no Alto Rio Negro: Entre a Origem e os Dias de Hoje. II Encontro Internacional de Arqueologia Amazonica, September 12-17, 2010, Manaus, Amazonas, Brazil.

Chazan, M. 2008 *World Prehistory and Archaeology: Pathways Through Tim*e. Boston: Pearson Education. 2021 *World Prehistory and Archaeology: Pathways Through Tim*e. New York: Routledge.

Cruxent, J. M. e I. Rouse 1958–1959 *An Archaeological Chronology of Venezuela*. 2 vols. Social Science Mono- graph VI. Pan American Union, Washington, DC.

Davis, C. S. 2014 *The Archaeoastronomy of Terminal Pleistocene Rock Art on the Amazon River at Monte Alegre, Para, Brazil*. Ph.D. Dissertation, Anthropology, University of Illinois Chicago.

Davis, C. S., A. C. Roosevelt, W. Barnett, e M. Lima da Costa 2017 Paleoindian solar and stellar pictographic trail in the Monte Alegre hills of Brazil: Implications for pioneering new landscapes. *Journal of Anthropology and Archaeology* 5 (2): 1-17.

Denevan, W. M. 1966 *The Aboriginal Cultural Geography of the Llanos de Mojos of Bolivi*a. Ibero Americana 48. Berkeley: University of California Press.

Dougherty, B. e H. Calandra 1981-1982 Excavaciones arqueológicas en la Loma Alta de Casarabe, Llanos de Moxos, Departamento del Beni, Bolivia. *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología* 14 (2): 9–48. Buenos Aires.

Erickson, C. L. 2006 The Domesticated Landscapes of the Bolivian Amazon. *Time and Complexity in Historical Ecology*, ed. W. Balee e C. L. Erickson. Studies in the Neotropical Lowlands. New York: Columbia University Press. Pp. 235-278.

Erlandson, J. M., T. C. Rick, T. J. Braje, M. Casperson, B. Culleton, B. Fulfrost, T. Garcia, D. A. Guthria, N. Jew, D. J. Kennett, M. L. Moss, L. Reeder, C. Skinner, J. Watts, e L. Willis 2011 Paleoindian Seafaring, Maritime Technologies, and Coastal Foraging on California's Channel Islands. *Scienc*e 331: 1181-1185.

Gaspar, M. D., P. de Blasis, S. K. Fish, and P. R. Fish 2008. Sambaqui (Shell Mound) societies of coastal Brazil. *Handbook of South American Archaeology*, H. Silverman e W. H. Isbell, eds. New York: Springer. Pp. 319-339.

Gnecco, C. and S. Mora 1997 Late Pleistocene/early Holocene tropical forest occupa- tions at San Isidro and Penha Roja, Colombia. *Antiquity* 71: 683–690.

Gomes, D. M. C.2001 Symbolism and Power in the Tropical Forest. In *Unknown Amazon*, ed. Colin McEwan, Cristina Barreto, e Eduardo Neves, pp. 134–155. London: British Museum Press.

2002 Cerâmica Arqueológica da Amazônia: vasilhas da Coleção Tapajônica MAE-USP. São Paulo: Edusp.

2006 Padrões de Organização Comunitária no Baixo Tapajós: O Formativo na Área de Santarém, Brasil. Pueblos y Paisajes Antiguos de

la Selva Amazónica, eds G. M. Morcote Rios, S. M. Camargo, C. F. Calvo. Taraxacum. Universidad Nacional de Colombia.

2017. Politics and ritual in large villages in Santarém, Lower Amazon, Brazil. *Cambridge Archaeological Journal, 27*(2), 275–293.

Gomes, D. M. C, A. F. Costa,C. S. Munita, e J. P. Lopes da Cunha 2023 Archaeological Evidence of the Development of a Regional Society in Santarém (AD 1000–1600), Lower Amazon: A Path to Understanding Social Complexity. *Journal of World Prehistory* 36: 147-189.

Guapindaia, V. 2008 Prehistoric funeral practices in the Brazilian Amazon: The Maracá urns. *Handbook of South American Archaeology*, H. Silverman e W. H. Isbell, eds. New York: Springer. Pp. 1005-1026.

Guida Navarro, A., ed. 2019 2019 A civilização lacustre e a Baixada Maranhense: da Pré- história dos campos inundáveis aos dias atuais. São Luís: EDUFMA, 2019.

Guida Navarro, A. e A. C. Roosevelt 2021 New evidence of the Formative in the Amazon: A stilt village culture in Maranhao, Brazil. *Boletin Antropologico* 102: 196-224.

Guida Navarro, A., M. L Costa., A. S. N. F. Silva, R. S. Angélica.;S. S. Rodrigues e J. C. Gouveia Neto 2017 O muiraquitã da estearia da Boca do Rio, Santa Helena, Maranhão: estudo arqueológico, mineralógico e simbólico. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas,* 12(3): 869-894.

Haberle, S. G. 1997 Upper Quaternary vegetation and climate history of the Amazon basin: Correlating marine and terrestrial pollen records. In *Proceedings of the Ocean Drilling Program. LEG 155 -- Scientific Results*, *Amazon Fan Sites 7930-946i*, ed. R. D. Flood, D. W. J. Pier, A. Klaus, L. C. Peterson. College Station: Texas A & M University. Pp. 381-396.

Hartt, C. F. 1871 Brazilian rock inscriptions. *American Naturalist* 5(3): 139-147. 1885 Contribuicoes para a ethnologia do Valle do Amazonas. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro* 6: 1-174.

Heckenberger, M. J., J. B. Petersen, e E. G. Neves 1999 Village Size

and Permanence in Amazonia: Two Archaeological Examples from Brazil. *Latin American Antiquit*y 10(4): 353-376.

Hilbert, L., E. G. Neves, F. Pugliese, B. S. Whitney, M. Schock, E. Veasey, C. A. Zimpel, and J. Iriarte.2017 Evidence for mid-Holocene rice domestication in the Americas. *Nature Ecology & Evolution* 1(11): 1693-1698.

Imazio da Silveira, M. 1994 *Estudo sobre Estratégias de Subsistência de Caçadores- Coletores Pré-Históricos do Sítio Gruta do Gavião, Carajás, Pará.* MA thesis, Universidade de São Paulo, Brazil.

Imazio da Silveira, M. e D. P. Schaan 2005 Onde a Amazonia encontra o mar: Estudando os sambaquis do Para. *Revista de Arqueologia* 18: 67-80.

Lana, L. (Parokumu, Umusi) and F. Lana (Toramu Kehiri) 1995 *Antes o Mundo Nao Existia: Mitologia dos Antigos Desana-Kehiripora*. Second edition. Colecao Narradores Indigenas do Rio Negro Vol. 1. UNIRT, Sao Joao Batista do Rio Tiquie; e FOIRN, Sao Gabriel do Cachoeira.

Lathrap,, D. W. 1970 *The Upper Amazon*. New York: Praeger.

Magalhaes, Marcos P. 2004 *Arqueologia de Carajás; Presença do Homen na Amazônia*. Rio de Janeiro: Companhia Vale do Rio Doce.

Meckler, Adam, ed. 2005 *Vanishing Worlds: Art and Ritual in Amazonia*. Houston: Houston Museum of Natural Science.

Michab, M., J.K. Feathers, J.-L. Joron, N. Mercier, M. Selos, H. Valladas, J.-L. Reyss, e A. C. Roosevelt 1998 Luminescence dates for the paleoindian site of Pedra Pintada, Brazil. *Quaternary Geochronology* 17(11): 1041-1046.

Morcote-Rios, G. and R. Bernal 2002 Remains of Palms (Palmae) at archaeological sites in the New World: A review. *The Botanical Review* 67(3): 309-350.

Morcote-Rios, G., F. J. Aceituno, J. Iriarte, M. Robinson, J. L., e Chaparro-Cardenas 2021 Colonisation and early peopling of the Colombian Amazon during the Late Pleistocene and the Early Holoce-

ne: New evidence from La Serranía La Lindosa. *Quaternary International* 578: 5-19.

Nimuendaju, C. 2004 *In Pursuit of a Past Amazon. A Posthumous Work Compiled and Translated by Stig Ryden and Per Stenborg*. Goteborg: Ethnological Studies 45.

Oliver, J. 2008 The archaeology of agriculture in ancient Amazonia. *Handbook of South American Archaeology*, H. Silverman e W. H. Isbell, eds. New York: Springer. Pp. 185-216. 2014 Nuevos aportes a la arqueologia del sitio El Saladero, Bajo Orinoco, Venezuela. In *Antes de Orellana: Actas del 13er Encuentro International de Arqueologia Amazonica*, edited by Stephan Rostain. Quito: Instituto Frances de Estudios Andinos. Pp. 97-112.

Palmatary, Helen C. 1950 *The Pottery of Marajo Island, Brazil*. Philadelphia: American Philosophical Society, Philadelphia.

1960 *The Archaeology of theLower Tapajos Valley, Brazi*l. Transactions of the American Philosophical Society N.S. 50(3).

Porras, A. 1987 *Investigaciones arqueologicas a las faldas del Sangay, Provincia Morona Santiago, Tradicion Upano*. Quito: Artes Graficas Senal, Impresenal Cia. Ltda.

Prümers, H. e J. Betancourt 2014 C. 100 años de investigación arqueológica en los Llanos de Mojos. *Arqueoantropológicas* 4, 11–53 (2014).

Roosevelt, A. C. 1976 La Gruta: An early tropical forest community in the middle Orinoco. *Antropologicos en Homenaje a J.M. Cruxent*, E. Wagner and A. Zucchi, eds. Caracas: Centro de Estudios Avancados/Instituto Venezolano de Investigaciones Cientificas. Pp. 173-201. 1980 *Parmana: Prehistoric Maize and Manioc Subsistence along the Amazon and Orinoco*. Studies in Archaeology. New York: Academic Press.

1988 Archaeological research on Marajo Island. *Revista do Museu Paulista* N.S. 33: 7-40. Universidade de Sao Paulo.

1989 Resource management in the Amazon basin before the European conquest: Beyond ethnographic projection. In *Natural Resource Management by Indigenous and Folk Societies in Amazonia*,

D. Posey e W. Balee, eds. New York Botanical Garden. *Advances in Economic Botany*, No. 7: 30-61.

1991a *Mound-builders of the Amazon: Geophysical Archaeology on Marajo Island, Brazil*. Studies in Archaeology. San Diego: Academic Press.

1991b Determinismo ecologico na interpretacão do desenvolvimento social indigena da Amazonia. In *Origens, Adaptacões, e Diversidade Biologica do Homen Nativo da Amazonia*, W. Neves, ed. Belem: Museu Goeldi. Pp. 103-141.

1997 *Excavations at Corozal, Venezuela: Stratigraphy and Ceramic Seriation*. Yale U. Publications in Anthropology, No. 83. New Haven.

1992 Arqueologia Amazonica. In *Historia dos Indios no Brazil*, M. C. da Cunha, ed. Sao Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura. Pp. 53-86.

1993 The rise and fall of the Amazon chiefdoms. *L'Homme* 33 (126-128): 255-284. Special Issue. *Le Remontee de l'Amazone: Anthropologie et Histoire des Societes Amazoniennes*, A.-C. Taylor and P. Descola, eds. Paris.

1995 Early pottery in the Amazon: Twenty Years of Scholarly Obscurity. *The Emergence of Pottery: Technology and Innovation in Ancient Societies*, W. Barnett and J. Hoopes, ed. Washington, D.C.: Smithsonian Institution. Pp. 115-131.

1998 Ancient and modern hunter-gatherers of lowland South America: An evolutionary problem. In *Advances in Historical Ecology*, W. Balee, ed. New York: Columbia U. Press. Pp. 190-212.

1999a O povoamento das Americas: O panorama Brasileiro. In *Pre-historia da Terra Brasilis*, M. C. Tenorio, ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal de Rio de Janeiro. Pp. 35-50.

1999b Ancient hunter-gatherers of South America. In *Cambridge University Encyclopedia of Hunters and Gatherers*, R. Lee and R. Daly, eds. Cambridge: Cambridge U. Press. Pp. 86-92.

1999c The development of prehistoric complex societies: Amazo-

nia, a tropical forest. For *Complex Polities in the Ancient Tropical World*, edited by E.A. Bacus and L. Lucero. Archaeological Papers of the American Anthropological Association 9. Pp. 13-34.

2000a New information from old collections: The interface of science and systematic collections. In *Museum Issues and Trends*, edited by A. Hitchcock. *Cultural Resource Management* 23(5): 25-29. U. S. Department of the Interior, National Park Service.2000b The Lower Amazon: A Dynamic Human Habitat. *Imperfect Balance: Landscape Transformations in the Precolumbian Americas*, ed. D. L. Lentz. New York: Columbia University Press. Pp. 455-491.

2007 Geophysical archaeology in the lower Amazon: A research strategy. In *Remote Sensing in Archaeology*, eds. F. El Baz e J. R. Wiseman. New York: Springer. Pp. 435-467.

2013 Amazonia and the anthropocene: 13,000 Years of Human Influence in a Rainforest. *The Anthropocene* 4:69-87.

2014a The Great Anaconda and the Amazon Women: A Powerful and Dangerous Ancestral Spirit from Creation Time to Today. In *Colocataires d'Amazonie: Hom- mes, Animaux, et Plantes de Part et D'Autre de L'Atlantique*, edited by Egle Barone Visigalli, pp. 39–56. Ibis Rouge, Cayenne, French Guiana.

2014b Prehistory of Amazonia. *Cambridge World Prehistory*, Colin Renfrew e P. Bahn, eds. Cambridge University Press, Cambridge, UK. Vol. 2, Part 6, Chapter 28:1175-1199.

2016 Method and theory of early farming: The Orinoco and Caribbean coasts of South America. *Earth Science Research* 6(1):1-42.

2019 The Warao of the Orinoco delta: A stilt-village culture. *A Civilizacao Lacustre de a Baixada Maranhense: Da Prehistorica dos Campos Inundaveis aos Dias Atuais*, A. Guida Navarro, ed. Sao Luis: Universidade Federal do Maranhao. Pp. 231-296.

2021 Amazon paleoenvironment: The death of the refugium hypothesis has not been exaggerated. In *Memoria, Cultura Material e Sensibilidade: Estudos em Homenagem a Pedro Paulo Funari*, A. Guida Navarro e R. dos Santos Funari, eds. Jundiai, BR: Paco Editorial. Pp. 139-181.

2024 Animism in the Polychrome tradition of Amazonia. In *Archaeology in a Living Landscape: Envisioning Nonhuman Persons in the Indigenous Americas*, B. K. S. Woodfill and L. R. Henderson, eds. Gainesville: University Press of Florida. PP. 259-292.

Roosevelt, A. C. e A. Guida Navarro 2021 *Ancient Civilizations of the Amazon/Civilizacoes Antigas da Amazonia*. Sao Luis, Brazil: Universidade Federal do Maranhao.

Roosevelt, A. C., J. E. Douglas, e L. J, Brown 2002 Migrations and adaptations of the first Americans: Clovis and Pre-Clovis viewed from South America. In *The First Americans: The Pleistocene Colonization of the New World*, N. Jablonski, ed. *Memoirs of the California Academy of Sciences* No. 27. Berkeley: University of California Press and California Academy of Sciences. Pp. 159-236.

Roosevelt, A. C., R. Housley, I. Imazio da Silveira, S. Maranca, and R. Johnson 1991 Eighth millennium pottery from a prehistoric shell midden in the Brazilian Amazon. *Science* 254(5038): 1621-1624.

Roosevelt, A. C., M. Lima Costa, C. Lopes Machado, M. Michab, N. Mercier, H. Valladas, J. Feathers, W. Barnett, M. Imazio da Silveira, A. Henderson, J. Sliva, B. Chernoff, D. Reese, J.A. Holman, N. Toth, and K. Schick 1996 Paleoindian cave dwellers in the Amazon: The peopling of the Americas. *Science* 272: 373-384.

Roosevelt, A. C., J. E. Douglas, A. M. Amaral, M. Imazio da Silveira, C. P. Barbosa, M. Barreto, and W. S. da Silva 2009 Early hunter-gatherers in the *terra firme* rainforest: Stemmed projectile points from the Curua goldmines. *Amazonica* 1(2): 422-483

Roosevelt, A. C., John E. Douglas, B. Bevan, M. da Silveira, and Linda J. Brown 2012 Monumentality in Amazonia. In *Early New World Monumentality*, edited by Richard L. Burger and R. M. Rosenswig. Gainesville: University of Florida Press. Pp. 255-288.

Roosevelt, A. C., ed. 1994 *Amazonian Indians from Prehistory to the Present: Anthropological Perspectives. Tucson*: U. of Arizona Press.

Rostain, S. 1991 *Les Champs Sureleves Amerindiens de la Guyane.* ORSTOM: Paris.

refd 2008 The archaeology of the Guianas: An overview. *Handbook of South American Archaeology*, H. Silverman e W. H. Isbell, eds. New York: Springer. Pp. 279-302.

2010. Precolumbian earthworks in coastal Amazonia. *Diversity* 2, 331– 352. 2012. Between Sierra and Selva: landscape transformations in upper Ecuadorian Amazonia. *Quaternary International* 249, 31–42.

2013 *Islands in the Rainforest: Landscape Management in Pre-Columbian Amazonia*. Left Coast Press.

Rostain, S., A. Dorison, G. de Saulieu, H. Prumers, J.-L. Le Pennec. F. Mejia Mejia, A. M. Freire, J. R. Pagan-Jimenez, P. Descola. 2024 Two thousand years of garden urbanism in the upper Amazon. S*cience* 383: 183-189.

Salazar, E.1998 De Vuelta a Sangay: Investigaciones archaeológicas en el Alto Upano, Amazonia Ecuatoriana. *Bulletin de l'Institut Francçais d'Études Andine*s 27(2): 213-240.

2008 Pre-Columbian mound complexes in the Upano River Valley, lowland Ecuador. *Handbook of South American Archaeology*, H. Silverman e W. H. Isbell, eds. New York: Springer. Pp. 263-278.

Schaan, D. P.2001 Into the labyrinths of Marajoara pottery: status and cultural identity in an Amazonian complex society, in The unknown Amazon: nature in culture in ancient Brazil, eds. C. McEwan, C. Barreto, e E. Neves. London: British Museum Press. Pp. 108-133.

2008 Nonagricultural chiefdoms of Marajo Island. *Handbook of South American Archaeology*, H. Silverman e W. H. Isbell, eds. New York: Springer. Pp. 339-359.

Schaan, D. P., M. Parssinen, A. Ranzi, and J. C. Piccoli 2007 Geóglifos da Amazônia ocidental: Evidência de complexidade social entre povos da terra firme. *Revista de Arqueologia* 20: 67-82.

Simoes, M. F. 1969 The Castanheira site: New evidence on the antiquity and history of the Ananatuba phase (Marajo Island, Brazil). *American Antiquity* 34(4): 402-410.

1976 Nota sobre duas pontas de projetil da Bacia Tapajos (Para). *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi* NS 62: 1-14. 1981 Coletores-pescadores-ceramistas do litoral do Salgado (Para). *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi* (N.S.) No. 78: 1-26.

Smith, H. H. 1879 *Brazil the Amazons and the Coas*t. London: Sampson Low, Marston, Searle & Rivington.

Smith, N. 1980 Anthrosols and human carrying capacity in the Amazon. *Annals of the Association of American Geographers* 70: 533-566.

van der Hammen, T. 1974 The Pleistocene changes of vegetation and climate in tropical South America. *Journal of Biogeography* 1(1): 3-26.

van de Hammen e M. L. Absy 1994 Amazonia during the last glacial. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology* 109: 247–261

Versteeg, A. H. 2008 Barrancoid and Araugquinoid mound builders in coastal Surinam. *Handbook of South American Archaeology*, H. Silverman e W. H. Isbell, eds. New York: Springer. Pp. 303-318.

Wallace, A. R 1889 *A Narrative of Travels on the Amazon and Rio Negro*. London, UK: Ward, Lock.

Walker, J. H. 2008 The Llanos de Mojos. *Handbook of South American Archaeology*, H. Silverman e W. H. Isbell, eds. New York: Springer. Pp. 927-940.

Woods, W. I. e B. Glaser 2004 *Amazonia Dark Earths: Explorations in Space and Time*.

FIGURAÇÕES NA AMAZÔNIA AUTOCTONIA

Civilização, Interdependência funcional, diferenciação social e sociedades complexas

Gláucio Campos Gomes de Matos[1]

O texto faz parte de uma pesquisas de longo prazo[2] que desenvolvo, buscando contribuir na compreensão do processo civilizador ocidental implantado na Amazônia sobre os autóctones, quando da invasão de europeus na região, no período da expansão marítima e territorial, de interesse de espanhóis e portugueses. Os achados desse trabalho, ao delinear o emprego da expressão civilizados e incivilizados, é mostrado, o quanto de juízo de valor está por trás de seu uso. Portanto, fica dito, sustentado pelos preceitos teóricos de Norbert Elias (1994) e Johan Goudsblom (1995), que não há na história das sociedades humanas, grupos a viverem inteiramente sem normas. A assertiva se aplica aos povos autóctones da Amazônia, que possuem seus próprios processos civilizacionais arraigados em sua cultura, isso pode ser observado, na fase do regime ecológico, cuja sua presença se estende, segundo pesquisas da arqueóloga Anna Rossevelt (1992, 2009, 2021), por 13.000 anos atrás e para Eduardo Neves (2012) 14.000 anos atrás, muito antes dos invasores aportarem nas novas terras. Para Neves, graças aos trabalhos de Miller, Roosevelt e Magalhães, dentre outros, sabe-se hoje que a ocupação humana da Amazônia remonta ao final do Pleistoceno e início do Holoceno, (Neves, 2012, p. 273).

Anna Roosevelt (1992, 2021), classificou essa ocupação em fase paleoindígena, fase arcaica da pré-cerâmica e fase arcaica da cerâmica incipiente e culturas indígenas após a invasão europeia. Portanto, como poderemos ver a seguir, essas sociedades já se mostravam com um nível de interdependência funcional, um diferencial

1 Doutorado/UNICAMP. Líder do Grupo de Pesquisa Processos Civilizadores na PanAmazônia. Contato: glauciocampos62@gmail.com; https://lattes.cnpq.br/3029233831909914; https://orcid.org.0000-0003-3464-1781

2 MATOS, G. C. G., Processo Civilizador Ocidental/Europeu, Tecnização e Modus Vivendi na Amazônia: Experiência de campo sob a lente figuracional/processual. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2023.

social, uma estratificação, elementos de uma organização social complexa.

Nos escritos de Cristóbal Acuña (1637), após 95 anos da passagem de Frei Gaspar de Carvajal (1542) pelo rio Amazonas, encontramos por 18 vezes a utilização da palavra bárbaro, destinada aos autóctones da Amazônia. Bárbaro, que ecoa como antônimo de civilizado, educado, polido. Posteriormente, é a vez do Diretório dos Índios[3], de 1755, documento no qual aparece a palavra incivilizado, por 3 vezes, rústico 1, brutos 1, bárbaro 4, civilidade 11 vezes. Com essa concepção, que se dá, desde a passagem de Frei Gaspar de Carvajal (1542), a mudança de direção do *modus vivendi* do regime ecológico, para a figuração ao modelo ocidental. A intervenção de longo prazo, resultou em transformações de comportamento bem-sucedidos, a nível da psicogênese e sociogênese autóctone.

Nesse sentido, o presente texto, traz reflexões que venham contribuir na compreensão do desenvolvimento psicossocial de sociedades amazônicas, de suas figurações no período antes dos invasores europeus – fase regime ecológico – e a mudança de direção desse processo, com a chegada do invasor e seu modelo ocidental de civilização. Destacar, como essas sociedades avançavam na interdependência funcional, no diferencial social, na hierarquização e se tornaram complexas em suas relações sociais, com seus meios civilizadores.

Da metodologia, é um trabalho de pesquisa bibliográfica e documental. O campo empírico, é o Município de São Gabriel da Cachoeira/ alto Rio Negro/ Amazonas e visita a museus. O aporte teórico é de Norbert Elias e Johan Goudsblom, com a contribuição técnica e empírica dos achados da arqueologia. Dos critérios utilizados, a escolha está no trio dos controles básicos e nos níveis para se entender o processo civilizacional/cultural autóctone. Da abordagem, é processual/figuracional, numa perspectiva de longo prazo. Das categorias utilizadas ou instrumentos conceituais são as elencadas da teoria sociológica de Norbert Elias: interdependência funcional, diferenciação social, tecnização, *habitus*, figuração e processo social. E, na perspectiva da transversalidade, o etnoconhecimento, para entender o modus vivendi amazônico autóctone e o controle de seus impulsos e emoções.

3 DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS (1755) - https://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm - acessado 10/10/2024

Por processo social, segundo Norbert Elias (2006), é o resultado do planejamento de homens e mulheres. Portanto, o que seria dos processos sociais, se os humanos deixassem de planejar. Nesse sentido, seus resultados, a longo prazo, nem sempre são aqueles esperados. Ao nos referirmos a processos sociais, é nessa conotação.

No que se refere ao conceito de figuração, que abordaremos mais à frente, é chave para ajudar a compreender sociedades, com existência secular, na Amazônia. Para Elias (1980, p. 147), o problema das interdependências humanas é o centro da teoria sociológica. O que faz com que as pessoas se liguem umas às outras e sejam dependentes umas das outras? Adverte Elias, "As dependências recíprocas das pessoas não são obviamente sempre as mesmas em todas as sociedades nos seus vários estágios de desenvolvimento". Assim, as interdependências mudam, à medida que as sociedades se tornam cada vez mais diferenciadas e estratificadas.

FIGURAÇÃO NO REGIME ECOLÓGICO

A sociedade ocidental, da qual sou parte e resultado, como já conhecemos, trouxe transformações e interferências no modus vivendi das populações autóctones da Amazônia, ao introduzir sua ciência, tecnologia, conceitos econômicos, religião, otimização do tempo e dentre outras, as colocou em um outro nível de integração.

A enciclopédia secular de domínio dos povos da Amazônia, quanto as espécies da fauna e flora, comportamento de animais, diversidade ictiológica e seus períodos de reprodução e piracema, e tudo que se refere à natureza, foi apropriada pelo invasor, permitindo-os explorar a natureza ao extremo, para atender a rede invisível de consumidores, por assim dizer, além mar. Com o etnoconhecimento apreendido dos povos da Amazônia, dar-se continuidade a exploração de seus recursos naturais e ao processo de povoamento ao longo dos seus rios, cabeceiras e lagos. Nesse processo, observa-se o declínio das sociedades autóctones da região e um afastamento do ser (humano ocidental) da natureza, conduzindo-a a uma espoliação sem precedente.

Na perspectiva figuracional, para uma análise de processos sociais de longo prazo na Amazônia, dos quais, o objeto tratado aqui

é um deles, o trio dos controles básicos, proposto por Norbert Elias (1982), vem contribuir. O contato com os invasores, por um lado, trouxe mudanças de direção do regime ecológico, vivido pelos autóctones e, por outro, assimilação do etnoconhecimento desenvolvido por eles.

Segundo Elias (1980, p. 171), o estágio de evolução atingido por uma sociedade pode determinar-se: pelo maior ou menor alcance das possibilidades de controlar acontecimentos naturais; maior ou menor alcance das possibilidades de controlar as relações sociais e pela maior ou menor possibilidades de autocontrole.

O trio dos controles, são interdependentes e são, por assim dizer, diferenciados nas diferentes sociedades. Nas sociedades autóctones da Amazônia, forças míticas e místicas, cosmológicas, orientavam a relação ser humano com a natureza e seus ciclos, desencadeando, um feitio peculiar, uma forma de pensar, sentir e agir, com e sobre ela. A visão cosmológica, está imbricada à constituição do ser autóctone da Amazônia.

Essa relação não foi considerada pelo invasor, o qual, chegou nas Novas Terras tendo a natureza como símbolo econômico, conduzindo-o ao ímpeto de dominá-la e se apropriar dela ao extremo, para sustentar as redes invisíveis de consumidores de seu país de origem. O tripé – ciência, religião e educação ocidental – desempenhou uma importante função para a declinação e desconsideração da cosmologia secular dos autóctones, desenvolvida no regime ecológico.

O processo de domínio da natureza se intensificou, agora ancorado no tripé – ciência, educação, economia – associado à progressiva incorporação de mais energia, com a obtenção de equipamentos com diversificadas funções, em potência e, sobretudo, a ampliação da rede de consumidores, a nível regional, nacional e, em grande escala, internacionalmente. Sem a visão cosmológica e mais empoderados, os humanos, não indígenas, passaram a fazer da Amazônia sua morada e fazer de suas terras, florestas e rios, meios de produção. Esse, processo, não deixou de ser uma aprendizagem dolorosa, é o que mostra o documento "O futuro climático da Amazônia: relatório de avaliação científica"[4].

4 O futuro climático da Amazônia: relatório de avaliação científica / Antonio Donato Nobre. –São José dos Campos, SP: ARA: CCST-INPE: INPA, 2014. e-book. : il.

Nesse sentido, o trio dos controles nos ajudam a entender que a sociedade ocidental, ainda está aquém, da convivência cosmológica e ecológica com a natureza, precisando incorporar práticas ancestrais autóctone. O domínio da natureza, o primeiro do trio, não significa a exterminação, da mesma.

Em poucas linhas, o regime ecológico trata da forma como os povos autóctones da Amazônia desenvolveram seu modus vivendi em ambiente terrestre e aquático, de clima quente e úmido, de rios e florestas, em um tempo cíclico de escassez ou abundância de alimento, com a oscilação do rio – vazante e enchente –, em tempo de estiagem e de chuva. Nesse regime, a condição sine qua non está no fato de suas atividades serem realizadas em grupo, aos quais, as regras morais estão estabelecidas.

Nos séculos de vivência na relação com o ambiente, o etnoconhecimento foi aperfeiçoado para a prática da caçaria, pescaria, extração de produtos da floresta e dos rios. Ao desenvolverem suas embarcações, avançaram pelos rios, ampliando a mobilidade e as redes de comunicações.

Naturalmente, independente do espaço e tempo, o regime ecológico há suas particularidades e nos conduz ao entendimento de que grupos humanos, ao viverem nele, sofrem/sofreram as pressões ecológicas, dentre elas, a instabilidade climática.

Os níveis de adaptação humana ontogenética ao clima, são a aclimatação, os ajustes de desenvolvimento e culturais (Stini, 1975), (Mcelroy, Townsend, 1979), (Moran 1994), apud Matos (2015, p. 86-89). Aclimatação é adaptação de curto prazo. Isso nos conduz a entender das adaptações fisiológicas de curto tempo são reversíveis, diferentemente daquelas de desenvolvimento que ocorrem durante um longo tempo e acompanham o crescimento e o desenvolvimento do indivíduo, (Moran, 1994; Macelroy, Townsend,1979). O organismo, às exigências do ambiente. Essa plasticidade do organismo permite compreender a capacidade dupla do material genético, ou seja, em situação de estímulo uma capacidade pode vir a se manifestar, desde que tenha em seu patrimônio hereditário tais características. E os ajustes culturais (Moran, 1994; Macelroy, Townsend,1979), que permitem, por meio das manhãs de sobrevivências – tipos de vestuários, habitações, estratégias de caça e pesca, armadilhas, artefatos

cerâmicos e líticos – seres humanos viverem nos mais diversificados ambientes, como na Amazônia.

A adaptação ao clima quente e úmido, merece uma explanação ampliada, o que não é possível, aqui. Mas, estamos presenciando a instabilidade climática na Amazônia – estiagem e vazante do rio; chuva e enchente do rio – que tem ocasionado desconforto, principalmente, aos outsiders que passaram a viver em suas terras e não menos os estabelecidos que passaram a habitar, cada vez mais, para o interior das cabeceiras de rios e lagos. Vivendo, sob o efeito do mesmo clima, registra-se, a fragilização de não humanos em busca de água e alimento, nas proximidades das habitações e locais de trabalho dos moradores da região, tronando-se presa fácil dos caçadores.

Décadas de estabilidade climática no Amazonas, proporcionaram aos humanos, certa segurança, comodidade e expansão. Quando a natureza, em sua irracionalidade, sem objetividade, muito menos vingativa, deu sinais de instabilidade, mexeu com sua organização social, principalmente nos dias atuais, por vir se expandindo demograficamente para a hinterlândia amazônica, constituindo comunidades e habitações em grandes lagos, margens de rios e suas cabeceiras.

Os anos de 2023 e 2024, revelaram situações extrema de vazante do rio no Amazonas, afetando, em muito, a rotina de seus moradores. É preciso esclarecer que o efeito da vazante histórica não afetou em mesma intensidade e grau, todas as comunidades da região, pois de um lado tem-se a estrutura natural e do outro, os ajustes culturais.

Da estrutura natural, as comunidades formadas às margens de igarapés, cabeceiras e lagos, que não tiveram outro acesso, a não ser por via fluvial, a pressão ecológica do momento foi mais impactante, dificultando, devido as águas rasas, a mobilidade por meio dos meios de transporte fluviais de pequeno porte como canoas, rabetas e lanchas. As comunidades cujo o acesso, além do rio, era oportunizado por via terrestre, o efeito foi menos sentido.

Em breve descrição, as comunidades que foram visitadas[5]. Comunidade Nossa Senhora de Nazaré, do Rio Araçatuba do Limão, do Rio Limão Grande, no Município de Maués/AM (Foto 1)

5 O trabalho de campo, para observar o efeito da vazante histórica de 2024 no Amazonas, ocorreu de 6 a 16 de novembro de 202, aa comunidade N.S. de Nazaré, Limão Grande/ Maués. Guiado pelos parceiros Aldenor de Oliveira Gomes e Gama (José Dinaldo Fonseca Soares), da comunidade Maranata do Igarapé Açu do Massauari/BVR/AM

e as Comunidades rurais que respondem ao Município de Boa Vista do Ramos/AM: Comunidade do Curuçá, Comunidade Santa Maria do Acre; Maranata e Nossa Senhora de Fátima, no Igarapé Açu do Massauari (Foto 2) e a comunidade do Ipixuna, cujo o acesso à sede do município é por estrada e pelo rio. Todas são abastecidas pelo Programa Luz para Todos, do Governo Federal. Na sede da comunidade, há poço artesiano e água encanada. Acesso ao Wi-five na sede da escola. Televisão, geladeira, são eletrodomésticos, já encontrados em quase todas as residências, além de máquina de lavar, aparelho de som, liquidificador entre outros, a exemplo de furadeiras, plaina eletríca, serra elétrica.

O que se vê, acompanhando Goudsblom (2006), houve a incorporação de mais energia pelos moradores da hinterlândia amazônica, permitindo maior intervenção e domínio da natureza, na utilização de motosserras, roçadeiras, motores de autopropulsão.



Foto 1 (Gláucio Campos), Comunidade Nossa Senhora de Nazaré, do Rio Araçatuba do Limão, do Rio Limão Grande, no Município de Maués/AM (Nov. 2024)



Foto 2 (Gláucio Campos) Nossa Senhora de Fátima, no Igarapé Açu do Massauari. Nov. 2024)

Com a ampliação da rede elétrica para as residências que margeiam o rio, os moradores, nesse momento de vazante severa, se aprovisionam de água provenientes de nascentes, denominadas de "olha d´água", puxada por bomba d´água elétrica.

O que foi observado e vivenciado nessas comunidades, devido as águas rasas, a mobilidade por via fluvial foi bem dificultada em muitos rios, lagos e igarapés, o que incidiu a suspensão das aulas, de forma presencial, em muitas escolas rurais, por ter que parar o transporte escolar. No caso da alimentação, a principal fonte é a di-

versidade ictiológica, devido as águas rasas, muitos dos moradores, de algumas comunidades, tinham que ir pescar mais longe.

Devido à dependência e a incorporação, na dieta alimentar do amazônida, produtos como o açúcar, café, leite, arroz, feijão, macarrão, ovos, biscoitos, entre outros, os processados, enlatados e frangos congelados, geralmente adquiridos na sede dos municípios, para moradores de algumas comunidades, foram dificultados, devido os portos para atracarem suas embarcações, ficarem distantes de suas residências.

Não sendo possível aqui nesse espaço, pormenorizar a discussão, é importante frisar que as vazantes de 2023 e 2024, trouxe lições e aprendizagem, que devem incidir na constituição do ser amazônico. Diante a situação, houve-se a necessidade de abertura de estradas para ligar comunidades e comunidades com a sede do município. O que se vê, são planejamentos que desencadearão, a longo prazo, processos sociais. No curso da natureza e sua instabilidade, os moradores das comunidades amazônicas aguçam as questões ambientais e se fortalece o conceito de prevenção, elementos de um processo civilizador, que avança na hiterlândia amazônica, dado a pressão ecológica.

Por outro lado, o momento é oportuno, pois revela, na descida das águas, gravuras rupestres nas pedras que emergiram às margens do rio Negro, nas proximidades de Manaus/AM (fotos 3, 4, 5 e 6), sinalizando a presença de sociedades autóctones pretéritas que viveram sob pressões do regime ecológico, muito antes dos invasores europeus chegarem à região.



Foto 3) caricatura rupestre. (Gláucio Campos,1/10/24)



Foto 4) Praia das lajes/Manaus/AM/ (Gláucio Campos,1/10/24)

É com essa intenção, que o aprofundamento ao quesito da adaptação humana no trópico úmido, pode contribuir para entender

o quanto foi significativo, para determinados grupos, a pressão ecológica e os processos adaptativos. Até onde sabemos, os séculos de aprendizagem colocam os povos da Amazônia, numa posição de excelência em seu habitat, o que permitiu o seu desenvolvimento e expansão por toda a região, como mostram as atuais pesquisas arqueológicas e as por vir. Portanto, sob esse prisma, há de se dar atenção ao fato de que em tempos pretéritos, antes dos invasores, a ocupação humana na Amazônia e a mudança de determinados grupos para outros espaços ecologicamente mais adequados para melhor qualidade de vida, não deixou de ser um ajuste cultural. Ao analisar por esse viés, deixa-se de subjugar a *ratio* autóctone e superar-se a discussão que conduz ao determinismo geográfico ou ambiental.

Para Neves, "Talvez a lição mais importante trazida pela arqueologia amazônica nas últimas décadas tenha sido mostrar que não existe na região nenhuma barreira natural à ocupação humana, à inovação cultural, à invenção". (Neves, 2012, 278).

Ao analisar a área, cuja a extensão da laje de pedra natural é mostrada na foto 4, avançando para o rio. Em toda essa área, as gravuras são encontradas apenas na extrema com o rio (área destacada em vermelho), sinalizando que, os indivíduos, por alguma razão, se concentravam nesse espaço. Pelos indicadores naturais, é sugestivo pensar que pessoas se reuniam em grupo, para pescar e se divertirem (banhar).

Como já mencionado, o Rio Negro, não mudou seu curso, bem como sua estrutura biofísica e o pedral (laje de pedra natural) submerso, é um excelente ambiente, onde uma diversidade de espécies ictiológica se alimenta. Acompanhando os indicadores naturais, devemos acreditar na qualidade gênica da natureza dos mamíferos, principalmente o boto tucuxi (*Sotalia fluviatilis*), que nos dias atuais são vistos, aos cardumes, em suas estratégias de pesca, margeando o pedral. O destaque da área, na foto 4, em verde.

Dessa forma, há indicadores que fazem supor que um dos objetivos com que os indivíduos se reunião na extrema da laje de pedra, estava para pescar e se divertir. E, enquanto isso, as gravuras nas pedras eram registradas.



Foto 5 (Alice Matos, 12/10/24), Mostra o desnível das pedras provocado pela força das águas e o quadro esculpido.



Foto 6 (Gláucio Campos)

"Água mole *em pedra dura, tanto bate até que fura*", sem caminhar pelo significado popular, vemos que as gravuras (foto 5) na *Praia das Lajes*, são observadas, hoje, somente quando há vazante extrema do rio. O efeito da água, cria um movimento natural das pedras, as quais vão cedendo, dado as fissuras que aprofundam, fazendo se desprender da unidade.

Já mencionado, as gravuras se concentram em uma pequena área. Algumas pedras, encontra-se apenas uma (foto 6) ou duas imagens. Mas, a pedra das fotos 3 e 5, conduzem às minhas alucinações interpretativas.

As gravuras realizadas por esse (s) indivíduos (s) sugerem a reprodução de uma identidade *nós*, família/clã/ grupo. Na foto 3, identificada por cor vermelha há a imagem de uma face mais robusta (homem) e em baixo, uma imagem mais delicada (mulher). Poderiam representar os pais ou os avós maternos. Anciões detentores do etnoconhecimento. Em cor laranja, à direita, uma caricatura mais delicada (mulher), e à esquerda, mais robusto (homem), que podem representar um casal (marido e mulher) ou filhos mais velhos. Ao lado esquerdo, em azul, uma caricatura mais delicada (jovem/menina) e em baixo, azul, a caricatura mais robusta (jovem/menino). Em baixo, no canto esquerdo, em cor de rosa, uma caricatura delicada, em formação (criança). Tácito ou não, esse quadro, representa uma identidade nós.

As gravuras rupestres continuam a inquietar e dirigem-me, agora, a uma análise dos processos civilizadores de uma Amazônia autóctone. Não dá para saber a faixa etária que pertencia o indivíduo a gravar na pedra, porém, a aprendizagem no domínio da ferramenta, dos conceitos imbricados às imagens, isso não deixou de acontecer. E, esse processo de aquisição de conhecimentos, habilidades e outras qualidades, exige do indivíduo um grau de atenção, concentração, percepção, discriminação auditiva, visual e no caso das gravuras, exige coordenação motora fina no manuseio dos instrumentos.

Há de se entender que, até chegar ao ponto ideal, tentativas, repreensões, correções, entre outras advertências ao aprendiz, são dirigidas. À medida que se aperfeiçoa a arte de gravar, o diferencial social, vai consolidando. Nesse processo de aprendizagem, o controle dos impulsos, é outra exigência. Portanto, para essas sociedades sem escrita, as pinturas e artes rupestres, peças cerâmicas e líticas, são por assim dizer, onde podemos encontrar elementos para entendermos dos seus processos civilizacionais. Diferentemente, como Norbert Elias (1994) revelou em suas pesquisas sobre o processo civilizador na sociedade ocidental, ao analisar manuais com suas regras de etiquetas e de boas maneiras.

Portanto, as peças cerâmicas encontradas nas roças de muitos moradores não indígenas de áreas rurais do Amazonas e as pesquisas arqueológicas, nos dão subsídios para ampliar esse conhecimento. A paleontologia, com as secas extremas do rio Amazonas e Rio Negro, em breve poderá estar trazendo contribuições ao revelar as espécies de animais que viviam na região, o que, subsidiará, a entender as estratégias de caça e suas regras.

Na trilha do passado autóctone é pertinente observar a constituição natural da geografia dos rios e da terra, na data presente, pois nos ajudam a fazer conexões. Os indicadores naturais e vestígios de práticas socioculturais desenvolvidas no regime ecológico, como a relação de interdependência que se arrasta nesse longo período, são exemplos.

Para isso, considero o fato de que a espécie humana, do momento da ocupação da Amazônia, até onde se pode ver, *não mudou sua estrutura biológica* para viver nela. O que houve foi um desenvolvimento sociocultural e psicossocial, vitorioso que desencadeou a ocupação da Amazônia pelos autóctones.

Outro indicador natural é o fato de que os principais rios e seus afluentes da Amazônia, ocupadas pelos autóctones, não mudaram seu curso e nem deixaram de existir. As descrições do Rio Amazonas por Frei Gaspar de Carvajal (1542), pelo Frei Cristóbal Acuña (1637), e, passados 60 anos, a descrição e o desenho do mapa (Foto 7) detalhado dos rios e seus afluentes de Samuel Fritz (1697), podem constatar que o Rio Amazonas e o Rio Negro *não mudaram seu curso* ou sua estrutura geofísica.

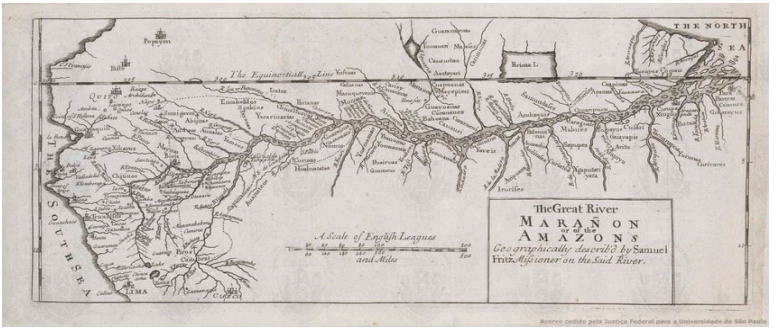


Foto 7: Mapa de Samuel Fritz de 1697 | Download Scientific Diagram (researchgate.net) (pesquisa online: 20/09/2024)

Diante aos ciclos naturais as populações ocuparam suas margens, compreendendo os ciclos de enchentes e vazantes extremas. Nesses principais rios e afluentes, que os invasores se surpreenderam com a presença de muitas nações/províncias, ocupadas por 8 mil, 10 mil indivíduos.

Assim, Carvajal iniciou sua viagem pelo Amazonas em fevereiro a agosto de 1542[6]. Acuña[7], retorna de Quito em fevereiro e chega em Belém, em dezembro de 1639. Realizaram suas expedições, no período que alcançou a enchente e vazante do rio, porém não há registros de entraves na viagem, por conta de vazantes extrema do rio, a exemplo do ocorrido no ano de 2024.

6 Relação do famosíssimo e muito poderoso Rio chamado Marañón. Trad. Auxiliomar Silva Ugarte/Frei Gaspar de Carvajal. – Manaus: Editora Valer, 2021.
7 Nuevo descubrimento del Gran Río de las Amazonas, Madri, Imprenta del Reyno, 1641.



Foto 8 (Gláucio Campos). Navio cargueiro, navegando pelo Rio Amazonas, com destino ao porto de Manaus/AM, transportando produtos importados em contêiner, sustentando a interdependência funcional. (Nov. de 2024)

Portanto, se registra, até o momento, que o Rio Amazonas, mesmo em extrema vazante, é navegável por grandes embarcações (foto 8), o mesmo não ocorre em lagos, cabeceiras de rios e igarapés da região, nos quais, hoje, são encontradas muitas comunidades amazônicas, que dependem das águas para a mobilidade humana, por meio do transporte fluvial. (Fotos 9 e 10).

Observando o curso da natureza, os caminhos identificados hoje, margeando ou cruzando, por terra, lagos e igarapés utilizados por moradores da hinterlândia amazônica, consolida as muitas trilhas registradas por Carvajal, irremediavelmente utilizadas pelos autóctones pretéritos, que sustentavam as interdependências funcionais, na vazante do rio.



Foto 9 (Gláucio Campos) Vazante do rio na Comunidade Ipixuna do Massauri./Município de Boa Vista do Ramos/AM.
A linha azul sinaliza uma vazante do rio, considerado normal/navegável . (Nov. de 2024)



Foto 10 (Gláucio Campos) Vazante do rio na Comunidade N. S. de Nazaré, do rio Araçatuba do Limão/AM. Município de Maués.
A linha azul sinaliza uma vazante do rio, considerado normal/navegável. (Nov. de 2024)



Foto 11 (Gláucio Campos) Trilha utilizada pelos moradores da Comunidade N. S. de Nazaré, do rio Araçatuba do Limão/AM. Município de Maués, para se comunicarem, no período da vazante do rio. (Novembro de 2024)

Outro fato, por excelência cultural, que se revela por meio dos achados da arqueologia, ao pesquisar os sítios arqueológicos e seus artefatos cerâmicos, confirmam que as sociedades pretéritas da Amazônia, no regime ecológico, já dominavam e o controlavam o fogo, tanto no Pleistoceno quanto no Holoceno.

A carta de Pero Vaz de Caminha[8], traz registros e contribui nessas reflexões,

> Foram-se lá todos, e andaram entre eles. E, segundo eles diziam, foram bem uma légua e meia a uma povoação, em que haveria nove ou dez casas, as quais eram tão compridas, cada uma, como esta nau capitânia. Eram de madeira, e das ilhargas de tábuas, e cobertas de palha, de razoada altura; todas duma só peça, sem nenhum repartimento, tinham dentro muitos esteios; e, de esteio a esteio, uma rede atada pelos cabos, alta, em que dormiam. Debaixo, para se aquentarem, faziam seus fogos. E tinha cada casa duas portas pequenas, uma num cabo, e outra no outro. Diziam que em cada casa se recolhiam trinta ou quarenta pessoas, e que assim os achavam; e que lhes davam de comer daquela vianda, que eles tinham, a saber, muito inhame e outras sementes, que na terra há e eles comem. ... (CAMINHA, 1500, p. 9/10) (grifo meu)

Esse trecho, traz informações do *modus vivendi* de sociedades pretéritas e colabora, para os estudos dos processos civilizadores das sociedades humanas da América do Sul e suas figurações. Acompa-

8 MINISTÉRIO DA CULTURA Fundação Biblioteca Nacional Departamento Nacional do Livro

nhando a leitura, o grifo destaca o controle e uso do fogo no interior da moradia, onde se concentravam cerca de 30 a 40 indivíduos. Não é excesso dizer que, nesse espaço, moravam famílias. Mulheres e homens em faixas etárias e fases de aprendizagem distintas, que já dominavam o uso do fogo e o controle de impulsos, na relação uns com os outros. Esse modelo de habitação, denominada de Casa Comum, no momento atual, é encontrada e frequentada pelos autóctones de São Gabriel da Cachoeira/AM, quando deixam suas aldeias para atividades na sede do município.

Tais figurações nos dá a oportunidade de trazer a essa discussão a concepção de processo civilizador desenhado por Norbert Elias e Johan Goudsblom.

Para Elias (1993, 2006), O *processo* de civilização constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos e está relacionado à auto regulação adquirida e imprescindível para sua sobrevivência. Sob o controle de outros, o que for mais animalesco ou instintivo, é excluído de sua vida comunal e investidas de sentimentos de vergonha. Esse autocontrole se torna cada vez mais estável, uniforme e generalizado.

Como adverte Norbert Elias, o processo de civilização não é o mesmo em todos os grupos ou sociedades de humanos,

> Estes últimos encontram uma de suas expressões mais prementes no *habitus* social comum dos indivíduos que formam entre si uma determinada unidade de subsistência, por exemplo uma tribo ou Estado. Eles são herdeiros não só de uma linguagem específica, mas também de um modelo específico de civilização e, portanto, de formas específicas de auto-regulação, que eles absorvem mediante o aprendizado de uma linguagem comum e nas quais, então, se encontram: no caráter comum do *habitus* social, da sensibilidade e do comportamento dos membros de uma tribo ou de um Estado nacional. (Elias, 2006, p. 23) (grifo meu)

O *habitus*, (Elias, 1994), o saber social incorporado, é um critério que o pesquisador deve privilegiar ao investigar determinados objetos. Numa sociedade, como São Gabriel da Cachoeira, município do Amazonas, localizado no alto rio Negro, com mais de 22 grupos indígenas, é possível identificar o *habitus* Tukano, Yanomami, Tariano entre outros. Mas, o *habitus* indígena é um fato, que se mostra na culinária, em rituais, jogos, na pintura, nas danças, na prática

da roça e o *habitus* guerreiro, estão presentes. Embora incorporado, no seu dia a dia, muito da cultural ocidental, o *habitus* indígena não pereceu, é a resistência.

Assim, no caso do Amazonas, como já mostrei em outro trabalho, a concepção de civilizado, por viajantes, cronistas, naturalistas, religiosos, exploradores, entre outros, se baseava exclusivamente no modelo desenvolvido no ocidente, em especial, europeu. Essa autoimagem do invasor e juízo de valor, segundo Matos (2023) impôs uma grande missão dos invasores, a de civilizar os povos da Amazônia, desconsiderando seus próprios preceitos civilizacionais desenvolvidos secularmente, na relação com o ecossistema, inter e entre grupos, em seus rituais, danças, caça, pesca, no uso de toxinas para matar ou paralisar a caça, no cozimento de alimentos, no trabalho coletivo para o preparo da roça ou da casa comum, dentre outros elementos constituintes da cultura, o desenvolvimento de artefatos cerâmicos e suas tecnologias, como poderão ser observados mais à frente.

João Daniel (2004), viveu na Amazônia de 1741 a 1745, na região do alto Rio Negro e descreveu um ritual como ridículo e abusivo, quando vem a primeira regra nas filhas de autóctones,

> ...as metem em um gênero de cesto, a que chamam cofo, e neles como em gaiolas as sobem com uma corda até a cumeeira da casa, e ali as fazem jejuar, e mais que jejuar dependuradas com rigorosíssimo silêncio, e recolhimento; e quando muito lhes dão as velhas algum pouco de mingau, certa bebida que fazem engrossada com alguma farinha, e mais nada. E isto por uns tantos dias, depois dos quais as descem e licenciam a sair dos cofos, tão macilentas e descoradas da rigorosa abstinência, e estufa, que saem as pobres raparigas tão desfeitas e definhadas como se se levantassem de alguma grave doença. (Daniel, 2004, p. 271) (grifo meu)

A descrição nos permite refletir sobre o quanto exige da reclua o autocontrole, o controle das emoções e a aprendizagem. A reclusão, na dinâmica das figurações, age sobre a psique individual e coletiva, é o que se pode depreender da continuidade dos escritos de João Daniel, "... e que também, suas mães e avós padeceram o mesmo". Portanto, nos rituais residem normas morais as quais se inserem no seio da sociedade e sustentam, ao seu modo, as relações sociais. A força do *habitus* faz perpetuar normas morais e práticas socioculturais de um grupo, porém ele não é vitalício. Nesse caso, ao analisar pela interdependência, vimos que na mudança de direção

do regime ecológico para o ocidental (Matos, 2023), que o tripé – religião, educação e ciências – desempenhou uma importante função, a demonizar determinadas práticas sociais, dentre elas, rituais, e a busca de aboli-las da tradição autóctone da Amazônia.

Os rituais estão imbricados ao *modus vivendi* autóctone como elementos culturais/civilizacionais. Essa prática, com os anos de contato com a sociedade ocidental sofreu ajustes, principalmente pelos grupos que passaram a residir nas sedes dos munícipio e capital do estado do Amazonas. Mas, essas cerimônias de passagem, em sua tradição, praticadas na base da aldeia, em outros tempos, levavam meses ou anos. Os rituais envolvem a família, a aldeia, e na interdependência, aldeias e parentes vizinhos que residem, alguns, por quilômetros de distância. É envolto por cantorias, confecção de instrumentos musicais e adornos, pintura corporal, alimentos provindos da caça ou da pesca e um momento de transmissão do etnoconhecimento, para melhor preparar o indivíduo para a vida, essencial na constituição do ser autóctone da Amazônia.

Em alguns rituais, que "flagelam" o corpo com agentes químicos, físicos e/ou psicológicos, grosso modo, ao analisar pela neuroanatomia funcional (Machado, 2022), vemos que o sistema nervoso central e periférico, naturalmente constituídos de sensores altamente especializados, são responsáveis para receber, processar e transmitir estímulos da dor de músculos, dos ossos, das vísceras, dos órgãos e das vias perceptivas (olfato, tato, paladar, audição, visão). Diante a natureza do corpo humano, na dinâmica das figurações que permeiam o momento cultural, isto é, a celebração da transição de uma fase para outra, exige que órgãos superiores medeiem, o desconforto ao qual o corpo em sua natureza é submetido, sob a égide de conceitos secularmente constituídos, em prol de uma moral social e suas relações. Sinais de fraqueza demonstrado pelo (a) recluso (a), lamúria ou outra qualquer, que fustiguem e abalem o trio das emoções – medo, raiva, amor (Elias, 1992) – pode ser vergonhoso, no rito de passagem para a fase adulta.

A depender da figuração inserida, a exemplo da preparação para ser guerreiro, pajé e posteriormente o tuxaua, a vergonha pode ser avassaladora sobre a psique individual e familiar, pois a vergonha, segundo Goudsblom (2009) é uma dor social, e seus sinais são perceptíveis em um corpo envergonhado. Reprimir as emoções, controlar os

impulsos motrizes e os esfíncteres, em rituais complexos de passagem, é um exercício de humanização e controle dos instintos, agindo na constituição do superego (Elias, 1993). A exemplo, da Moça Nova[9], entre os Ticuna, na qual a moça tem que suportar o arrancar seus cabelos; ritual da Tucandeira[10] entre os Saté-Mawê, no qual, o rapaz suporta as ferroadas da formiga tucandeira; ritual Kalidzamai[11] dos Baniwa de São Gabriel da Cachoeira, que levam as chicotadas; a reclusão Pubertária[12] no Alto Xingu.

Os rituais impõem, do ponto de vista da moral do grupo, regras do bem viver e servir, permissões, restrições, medo, prazer e um período de aprendizagem do acervo de conhecimento secular, pois, há de entender, segundo Elias (1994, 67) que "Toda sociedade humana consiste em indivíduos e todo indivíduo humano só se humaniza ao aprender a agir, falar e sentir no convívio com outros". Assim, os rituais impõem um "severo" autocontrole, reprime as emoções, envolve a visão cosmológica e cosmogônica. Essa prática, aguça o diferencial social.



Foto 12: Ritual da Tucandeira: grupo indígena se prepara para reaver terras ancestrais - InfoAmazonia (pesquisado, 05/09/2024)



Jovem em iniciação sendo chicoteado. © Felipe Schaedler, 2015
Abaixo, iniciação feminina. © Marcelo Salazar/ISA, 2015

Foto 13: Pimenta jiquitaia baniwa. -- São Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM : OIBI ; Rio Negro : FOIRN, 2016, p. 15

9 NUMUENDAJU, C., The Tukuna. Americn Archeology. Berkeley & Los Angeles University of California Press Londo, England,1952; FILHO, E, T, M., A Festa da Moça Nova, tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Departamento de Antropologia/São Paulo/2015.

10 PEREIRA, N., Os Índios Maués, Edições da "Organização Simões", Rio de Janeiro, 1954

11 Pimenta jiquitaia baniwa. -- São Paulo : Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM : OIBI ; Rio Negro : FOIRN, 2016

12 VIERTLER, R. B., OS KAMAYURÁ E O ALTO XINGU: Análise do processo de integração de uma tribo numa área de aculturação intertribal. PUBLICAÇÃO DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS/ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO SÃO PAULO -BRASIL 1969.

Elias (2006), ao discutir sobre tecnização e civilização, traz reflexões contundentes que contribuem para continuar desconstruindo o juízo de valor que recai sobre os povos da Amazônia,

> Mesmo a concepção da mais simples ferramenta de pedra baseava-se, como todas as outras técnicas, na capacidade, exclusiva dos seres humanos, de deixar de lado, por um tempo, o desejo de satisfazer um impulso ou uma emoção, utilizando-se, então, essa pausa para outras atividades ...Mas se os primeiros passos no caminho para a tecnização já supunham a capacidade de conter um impulso, de adiar um prazer – implicando, em suma, a auto-regulação dos desejos –, essa contenção, essa procrastinação temporária também se baseava na promessa de um prazer vindouro e na expectativa de que os desejos fossem, por fim, realmente saciados. (Elias, 2006, p. 39)

Deslocar a reflexão de Norbert Elias para uma análise processual sob o desenvolvimento sociocultural e psicológico, secularmente, dos povos autóctones da Amazônia, como poderemos observar nas peças cerâmicas (foto 14) e mapas arqueológicos, contribuem para entender os seus processos civilizadores e suas figurações.

O indivíduo envolvido em atividades de confecção da cerâmica e outros artefatos, induz a desviar a atenção do comando exclusivo dos instintos, dos impulsos, para o controle dos mesmos. As imagens de vasos e suas morfologias, de sítios de diferentes áreas nas estradas de rios do Amazonas, mostram peças prontas, com um nível de estética e funções definidas, construídas por mãos de artesãos (ãs) com um nível de habilidade admirável, dado o acabamento, os contornos. Porém, há de se dar atenção aos estágios que os precedem.



Foto 14: Belletti, (2016, p.375), In:. Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese / Cristiana Barreto, Helena Pinto Lima, Carla Jaimes Betancourt, organizadoras. Belém : IPHAN : Ministério da Cultura, 2016.

A aprendizagem, é um deles. No regime ecológico, sem o domínio e a prática da escrita, o aprender envolve a oralidade, observação e execução/prática. Erro e acerto, não deixa de ser uma aprendizagem. Nesse processo, ao aprendiz é exigido concentração, atenção dirigida, e outras qualidades cognitivas. Tal condição, nos faz conceber que,

> "Em termos mais gerais, para serem plenamente humanas, todas as pessoas devem passar por um processo civilizador próprio, no curso do qual aprendem, fundamentalmente graças a outros, a regular suas impressões e impulsos sensoriais, a comportar-se e a pensar. A isto podemos chamar processo civilizador no nível individual. " (Goudsblom, 1992, p.20)

Me apropriando de uma análise dicotomizada, pela qual a sociedade ocidental aprendeu, vamos compreender que as peças cerâmicas e outros artefatos, a exemplo de cestarias, a coordenação motora fina, a coordenação olho mão, a noção espacial, são qualidades perceptivas que exigem do praticante, uma sincronia de estruturas cerebrais comandando, de forma direcionada, a ação motora, sob controle. A depender do que está sendo confeccionado, nessa aprendizagem, o processo pode se alongar, até chegar à forma ideal desejada. Dar atenção ao processo, é essencial para a compreensão do autocontrole e outras qualidades.

Se o aprendiz for criança ou jovem, sob o olhar coercitivo de adultos, muito daquilo que esse indivíduo gostaria de estar fazendo por vontade própria, é coibido, convergindo para um autocontrole e controle das emoções, na e para a companhia de outros. Portanto, "A aprendizagem dos autocontroles, chama-se a eles de "razão", "consciência", "ego" ou "superego" e a consequente moderação dos impulsos e emoções mais animalescas, em suma, a civilização do ser humano jovem, jamais é um processo inteiramente indolor, e sempre deixa cicatrizes". (Elias, 1993, p. 205).



Figura 2. O aprendizado inter-geracional da tecnologia cerâmica. Foto: Fabiola A. Silva.

Foto 15: Silva (2016, p. 46), In:. Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese / Cristiana Barreto, Helena Pinto Lima, Carla Jaimes Betancourt, organizadoras. Belém : IPHAN : Ministério da Cultura, 2016.

A imagem de Fabiola Silva, é um exemplo. Um processo de aprendizagem que exige do aprendiz, assim de quem ensina: autocontrole, atenção direcionada, habilidade fina aperfeiçoada do instrutor e exigências ao aprendiz.

Mostra a diferenciação social e a interdependência funcional;

A foto, também nos mostra o processo de transição, onde pode-se ver a bacia de alumínio, muito usada, servindo de base para a confecção do vaso de argila.

À baixo, a foto 16, (Silva 2016, p. 49), é a confecção de tacho/bacia, por um artesão habilidoso. Mostra também, a tecnologia não indígena, como a panela de alumínio queimada, dando sinais de muito uso; ao fundo, o carrinho de mão, e a garrafa pet.



Foto 16: (Silva, 2016, p. 49)



Foto 17: Gláucio Campos (Acervo)

A foto 16, de Gláucio Campos, mostra o não indígena, que incorporou o conhecimento indígena, na fabricação do tacho de barro e os aprendizes, observando a confecção do artefato. Imbricado a esse processo, está o conhecimento, na floresta, da árvore do caraipé[13] – antiplástico – e saber extrair sua cinza, para dar liga a argila que confecciona o tacho.

Com a habilidade dominada, temos o envolvimento do indivíduo na confecção do artefato que pode ser para uso interno, nesse caso, família ou comunidade. Ou, por outro lado, a fabricação de

13 Deve esclarecer que o caraipé é uma árvore nativa da região e deve ser derrubada, para retirar suas cascas, atear fogo, para então, retirar a cinza, que dá liga à argila.

artefatos para atender outros indivíduos em tempos e lugares diferentes, o que nos conduz a pensar nas redes de interdependências funcionais que os autóctones da Amazônia formaram. Esses tachos, ainda, nos dias atuais, confeccionados pelos Sateré Mawé, são muito procurados e comercializados, na região do município de Maués/AM, utilizado para torrar o guaraná.

Na arte do ofício, está imbricada regras, que a longo prazo, fortalecem o controle dos impulsos e favorecem as relações sociais. Ao indivíduo, à medida que se desenvolve no seio da família e sociedade, lhe é privado certos comportamentos, que é permitido apenas na infância. Portanto, há de compreender, seguindo as reflexões de Elias (1994), à medida que a sociedade vai se tornando mais complexa em suas especializações, mais longo é o período da criança aprender e exercer funções de adulto.

Joham Goudsblom, ao estudar o controle do fogo pelos humanos, nos fornece elementos para compreender que a "a aprendizagem do controle do fogo foi, e é, uma forma de civilização. Os humanos domesticaram o fogo e o têm incorporado nas suas sociedades; estas sociedades tornaram-se mais complexas e mais civilizadas. (Goudsblom, 1995, p. 16)

Continua,

> "... porque o fogo é evidentemente um elemento de cultura e, como tal, esteve presente, e fazendo parte integrante da vida humana, por milhares e milhares de gerações. O trânsito da vida sem fogo à vida com fogo fez da vida, em muitos sentidos, algo mais fácil e seguro; mas também criou novas restrições e riscos. A presença constante do fogo num grupo humano é um factor que provoca complicações; aprender a "acomodar-se" diante destas complicações é um bom exemplo do tipo de "mutação" do comportamento que deu ímpeto novo ao processo civilizador. (Goudsblom, 1995 pp. 19/20) (grifo meu)

Elencar o fogo para refletir o processo civilizador, do ponto de vista da cultura, coloca o uso da palavra civilizada, de forma mais adequada para julgar sociedades autóctones da Amazônia.

A Carta de Pero Vaz de Caminha, de 1500, torna-se um dos primeiros registros quanto ao uso e controle do fogo na *Casa Comum*, porém, em termos de ocupação da Amazônia pelos autóctones,

trata de um registro muito novo.

Na perspectiva do processo civilizador, Norbert Elias (1994) e Johan Goudsblom (1992) elegem três níveis para falar desse processo. Os autores nomeiam o nível individual, quando aprendem, fundamentalmente graças a outros, a regular suas impressões e impulsos sensoriais, a comportar-se e a pensar.

O segundo nível é o processo histórico. Processos socioculturais, que ocorrem em qualquer sociedade, através dos quais uma geração entrega para as seguintes normas de conduta, e no decurso de que estes padrões também podem mudar rapidamente ou com lentidão. (Goudsblom, 1995, p. 20).

O terceiro nível é, para Goudsblom (1995, p. 21), o da história humana global o qual configura o cenário mais amplo dentro do qual se enquadram os processos civilizadores de segundo nível (sociais) e de primeiro nível (individual).

Para os estudos dos processos civilizadores na Amazônia, é, acompanhando Elias e Goudsblom, o fato que tais sociedades detêm tradições culturais nas quais conectam mecanismos de coação, para auto coação que atuam na estrutura da psique individual, tanto quanto da estrutura da sociedade. Nesse sentido, podemos seguir o pensamento de Goudsblom, (1995, p. 21), ao afirmar, que "A história humana (ou o pré-história) não oferece um único/apenas um caso de um grupo inteiramente isento de regras, de sociedades completamente "incivilizadas".

O fogo, foi o elemento natural elencado por Goudsblom, para elucidar os processos civilizadores, numa história humana de longo prazo, que abrange o regime ecológico, o qual é pertinente, para os estudos desses processos na Amazônia.

Assim, a concepção de civilizado e incivilizado direcionada aos habitantes da Amazônia, se baseia na sociedade ocidental, imputada com a presença do invasor na região. Em outras palavras, à essa reflexão, a ausência de civilidade, de polidez, de boas maneiras, conduziu as políticas – educacionais, habitacionais, trabalhistas, assistencialistas, sanitárias etc. – sobre os autóctones da Amazônia, o que os levou, a depender, agora, mais do que antes, de todo esse processo, no modelo ocidental.

NA ESTRADA DE RIOS AMAZÔNICOS, A INTERDEPENDÊNCIA AUTÓCTONE

Sobre as sociedades amazônicas pré-invasão, a abordagem figuracional nos permite entendê-las ao analisarmos nas relações de interdependência e não isoladamente. Tão quanto, se aplica essa assertiva, é buscar compreender os indivíduos que as constituíram, na relação com outros. Os escritos de Carvajal, Acuña e, na atualidade, com os achados arqueológicos, demonstram isso.

Figuração, segundo Norbert Elias (1980), expressa seres humanos nas relações de interdependência funcionais. Nessas relações, estão imbricados poder, conhecimento e emoções. Para Elias,

> ... as configurações de seres humanos interdependentes — não se pode explicar se estudarmos os seres humanos isoladamente. Em muitos casos é aconselhável um procedimento contrário — só podemos compreender muitos aspectos do comportamento ou das acções das pessoas individuais se começarmos pelo estudo do tipo da sua interdependência, da estrutura das suas sociedades, em resumo, das configurações que formam uns com os outros. (Elias, 1980, p.79)

Nos registros de Frei Gaspar de Carvajal (1542), quando viajou pelo Rio Amazonas, proporciona um valioso documento, ao analisá-lo pelo viés figuracional,

> Fizeram-se ao largo no rio e não estaríamos a um tiro de pedra quando vêm mais de dez mil índios por agua e por terra, e como os de terra não nos podiam atacar, serviam para fazer algazarra; (p. 42); Começámos a navegar, sem que os índios nos deixassem de seguir e dar combate, porque destas aldeias se tinham reunido mais de 130 canoas, nas quais havia mais de 8.000 índios e por terra era incontável a gente que aparecia. (p. 43); ... e houve aldeias que se estendiam por mais de cinco léguas sem separação de uma casa para outra, o que era coisa maravilhosa de ver. (p. 44) (grifo meu)

> Havia nessa povoação uma casa de diversões, dentro da qual encontrámos muita louça dos mais variados feitios: havia talhas e cântaros enormes, de mais de vinte e cinco arrobas, e outras vasilhas pequenas, como pratos, escudelas e candeeiros, tudo da melhor louça que já se viu no mundo, porque a ela nem a de Málaga se iguala. E' toda vidrada e esmaltada de todas as cores, tão vivas que espantam, apresentando, além disso, desenhos e figuras tão compassadas, que naturalmente eles trabalham e desenham como o romano. (p. 47); ... passámos à vista de uma

> aldeia muito grande e populosa, com muitos bairros, cada qual com um desembarcadouro no rio. Nesses portos havia índios aos magotes, estendendo-se esta aldeia por mais de duas léguas e meia. (p. 49); Aí se encontrou muita comida, especialmente peixe, que havia em tal abundância que pudemos abastecer largamente os bergantins. Era o peixe que os índios tinham a secar para ir vender terra a dentro. (p. 53) (grifo meu)

Da mesma forma, na descoberta do Rio Amazonas, escreve Cristóbal de Acuña (1639),

> Todo este novo mundo (chamemo-lo assim) é habitado de bárbaros de distintas províncias e Nações, das quais posso dar fé, passam de cento e cincoenta, todas de línguas diferentes, tão dilatadas e povoadas de moradores como as que vimos por todo este caminho, como depois diremos. (p. 199); A vinte e duas léguas da primeira aldeia de Yorinan está situada a maior que encontrámos em todo Rio, ocupando as suas casas mais de uma légua de extensão e como não vive em cada casa uma família só, como acontece ordinariamente em nossa Espanha, mas que pelo menos se abrigam debaixo de cada teto quatro ou cinco, e muitas vezes ainda mais, disso se poderá deduzir a multidão de toda esta aldeia,... (p, 244); Das nações deste rio, que são muitas, as primeiras se chamam Zurinas e Cayanas, e logo se vão seguindo os Urutihans, Anamaris, Guarinumas, Curanaris, Erepunacas e Abacatis. (p. 260) (Grifo meu).
>
> E desde a boca do rio, correndo pelo das Amazonas abaixo o povoam os Zapucayas, Urubutingas, que são muito hábeis em fabricar coisas de madeira; atrás destes se seguem os Guaranaguacas, Maraguas, Quimaús, Buraís, Punouys, Oregatús, Aperas e outros cujos nomes não pude averiguar com certeza. (p. 260) (Grifo meu).

Acuña (1639), destaca a produção e evidencia as redes de interdependências, as quais, o diferencial social, coloca um grau de exigência, dado a distinção social, presente nessa rede.

> Tem nas barrancas, onde moram, barro muito bom para toda qualidade de vasilhas, e, aproveitando-se dele, fazem grandes olarias, nas quais fabricam talhas, panelas, fornos onde cozem as suas farinhas, caçarolas, jarros, alguidares e até sertãs bem-feitas, tendo tudo isto prevenido para comércio com as outras Nações que, obrigadas pela falta que sentem destes gêneros em suas terras, vêm fazer grandes carregamentos deles, recebendo em pagamento as coisas de que estes precisam. (Acuña, 1639, p. 235/236) (grifo meu)

A descrição de Carvajal e de Acuña, são contundentes para nos fazer entender a expansão demográfica no regime ecológico. Províncias, senhores da terra, população de 8, 10 mil indígenas ou mais. Esses grandes grupos, ficaram denominados de cacicados (Roosevelt, 1992; Porro, 1995; Carneiro, 2007; Altamirano, 2010; Neves, 2012). Na base do cacicado, a estratificação social, concebendo essas organizações, como sociedades complexas da Amazônia.

Destacamos acima, que a história da ocupação da Amazônia é secular. No regime ecológico, não é excêntrico elucubrar, que essas sociedades mantinham a interdependência funcional, que se mostra na rede de comércio registrado por Carvajal e Acuña.

Carvajal, registra, com propriedade, os meios utilizados pelos autóctones para manter a interdependência, por água ou por terra. Nesse caso, dado o ciclo da vazante e enchente, Carvajal descreve a utilização de caminhos pelas matas que ligam uma aldeia a outra, pois, por água, na vazante do rio, as distâncias aumentam, duplicam, triplicam, (vejam as fotos 9, 10 e 11) quando o deslocamento é à canoa, movida a remo (força motriz). Situação, que em período de enchente, não ocorre. Outra situação, é o fato desses caminhos desaparecerem, se não forem utilizados, na próxima vazante. A descrição de Carvajal, não deixa dúvidas,

> Partiam dessa aldeia muitos caminhos, largos como estradas reais, pela terra a dentro. Quiz o Capitão saber aonde ia e para isso tomou consigo a Cristobal Maldonado, ao alferes e outros companheiros e começou a entrar por eles, e não tinham caminhado meia légua, quando as es tradas eram mais amplas e maiores. (Carvajal, 1542, p. 48)

Nessa rede, a diferenciação social, própria da cultura autóctone, não se pode negar, *pois trata de uma condição humana*. Isso nos permite conceber que nessa rede, a diferenciação social estabelece regras e exigências quanto a estética, resistência e função do artefato cerâmico, impondo, ao artesão, um constante aperfeiçoamento de suas habilidades para confecção, conduzindo à especialização. Portanto, a interdependência funcional é expandida, o diferencial social se mostra, delineiam-se as relações de poder e, por conseguinte, nessa figuração, as *sociedades autóctones foram se tornando mais complexas, dado a ampliação das redes de interdependências funcionais, a crescente diferenciação social e não somente ao fato da estratificação*.

Numa sociedade hierarquizada, com um nível de diferenciação social avançando, não é esdrúxulo especular que indivíduos, de-

tentores do poder, não se submeteriam à produção de artefatos, a exemplo de um artesão ou de produtor de alimentos, como um agricultor, entretanto, dependem, em certa medida, deles. Essas funções, ficam destinadas a outras classes, porém, são funções especializadas.

Assim, fica a inferência, que as sociedades autóctones da Amazônia, não necessariamente precisaram alcançar os níveis de cacicados para se *tornarem complexas*, mais sim, essa condição, que não é invariável, foi se dando graças ao avanço do nível de diferencial social e na interdependência funcional *inter* e *entre* os grupos, no contexto do regime ecológico.

Segundo Neves, "No final do primeiro milênio DC a calha do Amazonas/Solimões era um verdadeiro "sistema mundo" onde grupos distantes entre si, ...eram diretas ou indiretamente interligados por redes de relações que incluíam o comércio e possivelmente também a exogamia. " (Neves, 2012, p. 235)

As fotos 18 e 19, podemos ver o acabamento das peças cerâmicas, a delicadeza, enfim, sua morfologia induz a pensar que numa ponta estão os indivíduos habilidosos e de outro, indivíduos com graus de exigência, e não menos, os aprendizes.



Foto 18: Tamanaha, 2016, (p. 389), In:. Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese / Cristiana Barreto, Helena Pinto Lima, Carla Jaime Betancourt, organizadoras. Belém: IPHAN: Ministério da Cultura, 2016.



Figura 6.1-1A e B: (A) - Urna policroma da fase Guarita, proveniência desconhecida, acervo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Foto: F. Chaves. (B) – Vaso da fase Guarita encontrado no sitio São Raimundo do Miriti, na divisa dos municípios de Codajás e Coari, acervo particular. Foto: M. Lima.

Foto 19: Eduardo Neves (2012, p. 222). In:. Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia central (6.500 ac – 1.500 d.C.) /Universidade de são Paulo, 2012.

O conceito de figuração nos conduz analisar o objeto de cerâmica, de paredes grossas, sinalizando uma grande panela[14] (foto 20). A peça sugere que o alimento era preparado para muita gente. Essa figuração, poderia ser de um ritual, de uma festa ou o trabalho com muita gente, designado de puxirum ou ajuri, já descrito na obra Ethos e Figurações na Hinterlândia Amazônica.



Foto 20 (Iracema Lago), Acervo do Museu Arqueológico
Ilha de Vera Cruz, do município de Maués/AM.

A interdependência funcional, lança *advertências* aos achados de peças cerâmicas, líticas ou outros materiais de um dado sítio arqueológico. As peças em estado final, prontas como mostra sua morfologia, nos sítios encontrados, pode ser, necessariamente, que não tenham sido produzidas pelo grupo onde foram localizadas, mas estão lá por conta das interdependências funcionais e diferencial social. A interdependência desencadeia trocas, quer seja no amor, no ódio ou no prazer. Nesse sentido, a troca não recai apenas em bens materiais, mais também, nos níveis das ideias, das tecnologias, no nível afetivo, nas ações colaborativas ou na guerra. Na relação de interdependência se incorpora valores, regras que a longo tempo incide sobre o indivíduo moldando comportamento.

As pesquisas de Fernando Costa (2009), no sítio Dona Stella, que indicam ocupação humana datadas de cerca de 6.500 AC, descrito por Eduardo Neves (2012, p. 119), contribui nesse entendimento,

14 Peça de Cerâmica do Acervo do Museu Arqueológico Ilha de Vera Cruz, do município de Maués/AM. Urna funerária e peças de formatos zoomórficas. De iniciativa e atual coordenadora Iacy Lago de Alfaia.

> A matéria prima utilizada na produção da ponta foi um tipo de sílex incomum na região de Iranduba, cujos afloramentos mais próximos conhecidos se localizam na região de Presidente Figueiredo, 190 km ao norte de Manaus. A técnica de produção incluiu percussão direta e pressão. O acabamento refinado da ponta, a simetria nos retoques e a pouca espessura relativa indicam que ela foi confeccionada por artesãos com grande conhecimento técnico. Em ambas as faces do pedúnculo há um acanalado formado por uma retirada por pressão. A pequena dimensão do pedúnculo coloca dúvidas sobre função quanto ao encabamento da ponta. De fato, o ótimo estado de conservação de ponta e a ausência de evidências de desgastes no gume, ou mesmo de qualquer tipo de fragmentação, podem até sugerir que a função da ponta talvez não fosse a de instrumento de caça, mas sim, por exemplo, um objeto de status. (Neves, 2012, p. 93/4) (grifo meu)

Os mapas desenvolvidos por arqueólogos, (Roosevelt, 1992, Neves, 2012, Tamanaha, 2016, entre outros), ao localizarem sítios arqueológicos, são evidências de sociedades pretéritas que suscitam secularmente a interdependência funcional. Podemos ver o exemplo do mapa à baixo (foto 21).

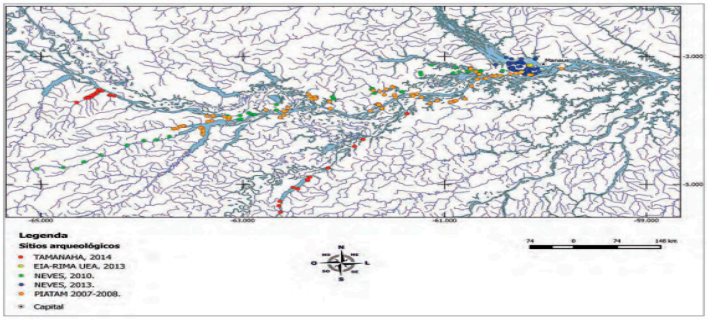


Figura 1. Mapa com a localização dos sítios arqueológicos na região do Baixo Rio Solimões. Autor: Eduardo Kazuo Tamanaha.

Foto 21: Mapa de Sítios No Baixo Solimões, de Eduardo Tamanaha (2016, p. 385), In: Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese / Cristiana Barreto, Helena Pinto Lima, Carla Jaimes Betancourt, organizadoras. Belém: IPHAN: Ministério da Cultura, 2016.

Muito já se descobriu, mas muito há de ser estudado e descoberto nesse universo de rios e florestas da Amazônia/ Amazonas, que devem vir a somar na compreensão de como a hinterlândia amazônica foi ocupada, antes dos invasores. A exemplo, um convite aos

arqueólogos, é o sítio arqueológico, no qual assenta a família Silva Oliveira.



Foto 22 (Gláucio Campos/ Nov. 2024)



Foto 23 (Carlos Alberto/ Nov. 2024)

Localizado na Vila Fátima, do Igarapé Açu do Massauari, do município de Boa Vista do Ramos, as filhas (Celina, 8 anos; Carla, 10 anos; Catarina, 12 anos; Daieda, 15 anos e Daiana, de 15 anos), da senhora Daiana e Carlos Alberto, acomodam em saquinhos, peças de cerâmicas, encontradas ao cavarem a terra para plantarem ou varrerem o chão batido. As peças parecem mostrar estágios ou habilidades aperfeiçoadas e em processo de aprendizagem, do artesão (ã). (Fotos 22 e 23).

Tais sítios, ao serem estudados, podem suscitar análise para elucubrar, por que grupos autóctones convergiram para o interior de lagos e cabeceiras de rios, enquanto, outros ocuparam as margens de grandes rios como o Amazonas e o Negro. Se foi por questões de território, relações de poder ou por rivalidade.

FIGURAÇÃO NO ALTO RIO NEGRO: A TRILHA DA INTERDEPENDÊNCIA E AS LIÇÕES DA NATUREZA CONTINUAM

No Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, situado no alto rio Negro, com 23 grupos indígenas, traz por sucessivas gerações, práticas sociais, ambientais e culturais dessa diversidade autóctone. Na força do *habitus* – individual e social – presenciamos as práticas de danças, jogos, rituais, cantorias, que em seu processo de aprendizagem, os indivíduos seguem normas. Na gastronomia, uma diversidade de alimentos preparados aos moldes tradicionais.

Nesse universo étnico, na dinâmica das figurações, com a mudança de direção do regime ecológico para o regime ao modelo

ocidental, que vem sendo implantado desde a chegada do invasor na região amazônica, muitos elementos culturais dos grupos autóctones se perderam, assim como línguas e o domínio delas, principalmente entre jovens. Porém, nessa interdependência, foram incorporados elementos da cultura não indígena na diversidade étnica, dentre eles a língua portuguesa, a escrita, a religião, danças e músicas, jogos, especialmente o futebol, regras de boas maneiras e uma diversidade de equipamentos tecnológicos para utilização no dia a dia, em praticamente todos os grupos étnicos contatados, do município. Assim, nos dias atuais, não é difícil encontrar nos quintais de residências algumas ferramentas descartadas como sucata de facões, talheres, panelas de alumínio e muitos sintéticos de polietileno, que se estivessem em sítios arqueológicos, poderiam pensar em equipamentos com uma tecnologia diferenciada, confeccionada por tal grupo. É o que encontrarão no futuro.

Hoje, as mudanças são inquestionáveis, mas os autóctones de São Gabriel da Cachoeira, ainda mantêm a utilização da mesma rota dos rios de seus ancestrais, pelos quais se consolidava a interdependência funcional nas trocas.

O artefato tipiti, foto 24 e 25, por exemplo, é utilizado em todo Amazonas, para extrair o sumo da mandioca, rica em ácido cianídrico. *In natura* é altamente tóxico para os humanos e não humanos. O tipiti, fabricado com tala da palheira arumã, hoje é encontrado no comércio e comunidades de São Gabriel da Cachoeira, feito por grupos autóctones com fibras sintéticas de polietileno. Os artefatos, segundo informação do arqueólogo Jurandir Farias da Silva/SGC/2024, são geralmente confeccionados pelos baniwa e koripako residentes na Colômbia ou na Venezuela, quem mantêm essa rede de interdependência funcional secular e a introdução de nova matéria prima para a fabricação do tipiti, que é mais resistente, porém, não orgânico. Assim, o paneiro, foto 24.



Fotos 24, tipiti feito com fibra de polietileno, nas mãos de Gláucio Campos, em visita à comunidade indígena Itacoatiara.



Foto 25, tipiti de fibra sintética no comércio de São Gabriel da Cachoeira (Foto de Armando da Silva Menezes, do grupo tukano de SGC).



Foto 26, de Gláucio Campos, mostrando o paneiro/cesto de fibra sintética, na casa de farinha da comunidade indígena Tapajós, São Gabriel da Cachoeira.

Na sequência de fotos (27 a 31), mostro o itinerário dos povos autóctones do alto rio Negro que é secular e em pleno uso. Ele sustentou as interdependências funcionais pretéritas e mantêm as atuais. Agora, são os autóctones que contribuem para a produção dos fabricantes ocidentais de motores de popa, celulares, antenas parabólicas, gênero alimentícios, e muito mais. Essa rota, possui um significado simbólico cultivado por esses povos, pois representa, segundo Armando, "*O Rio Negro, Uaupés e seus afluentes, rios míticos, pois*

carregam a memória, as marcas e referências da história de origem dos povos indígenas do Alto Rio Negro" (Professor Armando da Silva Menezes – Tukano, da comunidade de Taracuá, do Rio Uaupés. – São Gabriel da Cachoeira – AM/ 2024.)



Foto 27, (Gláucio Campos), mostra o porto Queiroz Galvão/ SGC, onde ocorre o carregamento de balsa com produtos para o distrito de Iauaretê



Foto 28) (Jociela Vasconcelo)
Cachoeira de Ipanoré



Foto 29) (Armando Menezes)
Porto de Ipanoré



Foto 30) (Armando Menezes)
Comunidade de Urubucoara



Foto 31) Distrito de Iauaretê
Portal Férias (ferias.tur.br)

Na dinâmica das figurações, a foto (27) de Gláucio Campos, mostra a balsa sendo carregada de produtos alimentícios, gás de cozinha, eletrodomésticos entre outros para suprirem as necessidades da população autóctone, em plena expansão, que reside no distrito de Iauaretê. Agora, esses grupos, sustentam uma grande rede de frangos congelados, alimentos processados e tudo que pode contribuir para uma melhor comodidade a eles. Portanto, a interdependência funcional, nas novas figurações, está fortalecida, proporcionando, *declínio* em práticas e tradições culturais, desses povos e a *dependência* de tudo que a sociedade ocidental pode oferecer, nos mais diversos ramos: educação, saúde, tecnologia, religião, comunicação...

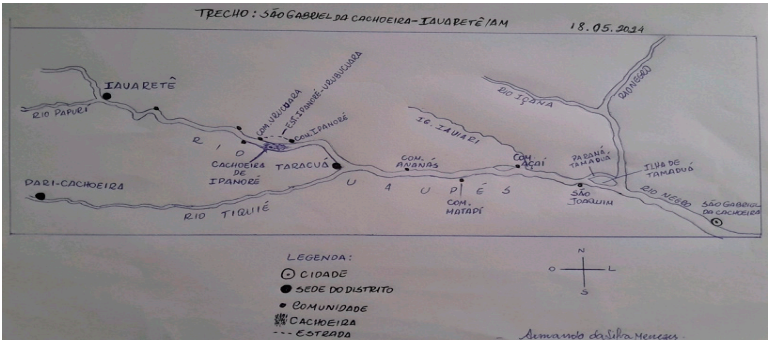


Foto 32. O mapa mental elaborado pelo professor Armando da Silva Menezes, do grupo tukano, da comunidade Taracuá do rio Uaupés de SGC/maio/2024, que ilustra a viagem pelo rio saindo do Porto Queiroz Galvão/ SGC; a passagem da Cachoeira de Ipanoré, a estrada que liga o porto de Ipanoré à comunidade de Urubucoara, e dessa, ao distrito de Iauaretê.

Por fim, Matos (2023), sustenta que na dinâmica das figurações, os anos de contato do invasor com os autóctones, quer pela força física, pela persuasão ou por manobras psicológicas, as mudanças ocorreram, tanto no nível da psicogênese quanto da sociogênese. Destaca que, a mudança de direção do regime ecológico para o ocidental, houve declínios em algumas práticas dos povos autóctones da Amazônia.

Para ilustrar essas mudanças, recorro ao Relatório Executivo, (Përiomi Tëãni Yimikamãi), para o Plano de Gestão Territorial e Ambiental/PGTA, para Terra Indígena Yanomami, coordenado por Hutukara e Instituto Socioambiental/ISA, 2017, no qual pode ser observado uma preocupação com o declínio dos conhecimentos tradicionais.

O caso do fogo

Um exemplo de mudança nas práticas Yanomami que foram debatidas foi a habilidade de se fazer fogo utilizando apenas materiais da floresta. Essa é uma prática que entrou em desuso na maioria das regiões da TI Yanomami com a aquisição de fósforo e isqueiros, novas tecnologias que facilitam o dia-a-dia. Contudo, foi apontada dos anciões oralmente esse a importância em transmitir conhecimento sem, necessariamente, criar uma estratégia para fortalecer a prática. Uma importante analogia da distinção entre saber e fazer para os Yanomami e Ye´kwana. (p. 6)

Kaɨ wakëha tëre maprarionowẽi

Yanomamɨ të pënɨ pohoroa hi ha kaɨ wakë yaitaɨ rë taonowehei, wakë taɨ rë maprarionowehei të wãha no wayoamahe. Ei të rë kui ɨhɨ pë pruka xapono hamɨ pohoroa hi pënɨ kaɨ wakë pë rë tanowehei të maprarioma, të hoyaremahe, napë kaɨ wakë pë pouhe yaro. Patapata të pë iha të wãha no rĩya wayoamaihe, pei të wãha rĩya mahu ha tapraheni. Ĩnaha Watata rë si pë iha të kãi kuprou mɨ heturayoma. (p. 6)

No relatório, iniciando na página 9, identificamos a Xomaomɨ tëpë iminõ riatapramĩ wẽĩ (Propostas para fortalecer os Conhecimentos Tradicionais), no qual consta uma lista de práticas socioculturais do *modus vivendi* do povo Yanommi, que declinaram e as propostas para recuperá-las.

Diante a lista, é verificável o que declinou e as propostas para fortalecerem os conhecimentos tradicionais, envolvendo, agora, não somente a comunidade como uma condutora do conhecimento, mas a escola, como espaço institucionalizado pelo Estado.

Salvaguardar o conhecimento de produção de objetos tradicionais (p. 11)

Realizar pesquisas sobre objetos e técnicas tradicionais como: fiar algodão, fazer panela de barro, cinto pubiano, pedras para duelos. (grifo meu)

Proposta: Promover oficina dentro e fora das escolas sobre a confecção de objetos tradicionais.

Proteger os recursos que servem de base para a produção dos objetos tradicionais (fibra, algodão, cipó)

Proposta: Incentivar a prática e a transmissão do conhecimento sobre os objetos tradicionais no interior das famílias.

Valorizar a arquitetura tradicional e a fabricação de canoas.

> Proposta: Valorizar as técnicas tradicionais e o grafismo na produção do artesanato.
>
> Promover festas e encontros que valorizam os objetos, as pinturas e adornos corporais yanomami e ye´kwana.

Outros conhecimentos listados e com suas propostas elencadas no documento,

> Respeitar as regras tradicionais e resguardos (p. 11)
>
> Valorizar e proteger as línguas indígenas faladas na TI Yanomam (p. 13)
>
> Valorizar o xamanismo (p. 13)
>
> Incentivar cantos, músicas, diálogos cerimoniais e histórias de origem (p. 15)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas mostram que as sociedades autóctones, na Amazônia, estão presentes a mais de 13 mil anos atrás. Os escritos dos primeiros navegantes, as descobertas arqueológicas, as evidências do presente, tanto naturais quanto as práticas socioculturais dos grupos autóctones, vislumbram a interdependência funcional secular, o diferencial social presente nas relações sociais do cotidiano dos grupos pretéritos, contribuindo para constituir as sociedades complexas da Amazônia, condição essa, que deve ser atribuída não apenas à formação dos cacicados.

No regime ecológico, os autóctones da Amazônia, no longo processo de desenvolvimento de sua cultura, as regras morais conduziram à humanização de sua natureza, ao se deterem à confecção de artefatos líticos, cerâmicos, armas de guerra, adornos, pintura corporal, estratégias de caça, pesca, nas cantorias, festas e rituais, desviando e controlando sua natureza. O autocontrole dos impulsos, a repressão das emoções, como mostrado aqui, *não é uma qualidade exclusiva das sociedades ocidentais e seus meios civilizacionais*. Portanto, não é excêntrico a afirmar, que não houve na história da ocupação da Amazônia, grupos/sociedades a viverem inteiramente sem normas. Suas regras morais conduzem à constituição do indivíduo quanto à sua conduta, boas maneiras, a viver na relação com outros.

Com a mudança de direção do regime ecológico para o modelo ocidental, transformações ocorreram no modus vivendi autóctones da Amazônia, quanto aos rituais, na educação institucionalizada, na religião, na incorporação de novas tecnologias e a lista é longa. Nesse processo de declínio de um lado e ascensão de outro, os autóctones da Amazônia passaram a conviver e a depender, mas também, a resistir, por força do *habitus*, com suas práticas socioculturais, suas línguas, cantorias, cosmologias e não menos, os rituais, que fortalecem as constâncias e inconstâncias da vida, das resistências, dos medos, dos desafios e das superações.

Por fim, sob o viés de processos sociais de longo prazo, nós ocidentais e nossos processos civilizacionais, nos afastamos da natureza. Na perspectiva figuracional, do trio dos controles básicos e dos níveis de um processo civilizador, faz-se necessário, urgentemente, o retorno à compreensão e assimilação de princípios do regime ecológico em busca de melhorar as relações ecológicas, com o objetivo de minimizar o desequilíbrio no ecossistema, espaço de nossa morada.

REFERÊNCIAS

ALTAMIRO, A. J., PRÉ-HISTÓRIA AMAZÔNICA: Os grandes caciados das várzeas. CENTRO BRASILEIRO DE ARQUEOLOGIA (CBA) Curso de Extensão. Rio de Janeiro, dezembro de 2010.

BARRETO, C., LIMA, H. P., BETANCOURT, C. J., (Orgs): Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese / Belém : IPHAN : Ministério da Cultura, 2016.

CAMINHA, P. V. d., Carta a El Rei D. Manuel, Dominus: São Paulo, 1963. A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. A Escola do Futuro da Universidade de São Paulo. Texto-base digitalizado por: NUPILL - Núcleo de Pesquisas em Informática, Literatura e Lingüística Universidade Federal de Santa Catarina.

CARVAJAL, G. de., ROJAS, A. de. e ACUÑA, C. de., Descobrimentos do Rio das –Amazonas. Traduzidos e anotados por C. de Melo--Leitão. COMPANHIA EDITORA NACIONAL São Paulo - Rio de Janeiro – Recife - Porto Alegre 1941

CARNEIRO, R. L., A base ecológica dos cacicados amazônicos. In:. Revista de Arqueologia, 20: 117-154, 2007

DANIEL, João. Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazo nas, v.I/ Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS (1755) - Texto integral Registado [sic] na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, no livro da Companhia Geral do Grão Pará, e Maranhão, a fol. 120. Belém a 18 de Agosto de 1758. https://www.nacaomestica.org/direto rio_dos_indios.htm - acessado 10/10/2024

ELIAS, Norbert. Introdução à Sociologia. 4ª. edição. Lisboa: Edições 70, 2011.

ELIAS, Norbert. Tecnização e civilização. In.: Escritos & En saios; 1: Estado, processo, opinião pública. Organização e apresentação, Federico Neiburg e Leopoldo Waizbort. Rio de Janei ro: Jorge Zahar Ed., 2006.

ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994a.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador – Uma história dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994b.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador – Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.

FILHO, E, T, M., A Festa da Moça Nova, tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Departamento de Antropologia/São Paulo/2015

GOUDSBLOM, J., Fuego y Civilizacion. Traducción de Oscar Luis Molina S. Chile: Editorial Andres Belo, 1995.

GOUDSBLOM, J., The Civiling process and the domestication of fire. Journal of World History, vol. 3, n. I, 1992

GOUDSBLOM, J.. Pensar com Elias. In.: Norbert Elias: a política e a his tória. Alain Garrigou e Bernard Lacroix (orgs.). São Paulo: Edi tora Perspectiva, 2001.

MATOS, Gláucio, C. G. de, Ethos e Figurações na Hinterlândia

Amazônica. Ed. Valer/FAPEAM, Manaus/AM, 2015

MATOS, Gláucio, C. G. demodus vivendi na Amazônia: Experiência de campo sob a lente figuracional/processual. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2023.

MACHADO, A. e HAERTEL, l.M., Neuroanaotima Funcional. - 4. ed. - Rio de Janeiro: Atheneu, 2022.

NEVES, E. G., SOB OS TEMPOS DO EQUINÓCIO: OITO MIL ANOS DE HISTÓRIA NA AMAZÔNIA CENTRAL (6.500 AC – 1.500 DC). Tese apresentada para Concurso de Título de Livre-Docente Museu de Arqueologia e Etnologia Universidade de São Paulo. São Paulo, agosto de 2012.

NUMUENDAJU, C., The Tukuna. Americn Archeology. Berkeley & Los Angeles University of California Press Londo, England,1952.

O Diário do Padre Samuel Fritz, com introdução e notas de Rodolfo Garcia./Renan Freitas Pinto, organizador - Manaus, Editora da Universidade Federal do Amazonas/Faculdade Sale siana Dom Bosco, 2006.

PEREIRA, N., Os Índios Maués, Edições da “Organização Simões”, Rio de Janeiro, 1954.

Përiomi Tëãni Yimikamãi / Relatório Executivo/ Plano de Gestão Territorial e Ambiental/PGTA Terra Indígena Yanomami / Hutukara e ISA / Setembro de 2017

Pimenta jiquitaia baniwa. -- São Paulo : Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM : OIBI ; Rio Negro : FOIRN, 2016

PORRO, A. O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

ROOSEVELT, A. 1992. Arqueologia Amazônica. In: História dos Índios do Brasil. Edited by M. C. da Cunha p. 53-86. São Paulo: Editora Cia. das Letras.

ROOSEVELT, A. e NAVARRO, A. G., Civilizações antigas da Amazônia : Ancient civilizations of the Amazon. — São Luís : EDUFMA, 2021.

VIERTLER, R. B., OS KAMAYURÁ E O ALTO XINGU: Análise do processo de integração de uma tribo numa área de aculturação intertribal. Publicação do Instituto de Estudos Brasileiros/ Universidade de São Paulo São Paulo - Brasil 1969.

UM CLIMA DE (DES)CIVILIZAÇÃO? O AQUECIMENTO GLOBAL E A TRÍADE DOS CONTROLES BÁSICOS

Bernd Sommer

Resumo: O artigo reflete sobre a relação entre os processos civilizatórios e a atual crise climática. O conceito de Norbert Elias da "tríade dos controles básicos" é usado como uma ferramenta heurística para esclarecer sobre esta conexão. Argumenta-se que a chamada Revolução Neolítica, bem como a Revolução Industrial implicam um aumento maciço do controle sobre a natureza extra-humana dentro do processo de civilização. Esse desenvolvimento foi a base material para a democratização funcional e institucional da sociedade e, assim, contribuiu para a maior civilização do comportamento e das emoções. Ao mesmo tempo, o aumento da queima de combustíveis fósseis, que sustenta esses processos, levou a um aquecimento planetário sem precedentes. Como resultado, as sociedades novamente se tornam ameaçadas por uma perda de controle sobre eventos extra-humanos em uma forma catastrófica.

INTRODUÇÃO

Em seu trabalho, Norbert Elias (veja por exemplo, 2007 [1993], 2010 [1991] ou 2012 [1978]) distinguiu três tipos de controles que podem ser observados em todas as sociedades humana: (1) O controle dos seres humanos sobre a natureza extra-humana, (2) o controle social, ou seja, formas de controle resultantes das interdependências entre os seres humanos e, finalmente, (3) o autocontrole, o controle de cada pessoa sobre si mesma. O controle sobre a natureza extra-humana (1) refere-se à capacidade dos seres humanos de utilizar e controlar intencionalmente os processos e as forças naturais. Os controlos sociais (2) tratam da dinâmica social do processo de civilização, como os processos de formação do estado, que também implicam a capacidade de exercer controle sobre as pessoas e influenciar, até certo ponto, o desenvolvimento da sociedade. O autocontrole (3) diz a respeito das mudanças na estrutura da personalidade dos indivíduos e pode ser chamado, em uma terminologia eliasiana, de civilização das emoções e do comportamento.

Isso corresponde aproximadamente ao que Elias (2012 1978 : 151) chamou de "tríade dos controles básicos".[1] Embora a tría-

1 Para uma reconstrução elaborada da "tríade de controles básicos" ver Wouters 2014.

de possa ser considerada como um aspecto universal das sociedades humanas, a extensão do controle é dinâmica e difere tanto temporal quanto espacialmente para cada dimensão. Isto significa que um nível de controle já alcançado - sobre a natureza extra-humana, a sociedade ou o eu - é frágil e pode enfraquecer novamente. Além disso, é importante notar que, de acordo com Elias, as três dimensões da tríade dos controles básicos são interdependentes, i.e. estão intimamente interligadas. Na Sociedade dos Indivíduos, ele escreveu:

> "O controle da natureza, o controle social e o autocontrole formam uma espécie de anel em cadeia; eles formam um triângulo de funções interconectadas que podem servir como padrão básico para a observação dos assuntos humanos. Um lado não pode desenvolver-se sem os outros; a extensão e a forma de um depende dos outros; e se um deles entrar em colapso, mais cedo ou mais tarde os outros seguirão" (Elias 2010: 126).

Este artigo aplica o conceito da "tríade de controles básicos" à atual crise climática. Com isso, pretende-se contribuir para uma compreensão sociológica do processo das mudanças climáticas antropogénicas a fim de analisar sua dinâmica social. Com base no livro Fogo e Civilização de Johan Goudsblom (1992), a primeira parte do artigo reconstrói o controle sobre o fogo como uma parte constituinte do processo da civilização humana. Posteriormente, a mudança dos equilíbrios de poder dentro do "Capitalismo Fóssil" (Malm 2016). Argumenta-se que a ascensão de antigos grupos de forasteiros encontrou sua expressão institucional na introdução da democracia formal e do estado de bem-estar social, o que contribuiu para uma maior civilização do comportamento e das emoções. A terceira seção trata mais genericamente da relação entre a sociodinâmica dos processos civilizatórios e o consumo de energia de várias maneiras. A quarta parte esboça os impactos climáticos resultantes do aumento do consumo de combustíveis fósseis e argumenta que esses impactos implicam novamente uma perda de controle sobre a natureza extra-humana. Por fim, as consequências desses desenvolvimentos são elaboradas, ou seja, a crise climática implica o potencial para processos de civilização e descivilização simultaneamente: Por um lado, os desastres resultantes de uma mudança climática podem levar a um enfraquecimento do controle social; por outro lado, a crise climáti-

ca constitui novas interdependências que são a base social para as empresas e instituições transnacionais, e, no nível individual, maior previsão e crescente empatia com outras pessoas em escala global.

A DOMESTICAÇÃO DO FOGO COMO RESULTADO E BASE DA CIVILIZAÇÃO

Até agora, o trabalho de Johan Goudsblom, *Fogo e Civilização* (1992) pode ser considerado como a obra da sociologia figurativa que mais rigorosamente utilizou a tríade dos controles básicos como ferramenta de reflexão para analisar processos sociais (Wouters 2014). Em termos simples, o argumento é o seguinte (Goudsblom 1992):

> A capacidade dos seres humanos para domar o fogo exigia padrões específicos de controles emocionais e comportamentais, que só poderiam se desenvolver dentro de "arranjos sociais específicos que garantissem sua disponibilidade regular e minimizem os riscos que ele envolve" (Goudsblom 1992: 10).

Em outras palavras, os processos de civilização eram um pré-requisito necessário para a domesticação do fogo. Ao mesmo tempo, a domesticação do fogo constituiu o ponto de partida para outras mudanças no equilíbrio de poder entre os seres humanos e a natureza não humana em relação aos primeiros. Por exemplo, a domesticação do fogo tornou possível cozinhar e assar. Graças a essas técnicas culturais baseadas no fogo, os seres humanos tornaram-se capazes de consumir alimentos que, de outra forma, não seriam comestíveis para sua espécie. Em outras palavras, os seres humanos tornaram-se capazes de processar recursos naturais e, ao fazê-lo, obter mais energia com muito mais facilidade.

Além disso, uma capacidade psicológica de previsão foi necessária para reservar parte da colheita para semeadura, a fim de fornecer a base para novas colheitas na estação seguinte. Esse comportamento também só faz sentido em condições climáticas relativamente estáveis que permitam fazer suposições confiáveis para o futuro. Esse é o contexto psicossocioecológico da chamada Revolução Neolítica, a transição das sociedades de caça e coleta para as

sociedades agrícolas. A transformação numa sociedade agrícola não só levou a um crescimento populacional até então desconhecido, mas também foi acompanhada por uma maior diferenciação dos papéis sociais e pelo aumento da especialização. Assim, a "Revolução Neolítica" formou a base sociogenética para os processos de civilização e "a expansão da antroposfera" (Goudsblom 2002) na Terra.

Muito mais tarde, a chamada Revolução Industrial implicou um novo aumento drástico no controle sobre a natureza extra-humana. De acordo com Cas Wouters, Goudsblom descreveu a "domesticação do fogo como um processo \civilizatório [...] desde o controle original dos incêndios florestais em fogueiras de acampamento até seu controle atual nas redes elétricas e nas baterias como eletrificações do fogo (Wouters 2014). As "eletrificações do fogo" devem ser interpretadas literalmente, já que não apenas a maior parte da energia global, mas também o fornecimento mundial de eletricidade é, até hoje, derivado principalmente da queima de combustíveis fósseis (IEA 2024). Aqui, Goudsblom elabora um argumento que já pode ser encontrado na obra de Elias, que escreveu que

> "a domesticação do fogo, dos animais selvagens e das plantas para uso humano, como muitas outras conquistas deste tipo, foram passos na mesma direção que a exploração de petróleo mineral ou energia atômica para fins humanos" (Elias 2010: 125).

Devido à utilização de combustíveis fósseis, as sociedades puderam expandir seu suprimento energético para um nível sem precedentes, estabelecendo a base para taxas de crescimento populacional mais altas e atividades econômicas em um nível até então desconhecido na história humana (veja abaixo).

CAPITALISMO FÓSSIL E RELAÇÕES DE PODER EM MUDANÇA

Os combustíveis fósseis forneceram a base energética para o desenvolvimento e expansão do capitalismo moderno (Malm, 2016). A fase inicial do capitalismo fóssil foi caracterizada por grandes diferenças de poder, especialmente entre a nova classe trabalhadora, o chamado Proletariado, e os proprietários dos meios de produção,

a Burguesia. No entanto, a divisão do trabalho e a diferenciação social - em grande parte induzidas pela dinâmica capitalista - levaram a cadeias mais longas e complexas de interdependência entre vários grupos e indivíduos. Esse processo também está ligado à base energética do capitalismo, os combustíveis fósseis: A substituição da força muscular humana e animal - força baseada em biomassa - por combustíveis fósseis como o carvão e, mais tarde, petróleo e o gás "dependeu de uma especialização e coordenação das atividades humanas, bem como uma diferenciação e integração de suas organizações, trazendo mudanças no controle social das pessoas sobre as outras" (Wouters 2014). Ao mesmo tempo, a diferenciação de funções na sociedade reduziu a desigualdade na distribuição do poder (Elias 2006: 237). Em *O que é a sociologia*?, Elias (2012a) se refere a esse processo como "democratização funcional". Devido ao aumento das dependências mútuas, grupos anteriormente relativamente impotentes - "forasteiros" na terminologia de Elias - tornam-se mais influentes. Esse aumento relativo de antigos grupos de forasteiros - como as mulheres e a classe trabalhadora - encontrou sua expressão institucional na introdução da democracia formal.

O setor de energia desempenhou um papel fundamental nesse desenvolvimento: De acordo com Timothy Mitchell (2009: 399), "a concentração e o controle dos fluxos de energia podem abrir possibilidades democráticas ou fechá-las". No século XIX, o carvão se tornou a principal fonte de energia para o capitalismo. O carvão é um recurso relativamente imóvel e a sua extração exige uma mão-de-obra relativamente elevada. Devido à nova dependência do carvão como a principal fonte de energia do capitalismo, o poder de negociação social dos mineiros - por exemplo, ao entrar em greve - era imenso. A greve não afetava apenas a mina de carvão individual, mas também ameaçou privar a economia como um todo da fonte de energia que ele dependia (Schaupp 2024). Em outras palavras, as greves nas minas de carvão tinham o potencial de paralisar todo o maquinário capitalista. Os trabalhadores empregados nas indústrias pesadas e nas regiões onde essas indústrias estavam localizadas (por exemplo, a área do Ruhr na Alemanha), portanto, tornaram-se a espinha dorsal do projeto social-democrata e da introdução de instituições democráticas, incluindo a proteção do emprego, e os arranjos

do estado de bem-estar. Em outras palavras, os mineiros de carvão desempenharam um papel de liderança na civilização dos regimes trabalhistas nos Estados Unidos e na Europa.

Segundo Mitchell (2009), não é coincidência que, com o surgimento do neoliberalismo e o desmantelamento do estado de bem-estar social, o carvão nacional tenha sido substituído por combustíveis fósseis de outros países, especialmente petróleo do Oriente Médio. O grupo funcional dos trabalhadores do carvão perdeu poder social e, portanto, apoio na política institucional. "Mitchell argumenta que a democracia exige 'uma maneira eficaz de forçar os poderosos a ouvir', e o carvão era melhor para esse propósito do que o petróleo" (Morris 2017).

ENERGIA E CIVILIZAÇÃO

Conforme mencionado acima, os combustíveis fósseis forneceram a base energética para um aumento e uma especialização historicamente desconhecidas das atividades humanas, bem como o crescimento populacional. Mas qual é exatamente a relação entre civilização e energia? Os processos civilizatórios impulsionam o crescente consumo de energia das sociedades de várias maneiras: por um lado, os estilos de vida contemporâneos e a riqueza material sobre a qual eles se apoiam tornaram-se cada vez mais intensivos em energia. Os combustíveis fósseis e, especialmente, o petróleo impulsiona praticamente todo o movimento de pessoas, materiais, alimentos e produtos manufaturados - dentro de nossos países e ao redor do mundo (Homer-Dixon 2008: 81). Isso não implica apenas a mera estratificação das necessidades físicas, mas também inclui a imensa expansão do espaço de manobra dos indivíduos. O historiador Dipesh Chakrabarty (2009) descreveu esta relação da seguinte forma: "A mansão das liberdades modernas está em uma base cada vez maior de uso de combustíveis fósseis. Até agora, a maioria das nossas liberdades tem consumido muita energia."

Por outro lado, além das mercadorias e dos estilos de vida, há dinâmicas mais abstratas das sociedades modernas que impulsionam o consumo de energia. Estudos da área da antropologia histórica (Tainter 1988) mostram uma forte relação entre a complexida-

de de uma sociedade e sua demanda de energia. A complexidade social deriva da crescente especialização, ou seja, da diferenciação, das funções e atividades sociais. A diferenciação social constitui um processo central da sociodinâmica da civilização; complementar aos processos de formação do Estado (Elias 1997 2012b). No entando, segundo Joseph Tainter (1988), a diferenciação social requer um aporte energético e a complexidade social crescente exige uma quantidade crescente de energia. A razão por trás disso é que cada atividade humana que é realizada, bem como cada órgão social especializado fundado para abordar um problema social específico requer energia para funcionar. Em suma, o curso da civilização – a crescente complexidade social, bem como base física dos estilos de vida modernos - levou a um uso de energia e materiais sem precedentes na história humana (ver Figura 1).

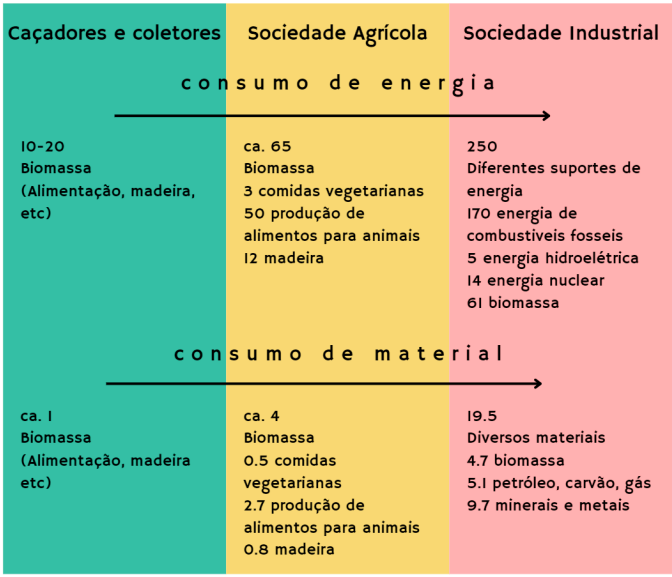


Figura 1: Entrada de energia e material para diferentes regimes sóciometabólicos (Fonte: WBGU 2011, baseado em Fischer-Kowalski/Haberl 1997)

Nas sociedades de caça e coleta, o consumo energético variou entre 10 e 20 gigajoules per capita, fornecidos principalmente pela biomassa; nas sociedades agrícolas, aumentou para cerca de 65 gigajoules, ainda derivados principalmente da biomassa. Nas sociedades

industriais, o consumo de energia aumentou para cerca de 250 gigajoules per capita, com os combustíveis fósseis a constituir a maior parte. A entrada de material das civilizações se desenvolveu com uma dinâmica análoga (ver Figura 1).

A" entrada de materiais" é um indicador relativamente aproximado. Além disso, a dinâmica de consumo de energia e bens nas sociedades modernas não permaneceu a mesma, mas se acelerou, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. A Figura 2 mostra gráficos relacionados a essa dinâmica, à qual os estudiosos do campo da ciência do sistema terrestre se referem como a "Grande Aceleração".

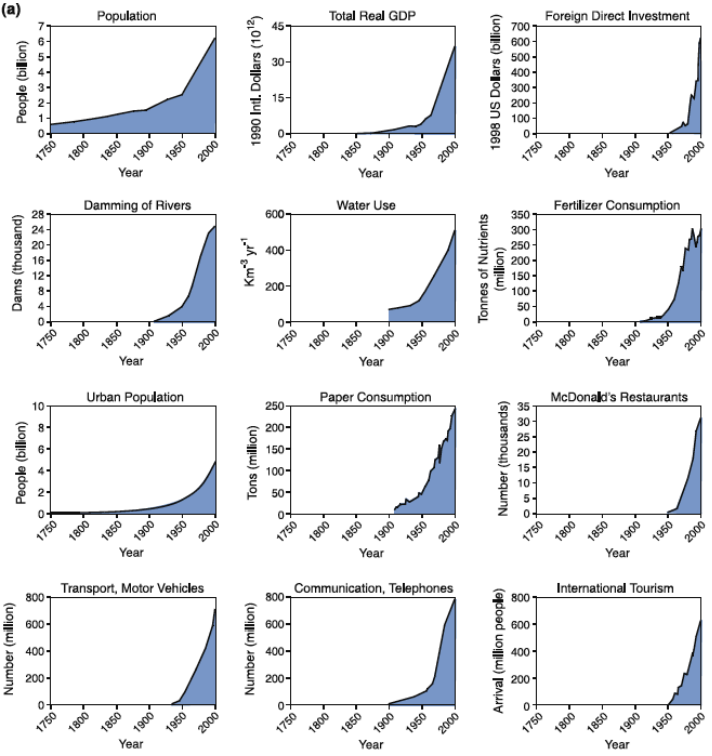


Figura 2: A grande aceleração (Fonte: Steffen et al. 2011)
(Os gráficos mostram um crescimento exponencial em diversos indicadores ao longo dos séculos, como população, economia e consumo de recursos. Isso reflete a industrialização, urbanização e globalização, mas também destaca os desafios ambientais e sociais decorrentes desse desenvolvimento. A análise sugere a necessidade de um olhar crítico sobre o crescimento desenfreado e a busca por modelos de desenvolvimento mais sustentáveis.) (NT)

O historiador ambiental Christian Pfister (2010) se refere a essa dinâmica como "síndrome dos anos 1950". Esse nome foi dado porque todas essas curvas mostram um desenvolvimento semelhante: embora às vezes tenha começado antes, a aceleração global nos vários setores começou na década de 1950, compreendendo o Produto Interno Bruto (PIB), consumo de água, restaurantes McDonald's (como um dado substituto para o consumo em massa de carne bovina), veículos a motor, telefones, turismo etc.

O período pós-Segunda Guerra Mundial também é a fase em que as sociedades ocidentais se tornaram mais democráticas - em uma compreensão funcional e institucional - incluindo a expansão do estado de bem-estar social. Devido à grande quantidade de energia fóssil que formou a base energética deste desenvolvimento, John Urry fala de uma "civilização do petróleo" (Urry 2013: 9), e de uma "sociedade de alto carbono" (ibid.: 35). No entanto, este desenvolvimento também tem uma desvantagem, que é esboçada na próxima seção.

CIVILIZAÇÃO E AQUECIMENTO GLOBAL ANTROPOGÊNICO

Na ciência climática, a base física para o aquecimento global antropogênico em curso é bem conhecida há muitos anos (IPCC 2021): A queima de combustíveis fósseis leva a emissão de dióxido de carbono (CO_2) que se acumula na atmosfera. A concentração de CO_2 na atmosfera determina - apenas mediada por fatores naturais de curto prazo, como erupções vulcânicas - a temperatura média global. Devido às emissões produzidas desde a Revolução Industrial, já é possível observar um aquecimento do planeta superior a um grau Celsius e a Terra está se aquecendo a uma velocidade sem precedentes. Esse aquecimento já está afetando todas as regiões habitadas do mundo. Os impactos climáticos incluem extremos climáticos mais frequentes e mais severos, como ondas de calor intensas, secas ou inundações devido a chuvas fortes (IPCC 2021). Um exemplo recente é a "chuva exacerbada pelas mudanças climáticas" (World Weather Attribution 2023) em todo o Mediterrâneo, em setembro de 2023, que levou a inundações extensas e à quebra de uma barragem na Líbia com mais de 11.000 vítimas.

Entretanto, essas são apenas as consequências das mudanças climáticas lineares ou graduais que podem ser observadas. Além disso, as emissões humanas e o aquecimento global correspondente estão aumentando o risco de interrupções em grande escala no sistema climático. Esses chamados pontos de inflexão no sistema climático incluem o derretimento do manto de gelo da Groenlândia, a desaceleração da circulação do Atlântico ou secas mais frequentes na floresta Amazônica (ver Figura 3).

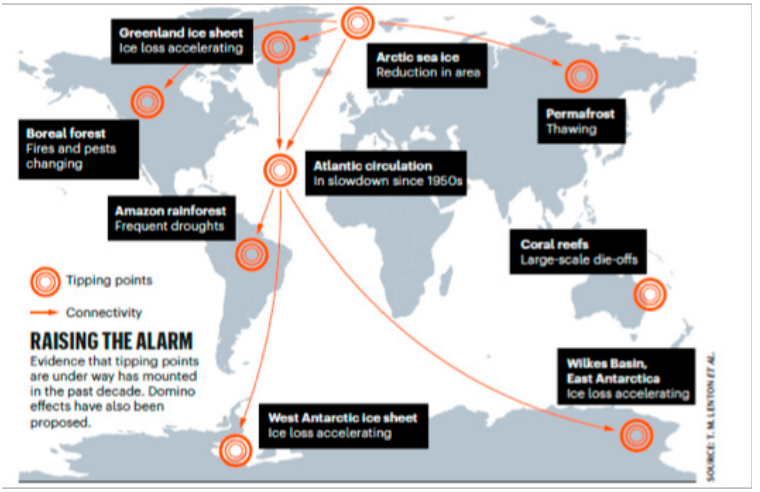


Figura 3: Pontos de Inflexão Climática (Fonte: Lenton et al. 2019)
(A imagem apresenta um mapa mundial com diversos pontos marcados e conectados por linhas, cada um representando um fenômeno climático preocupante e interligado. O título "Raising the Alarm" (Soando o Alarme) já indica a gravidade da situação e a urgência em tomar medidas.

A imagem transmite uma mensagem clara e alarmante sobre a crise climática. Ela mostra que as mudanças climáticas não são eventos isolados, mas sim um conjunto interligado de fenômenos que afetam todo o planeta. A perda de gelo, o aumento do nível do mar, a acidificação dos oceanos, as mudanças nos padrões climáticos e a perda de biodiversidade são apenas algumas das consequências do aquecimento global) (NT)

Mesmo que esses processos levem várias centenas de anos para se desenvolver, eles podem resultar no surgimento de um sistema climático inteiramente novo que difere do sistema climático

relativamente estável dos últimos 10.000 anos em que as civilizações humanas se desenvolveram (Rockström et al. 2009).

Considerando ambos juntos - os impactos do aquecimento global gradual, bem como a possibilidade de mudanças disruptivas em larga escala no sistema climático - a atual crise climática significa que as sociedades estão mais uma vez ameaçadas pela perda de controle sobre eventos extra-humanos de forma catastrófica. Ou para usar uma metáfora de Bruno Latour e Hartmut Rosa, o retorno do não controle sobre a natureza como um monstro (Rosa 2019) [2]

CONCLUSÃO: UM CLIMA DE (DES)CIVILIZAÇÃO

A noção de que as formas modernas de utilização da natureza levam a consequências não intencionais mostra semelhanças com o conceito de natureza na "Teoria Crítica da Escola de Frankfurt". Sua essência é formulada em Max Horkheimer e Theodor W. Adorno (2000 1944: 19) no famoso ditado da Dialética do Iluminismo: "Qualquer tentativa de sair dos constrangimentos naturais [Compulsão da natureza] quebrando a natureza entra mais profundamente nesses constrangimentos."

Entretanto, sob a perspectiva da sociologia do processo eliasiano, pode-se argumentar que há outra reviravolta no argumento: Confrontadas com a crise climática, muitas sociedades realizam atividades para mitigar as mudanças climáticas antropogênicas. No âmbito do Acordo de Paris (2015), mais de 190 estados membros da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) se comprometeram a limitar o aquecimento global a bem abaixo de 2º Celsius e a prosseguir os esforços para limitá-lo a 1,5º Celsius. Em nível de estado-nação, a legislação climática foi aprovada em muitos países, dando início a mudanças nos campos de produção de energia, consumo, habitação, mobilidade, produção de alimentos, etc. O mesmo se aplica às cidades e municípios de todo o mundo e até mesmo às empresas comerciais.

Wolf Lepenies (2016) viu o Acordo de Paris como um sinal de uma maior expansão do processo civilizatório em nível global.

2 A referência ao romance de Mary Shelley (2013 1818) Frankenstein ou, The Modern Prometheus é óbvia, que trata da tentativa de um cientista de dominar a natureza, mas acaba por criar um monstro que mata o amado do seu criador.

Em seu último livro *A Metamorfose do Mundo*, Ulrich Beck (2016) apresentou um argumento semelhante: ele rotulou as tentativas atuais de dominar a crise climática como "catastrofismo emancipatório" (ibid.: 35): Diante do risco climático global, as instituições cosmopolitas estão surgindo como um efeito colateral positivo. Em resumo, confrontada com a catástrofe climática, a espécie humana está desenvolvendo novos tratados, instituições e práticas que se caracterizam pelas características de um processo civilizatório: previsão e autocontrole.

Além disso, os movimentos de justiça climática, como a Rebelião de extinção e sextas-feiras para o Futuro criticam as políticas climáticas atuais por serem insuficientes para evitar catástrofes climáticas, que afetariam particularmente as sociedades do Sul Global e pequenas ilhas. Portanto, a "justiça climática" aborda questões de justiça inter e intrageneracional. Em outras palavras, o ativismo pela justiça climática é caracterizado por uma crescente empatia com outras pessoas em escala global, e com as gerações futuras. Além disso, o próprio movimento pela justiça climática é um movimento global. De acordo com reportagens da mídia, mais de 6 milhões de pessoas em todo o mundo participaram da Greve Global pelo Clima de 2019, o último grande protesto climático antes da pandemia da Covid-19. Por fim, no nível individual, fenômenos como a "vergonha do voo" podem ser observados (Capstick/Whitmarsh 2022). "Vergonha do voo" refere-se a sentimentos de vergonha associados com viagens aéreas. Isso pode ser interpretado como um sinal da formação de uma "consciência ecológica", a crescente incorporação de valores ambientais no superego. Todo esse desenvolvimento é indicador de uma civilização das emoções e do comportamento no contexto da crise climática.

Entretanto, em contraste com o "catastrofismo emancipatório" de Ulrich Beck, baseado no conceito de Elias da "tríade dos controles", há outro cenário plausível: no início deste ensaio, a interconexão das três formas de controle foi destacada. Elias chegou a afirmar que "se uma delas entra em colapso, mais cedo ou mais tarde as outras a seguirão" (2010 : 126). Em O Pescador no Redemoinho, Elias usou a tríade dos controles para descrever "processos de dupla ligação - um nível de perigo mais alto perpetuando um nível de co-

nhecimento e crenças de afeto e fantasia mais alto, e um nível baixo de controle do perigo, mantendo assim a exposição aos perigos em um alto nível" (2007: 131). Seguindo essa linha de argumentação, as catástrofes climáticas que se aproximam seriam a base para controles sociais enfraquecidos juntamente com o autocontrole enfraquecido; em resumo, poderiam contribuir para processos de descivilização. Analisando claramente a situação geopolítica recente e as relações de poder em muitas sociedades estatais, esse cenário parece ser o mais plausível no momento. Entretanto, ilustrar a possibilidade de um caminho alternativo e tornar visíveis as suas manifestações empíricas ainda tem o potencial de contribuir para a concretização desse caminho alternativo.

REFERÊNCIAS

Beck, U. (2016): The Metamorphosis of the World. Cambridge/Malden.

Capstick, St./Whitmarsh, L. (2022): Individuelles Handeln, gesellschaftliche Transformation. In: Thunberg, G. (Ed.): Das Klimabuch. Frankfurt a.M., 360-363.

Chakrabarty, D. (2009): The Climate of History: Four Theses. Critical Inquiry, Vol. 35, Issue 2, 197-222.

Elias, N. (2006 [1969]): The Court Society. Dublin [Collected Works, Vol. 2].

Elias, N. (2007 [1993]): Involvement and Detachment. Dublin [Collected Works, Vol. 8].

Elias, N. (2010 [1991]) The Society of Individuals. Dublin [Collected Works, Vol. 10].

Elias, N. (2012a [1978]): What is Sociology? Dublin [Collected Works, Vol. 5].

Elias, N. (2012b [1997]: On the Process of Civilisation. Dublin [Collected Works, Vol. 3].

Fischer-Kowalski, M./Haberl, H. (1997): Stoffwechsel und Kolo-

nisierung: Konzepte zur Beschreibung des Verhältnisses von Gesellschaft und Natur. In: Fischer-Kowalski, M./Haberl, H./Hüttler, W./Payer, H./Schandl, H./Winiwarter, V./Zangerl-Weisz, H. (Eds.). Gesellschaftlicher Stoffwechsel und Kolonisierung von Natur. Ein Versuch in Sozialer Ökologie. Amsterdam, 3-12.

Goudsblom, J. (1992): Fire and Civilization. Harmondsworth.

Goudsblom, J. (2002): Introductory overview: the expanding Anthroposphere. In: B. de Vries and J. Goudsblom (Eds.) Mappae Mundi. Amsterdam, 21-46.

Horkheimer, M./Adorno, Th. (2000[1944]): Dialektik der Aufklärung. Philosophische Fragmente. Frankfurt a.M.

IEA – International Energy Agency (2024): Electricity 2024 – Analysis and forecast to 2026. Paris. Internet: https://iea.blob.core.windows.net/assets/18f3ed24-4b26-4c83-a3d2-8a1be51c8cc8/Electricity2024-Analysisandforecastto2026.pdf (accessed 13. September 2024).

IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change (2021): Summary for Policymakers. In: Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge.

Homer-Dixon, Th. (2008): The Upside of Down Catastrophe, Creativity, and the Renewal of Civilization. Washington, D.C.

Lepenies, W. (2016): Wo bitte geht es hier nach Utopia?. Die Welt, January 5, 2016.

Lenton, T./Rockström, J./Gaffney, O./Rahmstorf, S./Richardson, K/ Steffen, W./ Schellnhuber, H.-J. (2019): Climate tipping points — too risky to bet against. Nature, Vol. 575, Issue 7784, 592-595.

Malm, A. (2016): Fossil Capital. The Rise of Steam Power and the Roots of Global Warming. London/New York, 279-326.

Mitchell, T. (2009): Carbon democracy. Economy and Society, Vol. 38, Issue 3, 399-432.

Morris, C. (2017): McJihad: How Fossil Fuel has Shaped Western

Democracies. Internet: https://energytransition.org/2017/08/mcjihad-how-fossil-fuel-has-shaped-western-democracies/ (accessed 13. September 2024).

Pfister, C. (2010): The "1950s syndrome" and the transition from a slow-going to a rapid loss of global sustainability. In: F. Uekoetter, (Ed.) The Turning Points of Environmental History. Pittsburgh, PA, 106–109.

Rosa, Hartmut (2019): Unverfügbarkeit. Wien/Salzburg.

Schaupp, S. (2024): Stoffwechselpolitik. Arbeit, Natur und die Zukunft des Planeten. Berlin.

Shelley, Mary (2013 [1818]): Frankenstein or, The Modern Prometheus. London.

Steffen, W./Persson, Å./Deutsch, L. et al. (2011): The Anthropocene: From Global Change to Planetary Stewardship. Ambio, Vol. 40, Issue 8, 739-761.

Tainter, J. A. (1988): The Collapse of Complex Societies: Cambridge.

Urry, J. (2013): Societies Beyond Oil. Oil Dregs and Social Futures. London/New York.

WBGU – German Advisory Council on Global Change (2011): World in Transition. A Social Contract for Sustainability. Berlin.

World Weather Attribution (2023): Interplay of climate change-exacerbated rainfall, exposure and vulnerability led to widespread impacts in the Mediterranean region. Internet: https://www.worldweatherattribution.org/interplay-of-climate-change-exacerbated-rainfall-exposure-and-vulnerability-led-to-widespread-impacts-in-the-mediterranean-region/ (accessed 13. September 2024).

Wouters, C. (2014): Universally applicable criteria for doing figurational process sociology: Seven balances, one triad. Figurations, Vol. 3, Issue 1, Internet: http://hdl.handle.net/2027/spo.11217607.0003.106 (accessed 13. September 2024).

A CLIMATE OF (DE-)CIVILISATION? GLOBAL WARMING AND THE TRIAD OF BASIC CONTROLS

Bernd Sommer

Abstract: The article reflects on the relationship between civilising processes and the current climate crisis. Norbert Elias' concept of the "triad of basic controls" is used as a heuristic tool to shed light on this connection. It is argued that the so-called Neolithic Revolution as well as the Industrial Revolution imply a massive increase in control over extra-human nature within the process of civilisation. This development was the material basis for the functional and institutional democratisation of society and, thus, contributed to the further civilising of behaviour and emotions. At the same time, the increased burning of fossil fuels, which underpins these processes, has led to unprecedented planetary warming. As a result, societies once again become threatened by a loss of control over extra-human events in a catastrophic form.

INTRODUCTION

In his work, Norbert Elias (see for instance, 2007 [1993], 2010 [1991] or 2012a [1978]) distinguished three types of controls that can be observed in every human society: (1) The control of humans over extra-human nature, (2) societal control, meaning forms of control resulting from interdependencies between humans and, finally, (3) self-control, the control of each person over themselves. Control over extra-human nature (1) refers to the capacity of humans to intentionally utilise and control natural processes and forces. Societal controls (2) address the societal dynamics of the civilisation process, such as processes of state formation, which also imply the ability to exert control over people and influence, to a certain extent, societal development. Self-control (3) pertains to changes within the personality structure of individuals and can be referred to, in an Eliasian terminology, as the civilising of emotions and behaviour.

This roughly corresponds to what Elias (2012 [1978]: 151) called the "triad of basic controls".[1] Although the triad can be regarded as a universal aspect of human societies, the extent of control is dynamic and differs both temporally and spatially for each dimen-

1 For an elaborated reconstruction of the "triad of basic controls" see Wouters 2014.

sion. This means that an already achieved level of control – over extra-human nature, society or the self – is fragile and can weaken again. Additionally, it is important to note that according to Elias, the three dimensions of the triad of basic controls are interdependent, i.e. they are closely interconnected. In *The Society of Individuals*, he wrote:

> "Control of nature, social control and self-control form a kind of chain ring; they form a triangle of interconnected functions that can serve as a basic pattern for the observation of human affairs. One side cannot develop without the others; the extent and form of one depends on those of the others; and if one of them collapses, sooner or later the others follow" (Elias 2010: 126).

This paper applies the concept of the "triad of basic controls" to the current climate crisis. In doing so it aims to contribute to a process-sociological understanding of anthropogenic climate change in order to analyse its social dynamics. Based on Johan Goudsblom's (1992) *Fire and Civilization*, the first part of the article reconstructs the control over fire as a constitutional part of the human civilisation process. Subsequently, the shifting of power balances within "Fossil Capitalism" (Malm 2016) is outlined. It is argued that the rise of former groups of outsiders found its institutional expression in the introduction of formal democracy and the welfare state, which contributed to a further civilising of behaviour and emotions. The third section deals more generally with the relationship between the sociodynamics of civilising processes and energy consumption in various ways. The fourth part sketches the climate impacts resulting from the increased consumption of fossil fuels and argues that these impacts again imply a loss of control over extra-human nature. Finally, the consequences of these developments are elaborated, namely that the climate crisis entails the potential for processes of civilisation *and* decivilisation simultaneously: On the one hand, disasters resulting from a changing climate can lead to a weakening of societal control; on the other hand, the climate crisis constitutes new interdependencies that are the social basis for transnational corporations and institutions, and, on the individual level, increased foresight and growing empathy with other people on a global scale.

THE DOMESTICATION OF FIRE AS THE RESULT OF AND BASIS FOR CIVILISATION

So far, Johan Goudsblom's *Fire and Civilisation* (1992) can be regarded as the work within figurational sociology that has most rigorously used the triad of basic controls as a tool – *ein Denkwerkzeug* – for analysing social processes (Wouters 2014). In simple terms, the argument goes as follows (Goudsblom 1992): Humans' capacity to tame fire required specific patterns of emotional and behavioural controls, which could only develop within specific "social arrangements guaranteeing its regular availability and minimizing the hazards it involves" (Goudsblom 1992: 10). In other words, civilisation processes were a necessary prerequisite for the domestication of fire. At the same time, the taming of fire constituted the starting point for further shifts in the balance of power between humans and non-human nature towards the former. For instance, the domestication of fire made cooking and baking possible. Due to these fire-based cultural techniques, humans became able to consume food that would otherwise be inedible for their species. In other words, human beings became able to process natural resources and, by doing so, obtain more energy far more easily. Additionally, a psychological capacity for foresight was required to reserve some of the harvest for sowing in order to provide the basis for further yields in the following season. Such behaviour also only makes sense under relatively stable climatic conditions that allow credible assumptions to be made for the future. This is the psycho-socio-ecological context of the so-called Neolithic Revolution, the transition from hunting and gathering societies to agricultural societies. The transformation into an agricultural society not only led to hitherto unknown population growth, but was also accompanied by further differentiation of societal roles and increased specialisation. Thus, the "Neolithic Revolution" formed the sociogenetic basis for further civilising processes and "the expanding of the anthroposphere" (Goudsblom 2002) on Earth.

Much later, the so-called Industrial Revolution implied a further drastic increase in control over extra-human nature. According to Cas Wouters, Goudsblom described the "domestication of fire as a civilising process […], from the 'original' control of wildfires into

camp fires up to its present day control in electricity grids and in batteries as portable 'electrifications' of fire" (Wouters 2014). The "electrifications of fire" are to be taken literally, since not only the majority of global energy but also the world electricity supply is to this day mainly derived from burning fossil fuels (IEA 2024). Here, Goudsblom elaborates an argument that can already be found in Elias' work, who wrote that "the taming of fire, wild animals and plants for human use, like many other conquests of this kind, were steps in exactly the same direction as the exploitation of mineral oil or atomic energy for human purposes" (Elias 2010: 125). Due to the utilisation of fossil fuels, societies could expand their energy supply to an unprecedented level, laying the foundation for higher population growth rates as well as economic activities at a level hitherto unknown in human history (see below).

FOSSIL CAPITALISM AND SHIFTING POWER RELATIONS

Fossil fuels provided the energy basis for the development and expansion of modern capitalism (Malm 2016). The early phase of fossil capitalism was characterised by major power differences, especially between the new working class, the so-called Proletariat, and the owners of the means of production, the Bourgeoisie. However, the division of labour and societal differentiation – largely induced by the capitalist dynamic – led to longer and more complex chains of interdependence between various groups and individuals. This process is also connected to the energy basis of capitalism, fossil fuels: The replacement of human and animal muscle power – power based on biomass – by fossil fuels such as coal and later oil and gas "depended upon a specialisation and coordination of human activities as well as a differentiation and integration of their organisations, bringing about changes in the social control of people over each other" (Wouters 2014). At the same time, the differentiation of functions within society reduced inequality in the distribution of power (Elias 2006: 237). In *What is Sociology?*, Elias (2012a) refers to this process as "functional democratisation". Due to increased mutual dependencies, formerly relatively powerless groups – "outsid-

ers" in Elias' terminology – become more influential. This relative rise of former outsiders groups – such as women and the working class – found its institutional expression in the introduction of formal democracy.

The energy sector played a crucial role in this development: According to Timothy Mitchell (2009: 399), "the concentration and control of energy flows could open up democratic possibilities or close them down". In the 19th century, coal became the prime energy source for capitalism. Coal is a relatively immobile resource and its extraction requires a relatively high input of labour. Due to the new dependency on coal as the prime source of energy in capitalism, miners' societal bargaining power – for instance, by going on strike – was immense. Going on strike not only affected the individual coal mine but also threatened to deprive the economy as a whole of the energy source it relied on (Schaupp 2024). In other words, strikes in coal mines had the potential to bring the whole capitalist machinery to a standstill. Workers employed in heavy industries and the regions where these industries were situated (for instance, the Ruhr area in Germany), thus, became the backbone of the social-democratic project and the introduction of democratic institutions, including employment protection, and welfare state arrangements. In other words, coal miners played a leading role in civilising labour regimes in the United States and Europe.

According to Mitchell (2009), it is no coincidence that with the rise of neoliberalism and the dismantling of the welfare state, domestic coal was replaced by fossil fuels from other countries – especially oil from the Middle East. The function group of coal workers lost societal power and thus support in institutional politics. "Mitchell argues that democracy requires 'an effective way of forcing the powerful to listen', and coal was better for that purpose than oil" (Morris 2017).

ENERGY AND CIVILISATION

As mentioned above, fossil fuels provided the energy basis for a historically unknown increase in and specialisation of human activities as well as population growth. But what exactly is the rela-

tionship between civilisation and energy? Civilising processes drive the growing energy consumption of societies in various ways: On the one hand, contemporary lifestyles and the material wealth on which they rest became increasingly energy intensive. Fossil fuels and especially "oil powers virtually all movement of people, materials, foodstuff, and manufactured goods – inside our countries and around the world" (Homer-Dixon 2008: 81). This not only implies the mere stratification of physical needs, but also includes the immense expansion of individuals' room for manoeuvre. The historian Dipesh Chakrabarty (2009) described this relationship as follows: "The mansion of modern freedoms stands on an ever-expanding base of fossil fuel use. Most of our freedoms so far have been energy-intensive."

On the other hand, apart from commodities and lifestyles, there are more abstract dynamics of modern societies that drive energy consumption. Studies from the field of historical anthropology (Tainter 1988) show a strong relationship between a society's complexity and its energy demand. Social complexity derives from the increasing specialisation, i.e. differentiation, of social functions and activities. Social differentiation constitutes a core process of the sociodynamic of civilisation; complementary to processes of state formation (Elias [1997] 2012b). According to Joseph Tainter (1988), however, social differentiation requires an energy input, and increasing social complexity requires an increasing amount of energy. The reason behind this is that every single human activity that is carried out as well as every specialised societal body that is founded in order to address a specific societal problem requires energy to operate. In sum, the course of civilisation – growing societal complexity as well as the physical foundation of modern lifestyles – has led to a use of energy and materials unprecedented in human history (see Figure 1).

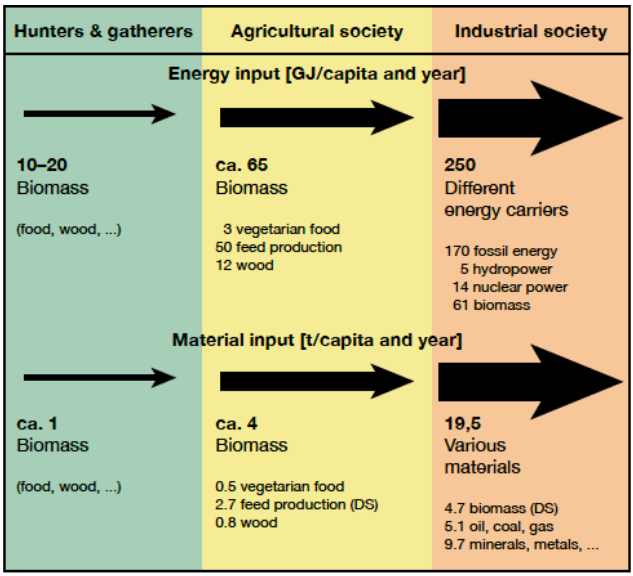


Figure 1: Energy and Material Input for Different Socio-Metabolic Regimes (Source: WBGU 2011, based on Fischer-Kowalski/Haberl 1997)

In hunting and gathering societies the energy input ranged from 10–20 gigajoules per capita, mainly provided by biomass; in agricultural societies, it grew to around 65 gigajoules, still mainly derived from biomass. In industrial societies, the energy input increased to ca. 250 gigajoules per capita, with fossil fuels forming the largest share. The material input of civilisations developed with an analogous dynamic (see Figure 1).

"Material Input" is a relatively rough indicator. Moreover, the dynamics of consuming energy and goods in modern societies did not remain the same, but accelerated, especially after World War II. Figure 2 shows graphs relating to these dynamics, which scholars in the field of earth system science refer to as the "Great Acceleration".

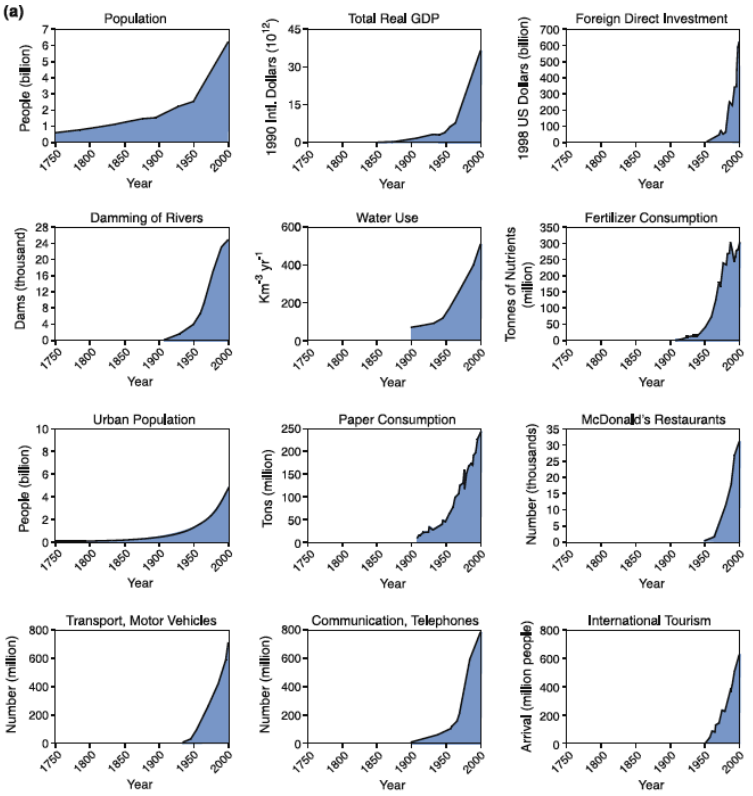


Figure 2: The Great Acceleration (Source: Steffen et al. 2011)

The environmental historian Christian Pfister (2010) refers to this dynamic as "the 1950s syndrome". It was given this name because all these curves show a similar development: Although sometimes starting earlier, the global acceleration in the various sectors started in the 1950s, comprising Gross Domestic Product (GDP), water consumption, McDonald's restaurants (as a proxy datum for the mass consumption of beef), motor vehicles, telephones, tourism etc.

The period after World War II is also the phase when Western societies became more democratic – in a functional *and* institutional understanding – including the expansion of the welfare state. Due to the high amount of fossil energy that formed the energy foundation of this development, John Urry speaks of an "oil civilization" (Urry 2013: 9), and a "high carbon society" (ibid.: 35). However,

this development also has a downside, which is sketched in the next section.

CIVILISATION AND ANTHROPOGENIC GLOBAL WARMING

In climate science, the physical basis for the ongoing anthropogenic global warming has been well known for many years (IPCC 2021): The burning of fossil fuels leads to carbon dioxide (CO_2) emissions that accumulate in the atmosphere. The concentration of CO_2 in the atmosphere determines – only mediated by short-term natural factors such as volcano eruptions – the mean global temperature. Due to the emissions produced since the Industrial Revolution, a warming of the planet by more than one degree Celsius can already be observed and the earth is warming at an unprecedented rate. This warming is already affecting every inhabited region across the globe. The climate impacts include more frequent and more severe weather extremes, such as intense heatwaves, droughts or floods due to heavy rainfall (IPCC 2021). One recent example is the "climate change-exacerbated rainfall" (World Weather Attribution 2023) across the Mediterranean in September 2023, which led to extensive flooding and a dam breaking in Libya with more than 11,000 casualties.

However, these are only the consequences for linear or gradual climate change that can be witnessed. Additionally, human emissions and corresponding global warming are increasing the risk of large-scale disruptions in the climate system. These so-called tipping points within the climate system include the melting of the Greenland ice sheet, the slowing down of Atlantic circulation or more frequent droughts in the Amazon rainforest (see Figure 3).

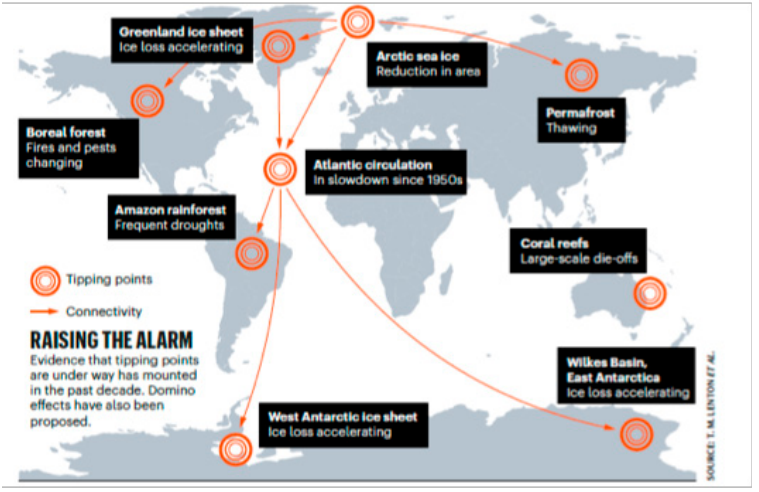


Figure 3: Climate Tipping Points (Source: Lenton et al. 2019)

Even if these processes can take several hundred years to unfold, they could result in the emergence of an entirely new climate system that differs from the relatively stable climate system of the last 10,000 years in which human civilisations developed (Rockström et al. 2009).

Taking both together – the impacts of gradual global warming as well as the possibility of large-scale disruptive changes in the climate system – the current climate crisis means that societies are once again threatened by a loss of control over extra-human events in a catastrophic form. Or to borrow a metaphor from Bruno Latour and Hartmut Rosa, the return of non-control over nature as a monster (Rosa 2019).[2]

CONCLUSION: A CLIMATE OF (DE-)CIVILISATION

The notion that modern forms of nature utilisation lead to non-intended consequences shows similarities to the concept of nature in *Critical Theory* of the Frankfurt School. Its essence is formu-

2 The reference to Mary Shelley's (2013[1818]) novel *Frankenstein or, The Modern Prometheus* is obvious, which is about a scientist's attempt to master nature, but ends up in creating a monster that kills the beloved of his creator.

lated in Max Horkheimer and Theodor W. Adorno's (2000 [1944]: 19) famous dictum from the *Dialectic of Enlightenment*: "Every attempt to break out of natural constraints [*Naturzwang*] by breaking nature enters all the more deeply into those constraints."

However, from the perspective of Eliasian process sociology, it can be argued that there is another twist in the argument: Confronted with the climate crisis, many societies undertake activities to mitigate anthropogenic climate change. Under the *Paris Agreement* (2015), more than 190 member states of the *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC) committed to limiting global warming to well below 2° Celsius and to pursuing efforts to limit it to 1.5° Celsius. At the level of the nation-state, climate legislation has been passed in many countries, initiating changes in the fields of energy production, consumption, housing, mobility, food production, etc. The same applies to cities and municipalities around the world and even to business enterprises.

Wolf Lepenies (2016) saw the Paris Agreement as a sign for a further expansion of the civilising process on the global level. In his last book *The Metamorphosis of the World*, Ulrich Beck (2016) made a similar argument: he labelled current attempts to master the climate crisis "emancipatory catastrophism" (ibid.: 35): In the face of global climate risk, cosmopolitan institutions are emerging as a positive side effect. In short, confronted with the climate catastrophe, human kind is developing new treaties, institutions and practices that are characterised by features of a civilising process: foresight and self-restraint.

Additionally, climate justice movements such as *Extinction Rebellion* and *Fridays for Future* criticise current climate policies for being insufficient to prevent climate catastrophes, which would particularly impact societies of the Global South and small islands. "Climate Justice" therefore addresses questions of inter- and intragenerational justice. In other words, climate justice activism is characterised by a growing empathy with other people on a global scale *as well as* with future generations. Furthermore, the climate justice movement itself is a global movement. According to media reporting, more than 6 million people worldwide took part in the Global Climate Strike 2019, the last major climate protest before

the Covid-19 pandemic. Finally, on the individual level, phenomena such as "flight shame" can be observed (Capstick/Whitmarsh 2022). Flight shame refers to experiencing feelings of shame associated with air travel. This can be read as a sign for the formation of an 'ecological consciousness', the increasing incorporation of environmental values into the super ego. All these developments are indicators for a civilising of emotions and behaviour in the context of climate crisis.

However, in contrast to Ulrich Beck's "emancipatory catastrophism", based on Elias' concept of the "triad of controls", there is another plausible scenario: At the start of this essay, the interconnectedness of the three forms of control was highlighted. Elias even stated that "if one of them collapses, sooner or later the others follow" (2010 [1991]: 126). In *The Fisherman in the Maelstrom*, Elias used the triad of controls to describe "double-bind processes – a higher danger level perpetuating a higher affect- and fantasy-level of knowledge and beliefs, and a low level of danger control, thus maintaining exposure to dangers at a high level" (2007 [1993]: 131). Following this line of argumentation, coming climate catastrophes would be the basis for weakened societal controls along with weakened self-control; in short, they could contribute to processes of decivilisation. Taking a clear look at the recent geopolitical situation as well as the power relations within many state societies, this scenario currently appears to be the most plausible. Nevertheless, illustrating the possibility of an alternative pathway and making its empirical manifestations visible still has the potential to contribute to realising this alternative pathway.

LITERATURE

Beck, U. (2016): The Metamorphosis of the World. Cambridge/Malden.

Capstick, St./Whitmarsh, L. (2022): Individuelles Handeln, gesellschaftliche Transformation. In: Thunberg, G. (Ed.): Das Klimabuch. Frankfurt a.M., 360-363.

Chakrabarty, D. (2009): The Climate of History: Four Theses. Critical Inquiry, Vol. 35, Issue 2, 197-222.

Elias, N. (2006 [1969]): The Court Society. Dublin [Collected Works, Vol. 2].

Elias, N. (2007 [1993]): Involvement and Detachment. Dublin [Collected Works, Vol. 8].

Elias, N. (2010 [1991]) The Society of Individuals. Dublin [Collected Works, Vol. 10].

Elias, N. (2012a [1978]): What is Sociology? Dublin [Collected Works, Vol. 5].

Elias, N. (2012b [1997]: On the Process of Civilisation. Dublin [Collected Works, Vol. 3].

Fischer-Kowalski, M./Haberl, H. (1997): Stoffwechsel und Kolonisierung: Konzepte zur Beschreibung des Verhältnisses von Gesellschaft und Natur. In: Fischer-Kowalski, M./Haberl, H./Hüttler, W./Payer, H./Schandl, H./Winiwarter, V./Zangerl-Weisz, H. (Eds.). Gesellschaftlicher Stoffwechsel und Kolonisierung von Natur. Ein Versuch in Sozialer Ökologie. Amsterdam, 3-12.

Goudsblom, J. (1992): Fire and Civilization. Harmondsworth.

Goudsblom, J. (2002): Introductory overview: the expanding Anthroposphere. In: B. de Vries and J. Goudsblom (Eds.) Mappae Mundi. Amsterdam, 21-46.

Horkheimer, M./Adorno, Th. (2000[1944]): Dialektik der Aufklärung. Philosophische Fragmente. Frankfurt a.M.

IEA – International Energy Agency (2024): Electricity 2024 – Analysis and forecast to 2026. Paris. Internet: https://iea.blob.core.windows.net/assets/18f3ed24-4b26-4c83-a3d2-8a1be51c8cc8/Electricity2024-Analysisandforecastto2026.pdf (accessed 13. September 2024).

IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change (2021): Summary for Policymakers. In: Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge.

Homer-Dixon, Th. (2008): The Upside of Down Catastrophe, Creati-

vity, and the Renewal of Civilization. Washington, D.C.

Lepenies, W. (2016): Wo bitte geht es hier nach Utopia?. Die Welt, January 5, 2016.

Lenton, T./Rockström, J./Gaffney, O./Rahmstorf, S./Richardson, K/ Steffen, W./ Schellnhuber, H.-J. (2019): Climate tipping points — too risky to bet against. Nature, Vol. 575, Issue 7784, 592-595.

Malm, A. (2016): Fossil Capital. The Rise of Steam Power and the Roots of Global Warming. London/New York, 279-326.

Mitchell, T. (2009): Carbon democracy. Economy and Society, Vol. 38, Issue 3, 399-432.

Morris, C. (2017): McJihad: How Fossil Fuel has Shaped Western Democracies. Internet: https://energytransition.org/2017/08/mcjihad-how-fossil-fuel-has-shaped-western-democracies/ (accessed 13. September 2024).

Pfister, C. (2010): The "1950s syndrome" and the transition from a slow-going to a rapid loss of global sustainability. In: F. Uekoetter, (Ed.) The Turning Points of Environmental History. Pittsburgh, PA, 106–109.

Rosa, Hartmut (2019): Unverfügbarkeit. Wien/Salzburg.

Schaupp, S. (2024): Stoffwechselpolitik. Arbeit, Natur und die Zukunft des Planeten. Berlin.

Shelley, Mary (2013 [1818]): Frankenstein or, The Modern Prometheus. London.

Steffen, W./Persson, Å./Deutsch, L. et al. (2011): The Anthropocene: From Global Change to Planetary Stewardship. Ambio, Vol. 40, Issue 8, 739-761.

Tainter, J. A. (1988): The Collapse of Complex Societies: Cambridge.

Urry, J. (2013): Societies Beyond Oil. Oil Dregs and Social Futures. London/New York.

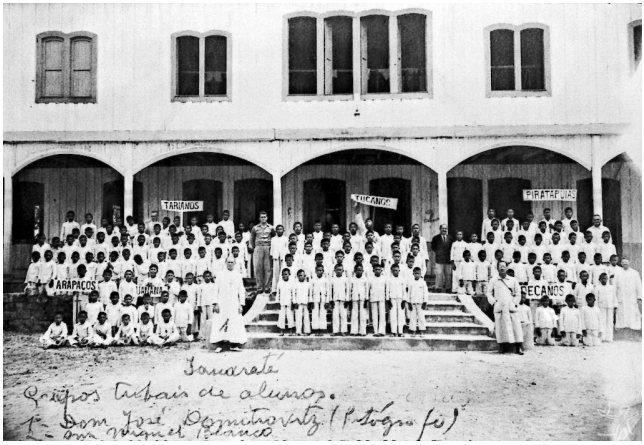
WBGU – German Advisory Council on Global Change (2011): World in Transition. A Social Contract for Sustainability. Berlin.

World Weather Attribution (2023): Interplay of climate change--exacerbated rainfall, exposure and vulnerability led to widespread impacts in the Mediterranean region. Internet: https://www.worldweatherattribution.org/interplay-of-climate-change-exacerbated--rainfall-exposure-and-vulnerability-led-to-widespread-impacts-in--the-mediterranean-region/ (accessed 13. September 2024).

Wouters, C. (2014): Universally applicable criteria for doing figurational process sociology: Seven balances, one triad. Figurations, Vol. 3, Issue 1, Internet: http://hdl.handle.net/2027/spo.11217607.0003.106 (accessed 13. September 2024).

“INDÍGENAS, SEMPRE INDÍGENAS”

Justino Sarmento Rezende[1]



INICIANDO A FALA

Uma voz solitária e contestadora, fazia-se ouvir, em meio ao intenso processo civilizatório das populações do alto Rio Negro: “**indígenas, sempre indígenas**”. Era a voz do **padre Boleslau Wyszomierski**[2]. No período de 1994-1997; 2004;2007-2008, trabalhei na Missão Salesiana de Iauaretê, no município de São Gabriel da Cachoeira – Amazonas/Brasil. Nas conversas as lideranças, que foram alunos internos naquela Missão, contavam-me que o padre Boleslau no dia que ele presidia a Missa, após a proclamação do Evangelho, se sentava cabisbaixo, depois levantava e olhava bem para os alunos

1 Locais de estudos: ensino fundamental em Pari-Cachoeira (1970-1979); ensino médio no Colégio Dom Bosco (|Manaus: 1980-1982); licenciatura plena em Filosofia (UCB/DF: 1994-1996); bacharelado em Teologia (FTNSA/SP: 1998); mestrado em Educação (UCDB/MS: 2005-2006), Doutorado em Antropologia Social (PPGAS/UFAM: 2017-2021), pós-doutorando em Antropologia Social (PPGAS/UFAM: 2023s) e membro do Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (NEAI/UFAM). Texto organizado para utilizar durante III SPCAM – UFAM MANAUS: Processo Civilizador Ocidental/Europeu, Tecnização e Modus Vivendi na Amazônia – a contribuição e impacto da intervenção dos missionários no Modus Vivendi dos grupos autóctones do Rio Negro/Amazônia; Manaus, 8-10/05/2024.

2 De nacionalidade polonesa, salesiano sacerdote trabalhou muitos anos nas Missões Salesianas do Rio Negro. Faleceu em Iauaretê, no dia 28 de dezembro de 1982.

e alunas internos, e, olhava também para os salesianos e dizia: "**Indígenas, sempre indígenas**". Somente após essa afirmação, realizava a sua homilia.

Essa afirmação contém uma realidade que ninguém poderá eliminar: **a identidade indígena**. Fico a imaginar que o padre Boleslau não discordava do princípio filosófico-educativo dos salesianos, que visava "**formar bons cristãos e honestos cidadãos**".

O texto que eu escrevi para esse evento, brota da minha própria experiência de vida, pertencente ao povo Ʉtãpinopona (Tuyuka), nascido na aldeia Yai-ñiriya (Onça-Igarapé) no ano 1961 e de um indivíduo que no ano de 1970 foi conduzido pelos pais para estudar no internato salesiano, em Pari-Cachoeira, distrito de Pari-Cachoeira, município de São Gabriel da Cachoeira – AM, Brasil. Éramos muitos adolescentes e jovens oriundos de diversas aldeias e de diversas etnias.

MISSIONÁRIOS SALESIANOS

De forma bem breve, digo que os missionários salesianos chegaram em São Gabriel da Cachoeira no ano de 1915. Na região de Pari-Cachoeira chegaram no ano de 1940. A chegada dos salesianos ao Rio Negro foi cogitada pelo bispo Dom Frederico Costa em 1908. Em 1910 foi criada a Prefeitura Apostólica do Rio Negro e confiada aos salesianos no ano de 1914.

Na minha visão tratar das contribuições e impactos da intervenção missionária no Modus Vivendi dos grupos autóctones é narrar daquilo que aconteceu a partir da chegada dos salesianos, pois são eles, os missionários que mais tempo estão presentes naquela região. Claro num evento como esse, embora quiséssemos falar de muitos tempos não é possível.

Aponto as minhas experiências vividas junto aos missionários salesianos. Todo contato com pessoas diferentes causa estranhamento, medo, resistência, aproximação, acolhimento, assimilação e transformação. Desde o início quero afirmar que após o contato, tanto do lado dos povos indígenas como do lado dos missionários as histórias não foram mais como nos tempos anteriores aos contatos, aconteceram muitas mudanças e transformações. De forma muito simples irei apresentar algumas realidades da região onde eu conheço.

Indígenas e os não indígenas (missionário "branco")

Imagino que os meus avós ficaram impactados e assustados frente aos missionários. Após o susto, procuraram entender que existem outros povos bem diferentes, corpos brancos, cabelos brancos, loiros, pretos, altos, vestem roupas, calçam sapatos, tênis, sandálias, não falam língua indígena nem nós falamos a língua deles. Sendo desconhecidos, não são nossos parentes, primos, cunhados nem avós. Pondo-me do lado dos missionários, arrisco-me em dizer que nos viram também bem diferentes, menores, necessitados, pobres, coitados, que precisavam ser cuidados, modificados a partir da sua visão europeia. O impacto inicial mexe com a própria cultura, com o psicológico, emocional e existencial. É o encontro de culturas diferentes.

O contato inicial levou para que os missionários iniciassem seu trabalho de transformação dos povos indígenas, possuíam formas próprias de organizar, disciplinar, ensinar, controlar, catequisar e "civilizar". Os instrumentos utilizados foram a educação escolar, evangelização, catequese. Com a sua organização, disciplina, filosofia e pedagogia quiseram que deixássemos de ser indígenas. Muitos missionários imaginaram que nós tornaríamos "brancos" através do processo escolar. Mas tal perspectiva não se concretizou.

Resultou-se então que com o passar das décadas nós nos acostumamos a viver com os estranhos, outra gente (***ahpe basoka ou ahpe mahsã***)[3]. Apesar de longa história de contato a nossa pertença étnica não se extinguiu, permanece e nos sustenta. Assimilamos os conhecimentos que os missionários levaram, mas mantivemos vivos nossos conhecimentos, também nos períodos e "proibição" de sua prática. Superamos nossos medos dos missionários não indígenas, demos um salto histórico para viver e conviver com os povos não indígenas com os agentes externos que andam nas aldeias, nos distritos, nas sedes de municípios, nos grandes centros urbanos e até atravessamos os oceanos para chegar nos continentes donde viveram os primeiros missionários.

Da maloca para a casa particular

Quando os missionários chegaram os povos indígenas viviam dentro e entorno à Maloca. Um irmão maior organizava a vida so-

3 Ahpe basoka (língua tuyuka); ahpe mahsã (língua tukano) significam "pessoas diferentes"; "pessoas de outros povos".

cial dos moradores de uma habitação. Tal Casa servia de habitação e espaço cerimonial; um patrimônio cultural e territorial; centro de cantos e danças, centro de planejamento e execução de trabalhos individuais e coletivos, era centro de transmissão de conhecimentos e práticas de sustentabilidade da vida.

Os missionários viram-na como ambiente desumano, sem privacidade, sem higiene, etc. "Transformar gradativamente as malocas", era um dos objetivos dos primeiros missionários, pois diziam que era perigosa demais, tanto do lado moral, quanto do sanitário (Béksta, 1988, p.12). Tiraram todos os moradores da maloca e mandaram fazer casas particulares. A liderança do irmão maior foi substituída pela liderança (capitão) escolhida pelos missionários. Em nome da "civilização/evangelização", da higiene, da moral, desorganizaram nossa tradição. Nas comunidades distantes dos centros missionários ainda seguiram existindo as Malocas, outras malocas existiam apenas como espaço não habitado, mas utilizado para as festas.

Década após década, meus parentes foram criando outro modo de organizar suas moradias, trocaram palhas pelas folhas de zinco para cobrir os telhados das casas, trocaram cipós pelos pregos, cascas de madeiras pelas tábuas para fazer paredes da casa. Algumas famílias avançaram mais, deixaram o chão batido e paredes de cascas de madeira, paredes de tábuas passando a fazer casa de alvenaria. Deixaram de pôr a comida no chão para colocar na mesa, mudaram hábitos de utilizar vasos/panelas de barro/argila pelas panelas de alumínio, forno de barro pelo forno comprado, trocaram vasos de barro para cozinhar pelas panelas de alumínio, outras famílias deixaram de cozinhar no fogo para cozinhar no forno. No lugar da maloca construíram Centros Comunitários, capelas, escolas. Todas essas mudanças modificaram também modos de vida, desinteressaram-se por diversos conhecimentos originários e começaram a buscar novos modos de vida em diferentes lugares que não sejam aldeias, foram para as grandes cidades.

Línguas indígenas e língua portuguesa

Antes à chegada dos missionários os povos indígenas da nossa região falavam a sua própria língua. A aprendizagem de outras línguas indígenas era facilitada pela organização de casamentos. Até

hoje as etnias da família linguística tukano oriental falam a própria língua, mas também falam as línguas que se falam mais em determinadas regiões, por exemplo, a língua tukano é falada na região denominada triângulo tukano (Pari-Cachoeira, Taracuá, Iauareté), mas se fala também em São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos e Manaus. Da mesma forma outras línguas, como: Baniwa, Nheengatu.

Os missionários vindos da Europa (Italianos, Espanhóis, Alemães...) falavam a língua portuguesa e nos internatos e nas aldeias onde andavam, ensinaram a falar a língua portuguesa. Os internatos eram espaços privilegiados para ensinar e aprender a língua portuguesa. Todos os homens e as mulheres que passaram pelos internatos conseguem se comunicar bem na língua portuguesa. Após o término dos internatos, os indígenas professores continuaram ensinando e transmitindo os conteúdos das disciplinas em língua portuguesa. No final da década de 1990 surgiram as Escolas Indígenas (Baniwa, Tuyuka, Tukano, Piratapuia, Desana...). Tiveram avanços, tais como: serem alfabetizados em suas próprias línguas: falar, escrever e ler. Mas a língua portuguesa tornou-se língua falada entre todos os povos indígenas das diversas regiões do Rio Negro.

Resultado da aprendizagem da língua portuguesa facilitou para que os indígenas conseguissem viajar para outras regiões do Brasil, seja para visita aos seus familiares, para trabalhar, estudar e desenvolver outros eventos curtos e longos. Na atualidade as crianças, adolescentes e jovens sabem falar mais e fluentemente a língua portuguesa do que a língua de sua etnia. Pode-se dizer que os indígenas falantes da língua portuguesa lidam com mentalidades não indígenas. Por outra parte, têm indígenas que sabem falar bem a própria língua da etnia, língua de outras etnias da região, língua portuguesa e outras línguas estrangeiras. Dessa maneira a língua portuguesa tornou-se canal de comunicação direta e através da qual os povos indígenas transmitem seus conhecimentos para outros povos.

Aldeia e Internato

A vida numa aldeia é diferente da vida no internato. Na aldeia, vivemos em família, com parentes, somos parentes, irmãos, primos, etc. Aprendemos com as práticas cotidianas com os nossos pais e pa-

rentes. Vivemos de forma mais solta, porém, seguindo as orientações de nossos pais para realizar os trabalhos, pescaria; brincamos com os colegas da aldeia, ajudando naquilo que podemos ajudar na comunidade. Na aldeia falamos a nossa língua originária e língua de outro povo indígena. O internato não é nossa casa, não temos pai nem mãe, são os estranhos que ditam disciplinas, para acordar, tomar banho, participar das orações, missas, estudo, aula, trabalhos, esportes. Desde ao amanhecer/levantar até a hora de dormir somos controlados. Ao longo do dia fazemos muitas atividades, como: serviços de limpeza dos ambientes até trabalho de roça. Nesses espaços aprendemos a disputar entre nós, quem trabalha melhor, quem estuda melhor, etc.

A vida do internato transformou o nosso modo de viver, afastou-nos do modo de viver o nosso modo de vida originária; diziam que deveríamos viver como os "civilizados", falar a língua dos "brancos" (português), alimentar a comida do "branco": arroz, feijão, beber café, leite... cultivar brinquedos e jogos dos "brancos" (futebol de campo e futsal; voleibol, basquetebol, handebol, espiribol, jogo de damas, xadrez, ping-pong (tênis de mesa). Aprender os trabalhos dos "civilizados" (marcenaria, carpintaria, mecânica de motores, alfaitaria: criação de suínos, de gado; cuidar do pasto, etc.). O internato nos levou a sentirmo-nos como "civilizados". Esse desejo estava do lado de nossos pais, do lado dos missionários e também nós internos pensávamos da mesma maneira.

Todos esses ensinamentos transmitidos e assimilados perduram até aos dias atuais, com inovações sem dúvida. Algumas práticas que existiam na época de internatos não existem mais na atualidade, como: marcenaria, alfaitaria, mecânica de motores, mas temos o que não existia naqueles anos, como: informática. Constata-se que em muitos distritos e cidades os marceneiros, pedreiros, mecânicos de motores de popa são ex-alunos internos ou filhos de ex-alunos internos. A aprendizagem colocada em prática contribuiu muito na formação de novo estilo de vida: construção de casas, janelas/portas, construção de alvenaria, pinturas das casas, construção das mesas e cadeiras para casas particulares. Quando não há possibilidade de mandar fazer essas mesas e cadeiras, as pessoas compram mesas e mesas nos comércios. Os alimentos também são comprados: café, leite, pão, bolachas, arroz, feijão, carne; usar sabonetes, sabão, etc.

Modificaram os nossos modos de ser e de viver. Em todas comunidades há jogos de futebol diário e nas festas organizam torneios com a participação de vários times.

Músicas (cantadas/dançadas) indígenas e não indígenas

Os povos indígenas possuíam suas músicas cantadas, individual e coletivamente. Geralmente cantavam nas festas, consumindo bebida caxiri (bebida fermentada), sentiam-se inspirados para realizar bem suas cantorias. Algumas músicas eram do tipo repentista, que alguém cantava com um tema direcionado ao outro (homem ou mulher), e, ele ou ela também respondia cantando, seguiam suas melodias e ritmos próprios. Diversas músicas indígenas eram instrumentais, melodias produzidas soprando instrumentos de sopros (cariço, japurutu, casco de caracol, osso de veado e da onça, flautinha); som produzido raspando o casco de japuti, tocando tamborino. Muitas músicas cerimoniais eram cantadas, acompanhadas com os chocalhos amarrados nos calcanhares, batida no chão com os bastões de ritmos, com sopro das flautas de paxiúba, etc. Ainda existem essas cantorias e danças em muitos lugares, houve o movimento de retomada das práticas originárias.

Quando os missionários e missionárias chegaram também ensinaram muitas músicas para os estudantes que viviam nos internatos, ensaiavam cantos para diversas circunstâncias: acolhida/despedida de visitantes, cantos para aniversariantes, cantos para os diversos momentos da vida social, de datas importantes do ano civil, músicas religiosas. Com o passar dos anos os próprios indígenas foram criando outras músicas na língua indígena, aproveitando das melodias já existentes. Os missionários quando chegaram também trouxeram seus instrumentos: violão, flauta, sanfona, harmônio, pandeiro, etc. Os missionários levaram para dentro das comunidades indígenas os aparelhos de som (gravador, vitrola, caixas de som, microfone...). Todos esses instrumentos e aparelhagens foram entrando na vida das comunidades indígenas. Na medida em que aprendiam a manejar tais instrumentos foram comprando para usar nas festas. Na atualidade os próprios indígenas tocam os instrumentos e cantam músicas ao vivo durante as festas, possuem caixas amplificadas de alta potência, cantam com microfones com fio e sem fio. Nas tradi-

cionais músicas indígenas somente aqueles que manejavam os instrumentos dançavam e cantavam. Nesse novo modelo, quem canta e toca a música não dança, quem dança são pessoas que não cantam e dançam. Assim continua modificando com os modos de vida dos povos indígenas.

Epistemologias indígenas e não indígenas

Os povos indígenas sistematizam os seus conhecimentos de forma bem organizada em suas memórias e utilizam-nos em suas práticas culturais. Os conhecimentos estão relacionados com os diversos universos que os circundam: rios e igarapés (mundo aquático: diversidades de peixes comestíveis e não comestíveis, sua influência e relação com a vida humana e vice-versa; piracema e suas influências; tipos de água (escura, azulada, avermelhada, barrenta), floresta (diversidades de árvores e suas utilidades a serviço da vida da pessoa: alimentação, prevenção e cura de doenças, realização das festas... Conhecimentos das diversidades de pássaros e outros animais que andam; utilização de suas peles, penas, plumas, dentes, etc. Conhecimentos relacionados ao universo das alturas: influências das estrelas, sol e lua na vida humana (masculina e feminina); nuvens, chuvas, trovões, relâmpagos; influência da vida dos seres das águas, da floresta, das plantações, das festas cerimoniais... Todos os conhecimentos tornavam-se conteúdos de transmissão ao longo do processo de educação dos filhos, filhas, netos, parentes e nas trocas de formas de conhecimento de cada povo entre si e com os outros povos. Os conhecimentos eram transmitidos pela metodologia e pedagogia da oralidade, contar-recontar, contar-repetir; ouvir-aprender-praticar.

Quando os missionários chegaram, através das escolas nos ensinaram outros conhecimentos, já registrados nos livros. Desta forma os conhecimentos originários foram perdendo espaços e alguns conhecimentos foram esquecidos. Não era o papel da Escola de modelo ocidental ensinar os conhecimentos dos povos indígenas. Estudávamos histórias de outros povos e os diversos conhecimentos que eles organizaram. Pelo nível de aquisição dos conhecimentos dos outros é que os professores nos avaliavam se estávamos aprendendo ou não, davam notas altas quando aprendíamos bem e notas baixas quando não assimilávamos bem os conhecimentos transmitidos.

Muitos estudantes após o término de tempo de internatos voltavam a viver em suas aldeias e retomavam sua aprendizagem-prática dos conhecimentos originários, pois para as necessidades práticas cotidianas, o que aprendemos nos internatos não serviram. Por fim, é importante dizer que as aulas que tivemos com os missionários e com outros professores/professoras ajudaram muito para registrarmos nossos conhecimentos, principalmente a Educação Escolar Indígena, Magistério, Licenciaturas, mestrado e doutorados fizeram-nos retomar muitos conhecimentos originários, sistematizamos em nossos TCC, Dissertações de mestrado e Teses de doutorado. Assim visibilizamos as nossas epistemologias e ainda mais, escrevemos em nossas próprias línguas.

Bahsesé (benzimentos) e medicamentos não indígenas

Os povos indígenas possuem diversos conhecimentos relacionados ao cuidado da saúde humana e gerar o bem-estar, bem-sentir, bem-trabalhar e bem-conviver. Tivemos e ainda temos nossos especialistas: Kumu, Baya, Yai. Os *Kumua* são especialistas para ativar poderes para proteger, acalmar, pacificar, tranquilizar, esconder, livrar... os seres cósmicos (humanos e gentes de outros patamares) para que possam viver bem, não sejam atingidos pelos poderes de prejudicar a saúde dos seres**,** utilizando mʉnó (tabaco/fumo), patu (ipadu), ʉhpé/sikãta (breu branco), kahpi (ayahuasca), peyuru (caxiri/bebida fermentada). Os *Bayaroa* que são especialistas para ativar poderes para proteger, acalmar, pacificar, tranquilizar, esconder, livrar... os seres cósmicos (humanos e gentes de outros patamares) para que possam viver bem, não sejam atingidos pelos poderes de prejudicar a saúde dos seres, cantando e dançando.

Os *Yaiá/Yaiwa,* são especialistas em diagnosticar as origens das doenças provocadas pelos seres da floresta, da água, da terra, trovão/relâmpago, vento; doenças causadas por outras especialistas humanos, etc. Eles descobrem com o ritual de okó sistasé (lançando a água preparada para detectar a origem das doenças e os causadores de doenças; com a utilização da uhusé (chupar/sugando a doença na parte onde dói) e com mʉnó puhtiré (baforando a fumaça do cigarro). Além desses, existem homens e mulheres que conhecem e manejam diversos tipos de recursos para curar as doenças, proteger os corpos

das pessoas, das casas, preparar para boa viagem; tem especialistas para curar as doenças mais simples e outros para curar as doenças mais complexas.

Quando os missionários salesianos chegaram também se preocuparam em cuidar a saúde dos povos indígenas, por isso, junto ao prédio da escola, da igreja (templo), existia as denominadas "Santas Casas", que eram postos de saúde/hospitais. As missionárias e os missionários preparados como enfermeiras (os) e médicas (cos) atendiam aos povos indígenas. As práticas curativas permaneceram clandestinas, pois não deixavam que os especialistas indígenas adentrassem para fazer as cerimônias de curas aos doentes. Depois de seis ou sete décadas o governo brasileiro assumiu os diversos postos de saúde, enviando os profissionais não indígenas e que seguiram não entendendo a importância das medicinas conhecidas pelos povos indígenas.

A partir da metade da década de 1980 começaram a surgir algumas enfermeiras e enfermeiros indígenas que atendem as populações indígenas, mas seguem também os profissionais não indígenas. Uns poucos chegaram a se tornar médicos especializados, mas se espera que mais indígenas cursem a Medicina e por outro lado que muitas pessoas retomem as práticas de medicinas originárias. Outros cursos, como Antropologia ajuda nas pesquisas para elaborarmos as dissertações e teses sobre os nossos conhecimentos ancestrais. Constata-se, porém, que permanecem no nível descritivo, mas não passam para o nível prático, que é sonho de muitos acadêmicos indígenas.

Técnicas de pescaria indígena e não indígena

Os povos indígenas criaram diversas técnicas de pesca ao longo de suas histórias, algumas técnicas são compartilhadas entre os povos. Algumas técnicas mais antigas e que ainda existem são: arco e flecha, armadilhas (matapi afinado, matapi maior, cacuri, cercar os peixes com esteiras com pari (talos) de cacuri, etc. Outra forma era de cercar os peixes com esteiras de pari (tecidos com talos de paxiúba e palmeira de inajá), matá-los por asfixia jogando o timbó e na seca também utilizavam para matar peixes em certas partes rio, igarapé e lago. Utilizavam também os puçás pequenos para utilizar no dia que jogam o timbó, pegam os peixes com puçá. Pucá grande de dois a três metros era para pegar peixes na época de piracema.

Após a chegada dos comerciantes colombianos, brasileiros e dos próprios missionários adquiriam anzóis de vários tamanhos como também a linha de pesca, com os ferros começaram a preparar flecha, zagaia para matar peixes. Depois chegou na região as malhadeiras para peixes menores e maiores. Essa prática modificou muito a relação de pesca das pessoas da região. Modificaram-se também o Modus Vivendi dos peixes, não comem mais como comiam na pesca, não dormem mais na beira para facilitar que o facheador mate os peixes. Por último chegou na região a prática de mergulhar para matar os peixes. São formas que modificam o modus vivendi dos povos indígenas e também dos peixes. Diante dessas realidades algumas instituições (FOIRN/ISA) procuraram promover projetos de piscicultura, mas ainda não obtivemos resultados duradouros. Os rios foram afetados e os seres aquáticos pela movimentação constante dos motores de popa e barcos que navegam pelos rios.

Técnica de caça indígena e não indígena

Os povos indígenas criaram várias técnicas para realizar suas caças. Alguns povos utilizavam o arco e a flecha para matar a caça desejada (porco do mato, paca, cutia, mutum, inambu, etc.). Claro que nem todos sabiam manejar tais técnicas nem seu uso. Outros realizavam caça acompanhados dos cães caçadores, que eram criados para se tornarem bons caçadores. Alguns indígenas eram especialistas em pegar a caça através de armadilhas armadas em tempos de frutas. Todas essas técnicas necessitavam boa formação por parte de quem iria manusear tais instrumentos.

Através dos contatos com os comerciantes brasileiros, colombianos e venezuelanos que andavam na região e depois através de contatos com os missionários aprenderam a utilizar a espingarda, que é mais comum e mais presente nos dias atuais. Arma de fogo, modifica o costume, pois quando se acostumam com tal arma, deixam de aprender a preparar e utilizar o arco e flecha. Quando é utilizado não faz tanto barulho nem assusta outras caças e a arma de fogo com o seu barulho já afugenta outras caças que se encontram perto. Apesar dessa mudança, aconteceu também a retoma das técnicas da caça tradicional, principalmente a partir do surgimento do Movimento Indígena, Educação Escolar Indígena, Magistério e Licenciatu-

ras indígenas que favoreceram pesquisas temáticas das populações indígenas. Nas Universidades (mestrado e doutorado) os indígenas retomam esses temas e pesquisam a sua importância e a praticidade.

Técnicas especializadas de cada etnia

Cada povo indígena era especializado em alguma técnica. Alguns povos sentiram mais o impacto do processo civilizatório. Vou apresentar somente de dois povos como exemplo. Os Tukano eram conhecidos como especialistas de bancos e os Tuyuka especialistas em confecção de canoas. Seguem fazendo até aos dias atuais, mas a influência da tecnologia externa foi maior.

A profissionalização de indígenas como marceneiros facilitou a confecção de mesas, cadeiras e bancos de madeira (curta e comprida). Os banquinhos tukano deu lugar para cadeiras e bancos. Mais ainda, muitas famílias compraram mesas e cadeiras dos comércios. Da mesma intensidade os Tuyuka perderam a vez para as novas tecnologias: voadeiras ou botes de alumínio. Essas mudanças tudo começou com os próprios missionários e se espalha para todas as famílias que têm condições de comprar e alguns fazem. Na atualidade diversos povos indígenas viajam de botes de alumínio e com motor rabeta, motor de popa 15hp e outros, motor 40hp. O remo só serve para alguma necessidade.

CONCLUINDO A FALA

Vou fechar minha fala retomando a voz solitária e contestadora do padre Boleslau Wyszomierski, em meio ao intenso processo civilizatório das populações do alto Rio Negro: “indígenas, sempre indígenas”. A história de 109 da presença salesiana no Rio Negro (1915-2024) em meio aos povos indígenas mostra que os salesianos ensinaram muitos conhecimentos e práticas através do processo educativo e os conhecimentos originários mantiveram-se presentes. Embora tenham adquirido diversos conhecimentos da sociedade ocidental os povos indígenas em nenhum momento deixaram de ser indígenas. Sendo indígenas concluíram diversos graus de estudos, tornaram-se professores, professoras, enfermeiros, enfermeiras, gestores e gestoras das escolas, vereadores e vereadoras, comerciantes,

secretários educacionais e gestores públicos, prestaram serviços militares, tornaram-se missionários e missionárias. Todos eles e elas são corresponsáveis e atores do atual palco de transformações sociais. Tinha razão o padre Boleslau ao afirmar: "indígenas, sempre indígenas".

REFERÊNCIAS

ANDRELLO, Geraldo. Cidade do índio: transformações e cotidiano em Iauaretê. São Paulo: Editora UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006.

BRÜZZI, Alcionílio. **A civilização indígena do Uaupés: observações antropológicas etnográficas e sociológicas.** 2ª ed. LAS - Roma, 1977.

OLIVEIRA, Ana Gita de. **O mundo transformado: um estudo da "cultura de fronteira" no alto rio Negro.** Tese de Doutorado de Antropologia, Brasília, 1992.

PAULA, Nilton Cezar de. **A ação Missionária do Catolicismo e os Povos Indígenas do Rio Negro: evangelização X autodeterminação e sobrevivência cultural**. Recife: UFPE, 2005 (Dissertação de Mestrado).

REZENDE, J.S. **Escola Indígena Municipal Ʉtãpinopona–Tuyuka e a Construção da Identidade Tuyuka**. Campo Grande/MS, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), 2007 [Dissertação de mestrado].

REZENDE, J.S. **Transformação da vida de um menino tuyuka no internato salesiano de Pari-Cachoeira: leitura antropológica do internato como uma estrutura total (1970-1979)**. Campo Grande/MS, Revista Tellus, ano 18, n. 37, p. 89-104, Set/Dez. 2018.

REZENDE, J. S. **Da escola com os salesianos para a escola indígena**. Apresentado no 15º COLE – "VI Encontro sobre a Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas", Campinas, UNICAMP, Julho/2005.

JESUÍTAS, COROA PORTUGUESA, COLONOS E INDÍGENAS: FIGURAÇÕES SOCIAIS NOS SÉCULOS XVI-XVIII NA AMAZÔNIA

Maria Beatriz Rocha Ferreira[1]

INTRODUÇÃO

O século XVI foi um período de grandes transformações no ocidente, navegações, descobertas, mudanças na religião, confrontos, novos conhecimentos, desafios e invasões. Com as grandes navegações, os espanhóis e portugueses avançaram em terras até então desconhecidas ou pouco conhecidas. Às terras recém-chegadas foi dado o nome de Mundo Novo – "Novo, porque ausente dos mapas europeus, novo, porque repleto de animais e plantas desconhecidas, novo, porque povoado por homens estranhos que praticavam a poligamia, andavam nus e tinham por costume fazer a guerra e comer uns aos outros" (Schawarcs e Staling, 2018, 21).

A ideia da busca de riquezas e mais tarde da expansão territorial dominou o pensamento dos invasores recém-chegados. Os povos originários, denominados índios, terminologia genérica, precisavam ser dominados – quer pela força da espada, pela catequização, "miscigenação", destruição da cultura e fator biológico. Eles eram considerados povos bárbaros desprovidos de alma, canibais. O fator biológico os colocava em desvantagem, o contato com o invasor desencadeou uma mortandade por causa da varíola, sarampo, coqueluche, catapora difteria, tipo peste bubônica e gripe.

Na visão do europeu invasor os "índios" poderiam ser escravizados, usados como mão de obra e, pela religião, a missão era catequizá-los, embora também utilizassem a mão de obra indígena. As coroas portuguesa e espanhola foram centrais nesses processos, a religião católica fez parte integrante das duas coroas, em especial os jesuítas nos primeiros séculos.

1 Pesquisadora do Núcleo do Grupo de Pesquisa em Inclusão, Movimento e Ensino à Distância (NGIME) da FEF-UFJF.

O presente texto é uma reflexão inicial sobre as relações de poder imbricadas entre jesuítas, coroa portuguesa, colonos e povos originários na Amazônia do século XVI, XVII e XVIII, estudadas na ótica da teoria de Norbert Elias. As informações neste texto estão fundamentadas em pesquisas bibliográficas de historiadores e antropólogos que tiveram acesso a fontes documentais.

Na visão do autor (Elias, 1998) a percepção da violência está entrelaçada no processo histórico a longo prazo e inserido nas relações de interdependências dos Estados - nações. Ao enfatizar a violência circunscrita nas relações envolvendo os protagonistas estudados, tocamos em um problema cujas figurações são extensas e complexas e que cada fase mereceria ser aprofundada.

O poder em Elias é um atributo intrínseco nas relações pessoais, nas figurações e não está centrado e congelado nas mesmas pessoas e/ou grupos, e/ou instituições. Este se desloca à medida que ocorrem novas informações, pressões externas e internas, enfim, no próprio processo de mudanças sociais. Todos nós temos poder na sociedade, sendo que a natureza e a extensão da área para decisões dependem das estruturas e das figurações históricas da sociedade na qual nós moramos e atuamos. O autor argumenta que o [...] "poder não é nada mais do que uma expressão um tanto rígida e indiferenciada para designar a extensão especial da margem individual de ação associada a certas posições sociais, expressão designativa de uma oportunidade social particularmente ampla de influenciar a auto-regulação e o destino de outras pessoas". (Elias, 1994, p. 50). E diz que "o equilíbrio de poder, tal como de um modo geral as relações humanas , é pelo menos bipolar e , usualmente multipolar" (Elias, 1999, p. 80).

A formação do Estado é fundamental para compreender a concentração de poder, que é justificada através da cobrança de impostos, do uso da força física e outros instrumentos que são progressivamente centralizados e monopolizados (WOUTERS, 2009, p. 100). Elias chama a atenção para o fato de que os Estados se organizam [...] com base nas diferenças de sua relação de poder que se forma a partir da combinação de um certo número de determinantes básicos. Entre eles, estão mão-de-obra, capital social, recursos de matérias-primas, posição estratégicas em relação às técnicas militares, nível de produtividade, de educação e de integração (Elias, 1998, p. 206).

OS JESUÍTAS: TRAJETÓRIA NOS PRIMEIROS SÉCULOS XVI, XVII, XVIII.

Os jesuítas são uma ordem religiosa conhecida por Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola e dez confrades, dentre eles Francisco Xavier, em 1534 e aprovada em 1540 pelo Papa Paulo III. Até então existiam as seguintes ordens religiosas, Cônegos Regulares de Santo Agostinho da Congregação do Santíssimo Salvador Lateranense, antes chamados de Cônegos Regulares de Santa Maria de Frigionáia (início da experiência como padres comuns em 345), os Beneditinos (criada em 408), os Franciscanos (em 1205) e os Dominicanos (em 1216).

A trajetória da vida de Inácio de Loyola reflete a missão e estrutura da ordem jesuítica. Menciono a seguir alguns fatos cronológicos para se poder visualizar quem foi este ícone da igreja católica.

Inácio (nome de nascimento Iñigo) era filho mais novo de um casal da pequena nobreza basca, nascido provavelmente em 1491 em Loyola. Órfão desde cedo, foi educado na nobreza segundo os princípios da cavalaria na casa de Juan Veláquez de Cuellar, ministro do tesouro do rei Fernando de Aragão, e depois na casa de Antônio Manrinque de Lara, duque de Najera e vice-rei de Navarra. A juventude foi intensa, brigas, algumas prisões e companhias femininas. Nos conflitos entre o rei da França Francisco I de Valois e o imperador Carlos V de Habsgurgo, que se enfrentavam pela supremacia do ocidente, a cidade de Navarra foi invadida pelos franceses, e Iñigo em defesa da cidade ficou gravemente ferido, necessitou de cirurgias e ficou coxo (Ferlan, 2018).

Foi se restabelecer no castelo de sua família em Loyola e lá teve acesso aos únicos livros religiosos disponíveis. E a partir daí iniciou peregrinações, teve passagem pelos dominicanos em Barcelona, viveu o desprovimento da riqueza, o cuidado com os enfermos e pregou nas ruas, passou por regime de autopunições e cultivou o sonho de passar um tempo maior em Jerusalém (o que não foi possível devido às restrições impostas pelos acordos feitos com os turcos, que limitavam o tempo de permanência do visitante), portanto, volta para Barcelona.

A impossibilidade de ficar em Israel influenciou sua decisão de buscar outro caminho, foi em direção a Roma; em obediência ao

papa e ficou à disposição do pontífice para indicar o caminho, até exercer a missão para Asia e/ou América.

No período que esteve na Espanha concentrou-se em estudos, meditações e experiências místicas. Este fato foi o esboço do que chamaria mais tarde os "Exercícios Espirituais, um dos textos fundamentais da espiritualidade inaciana". (Ferlan, 2018. p. 17). Inicialmente estudou em escolas espanholas e mais tarde foi para Paris para se aprofundar em teologia. Ali conheceu Pedro Fabro e Francisco de Xavier, importantes pessoas na criação da Companhia de Jesus e aumentou o número de adeptos das suas ideias. Na época ele e os confrades estabeleceram quatro votos: de pobreza, castidade, ordenação sacerdotal e obediência ao papa para propagação da fé.

Por exigência do papa Paulo III iniciaram a redação detalhada da Fórmula – mais tarde as Constituições da ordem, o que levou anos e a eleição de um Prepósito Geral. Inácio foi eleito, embora a contragosto. As Constituições tiveram um forte impacto na história da igreja (Ferlan, 2018, p. 27). Em resumo os "Exercícios Espirituais orientam para o caminho da meditação, as Constituições se baseiam no pressuposto de que o indivíduo esteja destinado a um crescimento psicológico e espiritual" (Ferlan, 2018, p. 29).

Na época a religião católica passava por profundas mudanças, para entrar na modernidade e para questionar a Reforma Protestante, o papa Paulo III convoca o Concílio de Trento, que é realizado entre 1545 e 1563 (18 anos), na cidade de Trento – Itália. A duração do concilio passou pelos seguintes papas Papa Paulo III, Júlio III, Paulo IV, Pio V, Gregório XIII e Sisto V. O objetivo, entre outros, do Concílio era revitalizar e reformar a Igreja Católica em resposta aos desafios trazidos pelos reformadores protestantes.

Em Portugal esses esforços incluíram medidas para fortalecer a ortodoxia católica, combater a disseminação do protestantismo e promover a unidade religiosa, proibir a indulgência e a circulação de livros contrários às normas da Igreja. Reafirmou a autoridade do papa e fortaleceu os laços entre o papado e as monarquias católicas.

Embora o concílio tenha se concentrado principalmente em questões de doutrina, liturgia e disciplina eclesiástica, suas decisões também tiveram implicações para a evangelização e a relação com povos não cristãos, e a Companhia de Jesus, recém-criada com novas

ideias e estruturas, contribuiu para as discussões durante o Concílio e o acesso ao poder central da igreja – papado.

As relações de poder entre Roma na figura do Papa, Portugal e Espanha favoreceram a predileção pelos jesuítas a irem para o Ocidente e Oriente. E estes tinham um acesso privilegiado ao papa. Uma das características nas missões, tanto no Oriente como Ocidente foi privilegiar os idiomas dos destinatários na evangelização, o que contribuiu para a análise e codificação de línguas locais facilitando a pregação, por exemplo o caso do Guarani. José de Anchieta (1534-1597) escreveu a primeira gramática na língua tupi-guarani. (Ferlan, 2018). A decisão da catequese na língua local provocou resistência do poder central de Portugal, pois na época já se exigia que a língua oficial deveria ser o Português (este tema será retomado no decorrer do texto). Além da língua os jesuítas se especializaram em diferentes métodos de evangelização, comunicação através do canto e da gestualidade, representações e artes visuais, intérpretes entre outras (Zeron, 2014).

JESUÍTAS NO BRASIL

Os jesuítas chegaram no Brasil em 1549 em Salvador, na Bahia, guiados por Manuel da Nobrega (1517-1570). Os desafios eram enormes – o desconhecimento dos nativos, a língua, os costumes inaceitáveis como a nudez, que entendiam ser uma falta de pudor, assistirem missas nus, a resistência à monogamia de ambos os sexos. Tinham também o desfio da educação dos filhos dos colonos que se estabeleceram no Novo Mundo.

A formação jesuíta exigia que seus membros deveriam atender a determinadas condições: serem preparados (i) espiritualmente para fortalecer a fé e o compromisso com a missão religiosa. Psicologicamente preparados com habilidades de sobrevivência, conhecimento sobre os povos de contato, relações políticas. Fisicamente, para viverem em ambientes agrestes em várias regiões do mundo. Eles tiveram acesso a várias camadas sociais e políticas. Eram chamados de “Soldados de Cristo”.

Os jesuítas além da catequização cristã, buscaram a expansão do domínio português nas colônias e mantinham estreita colaboração

com as autoridades da corte europeia na evangelização dos povos. No Brasil Colônia estiveram de 1549 até 1773 (quando foram expulsos) – trabalharam na evangelização dos indígenas, na educação dos colonos portugueses e mestiços e na consolidação do controle sobre as terras e recursos naturais. Fundaram colégios na Bahia, Pernambuco, São Paulo, Maranhão, Pará e Rio de Janeiro dedicados à formação das elites.

Ferlan (2018, p. 86) ressalta que no Oriente a relação entre os jesuítas e as pessoas a serem catequisadas tinha uma paridade, frente à riqueza da cultura oriental, enquanto na América a lógica era de superioridade - inferioridade e havia o racismo das pessoas que questionavam esta lógica. Esta informação nos indica a superioridade europeia atravessando as diferentes camadas sociais da época. A flexibilização de um grupo seria pressionada por outro grupo sobre a inferioridade dos indígenas e, portanto, sujeitos ao trabalho forçado. Na época a grande questão era a mão de obra e como aumentar, explorar o território utilizando uma mão de obra barata garantindo aos donos da terra o lucro, escravos eram caros e, portanto, a desvalia dos indígenas estava em diferentes planos: armamentos, biológico (doenças) e psicológico.

A organização dos jesuítas para os indígenas foi sendo adaptada ao longo do tempo no mundo. A estratégia no Brasil foi a organização das missões ou aldeamentos, local de catequese e civilização, baseada no princípio da tutela política, jurídica e econômica dos índios (Zeron, 2014).

> *Os aldeamentos foram lugares onde os ameríndios viviam sob o governo dos missionários jesuítas e onde os ameríndios negociavam com padres para continuarem ou adaptarem certos costumes. As várias populações eram "descidas" das suas aldeias e passaram a viver em um lugar que havia igreja, onde conviviam com outros povos indígenas, sob o controle dos padres e onde trabalhariam para sustentar a todos. Este método fixava os povos em um único lugar, pois nas tradições indígenas era comum a mobilidade, isto é, mudavam de local o que atrapalhava o serviço dos sacerdotes. Com a aprendizagem do método de aldeamento ou missão os jesuítas foram para o norte do "Brasil". (*Nascimento*, 2019)*

Em última análise os aldeamentos foram uma *"realização do projeto colonial, para garantir a conversão, a ocupação do Território, sua defesa e constante reserva de mão de obra para o desenvolvimento econômico da colônia".* Eram localizados próximos das povoações coloniais, ou a pontos estratégicos à defesa do território, terras para os índios lavrarem suas lavouras e rio com abundância de peixes, entre outras. Este modelo trouxe muitas discórdias ao longo dos anos entre jesuítas, donos das capitanias, moradores locais, outros religiosos e o poder central da coroa portuguesa em função das legislações da mão de obra que tendia a favorecer os missionários. (Perrone-Moisés, 2008, p.120).

A legislação na época previa que o trabalho indígena devia ser remunerado nas aldeias, tanto pelos missionários quanto pelos moradores, visto que os indígenas eram considerados pessoas livres. As "leis preveem o estabelecimento de uma taxa, os modos de pagamento e o tempo de serviço, de acordo com a Lei de 1587, Alvará de 1596, Lei de 1611, no regimento do governador geral do Maranhão e Grão Pará de 1655 e no Diretório de 1757" (Perrone-Moisés, 2008, p.120). Entretanto, a remuneração nem sempre foi exercida pelos moradores, causa de denúncias e revisões dos controles.

A administração das aldeias foi se ressignificando frente às negociações e embates. Na maioria dos casos a administração dos jesuítas foi temporal e espiritual. Em alguns momentos criou-se a figura de capitão da aldeia, morador, encarregado do governo temporal. A lei de 1655 para o estado do Maranhão proíbe que se ponha capitães nas aldeias, para que sejam governadas pelos missionários e chefes indígenas. (Perrone-Moisés, 2008).

Mobilidade de homens e mulheres das missões por conta das redes de trabalho compulsório. Algumas mulheres eram mandadas para as casas dos colonos como amas de leite ou farinheiras. Os homens das missões passavam ao menos 6 meses do ano como remeira, período em que ficavam fora da missão e em contato com outros índios, pelo regimento das missões – de 1686 (Mattos, 2012).

Os jesuítas em várias cidades criaram também escolas para os filhos dos portugueses e outros estrangeiros moradores no Brasil e foram proprietários de várias terras e concentravam muito poder. Tiveram atitudes de elevar a Companhia de Jesus [irmandade jesuítica]

a uma posição superior às políticas de Portugal e Espanha, dificultaram as decisões fronteiriças e a expansão econômica do país com a resistência dos colonos, que precisavam da mão de obra dos indígenas, incorrendo ao ódio dos não indígenas e do próprio clero secular.

A questão da escravidão dos indígenas foi altamente debatida na época. A coroa portuguesa sabendo dos abusos precisou interferir nas relações criando leis (proibição da escravização indígena em 1570, 1587, 1595 e 1609 e categoria chamada escravizações ilícitas, "guerras justas" – criadas na lógica europeia, de aliados e inimigos, dada a evidência dos colonizadores desrespeitarem as condições de utilização da mão de obra aldeada (Perrone-Moisés, 2008). Importante realçar que todas as negociações para mudanças de legislação [jesuítas, colonos e indígenas] eram realizadas junto à coroa portuguesa. E na época demorava meses para se chegar em Portugal e voltar ao Brasil.

> *Guerra justa, conceito antigo, mas reativado naquele contexto pela Coroa aliada à cristandade, a "guerra justa" seria aplicada aos povos que, sem o conhecimento da fé, nem ao menos poderiam ser tratados como infiéis. Eram várias a causas que legitimavam a "guerra justa": a recusa à conversão, hostilidade contra vassalos e aliados portugueses, a quebra de pactos e a antropofagia. Considerada uma "ofensa à lei natural", a antropofagia era passível de guerra, entendida como um direito e um dever para salvar almas que seriam sacrificadas ou comida.* (Schawarcs e Staling*, 2018, 41).*

Um dos jesuítas de maior destaque foi o Padre Antônio Vieira, filósofo, escritor e orador português (Nascimento em Lisboa 1608 e morte em Salvador 1697) defendeu incansavelmente os direitos dos povos indígenas combatendo a sua exploração e escravização e fazendo a sua evangelização. Entendeu os desafios da evangelização e comentou que se os ameríndios pareciam aceitar a catequese "sem reação, avessos a "novas fés e leis", retornavam sempre às suas próprias sociedades e cosmologias". *(*Schawarcs e Staling*, 2018, 49).* Ele tinha muitas expectativas da missão jesuíta na América e pensava na ideia do Quinto Império.

As tensões próprias internas da estrutura jesuíticas entre os portugueses e brasileiros, as demandas dos colonos, proprietários de

grandes terras que queriam a mão de obra barata dos indígenas, e os interesses do poder central de Portugal, na época de D. José I e agravada com a política do Marques de Pombal tensionavam constantemente os acordos e continuidade da política jesuítica.

Nestes embates de intolerância e acordos, pode se explicar a mudança de atitude em "relação que havia feito outrora, quanto à escravidão indígena, passando da tolerância ao cativeiro dos prisioneiros de guerras injustas, em 1655, à proposta de uma lei que não tolerava nem sequer a escravidão dos prisioneiros de guerras justas, em 1680" (Zeron, 2014, p. 168). Além do mais, Vieira como grande articulador político conseguiu naquela ocasião um alvará junto ao rei sobre a liberdade dos indígenas, sem se submeter às restrições em voga na época. Ele conseguiu uma "carta régia que mandava entregar aos padres da Companhia de Jesus a administração espiritual e temporal dos índios, e formar novas aldeias e missões no sertão" (Zeron, 2014, p. 168). Estes acordos resultaram em grandes revoltas dos moradores locais. E culminaram com a expulsão dos jesuítas e do Governador de Maranhão (mais detalhes serão mencionados abaixo no texto).

NA AMAZÔNIA

A conquista de São Luís e a fundação do forte de Belém foram marcos importantes da chegada da colonização portuguesa na Amazônia. Os Franciscanos chegaram em (1617) na região e depois os jesuítas, carmelitas e mercedários se estabeleceram. As dificuldades do projeto na região dificultaram criar raízes nas margens dos rios e selva. Houve vários fracassos e recomeços da missão. A região extremamente vasta formou uma "fronteira granular" "na qual a presença de religiosos e colonos restringiu-se a núcleos – missões, fortes, feitorias, fazendas - precariamente interligados em meio a um espaço, descontínuo, sem estruturas fixas, dissociado por vãos" (Arenz, 2014, p. 339).

Ao longo do século XVII três jesuítas tiveram destaques: os portugueses Luís Figueira (1574-1643) e Antônio Vieira (1608-1697) e o luxemburguês João Felipe Bettendorff (1625-1698). Estes com formação neotomistas-humanista tiveram embates com os colo-

nos que dependiam da mão de obra indígena. Conforme mencionado acima, lutaram por obter leis que reconciliassem a necessidade da missionação com um regime de trabalho compulsório. A expansão das terras exigia também da mão de obra indígena. Esta expansão seria até uma contradição ao voto de pobreza que os inacianos tinham. *Fica a pergunta – como realizar a catequização, sem a terra, sem a mão de obra para o sustento e embates com os colonos?*

Após alguns fracassos em Pernambuco, os jesuítas se instalaram na região amazônica após a fundação do Maranhão e Grão-Pará em 1621. Padre Vieira, e o siciliano Benedito Amodei chegam em São Luís em 1622. Na época os colonos já se inquietaram com a presença dos dois, temendo uma ingerência na questão dos escravos indígenas. Quanto ao Pará, a câmara de Belém rejeitou em abril de 1626 a presença dos inacianos. As divergências/dificuldade aumentaram entre os jesuítas, franciscanos (que habitavam na região) e colonos. (Arenz, 2014).

Vieira ampliou e fortaleceu o número das missões na Amazônia, pois a partir de 1653 consegui da coroa a obtenção da tutela exclusiva da Companhia de Jesus sobre os indígenas, cujo monopólio permitiu uma política expansionista. Os desafios foram grandes em prol da "liberdade" dos indígenas e os conflitos com os colonos que queriam escravizá-los. No Maranhão e Grão-Pará, a mão de obra era usada para as coletas das plantas usadas como temperos ou remédios numa visão comercial, como cravo, canela, baunilha, cacau, andiroba. Os indígenas eram os remadores e pilotos das canoas, construíam casas, embarcações, igrejas, fortes, fortalezas. Além do mais produziam a farinha e redes, coletavam o cacau, caçavam, pescavam e trabalhavam nas roças. (Nascimento, 2019).

A questão da "liberdade" tem sido muito questionada na historiografia. Diferentes legislações foram promulgadas na época sobre a mão de obra entre jesuítas e colonos e outras ordens religiosas, mas tendia a favorecer os primeiros, pois estes tinham a administração espiritual e temporal, causas de muitas revoltas dos colonos e insatisfação de outras ordens religiosas. (Arenz, 2014, Mattos, 2012)

Os choques entre os donos das terras, os colonos e os jesuítas desencadearam atritos relacionados com a aquisição e uso da mão-de-obra escravizada, sobretudo indígena, e o desenvolvimento do comércio e da produção pela Companhia Geral do Comércio. A mão

de obra era escassa, os negros eram caros e a melhor opção seria os indígenas. (Silva, 2020).

A tensão entre moradores e jesuítas foi aumentando especialmente após a volta de Vieira em 1681. E em 1684 a Revolta de Beckman (lideradas pelos irmãos Beckman) em São Luís, levou à expulsão dos jesuítas na região (Caetano, 2007; Chambouleyron, 2017). Com o fim da rebelião os jesuítas retornaram às atividades anteriores, continuaram explorando a mão de obra dos indígenas e a Companhia de Comércio do Maranhão foi extinta. O legado dessas rebeliões, leis e acordos tiveram impactos na estrutura da ordem dos jesuítas, nos governos regionais, entre os moradores (muitos a favor e outros contra as leis/regras), nas dioceses locais que não tinham o domínio sobre os jesuítas, entre outros e a coroa portuguesa.

As missões no Grão-Pará e Maranhão foram espaços de mudanças da língua geral amazônica devido à intensa mobilidade e diversidade etnolinguística da região. Na religiosidade o ensino era desenvolvido na língua tupi guarani ou língua geral amazônica (origem do tupi antigo) e que deu origem ao nheengatu século XIX (tronco tupi moderno). Este fato causava tensão na corte portuguesa, visto exigirem que a língua oficial fosse o português. As resoluções de Pombal seriam aglutinadas e ampliadas no documento do Diretório dos índios em 1758, que previa em seu sexto parágrafo a proibição do uso da língua geral ou de outras línguas nativas no trato com os índios e a promoção da língua portuguesa. A questão do uso da língua geral na Amazônia já era discutida entre Mendonça Furtado e Pombal, como é possível observar em algumas cartas trocadas entre os dois (Monserrat, et al, 2018).

A compreensão da espiritualidade e cosmovisão indígenas representou um desafio significativo para os jesuítas, que muitas vezes alguns deles tentavam enquadrar as crenças indígenas dentro de suas próprias categorias teológicas e religiosas. Essa abordagem muitas vezes não captava completamente a riqueza e complexidade das tradições indígenas e, por sua vez, os próprios indígenas tinham suas próprias categorias para conviver com a religiosidade dos jesuítas, outros missionários, colonos, coroa portuguesa entre outros.

Os escritos jesuíticos demonstram a manutenção de crenças e de rituais nativos no espaço colonial da América Portuguesa. Não se

trata, no entanto, de resistências que geram uma continuidade inalterada. A conjuntura foi de intensa transformação, inerente ao contato. Do cenário das missões, não se gerou a mestiçagem, biológica ou cultural, de um povo por inteiro. A autora evitou aplicar o termo sincretismo, por estar imerso na ideia de uma justaposição mecânica de traços culturais, e não de um complexo diálogo entre mundos distintos. (Wittman, 2011, p. 248-249)

A origem dos missionários era em geral de Portugal. Mas também houve a participação de outros missionários, como o luxemburguês João Felipe Bettendorff (1625-1698), e os jesuítas alemães, a vinda deste último grupo para a Amazônia portuguesa foi articulada pelo padre austríaco Roque Hundertpfundt (1709-1777), que atuava na região desde a década de 1750. Hundertpfundt era muito próximo da então rainha de Portugal Maria Ana de Áustria. A consorte real requereu junto ao superior geral da Companhia de Jesus, o padre Francisco Retz, que este autorizasse o envio de missionários de língua alemã para o Grão-Pará e Maranhão, conforme o pedido do padre Roque, que havia sido chamado à corte em 1749 na qualidade de procurador da Vice-Província do Maranhão.

Os problemas e conflitos com Marquês de Pombal [ministro do rei Dom José I em Portugal, conhecido pela política reformista e centralizadora] e com o clero intensificaram as tensões que culminaram com a expulsão dos jesuítas em Portugal e colônias espanholas em 1759, e mais tarde o Vaticano extinguiu a ordem em 1773.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Companhia de Jesus [irmandade jesuítica] foi criada e se desenvolveu numa complexidade histórica geopolítica na Europa, a partir do século XVI, durante a contrarreforma protestante, concílio de Trento, descobertas do novo mundo e mudanças sociais da coroa portuguesa e espanhola. Os jesuítas foram preparados para uma espiritualidade que visava fortalecer a fé e o compromisso com a missão religiosa; psicologicamente, formados com habilidades de sobrevivência, conhecimento sobre os povos de contato, relações políticas; fisicamente, para viverem em ambientes agrestes em várias regiões do mundo. Eles tiveram acesso a várias camadas sociais e políticas

junto ao papado, coroa portuguesa e no território brasileiro. Eram chamados de "Soldados de Cristo".

No Brasil foram proprietários de várias terras, escolas e concentraram muito poder. Tiveram atitudes de elevar a Companhia de Jesus a uma posição superior às políticas de Portugal e Espanha, dificultaram as decisões fronteiriças e a expansão econômica do país com a resistência dos colonos, que precisavam da mão de obra dos indígenas, incorrendo no ódio dos donos das terras, colonos e do próprio clero secular. E tiveram muitos conflitos com outras ordens religiosas e diocesanas.

Os problemas e conflitos com Marquês de Pombal [ministro do rei Dom José I em Portugal, conhecido pela política reformista e centralizadora] e com o clero intensificaram as tensões que culminaram com a expulsão dos jesuítas das colônias portuguesas e nas colônias espanholas em 1759. E mais tarde, em 1773, o Vaticano extinguiu a ordem.

Em resumo, este texto discorre sobre as mudanças na relação de poder entre jesuítas, coroa portuguesa, colonos e indígenas nos séculos XVI-XVIII. E retrata os determinantes básicos para estas relações: "mão-de-obra, capital social, recursos de matérias-primas, posição estratégicas em relação às técnicas militares, nível de produtividade, de educação e de integração (Elias, 1998, p. 206).

As relações de poder de indígenas e não indígenas continuaram se transformando nos séculos subsequentes, e até os dias atuais. E fica a sugestão de outros trabalhos tratarem com maior ênfase o protagonismo dos indígenas nas relações de poder entre jesuítas, coroa portuguesa, colonos e indígenas na Amazônia. Tema este pesquisado por Monteiro (2001) em outras regiões do Brasil.

REFERÊNCIAS

Arenz, Karl Heinz. Este labyrintho confuso: fundação e consolidação da missão do Maranhão (século XVII. In: Bicentenário da Restauração da Companhia de Jesus (1814-2014). Edições Loyola, São Paulo, 2014, p. 339-356.

Caetano, Antonio Filipe Pereira. A Revolta de Beckman pelo olhar

de João Felipe Betendorf e da documentação do Conselho Ultramarino. Associação Nacional de História – ANPUH, 2007

Chambouleyron, Rafael. Justificadas e repetidas queixas. O Maranhão em revolta (século XVII). Link: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/rafael_chambouleyron.pdf Acesso em 12 de setembro de 2017.

Elias N. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

Elias, Norbert. Envolvimento e alienação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

Elias, Norbert. Introdução à Sociologia. Lisboa: Edições 70, 1999.

Ferlan, Claudio. Os Jesuítas. Tradução Silva Debetto. Edições Loyola, 2018.

Mattos, Y. O regimento das missões do Estado do Maranhão e Grã--Pará, de 21 de dezembro de 1686. Revista 7 Mares. Número 1., 2012

Monteiro, John – Tupis, Tapuias e historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência Área de, Subárea História Indígena e do Indigenismo Disciplinas HZ762 e HS119. Campinas, agosto de 2001

Monserrat, R. O sinal da Cruz em um catecismo na língua geral da Amazônia. IHS. Antiguos Jesuitas en Iberoamérica. Vo 6, n. 2, 2018.

Nascimento, Bruno Rafael Machado. Interações entre jesuítas e indígenas na Amazônia colonial (século XVII). https://revistasenso.com.br/zrs-edicao-13/interacoes-entre-jesuitas-e-indigenas-na-amazonia--colonial-seculo-xvii/

Perrone-Moisés, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII. In: Manuela Carneiro da Cunha (org). História dos índios no Brasil. Companhia das Letras, 2008.

Schwarcz, L.M. & Starling, H.M. Brasil: uma biografia. Companhia das Letras, 2018

Silva, LA.T. Excesso tão insolente e violentamente: contentações e revoltas contra os padres Jesuítas na Capitania de Caeté. Meados do século XVIII. Semina. Revista de Pós-Graduação em História – UPF. V. 19, n. 3, p. 7-32, 2020.

Wittman, Luiza Tombini. Flautas e maracás: musica nas aldeias jesuíticas da América Portuguesa (séculos XVI e XVII). Tese de doutorado- Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas, 2011.

Woulters, C. Mudanças nos regimes de costumes e emoções: da disciplinarização à informalização. In: GEBARA, A.; WOUTERS, C. (org.) O controle das emoções. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

Zeron, Carlos. Da farsa à tragédia: A guerra de facções que pôs fim às esperanças de Antonio Vieira por um Quinto Império e transformou o modo de atuação dos jesuítas no Brasil. In: Bicentenário da Restauração da Companhia de Jesus (1814-2014). Edições Loyola, São Paulo, 2014. P. 167-198.

EDUCAÇÃO E PROCESSOS CIVILIZADORES: TERRITÓRIOS EM DISPUTA

Magda Sarat[1]

Inicio este capítulo resultado da apresentação na Mesa "Educação e Processo Civilizador" do evento Simpósio Processos Civilizadores na Pan- Amazônia (SPCPAM), seguindo a concepção do referido evento que pretendeu instigar seus participantes a debater o tema "Tecnização e *modus vivendi* na Amazônia". Nesse sentido, me senti provocada a discutir "educação e os processos civilizadores", a partir do que chamo "territórios em disputa", não somente pela educação se tratar de uma área em constantes reivindicações por políticas e demandas específicas em todo território nacional, especialmente se considerarmos a Educação Básica, a infância e a Educação Infantil – minha área de atuação na qual ensino, pesquiso e milito, há mais de três décadas –, mas também por ser a Amazônia, uma das regiões mais disputadas do planeta por governos, conglomerados econômicos, políticos, cartéis de todo tipo, e também por suas inúmeras comunidades que tentam sobreviver em sua localidade.

A região amazônica é território de disputa em termos das mais diferentes pautas, desde as questões climáticas, da sustentabilidade, dos recursos hídricos e energéticos, as riquezas minerais, os materiais humanos e culturais, até mesmo quando observada e "desejada" pelo olhar ganancioso do mercado externo e interno, se tornando uma incomensurável fonte de riqueza e exploração desde séculos precedentes, como informa o pesquisador amazônico Glaucio Campos Gomes de Matos (2020), quem nos convida ao debate.

Suas investigações sobre o local, em um dos trabalhos publicados recentemente, relatam que desde a chegada dos primeiros colonizadores, começando nas missões que chegam ao país a partir de 1540 até a elaboração de um documento chamado "Diretório dos Índios (1755)[2], somam-se dois séculos e meio de intervenção dos

1 FAED/UFGD/CNPq. Professora titular da faculdade de educação da UFGD. Bolsista Produtividade do CNPq. Líder do Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador. Email magdaoliveira@ufgd.edu.br

2 Diretório dos Índios (1755) – Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios

colonizadores, exploradores, missões religiosas sobre os povos autóctones" (MATOS, 2020, p.487). Tal documento foi, segundo esse autor (p. 487), elaborado "na e para a Amazônia em 1755" (p. 487), mostrando a necessidade do colonizador de impor modelos e regras para a região, que deveria ser civilizada à sua maneira, assim como a área da educação sempre em disputa.

Sobre o tema escolhido pelo evento, de subtítulo "*modus vivendi* na Amazônia", remete a uma reflexão que permite analisar os distintos territórios dos quais também faço parte, em termos do espaço físico, direi que apresento uma investigação oriunda da região Centro-Oeste do país, mais especificamente o estado de Mato Grosso do Sul (MS), na região da Grande Dourados, seu segundo município – uma localidade que fica a 250 Km da capital Campo Grande e próxima à fronteira do Paraguai. Sou parte de uma universidade jovem criada no projeto de expansão das universidades brasileiras no ano de 2005 e de um Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD (mestrado e doutorado) que atende à fronteira Brasil e Paraguai, lembrando que Mato Grosso do Sul faz fronteira ainda com a Bolívia. Minhas investigações integram o Grupo de Pesquisa "Educação e Processo Civilizador"/GPEPC, e há dezesseis anos produzo trabalhos no âmbito da sociologia figuracional e a partir das teorias eliasianas.

Nesse contexto, meu lugar de fala, a partir do o conceito de "*modus vivendi*" que significa "modo de viver, aqui corroborando a forma jurídica, pela qual ela é mais utilizada, e refere-se a um acordo temporário entre partes em disputa, pois permite a convivência pacífica e a manutenção de uma situação estável até que uma solução definitiva seja alcançada"[3]. Ou seja, este conceito reflete o que se entende por territórios em disputa, e não se resume somente à Amazônia e seus conflitos, mas também ao Mato Grosso do Sul e sua educação – temáticas que desenvolvo nesses anos todos.

Destaco assim, os lugares territoriais do Mato Grosso do Sul e as inúmeras formas de disputas que vivencio não somente físicas, mas também políticas, econômicas e culturais que envolvem o atendimento de crianças de 0 a 5 anos, que frequentam a educação infan-

---

do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário. Registrado [sic] na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, no livro da Companhia Geral do Grão-Pará, e Maranhão, a fol. 120. Belém a 18 de agosto de 1758.

3 https://jurishand.com/dicionario-juridico/modus-vivendi

til, bem como as condições do trabalho das mulheres que atendem a essa faixa etária na educação. Desse modo, neste capítulo resultado da fala feita na mesa do evento, será dividida em dois momentos. Em um primeiro momento, os territórios que disputamos como pesquisadoras da infância e educação infantil na educação sul-mato- grossense, e posso contar com pesquisadoras que compõe comigo esse acervo como: Magda Sarat (2020), Larissa Montiel (2019), Adriana Horta (2022), Claudemir Dantes (2021), Eliana Ferreira (2019), especialmente enfocando a legislação que temos disputada na área, e ainda os desafios que nos esperam no cotidiano.

Em um segundo momento, procuro dar destaque aos desafios enfrentados na educação infantil, a partir das temáticas que nos aproximam dos contextos amazônicos e que vêm sendo investigadas por pesquisadoras/es, dos quais posso citar Campos *et al*. (2023), Miki *et al*. (2016), Vasconcelos (2023), entre outros. Portanto, tais aproximações e distanciamentos que tratam o capítulo, e resultam do trabalho apresentado no evento, instigam-me a pensar nas teorias de Elias e nas perspectivas de reflexão sobre territórios, espaços e lugares físicos, simbólicos e pedagógicos nos quais crianças e mulheres transitam.

OS TERRITÓRIOS DE DISPUTA NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS A PARTIR DA LEGISLAÇÃO

Para além das disputas cotidianas que profissionais travam na educação, apontamos aquelas que incidem sobre o fazer pedagógico e as situações que regem a educação, no caso, a legislação pela qual todos os níveis estão sujeitos atualmente. No Brasil, tanto as crianças amazônicas como as sul mato-grossenses estão sob o jugo da mesma ordenação legal, e precisam cumprir os mesmos requisitos. Dentre esses estatutos legais, citamos em primeiro plano a Constituição Brasileira (1988) que informa explicitamente que "educação é direito de todos e dever do Estado e da família" e determina como princípio que o "ensino será ministrado em igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" (Brasil, 1988, p. 42). Todas as crianças do país estão incluídas nessa legislação federal.

Outra legislação importante foi a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que

em seus artigos "Art. 53. Informa que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade" (Brasil, 1990).

A partir do momento em que essa legislação inclui as crianças, ela permite vislumbrar o que Elias aponta em seus escritos como uma sociologia que prioriza o indivíduo sendo parte de um grupo específico, que nasce e cresce dentro de uma estrutura, uma figuração, pois "todo indivíduo nasce num grupo de pessoas que já existiam antes dele. (...) e precisa de outras pessoas que existam antes dele para poder crescer" (Elias, 1994, p. 26-27).

Nesse contexto, as professoras de crianças são fundamentais para uma educação infantil de qualidade e para a formação desses indivíduos, auxiliando não somente no processo formativo, mas no desenvolvimento geral da criança. Assim, reivindicamos que os avanços ocorram não somente a partir da legislação, ou na letra da lei, mas precisa se efetivar nas práticas cotidianas, na formação docente, considerando a perspectiva da educação de todos na instituição.

Com as teorias eliasianas tenho trabalhado cotidianamente para responder minhas temáticas de pesquisa na educação infantil, e a partir da teoria dos processos civilizadores me pergunto, também a partir de seus textos: "Como podemos ajudar as crianças a se ajustarem em sociedades tão complexas e nada infantis como as nossas, que demandam uma alta medida de previsão e autocontrole"? (Elias, 2012 p. 469). Ao buscar responder, por meio do seu próprio texto "A civilização dos pais" (2012), em uma publicação anterior, organizada em razão do esforço do Simpósio Processos Civilizadores na Pan-Amazônia (SPCPAM), no texto intitulado **"**Norbert Elias e a tarefa de educar/civilizar as crianças[4]" procuro alternativas, apontando possibilidades tais como: olharmos para a criança e considerarmos suas necessidades; perceber seu lugar no processo pedagógico; atribuir a ela seu lugar de protagonista da sua própria ação; respeitá-la como um indivíduo em formação que precisa dos demais; e respeitar sua relativa autonomia compreendendo as relações de dependência e

4 SARAT, M. (2023).

interdependência que ela tem com os indivíduos das figurações que ela compõe, seja na instituição, ou fora dela.

Nesse contexto, pensar a existência das crianças em qualquer que seja a ocasião, ou a região do país, remete a perceber que a legislação nos favoreceu ao colocar a educação dos pequenos como primeira etapa da educação básica, pois até então ela não existia legalmente dessa forma, era considerada somente como uma recomendação, ou associada a ações de assistência. Consideramos um avanço para a área tal reconhecimento, e uma vitória para todas as crianças pequenas do país, quando a lei registrou nos artigos:

> Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade. Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para crianças de quatro a cinco anos de idade.

Tal normativa aproxima as regiões Norte e Centro-Oeste em termos legais, pois todas as crianças têm como prerrogativa essa ordenança que as protege, embora saibamos que na prática as políticas não se estabeleçam na mesma direção, ficando crianças, mulheres, docentes e mães muitas vezes sem atendimento das suas necessidades. Entretanto, outra proposta que nos aproxima é a formação docente prevista na legislação do período:

> Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se- á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade Normal.

A perspectiva da formação em nível superior para todo o país não se efetivou na prática até o presente momento. Nesse aspecto, todas as regiões têm suas especificidades e não teríamos como falar sobre esse tema neste capítulo. Porém, gostaria de apontar alguns aspectos que nos aproximam no contexto do Mato Grosso do Sul e da Amazônia, no qual a realidade da educação infantil tem suas particu-

laridades desde as origens do atendimento, iniciando com a própria história da educação infantil apontada pelos/as pesquisadores/as.

No âmbito dessa história da educação, as semelhanças se dão considerando alguns projetos implantados no Brasil. Nesse aspecto, volto a citar Elias (1997), ao se remeter à metáfora das redes de humanos inter-relacionados, imbuídos em diferentes projeções, mas nas mesmas direções – exemplo de que vivemos entrelaçados e interdependentes uns dos outros, pois nossos contextos nos remetem às mesmas experiências quando:

> A rede de atividades humanas tende a tornar-se progressivamente complexa, extensa e intimamente tecida. Cada vez mais grupos e, com eles, cada vez mais indivíduos tendem a se tornar dependentes uns aos outros para sua segurança e satisfação de suas necessidades, por meios que ultrapassam a compreensão da maioria dos envolvidos (Elias, 1997, p. 117).

Ao pensar no conceito de rede nas nossas interpelações, se pode inferir que na educação isto é muito caro e interessante, para avaliar o que nos aproxima e o que nos distancia. Com relação à pesquisa entre os contextos que exploro, é fundamental pois a educação das crianças. Embora feita sob diferentes formas, ela teve essa perspectiva tecida para todo o país na forma de um projeto ocorrido desde meados da década de 1970, e se configurou em uma proposta de norte a sul atingindo o Mato Grosso do Sul e a Amazônia, conforme investigações que ora cito nos dois contextos apresentados.

No programa da UFAM foi realizada uma pesquisa que resultou na tese "Creches Casulo no Amazonas: infância, história e educação, 1979-1999" de Kelly Rocha de Matos Vasconcelos, e no programa da UFGD a dissertação "História do Clube de Mães e as origens do atendimento à criança pequena em Naviraí/MS (1974-1990)" de Giseli Tavares de Souza Rodrigues, que informam a mesma perspectiva de atendimento para essas regiões naquele período.

Segundo o trabalho de Vasconcelos "a grande meta da Legião Brasileira de Assistência (LBA) para 1983 será interiorizar o Projeto Casulo, que em Manaus já atendeu, no primeiro trimestre deste ano, 10 mil crianças na faixa etária de 3 a 6 anos, através do programa Creche-Casulo" (2023 p. 120). A proposta de interiorização do aten-

dimento, mesmo sem todas as condições adequadas, fazia parte de um programa maior que era nacional e atendia a Legião Brasileira de Assistência. Foi um dos grandes programas do país no século XX para atendimento à infância, e aconteceu no mesmo período da implantação em diferentes outras localidades. A proposta do Mato Grosso do Sul aqui apresentada foi de um atendimento às mães numa perspectiva assistencialista, o chamado "Clube de Mães" que ensinava às mulheres pequenos ofícios (manicure, confeitaria, crochê), trabalhos que lhes favorecessem alguma renda no mercado de trabalho. O projeto Casulo foi criado como forma de "entretenimento". Nas palavras da pesquisadora:

> O atendimento à infância em Naviraí começou da necessidade de acolhimento das crianças pequenas em função das mães cursistas no Clube de Mães. As mães precisavam estar livres para aprender no curso e as crianças também precisavam de alimentação, de cuidado e de proteção. Essas crianças eram filhos de famílias pobres e que passavam muitas vezes por dificuldades de sobrevivência. Constatamos que os *objetivos principais do Projeto Casulo em Naviraí* era oferecer às crianças: proteção; cuidados higiênicos e médico-odontológicos; alimentação; recreação; orientação às mães; tempo livre para as mães (Rodrigues, 2019, p. 88).

Tais trabalhos mostram que esse projeto nacional atendia às crianças em todo o país e preconizava uma proposta assistencial e de baixa qualidade. Segundo a professora Rosemberg (2002), a criação do Projeto Casulo no país surgiu a partir de uma perspectiva de "[...] segurança nacional, pois os pobres poderiam ameaçar a integração nacional. [...]. Investir na criança significa investir na segurança nacional" (p. 148-149), especialmente em regiões de fronteira como o Mato Grosso do Sul e a Amazônia, com as propostas de interiorização.

OS TERRITÓRIOS DE DISPUTA: DESAFIOS ATUAIS

Elias instiga a pensar nos conceitos de civilidade e processo civilizador, não como algo dicotômico ou que antagoniza – primitivos ou bárbaros – como se necessitássemos "civilizar meninas e meninos" na escola. No entanto, ele mesmo aponta que a criança ao

nascer para se tornar um humano funcional necessita do outro. Em suas palavras: "somente na relação com outros seres humanos é que a criatura impulsiva e desamparada que vem ao mundo se transforma na pessoa psicologicamente desenvolvida que tem o caráter de um indivíduo e merece o nome de ser humano adulto" (Elias, 1994, p. 27). E para isso, a criança precisa vivenciar inúmeras experiências que começam na família e se estendem para o mundo exterior, no caso, um ambiente educativo, pedagógico e institucionalizado que é a escola.

Na educação infantil, a criança frequenta espaços que ela nunca esteve e precisa aprender os códigos de conduta e as regras da civilidade do lugar. Nesse momento começam os maiores embates, pois teoricamente os adultos docentes sabem como proceder, a legislação dá ferramentas deste proceder, mas, de fato, muitas vezes os desafios são maiores pelas condições de trabalho e de formação que os contextos apresentam. É necessário, portanto, ter sempre em mente que esse espaço institucional tem práticas e agendas próprias, uma etiqueta específica, ou seja, a escola da infância tem um modelo de civilidade, marcado por "agendas civilizadoras" (Boto, 2017). Tais agendas prescindem de modelos que devem ser observados e aprendidos por todas as crianças e adultos de uma forma geral.

Nesse contexto, os indivíduos necessitam confiar nessa educação recebida e entender que elas só vão se "tornar adultas, individualmente, por meio de um processo social civilizador que varia segundo o estado de desenvolvimento dos respectivos modelos sociais de civilização" (Elias, 2012 p. 469) que seu grupo ou sua figuração propõe, por isso é importante a escola, os modelos e a aprendizagem destes. Entretanto, o fato reside na forma como esses modelos são apresentados às crianças e nos modelos pedagógicos de fazê-los, pois como são normativas nacionais, certamente não servem para todos os contextos e realidades. Alguns exemplos podem ser apresentados nos desafios enfrentados cotidianamente, com relação às legislações que se tornam imposições nacionais mudadas à revelia de um debate mais amplo[5],

5 Destacamos a questão da mudança que ocorreu a partir do Golpe de 2016 que para a Educação Infantil foi muito ruim, ao mudar das Diretrizes Curriculares Nacionais/2009 para a Base Nacional Comum Curricular/2017, e incidiu em todas as instituições e nas formas da educação em geral.

Antes disso, quero destacar a "Emenda Constitucional nº 59/2009" que permite a Educação Infantil ser "reconhecida como direito de todas as crianças e dever do Estado, passando a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos, ou seja, por um lado ampliou o Ensino Fundamental para 9 anos, considerado um ganho para uma parcela, mas para os/as pesquisadores/as da infância, nos parece um retrocesso, à medida que retirou um ano da educação infantil, tornando o processo de aprendizagem ainda mais precoce para as crianças pequenas, causando diminuição do tempo da infância, da fruição, do fortuito, da brincadeira e das atividades lúdicas na instituição. Digo isso pois o desafio que incide na aprendizagem da educação para uma nova civilidade quando da implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais/2009, no seu Art. 4º, permitia ver que:

> [...] a criança é o centro do planejamento curricular**.** Sujeito histórico e direitos que nas interações e práticas cotidianas constrói sua identidade pessoal coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Brasil, 1996).

Nessa perspectiva, os docentes podiam propor e realizar, em qualquer região do país, atividades que priorizassem suas especificidades regionais, e atendesse meninos e meninas respeitando sua diversidade de infância, tal como Elias aponta em seus textos: o respeito à "relativa autonomia" da criança que ainda depende do adulto, mas já permitindo a ampliação dessa autonomia, pois ao compreender a necessidade de dependência e interdependência entre a criança e os adultos, é possível a proposição de experiências e abordagens pedagógicas nas quais seus interesses fossem atendidos.

Entretanto, essa legislação foi substituída por um modelo único: a chamada "Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil (2017)". Tal ordenança não tem consenso da área de educação infantil, por seu caráter escolarizante e excludente à medida que não pode ser inclusivo para o país inteiro, e ainda atender suas especificidades, como uma proposta a ser aplicada em todo o território nacional. Assim, não representa toda a diversidade de crianças e os segmentos das infâncias brasileiras em diferentes regiões**.** Tais

desafios se colocam para a chamada questão legal, e as instituições precisam cumpri-la, ademais há uma necessidade de acolher, encaminhar e levar as crianças aos processos e ritos de civilidade em cada momento de sua vida nas instituições, pois cada uma vem de diferentes contextos, embora estejamos falando de estados e regiões do centro do país.

Outro aspecto são as dificuldades dos profissionais em todas as áreas da educação, mas especialmente quem trabalha com crianças pequenas, que precisa enfrentar a resistência dos municípios em assumir o atendimento às crianças pequenas – menores de 0 a 3 anos frequentadoras da creche. Os governos só querem cumprir a obrigatoriedade legal, com o oferecimento da escola para aquelas crianças que têm entre 4 a 5 anos. Um dos motivos é a necessidade de políticas de investimento, pois a educação dos pequenos é mais onerosa para os municípios, e estes não querem investir em educação infantil, especialmente nas creches. Este aspecto é comum desde as origens do atendimento, quando as crianças pequenas ficavam, à revelia do atendimento, sujeitas a uma educação assistencial e filantrópica, o que, de certo modo, se estende até a contemporaneidade:

> Há uma dívida brasileira para com crianças e que ela não decorre apenas da desigual distribuição de rendimentos pelos segmentos sociais, mas também da desigual distribuição dos benefícios das políticas sociais desigualdades sustentadas por gastos **per capita** nitidamente inferiores para crianças e adolescentes, particularmente para crianças de 0 a 3 anos (Rosemberg, 2012, p. 20)

Nesse contexto, existem movimentos organizados de várias frentes, porém o Brasil – um país de dimensões continentais – tem alcançado alguns auspícios, algumas derrotas, mas segue se movimentando em espaços como: o Movimento Interforuns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB) em nível estadual e nacional; a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação (ANPED); a partir do GT 07 Educação da Criança de 0 a 6 anos, os Sindicatos; todos com pautas para colocar a educação das crianças nos orçamentos públicos e financiamentos da educação tentando diminuir as desigualdades.

De qualquer forma, esses debates da atualidade apontam a necessidade de uma formação docente qualificada para as institui-

ções de ensino superior, reivindicam condições de trabalho, salários e, mais recentemente, têm lutado para frear o avanço do conservadorismo. Esta é uma pauta que destaco sociológica e elisianamente como um debate fundamental, pois trata de temas que vêm sendo cerceados nas instituições educativas, especialmente as questões da diversidade, igualdade de gênero, sexualidade, e ainda a docência masculina, a educação sexual, a saúde da mulher, a violência contra mulheres e crianças, entre outros. Todo esse contexto, além de ser violento, considerando a educação um espaço majoritariamente de trabalho feminino, está sendo regulado e controlado por religiosos e fundamentalistas que demandam influenciar e comandar tais pautas.

Portanto, a proposta é uma investigação que esteja atenta ao viés educativo, civilizador e processual que tem a teoria eliasiana no centro do debate, sendo que a proposta de "processo civilizador é um termo técnico não valorativo ou de caráter dicotômico", mas que muda sua concepção ao longo dos anos, permitindo uma reflexão sobre a forma como determinadas questões são socialmente tratadas – e estas são fundamentais para avançarmos como indivíduos no respeito aos outros –, além de permitir um pensamento em termos de constante continuidade. Dessa forma, tais embates vivenciados ao defender hoje pautas que aparentemente estariam superadas, voltam a fazer parte da cena social, e ainda que pareça um processo inverossímil, é concreto. A realidade é que voltamos e dialogar sobre temas que pareciam superados.

Segundo Elias (2011), esse processo civilizador em construção, que passou da resolução dos problemas com uma lança mortal para o diálogo, e que precisou da contenção dos impulsos mais primários dos humanos, fazendo-os aprender uma nova etiqueta social, levou longos anos de duração. Os indivíduos demoraram tempo para exercer a capacidade de controlar e se autocontrolar, pois ao invés de fazer uso da vontade instintiva de matar, foi necessário fazer uso da razão e do controle dos impulsos; foi preciso aprender a negociar, a se conter, a respeitar o outro. Ou seja, em um processo de longa duração histórica foi preciso aprender a sublimar os desejos, refinar as emoções primárias para circular socialmente e estabelecer novos códigos de conduta social, moral, ética. Segundo Eric Dunning, em estudos a partir das teorias de Elias, ele afirma que:

> O controle dos processos de domesticação e a pacificação da violência estava entre as preocupações de Elias (...) Segundo Elias, esta domesticação da agressão teve lugar, juntamente com um declínio a longo prazo, da capacidade da maioria das pessoas de ter prazer de infligir dor a outras pessoas e de testemunhar diretamente atos violentos graves (Dunning, SIPC, 2009)*;*

Para esse autor, nos civilizamos à medida que aprendemos a respeitar o outro, a nos controlar e a deixar que os meios legais resolvam as querelas nas quais nos embrenhamos, à medida que todos os processos de violência e contenção da violência foram monopolizados pelos estados nacionais e suas estratégias, leis e ordenações. Entretanto, para utilizar todos esses conceitos e saberes foi necessário aprender esses conhecimentos que se tornaram mais viáveis de serem absorvidos no tempo da infância e nos espaços da escola, da família e da educação infantil, ou seja, nas primeiras experiências vividas fora dos contextos domésticos, pois é somente em contato com outras crianças no processo educativo que se aprende sobre frustração, gozo, alegria, tédio, etc...

Nesse contexto educativo, as crianças precisam conviver com adultos – docentes e outros funcionários/as que atuam junto a elas – que precisam de qualificação, de uma legislação sobre condições de trabalho e de formação adequada, pois a criança tem o direito a uma escola que seja favorável a seu processo de desenvolvimento. Essa é uma fase crucial da vida da criança, um tempo de formação dos padrões de civilidade, momento de aprender o controle de emoções como: vergonha, repugnância, nojo, autocontrole, pulsões sexuais, entre outras.

Como diria Elias (1993, p. 205): "é a teia de relações sociais em que vive o indivíduo durante a fase mais impressionável, a infância e a juventude, que se imprime em sua personalidade em formação, tendo sua contrapartida na relação entre as instâncias controladoras, o superego e o ego, e os impulsos da libido". Deste modo, como nos ensina o próprio Elias, precisamos investir nessa fase da vida e construir uma educação infantil que permita às crianças vivenciarem experiências nesse tempo de aprendizagens.

CONTINUANDO O DEBATE EM OUTRO MOMENTO: CONCLUSÃO

Estas poucas páginas não se encerram aqui, especialmente quando se fala nas crianças e sua educação. No entanto, é necessário finalizar e gostaria de terminar, apontando um texto que o próprio Elias traz em um dos seus livros sobre a infância, e mostra que embora ele não fosse um teórico da temática educação da infância, ele fazia uma análise sobre o indivíduo e suas preocupações desde a mais tenra idade. Elias passou toda a vida, como ele fala em seus escritos, buscando compreender a relação indivíduo e sociedade, os modos como essa sociedade "dita civilizada" poderia flutuar entre caos, barbárie, civilidade, haja vista os episódios vividos por ele de duas guerras mundiais, especialmente afetado pelo genocídio do holocausto nazista na II Guerra Mundial, na primeira metade do século XX.

Para o autor, como explicar o fato de uma nação "dita civilizada", ou com um processo civilizador avançado, ter sido capaz da barbárie e do genocídio com tantos povos e grupos étnicos distintos, em pleno século XX. Como se explicam tais processos se consideramos que avançamos na nossa educação, mas que levou a Alemanha a todo esse caos social. Na tentativa de responder, de compreender esse fato sociológico histórico, Elias escreveu o livro *Os Alemães*, onde buscou explicar o conceito de *habitus*, para tentar entender o que ocorreu em séculos precedentes que formou tal mentalidade.

Concluindo o debate da infância, ao analisar a educação das crianças no texto "A civilização dos pais", procurei refletir sobre as disputas de alguns territórios nos quais crianças e adultos estão em constante embate na educação, para a formação de uma sociedade de indivíduos que perceba e descubra suas crianças como pessoas, e Elias nos dá pistas para seguir investigando ao afirmar que: "a reflexão mais profunda sobre as necessidades das crianças é, no fundo, o reconhecimento do seu direito de serem compreendidas e apreciadas em seu caráter próprio e este também é um direito humano" (Elias, 2012 p. 469). Gostaria de finalizar com essa citação do autor afirmando que ela revela sua profunda sensibilidade com o indivíduo desde a infância, entendendo o que tal período significa na vida de

uma pessoa, e não somente isso, mas como deve ser vivenciada em seu caráter próprio, sua essência, sua concretude, ou seja, a criança como ela se mostra. Portanto, uma infância vista como esse tempo de pessoas específicas, que não podem ser tratadas como adultos em miniatura, não podem ser adultizadas, nem infantilizadas, mas que crianças sejam protagonistas de suas próprias ações, sejam reconhecidas pelas formas de agir por suas escolhas, pois o este é um direito humano: o direito de ser ela mesma, de ser vista como cidadã pelos adultos que convivem e trabalham com elas. Tal percepção de Elias é uma abordagem inovadora para seu tempo, e marca o modo como o autor percebeu a autonomia do indivíduo e a necessidade de uma educação que o respeite.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BRASIL. **Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 17 de 08 de dezembro de 2010.** Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Câmara de Educação Básica/ Conselho Nacional de Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br. Acesso em: 4 nov. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**. Lei n° 9394, de 20º de dezembro de 1996.

BRASIL. **Estatuto da criança e do Adolescente**. Lei n° 8069, de 13 de junho de1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

DUNNING, E. Palestra sobre os Processo civilizadores em Norbert Elias. Simpósio Internacional dos Processos Civilizadores/SIPC, Recife, novembro. 2009.

ELIAS, Norbert**.** A civilização dos pais. **Revista Sociedade e Estado,** v. 27, n. 3, p. 469-493, set./dez. 2012.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador, volume 1:** uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, Norbert. **Os alemães:** a luta pelo poder e a evolução do habitus. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1997.

ELIAS, Norbert **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador, volume 2:** formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FARIA, Adriana Horta. **História de vida de professores no Mato Grosso do Sul (1987-2018)**: masculinidades, interdependência, poder e gestão**.** 2022. 172 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Dourados, 2022.

FERREIRA, Eliana Maria. **Educação infantil no cotidiano**: diálogos entre adultos e crianças. 2019. 161f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Dourados, 2019.

MATOS, G. C. G.; FERREIRA, Maria Beatriz Rocha (orgs.). Reflexões a partir de Norbert Elias e tributo a Johan Goudsblom. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, 2023**.**

MATOS, G. C. G. Norbert Elias para o pensamento social e a compreensão da gênese do processo civilizador ocidental na Amazônia/ Amazonas. *In*: VIEIRA, A. F. B.; FREITAS JUNIOR, M. A. (orgs.) **Norbert Elias em debate**: usos e possibilidades de pesquisa no Brasil/ [livro eletrônico]/ Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020. (Coleção Singularis, v. 6) 658 p.; e-book PDF Interativo.

MIKI. Pérsida, *et al*. Políticas públicas para a educação infantil e os planos nacional, estadual e municipal de educação no contexto manuense. **Revista Amazônida**, Manaus, Ano 21, n. 1, p. 3-21, 2016.

MONTIEL, Larissa Wayhs Trein. **Da assistência** à **educação infantil:** a transição do atendimento à infância no Município de Naviraí-MS (1995-2005). 2019. 233 f. Tese (Doutorado em Educação) –

Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Dourados, 2019.

RODRIGUES, Giseli Tavares de Souza. **História do Clube de Mães e as origens do atendimento à criança pequena em Naviraí/MS (1970-1990)**. 2019. 170 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Dourados, 2019.

ROSEMBERG, Fúlvia. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. *In*: BENTO, M. A. S. (org.) **Educação infantil,**

igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, CEERT, 2012, p. 11-46.

ROSEMBERG, Fúlvia. Organizações multilaterais, estado e educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: FCC, n. 115, 2002. p. 25-63. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/568/567. Acesso em: 4 nov. 2024.

SARAT, Magda. Norbert Elias e a tarefa de educar/civilizar as crianças. *In*: MATOS, G.

C. G. e FERREIRA, M. B. R. (orgs.). **Reflexões a partir de Norbert Elias e tributo a Johan Goudsblom**. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, 2023**.**

SILVA, C. D. (2021). **As relações de poder entre professoras e crianças: registros da Educação Infantil**. 2021. 167 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Dourados, 2021.

VASCONCELOS, Kelly Rocha Matos. **Creches Casulo no Amazonas: infância, história e educação, 1979-1999**. 2023. 341 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Manaus, 2023.

A VIAGEM DA LEITURA DE SI COMO FORMAÇÃO:
uma contribuição de Elias e Larrosa

Nilton Paulo Ponciano[1]

INTRODUÇÃO

> Ao professor, compete o domínio de seu conteúdo — matemática, português, história, geografia, arte... — mas é só isso? É, de bom grado, romper com os ditames das áreas e ver, ouvir, ou melhor, aguçar as percepções abafadas e sentir o universo humano e não humano, reconhecendo-os como componentes de sua constituição (Matos, 2021).

Pode-se dizer que o mundo é uma obra disposta a ser lida. No fazimento dessa leitura, os humanos se formam, desenvolvem uma trama relacional que os constituem, tomando a palavra como poder de formação e a leitura como uma viagem ininterrupta que envolve o leitor para o autoconhecimento.

Nesse contexto, a leitura é plural e processual, atribuindo significados ao envolver elementos como símbolos, metáforas, temas, culturas e histórias para construir sentidos. A leitura, assim entendida, envolve informações, intenções e decisões influenciadas pelas experienciações perspectivadas no contexto pessoal e social, compondo, assim, um elemento imprescindível para pensar o sujeito e a relação entre o "eu" e o "nós".

Parafraseando Silva, Pereira e Ponciano (2024), a leitura é um jogo de interpretação que manifesta culturas e dá sentido ao sujeito. Antes de prosseguir, recorro ao texto *Leit(ura) / literat(ura) / cult(ura): interseção além do sufixo no encontro com a subjetividade*, de Pereira (2015, p. 148), para reforçar que o mundo está na leitura, uma vez que

1 Nilton Paulo Ponciano, pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, vinculado ao Grupo de Pesquisa Processos Civilizadores na PanAmazônia e Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador, ambos certificados pela plataforma Lattes – CNPQ. Desenvolve pesquisas na área da formação de professores pelo viés da pesquisa (auto)biográfica. Autor de obras acadêmicas, artigos, resenhas e ensaios. E-mail: nilton.ponciano@ifam.edu.br

> ler é construir relações de sentido para compor nossa realidade e, ao fazê-lo, construímos os próprios pensamentos, inserindo-nos na grande teia de signos que é o mundo. Os leitores, de carne e osso, e os seus repertórios de leituras, em contato com o texto, fazem eclodir um mundo que se instaura ali, vivo, e o verbo se faz carne, pulsa, razão de toda palavra proferida.

Logo, o texto, em suas múltiplas linguagens, oferece uma ordem, um sentido, uma cosmovisão ao sujeito. Em última instância, uma narrativa, formando-o em sua inteireza, ou seja, na sua relação com o outro e consigo. É essa relação entre os indivíduos que se manifesta na tridimensionalidade leitura de mundo/texto/subjetividade, o que interessa mais de perto. Ou, mais especificamente, é a premissa para pensar a formação do professor, considerando o docente e a sociedade como substâncias de uma mesma realidade, portanto, que se retroalimentam em um processo social de longa duração, que dá forma a ambos, que torna o indivíduo humano.

Essa premissa sugere que indivíduo e sociedade não são elementos estanques e separados. Pelo contrário, são intrinsecamente ligados, interdependentes dentro de uma mesma realidade. Esses polos representam diferentes perspectivas, características ou aspectos complementares de uma dada situação no interior de um sistema, pois não há sociedade se não houver indivíduo. Este, por sua vez, já nasce em sociedade, e é formado por ela, aprendendo desde caminhar, comer, falar e sentir até amar, odiar e controlar as emoções. Ou seja, o ser humano torna-se sujeito nas relações com outros seres humanos ao estabelecer teias de interdependências (Elias, 1994). Por exemplo, os conceitos de comunidade, escola, currículo, legislação, discente, professor, indivíduo e sociedade são construções sociais que coexistem em uma mesma realidade (espaço e tempo). Essa ideia reflete a complexidade presente em muitos fenômenos, como a constituição (formação) do ser humano.

FORMAÇÃO, INDIVÍDUO E SOCIEDADE

Neste empreendimento epistemológico, verifica-se uma tentativa de superar a perspectiva baseada na visão binária (certo/

errado, bom/ruim, verdadeiro/falso, bem/mal etc.), pois a formação aqui é apresentada como dinâmica, política, relacional e plural. Assim, o ato de forma-se recorre a uma miríade de possibilidade e a uma perspectiva, a do sentido.

Logo, a pesquisa social não trabalha com os atributos de neutralidade, objetividade etc., para não criar a ilusória noção de desvencilhar de práticas políticas ideológicas que toda atividade científica contém, uma vez que só é possível pensar a partir de uma relação entre o sujeito, o objeto e os domínios do saber. Nesse sentido, busca-se uma tentativa de superar a perspectiva baseada na visão binária (sujeito e objeto), para alcançar um conhecimento de/sobre formação entendido como processual.

Já se evidenciou muitos trabalhos do século XX, Elias (1980), Elias (1994), Dosse (2018), entre outros, que fizeram emergir novos conceitos, questionando as metanarrativas unificadoras que explicam a ordem social, bem como exploram as inovações teórico-metodológicas que reposicionam o ser humano na órbita da análise científica. Esses trabalhos apresentam o homem como o centro das reflexões, voltando a atenção para o indivíduo, o específico, as relações de poder, o que permitiu uma releitura do social.

O horizonte desses paradigmas emergentes centra suas atenções no vínculo social como um elemento dinâmico que se estrutura nas relações entre indivíduo e sociedade, superando a pseudo dicotomia entre o sujeito e o objeto e a explicação científica das relações humanas baseada na linearidade e na teleologia.

É nesse contexto que Elias é considerado um exponencial pensador do século XX, com uma proposta de conhecimento sociológico que estuda longamente tais questões com um olhar relacional e processual. Na obra *Envolvimento e alienação* (1998), por exemplo, ele estuda longamente tais conceitos, para demonstrar o quanto eles interferem na construção do conhecimento das ciências da natureza e sociais, bem como suas manifestações em padrões de discurso e pensamento. Elias observa que tais paradigmas podem variar em intensidade de alienação ou envolvimento e, em alguns contextos, até mesmo serem inversos.

Nesse quesito, Elias (1998) analisa a ciência da natureza e a ciência social para demonstrar como a primeira apresenta

uma tendência à alienação, já a segunda, uma forte presença do envolvimento. Comenta, ainda, que as ciências sociais pagaram um preço alto de subordinação durante longo tempo do desenvolvimento do conhecimento científico, em que predominavam padrões de discurso que valoravam a alienação. Segundo ele, "os cientistas da natureza buscam maneiras de satisfazer as necessidades humanas por meio de um desvio - o desvio pela alienação" (1998, p.112), e destaca que o envolvimento, questão tão cara para a ciência social, tornou-se subordinado ao olhar da ciência da natureza. A razão para o sociólogo está nesta situação: "as ciências sociais, entretanto, diferentemente das naturais, preocupam-se com as **associações** de pessoas. Aqui, de alguma forma, as pessoas defrontam-se consigo mesmas; os 'objetos' são também os 'sujeitos'" (1998, p. 120).

Essa ideia sugere uma progressão na complexidade dos problemas à medida que avança nos estudos da natureza física para a natureza social. Inicialmente, ao estudar a natureza física, a abordagem mais simplificada é satisfatória. Porém, ao adentrar na natureza social, a complexidade aumenta, pois surgem elementos que vão além dos aspectos biológicos, tais como os sociais, culturais, psicológicos, ambientais e econômicos.

A interação entre esses fatores torna os problemas sociais muito mais intricados e desafiadores de se entender e resolver. Essa progressão reflete a natureza multidimensional e interdisciplinar do estudo da sociedade humana, em que diversos campos do conhecimento convergem para uma compreensão mais completa e profunda dos fenômenos sociais. Assim sendo, o grau de alienação ou envolvimento dos indivíduos pode variar e influenciar diferentes aspectos da sociedade, o que torna essencial compreender e estudar essa dinâmica para uma análise sociológica mais completa.

Convém salientar que Norbert Elias, renomado sociólogo alemão, é autor de uma visão específica sobre alienação e envolvimento influenciada pela teoria do processo civilizador e da sociedade como um todo. Para ele, a alienação não é apenas a separação do indivíduo de si mesmo ou do produto do seu trabalho, como é frequentemente entendido na teoria marxista. Em vez

disso, ele vê a alienação como um processo mais amplo de distanciamento e do controle sobre as próprias ações e entendimento das interconexões sociais. Isso ocorre à medida que as estruturas sociais se tornam mais complexas e interdependentes, levando a uma sensação de estranhamento e falta de controle sobre o próprio destino.

Por outro lado, o envolvimento, para Elias, refere-se à integração do indivíduo nas estruturas sociais e nos processos sociais em que está inserido. Isso implica não apenas a participação ativa, mas também uma construção subjetiva do entendimento das regras e normas sociais que regem essa integração. O envolvimento é crucial para a coesão social e para a manutenção do equilíbrio entre as necessidades individuais e as demandas da sociedade. Ele é, também, uma condição indispensável do ser humano na construção de seus valores, inclusive, na construção do conhecimento sociológico.

Portanto, em Elias, a alienação e o envolvimento são conceitos fundamentais para entender a dinâmica da ciência social, que estuda a sociedade na interação entre o "eu" e o "nós" nas malhas da interdependência produzida pelas relações que os indivíduos desenvolvem socialmente. Esses conceitos vinculam o eu ao processo social em que está inserido, ou seja, à figuração.

Consubstanciado em outras obras de Elias, as pesquisadoras Landini e Leão (2021, p. 895) observam que o conhecimento sociológico eliasiano se faz por meio da análise das relações que os indivíduos tecem, vejamos: "Identificamos, portanto, o olhar sociológico impresso por Elias na construção de seus objetos de estudo: trata-se de olhar não o indivíduo, mas a figuração." Essa observação ratifica que estudar o indivíduo, considerando que o pesquisador também é um e está inserido na mesma realidade, torna o trabalho sociológico centrado na investigação que se sustenta, teoricamente e empiricamente, nas figurações sociais, nas relações funcionais e de interdependência. Nesse exercício, é crucial a capacidade de se distanciar de algo que está totalmente envolvido, pois isso revela a identidade do "eu" e do "nós" na totalidade da figuração social que o desenhou.

Elias, ao refletir sobre os conceitos de indivíduo/sociedade, observa a abrangência dessa dinâmica:

> Assim, singular como é, a relação de "indivíduo" e "sociedade" tem em comum com outras relações parte-todo características de sistemas auto-regulados altamente organizados, de tal modo que as regularidades, os atributos e o comportamento de sistemas em diferentes níveis e sobretudo os do próprio sistema principal não podem ser descritos simplesmente em termos apropriados aos de suas partes; nem podem ser explicados enquanto afeitos cuja causa é configurada por seus constituintes. Embora nada seja fora e à parte desses constituintes (1998, p. 147).

Nessa perspectiva, acredita-se que a sociedade é moldada por processos nos quais os indivíduos e grupos sociais são constantemente submetidos a pressões para se adaptar às normas e comportamentos considerados socialmente aceitáveis. Assim, a formação do indivíduo se explica por meio das relações de interdependência que moldam e dão vida às figurações que, por sua vez, determinam os padrões de comportamento e as estruturas sociais, as quais sofrem alterações ao longo do tempo, influenciadas pela linguagem que dá forma e padroniza as dimensões da natureza física e social.

FORMAÇÃO, SILÊNCIO DA ESCRITA E EPIFANIA

Denotamos que falar de formação pelo viés do indivíduo como ser independente do social ou como ser amórfico e passivo ante a força social é algo que tentaremos superar nesta análise, com base na ideia de que formação está na multidimensionalidade do sujeito, envolvida em um processo de longa duração que valora as experiências.

Nesse sentido, trabalhar o conceito de formação sustentado em dois polos que se relacionam é sustentar o princípio de que a ação de formar envolve tanto a ação do formador como a do formado. Dessa forma, compreende-se a formação como um processo que tem seu ponto de partida e de chegada no sujeito, ou seja, ambos se formam no processo.

Esse conceito permite analisar a experiência narrada em um contexto determinado por um tipo de relação entre o eu e o outro, como chama a atenção Larrosa (1998, p.55), ao comentar que "formação não é outra coisa senão o resultado de um deter-

minado tipo de relação com um determinado tipo de palavra: uma relação constituinte, configuradora, aquela em que a palavra tem o poder de formar ou transformar a sensibilidade e o caráter do leitor."

Essa maneira de pensar a formação envolve duas questões centrais para Larrosa (1998): o silêncio da escrita e a epifania. A primeira se manifesta no exercício de concentração que supera as fórmulas construídas nas linguagens que superpõem o mundo e matam o silêncio, uma vez que, para esse pensador, o que nos é dado socialmente é formulado convencionalmente. Portanto, a capacidade de compreender essa sobreposição do convencional sobre o pessoal está na capacidade do sujeito/leitor conseguir lidar com o silêncio da escrita, a qual permite a ele(a) viver a experiência, pois,

> para fazer justiça a essas experiências, para não as trair, tem-se de silenciar o convencional e dar a máxima pureza à linguagem. E para mantê-las no que tem de comum, de anônimas, tem-se de conseguir uma linguagem maximamente despersonalizada. Só assim, concentrada no essencial e maximamente despersonalizada, a escrita poderá conter o ponto justo de vazio e de silêncio em que o leitor possa se reorientar" (Larrosa, 1998, p. 57).

Tal silêncio evocado por Larrosa, esse calar-se do leitor enfaticamente marcado no excerto acima, não significa a negação enquanto sujeito ou a supervalorização da sua condição de objeto ou, ainda, a condição humana de ser uma página em branco sem os registros da sua história. Pelo contrário, significa a capacidade que o sujeito tem de se abrir para si, de calar-se para a escuta, e o recolhimento que a experiência permite sentir. Acrescenta o autor:

> Alguma vez nos foi dada essa experiência de um máximo desprendimento de nós mesmos, numa atenção resetada quase até o limite que, paradoxalmente, coincide com uma máxima intimidade com nós mesmos. E todos nós sentimos contrariados quando alguém começou a falar e rompeu esse silêncio. Como se, ao ser levado a perder o silêncio, alguém logo caísse no seu eu habitual e em formas habituais de experiências da realidade e, nesse cair, dissolvesse irremediavelmente esse tipo de ensinamento (1998, p.58).

Tal capacidade de sentir no silêncio da escrita a manifestação de si é a manifestação da temporalidade do ser. É a tomada de consciência, pois é quando se está contemplando a abertura para o mundo, livre das amarras da cultura dominante, da instituição "eu" definida a priori, das respostas e compreensão de si que o pensamento e a escrita da sociedade estabelecida por uma racionalidade etnocêntrica e hegemônica a define como atemporal por uma relação de poder intimidatória que anula o silêncio. Larrosa (1998) acredita que o silêncio da escrita faz emergir o sujeito e a sua formação, é a interrelação do eu e do nós.

Esse formar, ou seja, conhecer a si e ao mundo, não desconsidera a mediação pela cultura, por uma forma, um perfil. Contudo, devemos considerar que a cultura, mediada pelo silêncio da escrita de si, revela um mundo aberto a possibilidades para fazer acontecer a experiência (*lócus* da escrita da identidade, do desenho e da imagem, isto é, da linguagem) em uma espiral que não cessa. Isso dá ao sujeito a oportunidade de se reinventar com as experiências que escreve a sua própria trajetória de vida, produzindo uma narrativa de si, formando-se no processo.

Por isso, a construção de si, o formar-se, pode ser compreendida como uma epifania, um insight que ocorre no processo de formação e leva a uma nova compreensão ou consciência de si e do mundo ao seu redor. Essa construção desempenha um papel crucial na formação da identidade "eu" e na interação com os outros, na identidade "nós".

Alguns elementos chamam a atenção para essa proposição teórica, tais como a compreensão sobre si, que o torna consciente do sujeito histórico que o indivíduo é ao se relacionar no mundo, controlando as emoções e a participação na sociedade.

Outra mudança significativa diz respeito à maneira como olhar o mundo. Ao questionar as suposições e preconceitos anteriores, abre-se um caminho para uma visão mais inclusiva e compassiva da sociedade, desafiando as próprias crenças a assumir novas perspectivas, tornando-se consciente das questões sociopolíticas e engajado na busca de soluções.

Por fim, a epifania, considerada como uma "viagem em busca de si", permite um reinventar do "eu" e do "nós", uma vez que

refina a compreensão de si em relação ao outro, encontrando seu papel na figuração dos grupos sociais e comunidades mais amplas. Ela também motiva a agir politicamente na sociedade, desempenhando seu papel na construção de si e do mundo, oferecendo insights transformadores da identidade e das relações sociais.

Portanto, agora podemos colocar que a formação é uma tomada de posição do sujeito na sua condição histórica, e que está em um contínuo fazer-se, reinventando-se, uma vez que

> [...] formação, articulada conceitualmente como compreensão romântica da experiência estética, desenvolve justamente esse processo aberto em que através da relação com as formas mais nobres, fecundas e belas da tradição cultural alguém é levado até si mesmo. A novela de formação, que é a sua articulação narrativa, conta a própria constituição do herói através das experiências de uma viagem que, ao se voltar sobre si mesmo, conforma sua sensibilidade e seu caráter, sua maneira de ser e de interpretar o mundo. Assim, a viagem exterior se enlaça com a viagem interior, com a própria formação da consciência da sensibilidade do caráter do viajante. A experiência formativa, em suma, está pensada a partir das formas da sensibilidade e construída com uma experiência estética (Larrosa,1998, p.65).

Este conceito de formação, inevitavelmente, leva a uma epistemologia que ultrapassa a visão cartesiana de fazer ciência, além de entender que não há pesquisa social na visão geral do ser isento de sua cultura, que estuda um fenômeno por uma visão exógena do problema. Devemos entender que as ideias que compõem o horizonte de uma pesquisa visando compreender o mundo social e o indivíduo não são de domínios fáceis, como muitos acreditam. Para pensar as dimensões sociais, é necessária uma prática meticulosa que transcenda a pesquisa científica pautada numa percepção do real em que predomina a busca pela "verdade" que se vincula à ideia de um conhecimento exato de base cartesiana.

COSTURAS DE UM DIÁLOGO INACABADO...

O prolegômeno do conceito de formação apresentado nesta escrita visa contribuir para o debate acerca de formação que se

embasa na construção do conhecimento não cartesiano, considerando-o um dispositivo de emancipação e autonomia do sujeito, tendo como fonte as narrativas das experiências de vida. Essas narrativas conferem sentido à identidade pessoal e social, ao mesmo tempo que questiona a concepção de conhecimento objetivado em disciplinas isoladas, aproximando, assim, das ideias de Elias, para quem o indivíduo só é passível de ser analisado nas relações interdependentes que desenvolve com o outro, com o mundo que o cerca.

Acredita-se que tal perspectiva coaduna, também, com as ideias de Larrosa, para quem a jornada de autodescoberta e o desenvolvimento pessoal pode ser interpretado não como uma revelação súbita, mas como uma visão interior que se desvela durante o processo de crescimento. Isso resulta em uma nova percepção estética de si mesmo e do ambiente circundante, desempenhando, assim, um papel essencial na construção da identidade individual e nas relações interpessoais, na constituição da identidade coletiva.

Uma das características dessa epistemologia é a problematização do indivíduo em sua condição sócio-histórica, enquanto ser no mundo e agente de sua prática, evidenciando que o cerne de suas reflexões implica sustentar a narrativa da história de uma vida como processo organizado que constrói sentidos à história, tanto historicamente quanto como sistema.

REFERÊNCIAS

DOSSE, Francois. **O império do sentido**: a humanização das ciências humanas. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1980.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

LANDINI, Tatiana S., LEÃO, Andréa B. indivíduo e individualis-

mo em Norbert Elias. **Revista Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro. v. 11, n. 3, 2021, p. 891–911. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sant/a/7zFSVKymB5vZdtgSs3W5ZbK/abstract/?lang=pt# Acesso em 24/04/2024.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana**: danças, piruetas e mascaradas. Porto alegre: Editora CONTRA*BANDO, 1998.

MATOS, Gláucio C. Gomes de. O eu professor, o nós sociedade e o ela natureza: por e para compreensão da natureza da constituição de uma profissão(ões). In: PANTALEÃO, Edson et al. **Norbert Elias**: educação, política e processos sociais. Vitória: EDUFES, 2022. p. 264 – 283.

SILVA, Rodrigo F. PEREIRA, Valéria; PONCIANO, Nilton P. Um jardim de caminhos que se bifurcam: formação do leitor, patrimônio, contextos de linguagens e experiências. **Revista Interletras**, Dourados, v. 11, n.38, fev/ago, 2024, p. 1-18. Disponível em: https://www.unigran.br/dourados/interletras/artigos.php. Acesso em 23/04/2024.

PEREIRA, Valéria. Leit(ura) / Literat(ura) / cult(ura): interseção além do sufixo no encontro com a subjetividade. In: SILVA, Rodrigo F. (org.). **Do texto ao contexto**: história, literatura e educação. Barbacena: EdUEMG, 2015. p.143-160.

A REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA DOS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS:
uma interpretação a partir de Norbert Elias

Ana Flávia Braun Vieira[1]

INTRODUÇÃO

Todos os grupos humanos partilham entre si um fundo social de conhecimento e, portanto, de experiências (Elias, 1994). Esse conjunto de saberes funciona como um orientador de condutas, a partir do qual os seres agem, pensam e sentem. Trata-se de "Um fundo histórico e em mudança recebido por cada um, que também é responsável por aumentá-lo e preservá-lo" (Sá, 1998, p. 09). Assim, desde o nascimento, e por toda a vida adulta, os indivíduos incorporam partes desse fundo, integrando-o num "universo de conhecimento que resulta das experiências de muitas outras pessoas" (Elias, 1994, p. 39). Suas visões sobre o mundo são derivadas desse "patrimônio de saber" (Elias, 1998, p. 10).

À medida em que as sociedades se tornaram mais complexas, foram desenvolvidas situações de aprendizagem intencionais para ensinar às próximas gerações aquilo que entendem como necessário para torná-los seres humanos completos, de acordo com seu imaginário (Brandão, 2013). Para além das aprendizagens informais, uma importante forma de transmissão das representações simbólicas que compõem dado fundo social de conhecimento é a educação formal. Por alcançar grande parte da população, através da escola são veiculados conteúdos historicamente legitimados como fundamentais.

Uma vez que os seres humanos orientam suas existências a partir das referências que possuem (Elias, 1994), o controle sobre os saberes que compõem dado fundo social de conhecimento e a forma como são ensinados são objetos de disputa nas relações de poder – afinal, a evidência de um grupo em detrimento de outro pode contri-

1 Professora colaboradora dos departamentos de Educação e História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela mesma instituição. E-mail: anaf.braun@gmail.com

buir para a manutenção ou transformação da ordem vigente. Exemplo disto é a forma como a história do Brasil vem sendo contada sob a perspectiva do branco colonizador, enaltecendo as qualidades civilizatórias destes e hierarquizando em posição inferior culturas diferentes da sua (Silva, 2013).

Essa forma de aprender história do Brasil, exaltando os atributos de um grupo em detrimento de outro, tem implicações diretas na exclusão dos indígenas das oportunidades de poder – daí a crítica dos movimentos indígenas em relação à representação de sua história e cultura nos livros didáticos brasileiros (Gandra; Nobre, 2014)[2]. Compreendendo que o conhecimento transmitido por esses materiais orienta as existências em interdependência, é fundamental evitar visões estereotipadas e destacar positivamente a contribuição indígena para o desenvolvimento nacional. Nesse sentido, desde a redemocratização do país na década de 1980, avanços significativos (mas ainda distantes do ideal) têm ocorrido – a exemplo da inclusão do ensino de História e Cultura Indígena na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996).

A partir da Lei 11.645/08, os editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) estabeleceram que os livros didáticos deveriam também observar a nova lei, valorizando o protagonismo indígena "na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil" (BRASIL, 2008, p. 01). Devendo a temática ser abordada "no âmbito de todo o currículo escolar", a promulgação desta lei objetivou transformar a representação simbólica que se tem dos povos indígenas e melhorar sua posição nas relações de poder. Entre outros impactos decorrentes da legislação, os materiais didáticos passaram por adequações – o que é interpretado como positivo, já que estes materiais figuram entre os principais recursos empregados por professores no fazer escolar e atingem grande parte da população (Muller, 2018). No entanto, após alguns anos desse marco legal, qual é a representação simbólica da população indígena divulgada por meio dos livros didáticos? Quais são os saberes coletivos que sustentam tal representação?

2 Para Printes (2014, p. 201), "Em muitos lugares o livro ainda é o único material impresso de que os alunos dispõem e a única fonte para a (in)formação da imagem do Outro". Seus textos e imagens constroem uma representação sobre "como determinada sociedade chegou a ser o que é, como ela se constituiu e se transformou até os dias atuais".

Nesse sentido, este trabalho investigou os elementos que constituem o fundo de conhecimento acerca da população indígena na história do Brasil (passada e atual), a partir de sua representação simbólica nos livros didáticos. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico na base de dados Google Scholar, afim de identificar os dez artigos acadêmicos mais citados que já analisaram como os indígenas têm sido retratados nos livros didáticos nacionais[3]. Com base nos referenciais de Norbert Elias, a partir dos principais achados dos estudos revisados foi possível conhecer os saberes que compõem a representação os povos indígenas nos livros didáticos antes e depois da promulgação da Lei 11.645/08, identificando seus avanços e/ou permanências.

DESENVOLVIMENTO

As representações simbólicas desempenham um papel essencial na comunicação humana e na transmissão de conhecimento ao longo das gerações. Por exemplo, as pessoas que falam português quando pretendem fazer uma observação sobre o céu diurno podem usar o padrão sonoro "sol". Nesta língua, este padrão sonoro representa simbolicamente o corpo celeste mais importante para a existência de vida na Terra. Segundo Elias (1994, 04), "Com o auxílio de uma ampla gama de padrões sonoros como este, os seres humanos têm a capacidade de comunicar entre si. Eles podem armazenar conhecimento na sua memória e transmiti-lo de uma geração para outra". Esta é uma maneira muito própria de "estandartização social", que permite que o mesmo padrão sonoro seja reconhecido por todos os membros de uma sociedade, mais ou menos com o mesmo sentido. Trata-se da elaboração de "símbolos que representam o mesmo tipo de conhecimento".

3 Sob os descritores "livro didático" e "indígena", foram identificados os dez artigos mais citados em língua portuguesa que analisaram exclusivamente a presença/ausência indígena nos livros didáticos. A partir desses critérios emergiram os seguintes artigos: Grupioni, L. D. B. (1996), Mora, L. T.; Rodrigues, I. C. (1999), Coelho, M. C. (2007), Reis, E. A.; Barbosa, R. B.; Rodrigues, E. (2012), Silva, M. de F. B. da (2012), Cavalheiro, R. M.; Costa, F. L. da (2013), Gandra, E. A.; Nobre, F. N. (2014), Printes, R. B. (2014), Lamas, F. C.; Vicente, G. B.; Mayrink, N. (2016) e Ramos, M. E. T.; Ceinelli, M. R.; Oliveira, S. R. F. de (2018). Com exceção de Printes (2014), que analisou livros de Geografia, os demais são da disciplina de História, Ensino Fundamental e Médio. A pesquisa foi realizada em 17 abr. 2024.

Esse processo de estandartização, que liga um padrão sonoro a um conjunto de significados, decorre de sua função social como ferramenta de comunicação, sendo influenciado pelas relações de poder dentro de uma sociedade. Nas palavras de Elias (1994, p. 08), "A capacidade de controlar os padrões de conhecimento e da fala numa sociedade é, geralmente, um aspecto concomitante da distribuição das oportunidades de poder em uma sociedade". Por essa razão, nas disputas entre os diferentes grupos sociais, o controle do conhecimento desempenha um papel decisivo.

Há muito tempo os seres humanos têm aprendido com seus antepassados, armazenado este conhecimento e se beneficiado com "as experiências ancestrais realizadas e transmitidas, ao longo do tempo, através de uma sequência contínua de gerações" (Elias, 1994, p. 16). Esse fundo social de conhecimento, que pode ser caracterizado como um depósito de experiências anteriores, está em permanente mudança – uma vez que a atuação humana pode contribuir para aumenta-lo, mantê-lo ou mesmo diminuí-lo (SÁ, 1998). No entanto, é preciso questionar o que é transmitido e a forma como é transmitido – uma vez que esses saberes podem ser usados a favor das relações de dominação no interior de determinada formação social.

Além das aprendizagens provenientes do seu círculo familiar mais próximo, a escola é uma das instituições responsáveis pela transmissão daquilo que é socialmente reconhecido como fundamental às próximas gerações. Esses saberes são "condição para eles poderem orientar-se no seu mundo e manter a sua existência entre as outras existências" (Elias, 1994, p. 76). Sendo tais conhecimentos orientadores de condutas, se um tema é enfatizado ou silenciado no currículo escolar, há impacto sobre os pensamentos, sentimentos e ações dos aprendizes[4]. Nessa perspectiva, entende-se que as ações humanas são derivadas de seus conhecimentos. Logo, diante de injustiças sociais, é possível questionar acerca da extensão dos saberes/representações que se tem sobre o tema.

Isso fica evidente quando o assunto é a população indígena brasileira: como será visto adiante, um dos grupos que mais sofre discriminação não por acaso é também aquele que aparece em posição

4 É importante destacar que "A elaboração do currículo é um processo permeado pelo conflito, pela negociação e pela (re)interpretação, conforme interesses divergentes sobre qual projeto social é considerado legítimo, quais conteúdos e métodos são válidos para cada disciplina escolar" (Ramos; Cainelli; Oliveira, 2018, p. 68).

inferior ao branco "civilizado" em grande parte dos livros didáticos. A herança colonial é constituinte do fundo social brasileiro e foi ancorada na disseminação ideológica de uma suposta superioridade do branco em relação aos nativos, interpretados como selvagens. Essa mentalidade contribui para a emergência de "significações teóricas que espraiaram-se na propagação do racismo nos livros escolares e materiais didáticos amplamente utilizados nas escolas brasileiras" (Ifadiréo; Souza; Albuquerque; Sousa, 2019, p. 1087).

Sendo o livro didático um "suporte fundamental na mediação entre o ensino e aprendizagem", este configura-se como um "instrumento de controle curricular e de ensino" (Sousa, Silva, 2019, p. 480) – daí a necessidade de políticas públicas educacionais que contribuam para reequilibrar a balança de poder entre brancos e indígenas. Nesse sentido, a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena pela Lei 11.645/08, alterando a redação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e os editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático, foi fundamental para demarcar um patamar mínimo de discussão sobre a temática.

Com essa lei o Estado brasileiro reconheceu a necessidade de alterar os elementos que constituem a representação simbólica dos indígenas decorrente do fundo social de conhecimento transmitido pela instituição escolar, visando uma sociedade mais justa e igualitária. Do ponto de vista legal, trata-se de um grande avanço. Mas como essa intenção de valorização da história e cultura indígena tem se materializado nos livros didáticos? Qual a representação simbólica da população indígena por eles veiculados?

Com base nos textos consultados, tomando como referência as pesquisas anteriores à promulgação da Lei 11. 645, de 2008, entende-se que os livros didáticos eram "deficientes, empobrecedores, generalizantes, muitas vezes desatualizados e marcados por erros conceituais, estereótipos e preconceitos" (Grupioni, 1996, p. 423). Ainda que parte desses materiais apresentem afirmações contundentes contra o racismo e o preconceito, análises pormenorizadas evidenciam uma abordagem focada no passado, na qual os indígenas são apresentados em relação às ações do branco colonizador.

Esse viés etnocêntrico os constitui como coadjuvantes na história, silenciando seu protagonismo (Grupioni, 1996). Ensinados

sob esse ponto de vista, tendo o homem "civilizado" como referente, toda a complexidade das sociedades indígenas era reduzida à categoria genérica "índio", associada à estereótipos como preguiça ou ingenuidade. Nas palavras de Mota e Rodrigues (1999, p. 53), o indígena era apresentado "apenas como um ser dócil que trabalha em troca de quinquilharias, não havendo referência alguma a qualquer tipo de resistência". Justamente por não abordar as lutas indígenas contra o trabalho forçado nos engenhos, era corrente nos livros didáticos a representação de que estes seriam "incapazes de realizar tarefas sistemáticas" (Coelho, 2007, p. 03).

O artigo de Coelho (2007, p. 06), publicado um ano antes da promulgação da Lei 11.645/08, já indicava algumas mudanças: "Desde a década de 1970, assiste-se a emergência de uma nova perspectiva que concebe o índio como agente histórico, considerando uma agenda indígena". Nesse movimento, houve aumento do espaço do livro didático dedicado à temática: "A ênfase ao caráter ingênuo e na condição de vítima, atribuídos às populações indígenas, corresponde ao objetivo de desenvolver nos alunos o compromisso com um ideal de justiça social e um paradigma moral". Ainda assim, representação que os coloca como vítima passiva da ação colonizadora ainda se fazia presente nos textos didáticos – sendo as menções à resistência apresentada apenas como reações às decisões do colonizador.

Após a promulgação da Lei 11.645/08 e as novas demandas do PNLD, os materiais didáticos analisados pelas pesquisas revisadas apresentaram algumas transformações, a despeito de certas permanências. A pesquisa de Reis, Barbosa e Rodrigues (2012, p. 11) foi a única que analisou os livros adotados nas séries inicias do Ensino Fundamental, fase privilegiada à aprendizagem de representações sobre as pessoas e o mundo. Desde esta etapa, as crianças têm contato com a temática indígena e o livro apresenta avanços em nominar cada povo, mas ainda peca a organização do conteúdo, que não apresenta "linearidade dos acontecimentos, com fatos isolados em títulos vazios". Ademais, a presença indígena no material investigado é condicionada aos colonizadores.

Cavalheiro e Costa (2012, p. 04) constataram que grande parte desses materiais foram organizados a partir da visão eurocêntrica sobre a temática – daí a tendência em generalizar a figura do indígena,

situando-o sempre no passado, fadado à extinção ou à dominação. Esse tipo de abordagem leva "os alunos a concluírem que os povos indígenas não fazem parte da sociedade atual, e que estas relações só se deram [quando] da chegada dos europeus ao Brasil". A esse respeito é importante salientar que o protagonismo indígena durante o Império e a República raramente figura nos livros didáticos. Embora os discursos sobre a diversidade tenham se tornado mais frequentes nas obras, a abordagem aos indígenas mantém traços da mentalidade colonial. Elementos próprios de suas culturas, como "As redes de parentesco; as relações e formas de trabalho, de práticas rituais, de educação, de organização familiar, de relações com outros povos", acabam sendo negligenciados.

Para Gandra e Nobre (2014, p. 44), três são as formas de apresentação dos indígenas nos livros didáticos: "quando aparecem de forma fugaz; quando aparecem como objeto da ação colonizadora; e quando a narrativa busca construir conhecimentos sobre eles". O primeiro caso refere-se às referências realizadas sem qualquer tipo de aprofundamento, geralmente condicionadas às ações dos colonizadores. Justamente por não promover reflexões sobre o modo de vida das populações indígenas, até mesmo sua escravização e catequese figuram como um dado natural, necessário ao progresso colonial. Neste tipo de representação presente nos livros didáticos, os indígenas são apresentados como "sujeitos históricos passivos, escravizados por uns, convertido por outros, mas nunca tendo seus próprios interesses levados em conta" (Gandra; Nobre, 2014, p. 47). Ainda assim, é possível perceber alguns avanços em relação aos conteúdos acerca do modo de vida dos povos originários, destacando elementos como a caça, hábitos alimentares, agricultura e artesanato. Mesmo atrelado a um passado remoto, sem tocar nos assuntos que permeiam a vida e a agenda indígena nos dias atuais, trata-se de uma representação positiva, apresentando-os como detentores de saberes e técnicas.

Printes (2014, p. 205) destacou a "recorrência de uma visão panorâmica e superficial da temática indígena", apresentada sob os signos da carência ou do exotismo. Segundo a autora, a representação dominante apresenta a população indígena atrelada ao protagonismo do colonizador, "omitindo ou silenciando a presença e a

intensidade da vida social indígena". Sobre as demandas atuais dos povos indígenas, a luta pela terra é mencionada, mas sem estabelecer um posicionamento crítico sobre a questão. Por haver homogeneização dos diferentes grupos em uma categoria genérica, as representações presentes nos livros tendem associar os indígenas à floresta amazônica – desconsiderando a diversidade dos povos indígenas e as lutas específicas travadas nos diferentes territórios brasileiros. Embora debates sobre a resistência indígena, aspectos da vida coletiva, críticas ao sistema capitalista e respeito ao meio ambiente sejam mobilizados, muitas vezes essas discussões parecem acontecer de forma isolada da sociedade em geral. Por exemplo, há o apagamento da presença indígena nas cidades, sem mesmo considerar que a própria expansão urbana avança sobre seus territórios. Ainda assim, os livros analisados por Printes (2014, p. 211) permitem aos alunos pensar sobre a existência de "histórias indígenas anteriores e/ou paralelas à ocupação portuguesa", superando a visão folclórica.

Para Lamas, Vicente e Mayrink (2016, p. 132), a representação dos indígenas permanece atrelada à colonização devido ao mito fundador do Brasil – onde as qualidades do branco invasor foram exaltadas como referente de civilização. Assim, ocorre a "perpetuação de uma imagem negativa a respeito do indígena, seja pelos meios de comunicação, seja através da escola que mantém intacta uma figura de índio que circula entre o selvagem e o assimilado" – daí prevalecer no senso comum a imagem do indígena como desumano, preguiçoso ou perigoso. Sendo a história oficial do Brasil a história sob o ponto de vista do colonizador, a resistência indígena não é abordada e seu protagonismo é silenciado para além dos capítulos voltados à conquista pelo invasor europeu. Acerca da cultura indígena, temas como religião, organização social e trabalho, quando aparecem, estão inseridos nos capítulos sobre a Colônia (Lamas; Vicente; Mayrink, 2016). Apenas os livros de Ronaldo Vainfas *et al.*, datados de 2013, apresentam discussões sobre os indígenas no Império e na República e rompem com a ideia de que os indígenas pertencem somente ao passado.

O estudo desenvolvido por Ramos, Cainelli e Oliveira (2018, p. 82) constatou avanços importantes na configuração dos livros didáticos: "mostram as lutas, as resistências, o protagonismo indígena

no passado e no presente, e já não trazem os indígenas como grupo homogêneo, nem como sujeito presente apenas no período da colonização". Estes avanços representam uma tentativa significativa de reconhecer e respeitar a pluralidade cultural e histórica do Brasil por meio da educação – mas ainda há um longo caminho a avançar. Os manuais que orientam os professores não discutem de maneira aprofundada a temática, o que pode contribuir para a reprodução de estigmas e preconceitos.

Conforme a apresentação dos principais achados das pesquisas que investigaram a abordagem aos indígenas nos livros didáticos, é possível afirmar que a representação simbólica dos indígenas nos livros didáticos experimentou importantes mudanças depois da promulgação da Lei 11.645/08. Antes de sua implementação, os livros didáticos frequentemente apresentavam uma visão etnocêntrica, onde os indígenas eram retratados como coadjuvantes na história, vinculados às ações dos colonizadores e frequentemente estereotipados como seres dóceis ou ingênuos, sem resistência ou protagonismo próprio. Essas representações generalizantes e empobrecidas tendiam a omitir ou distorcer aspectos fundamentais da vida e da cultura dos povos indígenas, contribuindo para a manutenção de um fundo social de conhecimento ancorado em uma mentalidade colonial e, portanto, discriminatória.

Após a Lei 11.645/08 e as novas diretrizes do Programa Nacional do Livro Didático, houve avanços perceptíveis na representação dos indígenas nos materiais educacionais. Gradualmente, os livros passaram a dedicar mais espaço às populações indígenas, sendo que parte deles os reconhecem como agentes, mesmo que por vezes ainda apareçam atrelas à ação colonizadora. No entanto, mesmo com essas mudanças, as representações ainda tendem a enquadrar os indígenas no passado, associando-os à extinção ou à dominação, e negligenciando aspectos cruciais de suas culturas contemporâneas e suas lutas atuais. O protagonismo indígena durante o Império e a República raramente é abordado, evidenciando que os livros mantêm traços da mentalidade colonial, apesar dos esforços por uma representação mais plural e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fundos de conhecimento são presentes em todas as sociedades humanas, mas variam de acordo com seus diferentes estágios de desenvolvimento. Esse conjunto de saberes possui fronteiras definidas, ainda que alguns de seus membros possam trabalhar para alterá-las. Além das limitações impostas pelas estruturas sociais e psicológicas da figuração, há a interferência das relações de poder sobre o campo das experiências possíveis, portanto, na definição dos conteúdos socialmente partilhados (Elias, 1994). Como ninguém pode saber sem adquirir conhecimento de outros, desde o nascimento elementos desse fundo comum são aprendidos pelos indivíduos (Elias, 1998) – incluindo a representação simbólica dos indígenas criada por sua sociedade. Além da aprendizagem por meio de interações sociais informais e não formais, a educação formal é grande responsável pelo ensino de temáticas selecionadas, consideradas fundamentais de serem aprendidas pelas próximas gerações.

Nessa perspectiva, os livros didáticos, por serem um dos principais recursos utilizados pelos professores no processo de ensino-aprendizagem e por terem abrangência nacional, são responsáveis pela disseminação de representações simbólicas. É por essa razão que os livros didáticos estão na pauta de educadores e ativistas quando o assunto é igualdade racial, promoção da cidadania e combate ao racismo. A transformação dos conteúdos ensinados nas salas de aulas brasileiras pode contribuir, de igual maneira, para a modificação da representação simbólica dos indígenas no sentido de sua valoração como sujeitos de direitos absolutamente iguais aos demais grupos étnico-raciais.

Foi nesse sentido que houve a promulgação da Lei 11.645/08, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena na educação básica. Com a alteração das diretrizes e bases da educação brasileira, os materiais didáticos tiveram também que trabalhar a temática, seguindo as orientações do PNLD. Essa determinação foi importante porque por meio destes livros são divulgadas ideias e imagens que fundamentam a reprodução de um imaginário sobre o passado e influem sobre as relações estabelecidas no presente (Gandra; Nobre, 2014). Assim, esse trabalho discutiu a constituição

de um fundo social de conhecimento sobre a contribuição indígena à história do Brasil (passada e presente), a partir de sua representação simbólica nos livros didáticos. Com base nos achados dos dez artigos mais citados no Google Scholar, foi possível observar rupturas e permanências entre os materiais anteriores e posteriores à Lei 11.645/08.

É evidente que avanços graduais foram alcançados, porém ainda há margem para melhorias substanciais. A inclusão de temas como as lutas e resistências indígenas, juntamente com o reconhecimento do protagonismo histórico e contemporâneo desses povos, representa uma evolução positiva. No entanto, muitos materiais didáticos ainda abordam superficialmente essa temática, o que pode contribuir para a manutenção de estereótipos e visões incompletas. Por essa razão, são necessárias revisões sistemáticas nos livros escolares, aproximando seu conteúdo dos avanços historiográficos e das demandas indígenas atuais. Além disso, é crucial superar a narrativa eurocêntrica predominante, que continua a influenciar de maneira significativa a representação dos indígenas.

Nessa perspectiva, entende-se ser necessária a transformação de um elemento basilar que sustenta o fundo social de conhecimento brasileiro: a mentalidade colonial. É preciso superar a "operação teórica que privilegiou a afirmação dos conhecimentos produzidos pelo ocidente como os únicos legítimos e com capacidade de acesso à universalidade e à verdade" (Oliveira; Candau, 2010, p. 37). As demais formas de conhecimento, de existência, não são inferiores por serem diferentes do padrão europeu.

Uma vez que os fundos sociais de conhecimento podem ser submetidos a revisões e alargamentos (Elias, 1994), faz-se necessário construir novas bases para o fundo social de conhecimento brasileiro, superando o padrão atual, que hierarquiza e segrega segundo o tom de pele, que silencia a história e a contribuição dos indígenas para o desenvolvimento nacional visando a manutenção das relações de dominação. Somente vislumbrando igualdade de direitos e oportunidades sociais para todos, sem qualquer tipo de discriminação ou juízo cultural de valor nas relações de ensino-aprendizagem, é que a representação simbólica dos indígenas será ressignificada e os autênticos brasileiros efetivamente valorizados como merecem.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BRASIL**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9394. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei n. 11.645/2008**, de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CAVALHEIRO, R. M.; COSTA, F. L. da . A temática indígena no livro didático. In: **Dia a Dia Educação** – Portal Educacional do Estado do Paraná, 2012.

COELHO, M. C. As populações indígenas no livro didático, ou a construção de um agente histórico ausente. In: **Anais da 30º Reunião Anual da ANPED**. Caxambu, MG, 2007.

ELIAS, N. **Envolvimento e Alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ELIAS, N. **Teoria simbólica**. Oeiras: Celta, 1994.

GANDRA, E. A.; NOBRE, F. N. A temática indígena no ensino de História do Brasil: uma análise da coleção didática Projeto Araribá (2008-2013). **Revista do LHISTE**, (01), 2014.

GRUPIONI, L. D. B. Imagens Contraditórias e Fragmentadas: sobre o Lugar dos índios nos Livros Didáticos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 77 (186), 1996.

IFADIREÓ, M. M.; SOUZA, T. O.; ALBUQUERQUE, E. S. M.; SOUSA, M. S. C. Educação intercultural e suas ambivalências com o estranho. Um estudo sobre a representação social do negro no livro didático. **Rev. Mult. Psic**. v.13 (43), 2019.

LAMAS, F. C.; VICENTE, G. B.; MAYRINK, N. Os indígenas nos livros didáticos: uma abordagem crítica. **Cadernos de Estudos e Pesquisa em Educação Básica**, v. 2 (01), 2016.

MOTA, L. T., & RODRIGUES, I. C. A questão indígena no livro didático: toda a história. **História & Ensino**, *(05)*, 1999.

MULLER, T. M. P. Livro didático, Educação e Relações Étnico-raciais: o estado da arte. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34 (69), 2018.

OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, v.26, n.01, p.15-40, abr. 2010.

PRINTES, R. B. presença indígena nos livros didáticos de geografia. **Revista Brasileira De Educação Em Geografia**, v. *4* (08), 2014.

RAMOS, M. E. T.; CAINELLI, M. R.; OLIVEIRA, S. R. F. de. As sociedades indígenas nos livros didáticos de história: entre avanços, lacunas e desafios. **Revista História Hoje**, v. *7*(14), 2018.

REIS, E. A.; BARBOSA, R. B.; RODRIGUES, E. A representação do índio no livro didático. In: **Anais da Semana de Pedagogia UEM**, 2012.

SÁ, A. Nota do Tradutor. In: ELIAS, N. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

SILVA, M. de F. B. da. Livro didático de História: representações do 'índio' e contribuições para a alteridade. **Revista História Hoje**, v. 1 (02), 2013.

SILVA, P. V. B. Políticas de promoção de igualdade racial e programas de distribuição de livros didáticos. **Educ. Pesq**., São Paulo, v. 39 (01), 2013.

SOUSA, D. M.; SILVA, M. Mulheres negras, currículo e ensino de História do livro didático de Estudos Amazônicos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19 (02), 2019.

FIGURAÇÃO ENTRE OS KORIPAKO DO ALTO RIO IÇANA

Esly Camico Mandu[1]
Gláucio Campos Gomes de Matos[2]

INTRODUÇÃO

O povo Koripako pertence à família linguística Aruak, está presente especificamente nessa região do alto rio Içana, na Terra Indígena Alto Rio Negro. Segundo a cosmogonia desse povo, Hiipana (Uapuí Cachoeira), no alto rio Ayari, é tido como o centro do mundo, onde os seres humanos surgiram. Foi lá que os Koripako e Baniwa juntos se originaram (Wright, 2005).

Nesse trecho, encontram-se quatorze comunidades, cinco sítios e uma população de 1.300 pessoas. Esse é um dos lugares considerados mais remotos do município de São Gabriel da Cachoeira, com uma distância de 350 quilômetros em linha reta da sede do município. Além disso, para os de fora, é uma região de difícil acesso devido às corredeiras no caminho (Santos, 2018).

Por causa da distância dos centros urbanos, hoje, mais integrados e assistidos pelo estado brasileiro, os moradores das comunidades do alto Içana, os Koripako, se reconhecem e dizem "esquecidos por tudo e por todos". Isso se deve às oito cachoeiras mais acidentadas que exigem bastante esforço físico para atravessá-las, arrastando o bote (embarcação) ou a canoa pelas pedras, descarregando e recarregando toda a bagagem. Sendo assim, poucos se dispõem a ir além do território Baniwa (Bezerra, 2015).

Há apenas duas formas de chegar a essas comunidades: via fluvial e aérea (pois há uma pista de pouso na comunidade São Joaquim, que foi construída pelo exército brasileiro). Dado a incorporação de novas tecnologias no meio de transporte (Matos, 2023), a

1 Indígena da etnia Koripako. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA-UFAM), Bolsista CAPES. E-mail: eslykoripako@gmail.com; http://lattes.cnpq.br/1590392369205031;
2 Doutorado/UNICAMP. Líder do Grupo de Pesquisa Processos Civilizadores na PanAmazônia. Contato: glauciocampos62@gmail.com; https://lattes.cnpq.br/3029233831909914; https://orcid.org.0000-0003-3464-1781

viagem pelo rio pode durar três dias em canoa de alumínio com motor de popa 40HP. A outra possibilidade é via aérea, utilizado apenas pela Força Aérea Brasileira (FAB) através do Exército Brasileiro com a finalidade de transporte dos insumos aos militares do 3º Pelotão Especial de Fronteira (PEF) e pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) com a finalidade de remoção dos pacientes e troca de equipe multidisciplinares do polo base.

Parece que, com esse desafio, os Koripako têm demonstrado ao longo dos tempos a sua baixa participação nos movimentos, como também em relação aos benefícios, que são mínimos. As comunidades sempre ficam por último para serem beneficiadas devido a essa situação geográfica.

Os moradores da comunidade de São Joaquim costumam se deslocar para outras comunidades da região nos encontros religiosos semestrais que agregaram diversos conceitos e práticas ao que já lhes era conhecido em uma franca ressignificação na dinâmica da cultura Koripako (Bezerra, 2015).

O professor Gláucio Campos Gomes de Matos (2023), ao pesquisar sobre os processos civilizadores na Amazônia, identifica, com a chegada do invasor na região, mudança de direção do que ele identifica como *regime ecológico*, vivido pelos povos autóctones, para o modelo ocidental. Nesse processo, que Matos denominou de processo civilizador ocidental/europeu, o pesquisador identificou mudanças de padrões de comportamento dos autóctones, para o modelo ocidental. Essa mudança, levou os povos autóctones da Amazônia, não somente deixarem de realizar algumas práticas culturais, como passaram a depender e executar muitas outras, incorporadas da sociedade ocidental, incidindo na psicogênese e sociogênese, desses povos. Portanto, não é por menos que constatamos que esses eventos substituíram certos rituais tradicionais, como o *Podaali* (festas de dádivas e reciprocidade) e outros rituais, como o de iniciação masculina, as trocas matrimoniais e as danças com flauta (Koch-Grümberg, 2005; Garnelo, 2007).

O que se constata hoje, por meio dos benefícios de bolsa família do governo federal e dos funcionários públicos, como professores e agentes de saúde dessa comunidade, facilitou-se a aquisição de rabeta (máquina de autopropulsão), motor de popa. Sendo assim,

os familiares deslocam-se para o município de São Gabriel da Cachoeira em busca de receber seus benefícios para comprar produtos básicos de acordo com a necessidade da família.

Os costumes em relação à subsistência do povo permanecem quase inalterados em comparação com as gerações anteriores (Xavier, 2013). A caça e a pesca continuam como atividades que acontecem frequentemente, apesar de os moradores alegarem que existe escassez de peixe e caça, mas que essa parte da região ainda é encontrada facilmente em comparação com outras microrregiões e na região não existe regras rígidas para pescar e fazer a roça, cada família já é orientada de como utilizar os recursos naturais de maneira adequado através dos pais e avós.

São Joaquim na língua Koripako denominado *Keradaro* (mito da cobra que brilha) é uma das aldeias mais antigas do povo Koripako. Hoje, a comunidade possui uma população de 300 pessoas, distribuídas por 80 famílias, vinte vezes mais do que as famílias fundadoras. Segundo os anciãos da comunidade, antigamente eles viviam menos conturbados e eram mais organizados socialmente, ou seja, não tinham muita movimentação dos não indígenas no território e na comunidade, que poderiam ter relação ou interferência com as lideranças. O povo era organizado socialmente em clãs, cada um tinha respeito, entre eles eram vistos como parentes afins com status igualitário (Bezerra, 2015).

Apesar de a comunidade estar longe dos centros urbanos, é fácil perceber como as influências da cultura externa vêm sendo assimiladas pela população da aldeia, o que os estudos de Matos (2023), confirma. A relação de interdependência tem ampliado, mediante a incorporação de novas funções nas instituições não indígenas ao longo do contato interétnico.

A falta desse conhecimento de interdependência, nos faz sentir autônomos, enquanto, na verdade, somos dependentes de várias situações. Para esse entendimento, Norbert Elias, traz contribuição, ao nos apropriamos do conceito de figuração cujo significado é que nós seres humanos somos interdependentes, ou seja, dependemos das outras pessoas através de suas funções e enquanto o conceito de poder está nessa relação de interdependência (Elias, 1980, apud Matos, 2015. p. 84).

O artigo se divide em três sessões. A primeira, intitulada *As lideranças locais: lideranças locais: a evolução dos kaakonaape-eenawi para capitães,* na qual se busca apresentar a relação entre as lideranças, suas funções, hierarquia e consideração pelos comunitários. A segunda sessão, intitulada *Os novos agentes na comunidade*, busca compreender o papel dos professores, agentes de saúde e líderes de associação indígena, sua relação com as lideranças locais e como mediadores no diálogo com a sociedade nacional. E por último, refere-se aos *Membros essenciais da comunidade*, destacando a importância dos homens, das mulheres, jovens e velhos nas suas funções junto à comunidade.

LIDERANÇAS LOCAIS: A EVOLUÇÃO DOS 'KAAKONAAPE-EENAWI' PARA CAPITÃES



Figura 1. Refeição comunitária na aldeia São Joaquim.
Fonte: Esly Mandu (2022.

As lideranças locais, são chefes maiores específicos da comunidade, que antes do contato, eram denominadas em Koripako como *kaakonaape-eenawi*[3]. O encontro do não indígena com os indígenas, na região de São Gabriel da Cachoeira, no curso do processo civilizador, segundo Matos (2023) imputaram novas regras e novos conceitos e a liderança da aldeia passou a ser denominada como capitão[4], segundo Xavier (2013, p. 141) em sua tese, afirma:

3 Uma expressão tradicional antiga, traduzida por líderes ou lideranças, hoje pouco usado na língua.
4 Resultado do processo de contato com a civilização ocidental, termo militar utilizados pelos diretores dos índios usado para designar líder coletivo e intermediação com outras aldeias (Baniwa, 2006).

> [...] cada comunidade Koripako do Alto Içana, seguindo o costume de quase todos os povos do Alto Rio Negro, escolhe seus próprios líderes, os 'capitães', e segundo os métodos que considera mais adequados. Cada comunidade tem, ainda, um rol de lideranças religiosas (pastor, diácono).

Isso não é diferente em São Joaquim, as lideranças religiosas, foram introduzidas com o contato dos missionários ocidentais e por ser a aldeia maior da região, há a necessidade de escolher duas ou até três lideranças (capitães) para que possam atender à demanda da comunidade nos trabalhos comunitários, que nós denominamos de ajuri (conhecido por ajuda mútua); nas questões das reivindicações da comunidade; no acompanhamento dos professores, dos agentes de saúde e dos militares do exército brasileiro. O capitão também assume a representatividade para as instituições do Estado:

> [...] o cargo de capitão é uma função, por um lado, que implica representatividade junto às instituições do Estado (município, Exército, Saúde, Educação) e, por outro, internamente direcionada à construção e manutenção do bem comum, tendo por base a sedução retórica e as ações (e discursos) de uma política que articule cuidadosamente as relações entre as famílias, seus desejos e necessidades, com as necessidades da comunidade Xavier (2013, p. 142).

Entre as lideranças, há uma evidente relação de poder, pois existe uma hierarquia de posição ocupada por eles, como primeiro, segundo e terceiro capitão. O primeiro capitão é a figura mais importante, pois é ele que vai definir as atividades e o rumo da aldeia. Ele também é o responsável por dialogar com a sociedade nacional, buscando materiais industrializados e reivindicando as demandas da população.

Em comparação das lideranças da aldeia, dado a figuração, antes do contato, a competência dos *Enawi* era voltadas apenas para os trabalhos, nas refeições comunitárias que acontecem diariamente. Nesses tempos, as lideranças buscavam fazer cumprir as regras e uma delas é essencial, para a organização social do grupo Koripako, ou seja, todos devem participar das atividades comunitárias. Essa regra básica, era considerada como obrigatório, pois essas atividades demostravam o respeito e a obediência entre as pessoas da comunidade para o bem da organização social.

Quem ocupa a segunda e a terceira posição também é importante, na ausência do primeiro capitão, mas pelo visto tem menos consideração pelas instituições do Estado em comparação com quem ocupa a primeira posição. Na observação da refeição comunitária, todas as lideranças são responsáveis, revezando-se em períodos determinado entre eles. Além disso, todos têm a função de mobilizar-se em torno de uma causa comum e manter boas relações entre as famílias da aldeia, principalmente na refeição comunal do dia. Esse tipo de organização já era feito antes do contato, mas era de maneira mais simples já que na comunidade tinham poucas famílias.

Essa refeição comunitária acontece quase todos os dias e representa a base da relação de reciprocidade obrigatória, o fornecimento de comida para esse tipo de refeição são os caçadores, pescadores e as mulheres que produzem beiju e farinha. A algumas pessoas assalariadas, como professores, aposentados, agentes de saúde, que não tem o tempo suficiente para pescar ou caçar, pois estão envolvidos em suas rotinas de trabalho, às vezes compram o peixe e caça para poder compartilhar junto com a comunidade e as mulheres são responsáveis de levar beiju e farinha. É uma das atividades conduzidas pelos capitães e serve como espaço político para avaliar o prestígio junto aos liderados, como bem descrito por Journet (1981), citado por Garnelo (2002). Além dessa responsabilidade, os capitães também são responsáveis pelo trabalho comunitário denominado 'ajuri', que representa um trabalho da comunidade envolvendo todas as pessoas na limpeza da comunidade ou no trabalho da roça, como derrubada, plantação e ele já era praticada pelos *Eenawi* na construção de casas ou na derrubada. O ajuri, faz parte da tradição autóctone, de qualquer grupo. Essa prática sociocultural, segundo Matos (2023) revela a força do *habitus* na sociedade indígena. *Habitus*, no entendimento de Norbert Elias (1994), é o saber social incorporado.

Segundo Elias (1994 apud Matos, 2023, p. 75/76)

> Tem-se a impressão de que a solidez, a resistência e o arraigamento do *habitus* social dos indivíduos numa unidade de sobrevivência aumenta à medida que se alonga e encomprida a cadeia de gerações em que certo *habitus* social se transmite de pai para filho.

Matos (2023), ao analisar o município de São Gabriel da Cachoeira, argumenta que,

> ...o projeto intencional de civilizar os autóctones da Amazônia não se consolidou hegemonicamente e é no mesmo processo que esses grupos, hoje, dialogam com a sociedade ocidental e se encontram numa balança de poder mais equilibrada. Resilientes, por força do *habitus*, não perderam sua língua e nem outros costumes. (Matos, 2023, P. 17)

Continua argumentado Matos, que

> Isso nos permite compreender que há um *habitus* social indígena, porém, há um *habitus* individual e social tukano, baniwa, baré, tuyuka, yanomami, tariano, kubeo, piratapuya, koripako, entre outros, que somente um olhar distanciado, consegue distinguir. (Matos, 2023, p. 75/76)

Além das funções mencionadas acima, os capitães também têm um papel importante na busca das necessidades coletivas, como bens industrializados junto com entidades governamentais. Mas, em nossa análise, quem desempenha esse papel é o primeiro capitão, enquanto outras lideranças trabalham com ênfase às questões da comunidade. Isso demonstra as relações de poder que se constitui na base da hierarquia entre os capitães e inflama as disputas intercomunitárias, e que essa forma de administrar, antes do contato com não indígena, não existia muitas lideranças, mas sim apenas uma que era o *Eenawi*, como mencionado por Garnelo (2002, p.275).

Na dinâmica das novas figurações que se constituíram, com o contato e intervenção do não indígena nos grupos autóctones de São Gabriel da Cachoeira, o poder é um conceito simbólico que não deixa de ser cobiçado e está no cerne de todas as figurações.

As lideranças religiosas assumem o papel de mediadores nas discussões entre os comunitários, hoje essas lideranças tornam-se cada vez mais difícil de controlar a população, principalmente os jovens, parece que por causa do aumento de números da população, aumento do espaço geográfico da comunidade. A maioria dos mais velhos vê que os jovens estão se tornando cada vez mais rebeldes do que antigamente isso causa desafio para as lideranças de uma aldeia.

OS NOVOS AGENTES NA COMUNIDADE



Figura 2: Ação de cidadania na aldeia São Joaquim (Fonte: Mandu (2022).

De acordo com Garnelo (2002, p.229), os agentes da modernização, ou seja, novos agentes na comunidade, são as pessoas que assumem as novas funções nas instituições não indígenas inseridas nas comunidades, em qual se refere aos agentes de saúde, aos professores e às lideranças do movimento indígena. São membros da aldeia que possuem escolaridade e conhecimento não indígena para exercerem suas funções no mundo moderno.

Para Matos (2023), os autóctones foram inseridos no processo civilizador ocidental, passaram a depender dele e agora, com o conhecimento absorvido no processo de formação e o domínio da língua, se inseriram e ampliaram suas redes de interdependências, dialogam com a sociedade ocidental, reivindicando seus direitos e desencadeando equilíbrio nas relações de poder. O poder, segundo Norbert Elias (1980, p.80)

> "o equilíbrio de poder não se encontra unicamente na grande arena das relações entre os estados. O poder constitui um elemento integral de todas as relações humanas", nesse caso, enfatiza Elias que "o poder é uma ocorrência quotidiana. O equilíbrio de poder é pelo menos bipolar e, usualmente, multipolar".

A maioria das lideranças tradicionais lutam a partir das reivindicações da comunidade com os órgãos competentes. Isso em algumas das questões podemos destacar que é interdependência dos

indígenas com a sociedade nacional, interligados informalmente as instituições do estado, ao analisar na dependência no diálogo e como em busca de apoios materiais, sendo:

> O conceito de figuração ajuda a compreender o abismo que coloca o indivíduo de um lado e a sociedade de outro. Rompe com a ideia de que a sociedade pudesse existir independente de indivíduos. Tal conceito vai compreender a teia de relações de indivíduos interdependentes que ligam se entre si. (Matos, 2015. p. 85)

Assim, os agentes de modernização, dado o diferencial social e as redes ampliadas que se inserem (Matos, 2023), possuem um papel importante junto com as lideranças locais tendo como função no diálogo com as instituições não indígenas na tentativa de articular as necessidades da comunidade nos acessos aos serviços básicos.

Essas são algumas das contribuições dos agentes junto às lideranças locais. Com essa nova configuração social, há maior interdependência entre as lideranças. Como mencionado anteriormente, se uma liderança não está de acordo com a maioria, isso acabará enfraquecendo a figuração das lideranças e os agentes de modernização.

> Outras funções que recentemente alcançaram grande respeito entre os habitantes do Içana são as de Agente Comunitário de Saúde Indígena (Acis) e professor. O capitão, o seu vice (quando há), bem como os anciãos e pastores, os agentes de saúde e professores, e ainda os homens mais velhos ou mais experientes formam, desse modo, um conselho informal da comunidade, espécie de parlamento coordenado pelos principais anciãos e pelo capitão (Xavier, 2013. p. 144)

O trabalho de campo revela que a figuração de lideranças, originária da inserção dos Koripako à sociedade ocidental, exige que as lideranças trabalhem juntos com os denominados agentes de modernização, caso não aconteça, a relação pode se tornar comprometida entre ambos e acabará afastando-os. Esse nível de tensão é percebido no dia a dia, nas relações de poder estabelecido na referida figuração, afetando os liderados por essa falta de compreensão de interdependência peculiar da figuração de lideranças, que vem afetando. Porém, que seja esclarecido por Norbert Elias (1980), que o poder não é

vitalício e muito menos um talismã, entretanto, aquele que depende mais do outro, está no lado baixo da balança de poder.

MEMBROS ESSENCIAIS DA COMUNIDADE



Figura 3: Em atividades de ajuri (ajuda mútua) (Fonte: Mandu (2022).

Os membros da comunidade, que aqui destacamos, são os moradores, homens, mulheres, jovens e idosos, e que nem sempre ocupam cargos políticos na aldeia, mas que desempenham várias funções essenciais no dia a dia e são os componentes essenciais do ajuri, principal atividade tradicional que se desenvolve na aldeia, para a realização, em conjunto, de muitas tarefas. Essas funções possibilitam a execução coletiva e colaborativa dos trabalhos planejados pelas lideranças, seja na contribuição pelo trabalho com a força física, seja na contribuição com alimentação, ou ainda, por meio da contribuição intelectual, na troca das ideias nos conselhos propostos pelos membros.

Essa figuração, ou organização social, essa teia de interdependência, pode ser compreendido, segundo Elias (1980) apud Matos (2015), como

> [....] as pessoas, através de suas disposições e inclinações básicas são orientadas umas para as outras e unidas umas às outras das mais diversas maneiras. E continua: Estas pessoas constituem teias de interdependências ou configurações de muitos tipos, tais como famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou Estados.

Os homens desempenham funções importantes na aldeia, tais como: realizar trabalhos pesados, como construção de casas e der-

rubada de roça; fazer a limpeza, como roçagem, ao redor da comunidade; praticar a pescaria e a caçaria, atividades muito importantes para sustentar a família e contribuir com a aldeia, seja no alimento ou nos trabalhos comunitários; e dar ideias para as lideranças com objetivo de melhorar trabalhos ou relação entre comunitários. Além disso, quando as lideranças locais viajam para outro lugar, elas sempre indicam e passam o cargo para um membro de confiança, que fica como liderança interina, respondendo pela comunidade e pela refeição comunal que acontece todos os dias da semana, como forma de contribuir com as lideranças, a atribuição de poder acontece depois do contato interétnico.

As mulheres, por sua vez, têm funções mais relacionadas aos trabalhos da roça, como plantação da maniva e produção de alimentos derivados da mandioca, tais como farinha, beiju e tapioca. Na refeição matinal, as mulheres são responsáveis por levar xibé, quinhapira, beiju, farinha e pimenta, dependendo do tipo de alimento que cada mulher da família possuir em um certo dia. Como já mencionamos, isso representa uma forma de reciprocidade de ajudar as lideranças e de contribuir e obedecer a elas ao participar dessas atividades cotidianas, denominada tradicionalmente de ajuri, que Matos (2015) registra em suas pesquisas de campo, em comunidades amazônicas, do baixo rio Amazonas e que foi absorvido da tradição indígena. Mas, não deixa de expressar, a força do *habitus* autóctone amazônico.

Os jovens também são muito importantes, de alguma forma contribuem com a comunidade, principalmente nos trabalhos comunitários. Alguns na pescaria, na caçaria, e as meninas ajudam os pais na roça, na limpeza da casa ou no centro comunitário. A juventude também assume o papel como animadora, em algumas tardes há práticas de atividades esportivas incorporadas do modelo ocidental, como: futebol, vôlei ou futsal. Dessa forma, animam a comunidade, mas seguindo, conforme Matos (2015), os preceitos civilizatórios, no modelo ocidental, que estão imbricados ao deporto.

Os idosos da comunidade encontram-se em número reduzido. Isso significa que, em cada perda de um ancião, o povo perde uma liderança, isso porque velhos ainda possuem extrema importância nos conselhos à população mais jovem, no diálogo para mediar os desen-

tendimentos e na orientação sobre a questão da boa convivência e de como levar a comunidade de forma coletiva. Então, são considerados como alicerce para toda a comunidade até hoje continua com esse mesmo poder na aldeia.

Isso nos mostra a importância dos membros da aldeia, pois eles que fazem o movimento na aldeia. As lideranças dependem dessas pessoas, a relação de poder está nelas, e dependem das lideranças, formando uma teia de interdependência funcional e política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de campo, associado à teoria de Norbert Elias, mostrou, dado as novas figurações, que os Koripako e sociedade ocidental, vivem uma relação de interdependência funcional. Na dinâmica dessas figurações, por contato com a sociedade ocidental desencadeou, na organização social dos Koripako, um novo modelo de liderança, na qual as relações de poder são bem estabelecidas, porém imbricado com os agentes de modernização em relação aos membros comunitários. Essa interdependência funcional, deixam claro que cada membro da comunidade, possui um papel importante na contribuição nas mais diversas atividades necessárias no cotidiano.

As lideranças são figuras que se destacam como principais atores locais de extrema importância dentro de um grupo indígena que vive em determinado lugar. As lideranças comunitárias têm um papel importante no desenvolvimento de boas relações entre os liderados e atuam em conjunto com os comunitários para alcançar os interesses coletivos para o bem-estar da sociedade Koripako. Para que isso aconteça, é sempre necessário que haja diálogo constante e permanente entre os indivíduos, que estão nas relações de poder, já estabelecido ao longo das décadas.

Com isso, os conceitos de figuração e poder, contribuíram nessas análises para o entendimento da organização social da comunidade. Portanto, cada pessoa, liderança, agente de modernização possui funções importantes dentro da sociedade, Koripako, em sua dinâmica figuracional.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem; DOS SANTOS, Gersem José. Projeto é como branco trabalha; as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar: experiências dos Povos Indígenas do Alto rio Negro. **Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília (Dissertação de Mestrado)**, 2006.

BEZERRA, Zenilson Agostinho. **Impactos Socioculturais da Alfabetização e Letramento entre os Koripako do Alto Içana**. Centro Universitário de Anápolis. Manaus 2015.

ELIAS, Norbert. **Introdução a Sociologia**. 4ª. Edição. Lisboa: Edições 70, 2011.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador – Uma história dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

GARNELO, Maria Luiza. **Poder, Hierarquia e Reciprocidade: Os caminhos da política e da saúde no Alto Rio Negro** - Universidade Estadual de Campinas – tese de doutorado – Campinas, maio, 2002.

JOURNET, Nicolas. Los Curripacos del Río Isana: economía y sociedad. **Revista Colombiana de Antropología**, v. 23, p. 127-182, 1980.

MATOS, Gláucio Campos Gomes de., **Ethos e Figurações na Hinterlândia Amazônica,** – Manaus: editora valer, 2015.

MATOS, Gláucio Campos Gomes de., Processo Civilizador Ocidental/Europeu, Tecnização e Modus Vivendi na Amazônia: Experiência de campo sob a lente figuracional/processual. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2023.

SANTOS, Fabiane Vinente dos. **O arco e o fuzil: a convivência entre os Ye'pâ-Masa e os militares do exército brasileiro em Pari-Cachoeira, Noroeste Amazônico** – Universidade Estadual de Campinas – tese de doutorado, Campinas, 2018.

WRIGHT, Robim. **História indígena e do indigenismo no Alto Rio Negro**. 2005.

XAVIER, Carlos Cesar Leal. **Os Koripako do alto Içana – Etno-**

grafia de um grupo indígena evangélico – UFRJ/Museu Nacional Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – tese de doutorado Rio De Janeiro, junho 2013.



Norbert Elias para pensar a Amazônia (suas sociedades: indígenas e não indígenas; seus processos sociais de longo prazo: civilizadores, educacionais, ambientais), é uma obra que reúne as conferências apresentadas no III Simpósio Processos Civilizadores na PanAmazônia, que trouxe como tema, PROCESSO CIVILIZADOR OCIDENTAL, TECNIZAÇÃO E MODUS VIVENDI NA AMAZÔNIA, realizado em 2024 em Manaus/AM, tendo como preceitos teóricos a sociologia figuracional/processual de Norbert Elias e sua teoria do processo civilizador ocidental.

Nossa proposta é continuar contribuindo, ao trazer o pensamento do grande sociólogo alemão Norbert Elias e seus interpretes, para estudos de processos sociais de longo prazo na Amazônia, suas sociedades complexas e seus próprios processos civilizadores, assim como, as redes de interdependências funcionais que estão inseridas, as relações de poder e o diferencial social que avança, na dinâmica das novas figurações complexas. Pensando com Norbert Elias, ao tratar das questões ambientais e outros temas na Amazônia, é sugestivo compreendê-los ao compreender as figurações que os colocam em movimento.

ALEXA CULTURAL

UFAM

EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

ABEU
Associação Brasileira das Editoras Universitárias

FAPEAM

ISBN 978-85-5467-502-8